

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da
Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU – UFMG)

Leticia Bedendo Campanha Pires

MINAS É O BECO DO MOTA:

**a Décima Predial Urbana e as dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco entre os
séculos XVIII e XIX**

Belo Horizonte

2022

Letícia Bedendo Campanha Pires

**MINAS É O BECO DO MOTA:
a Décima Predial Urbana e as dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco entre os
séculos XVIII e XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Vanessa Borges Brasileiro

FICHA CATALOGRÁFICA

P667m

Pires, Letícia Bedendo Campanha.

Minas é o Beco da Mota [manuscrito] : a Décima Predial Urbana e as dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco entre os séculos XVIII e XIX / Letícia Bedendo Campanha Pires. - 2022.

225f. : il.

Orientador: Vanessa Borges Brasileiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano – Teses. 2. Tributos – História – Teses. 3. Geoprocessamento – Teses. 4. Diamantina (MG) – Teses. I. Brasileiro, Vanessa Borges. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 981.51



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



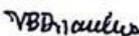
FOLHA DE APROVAÇÃO

**Minas é o Beco do Mota:
dinâmicas socioespaciais do Arraial do Tijuco nos séculos XVIII e XIX**

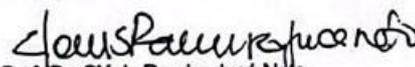
LETÍCIA BEDENDO CAMPANHA PIRES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 16 de novembro de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro – Orientadora
EA-UFMG


Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta
UFBA


Prof. Dr. Clóvis Ramiro Jucá Neto
UFC

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2022.



Dedico este trabalho às Minas Gerais e a seus múltiplos lugares – cada qual com suas peculiaridades, mas que têm por característica comum a atmosfera de ser lar. Aqui nasci, cresci e habito no mundo.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi a consolidação do que vivenciei e aprendi, não só através da formação em Arquitetura e Urbanismo, mas na trajetória de vida. A opção pelo tema das cidades mineiras se deu como uma forma de voltar o olhar para um lugar de grande importância para meu crescimento. Desta forma, sou extremamente grata àqueles que estiveram comigo antes e durante a consolidação de minha dissertação.

Tenho muito a agradecer à minha orientadora, Vanessa Brasileiro, por ter confiado em mim e aceitado me acompanhar nesse processo. Seu conhecimento, sua paciência, sensibilidade e amizade me auxiliaram e foram imprescindíveis para a consolidação deste trabalho.

Agradeço ainda a todos os mestres que cruzaram meu caminho, com reconhecimento especial ao meu primeiro orientador de pesquisa, Ângelo Carrara, pelas inúmeras oportunidades, confiança e por me introduzir à vida acadêmica, que tenho tanto amor e pretensão de continuar a seguir. À Universidade Federal de Minas Gerais, ao NPGAU e ao corpo docente e administrativo, pela garantia de educação pública e de qualidade que me transformou e que eu espero usar para transformar da melhor forma o mundo ao meu redor. Em paralelo, sou grata à CAPES/PROEX pelo apoio financeiro e por acreditar na minha pesquisa como um investimento.

Agradeço aos meus pais, Patrícia e Victor, como também ao meu irmão, Felipe, por me acompanharem e acreditarem em todos os meus sonhos. Aos meus avós, tios e primos, por sempre me deram suporte enquanto precisei. Aos meus amigos, sou realizada por levar comigo um pouco de cada um, pois é um presente amadurecer a cada dia junto com pessoas tão especiais. Sobretudo, à Eiza, Kamila e Helena, agradeço pela família que formamos durante tantos anos.

Parte da minha realização e força para a conclusão desta dissertação devo à minha Umbanda querida. Assim, agradeço aos membros e seres espirituais que me acolheram, mostrando o caminho da tolerância, do amor ao próximo e da paz interior.

A todos e a todas, meu muito obrigada pela presença em minha trajetória e pelo apoio durante a realização deste trabalho que eu tanto me orgulho. Certamente os momentos, desafios e aprendizados estarão em minha memória com muito afeto.

“Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

João Guimarães Rosa,
Grande Sertão: Veredas

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– Brasil (CAPES) – *Finance Code 001*

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco as dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina (MG), partindo do século XVIII até a elevação do arraial a vila, em 1831. A fonte principal para a leitura do espaço urbano é o tributo intitulado Décima Predial Urbana. Não obstante, a pesquisa lança mão também de um conjunto documental auxiliar variado, como cartografia histórica e lista nominativa de habitantes. Em conjunto, estes documentos permitem correlacionar os imóveis registrados e a condição social de seus proprietários e/ou inquilinos. Por conseguinte, é possível identificar aspectos da economia e de segregação no arraial, formação de aglomerações e de espaços públicos. Em paralelo, opta-se pela ferramenta do geoprocessamento como um artifício de espacialização dos dados, permitindo comparações entre os anos coletados e o tecido urbano. Ao final, será consolidada uma metodologia de sistematização das informações contidas na Décima, como também compreendidas tanto práticas formais de uso do solo quanto processos particulares de ocupação que levaram à formação da paisagem de Diamantina.

Palavras-chave: arraial do Tijuco; Décima Predial Urbana; geoprocessamento; espacialização, paisagem.

ABSTRACT

This research focus on the socio-spatial dynamics of the arraial do Tijuco, current city of Diamantina (MG), starting from the 18th century until becoming a village in 1831. The main source for investigating the urban space is the tax entitled Décima Predial Urbana. Nevertheless, the research makes use of a varied auxiliary set of documents, such as historical cartography and list of names of inhabitants. Together, these documents make possible to correlate the registered properties and the social status of their owners and/or tenants. Therefore, it is possible to identify aspects of the economy and the segregation in the camp, formation of agglomerations and public spaces. In the meantime, the geoprocessing tool is chosen as an instrument for spatializing the data, allowing comparisons between the years collected and the urban tissue. In the end, a methodology for systematizing the information contained in the Décima will be consolidated, as well as for understanding both formal land use practices and private occupation processes that led to the formation of the Diamantina landscape.

Keywords: arraial do Tijuco; Décima Predial Urbana; geoprocessing; spatialization, landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Beco do Mota com rua da Quitanda ao fundo e grupo Clube da Esquina caminhando pelo beco do Alecrim.....	18
Figura 2 - Vista panorâmica da cidade de Diamantina.....	20
Figura 3 - Aquarela da rua da Quitanda, 2019.....	20
Figura 4 - Mesorregiões de Minas Gerais estabelecidas pelo IBGE.....	21
Figura 5 - Bacias Hidrográficas de Minas Gerais.....	22
Figura 6 - Capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XIX.....	22
Figura 7 - Assentos primitivos ao arraial do Tijuco.....	37
Figura 8 - Mapa da Demarcação Diamantina, 1776.....	38
Figura 9 - Modo de Lavar os diamantes, 1775.....	40
Figura 10 - Festa do Rei do Congo em Minas Gerais, 1835.....	43
Figura 11 - Trecho página inicial da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810.....	45
Figura 12 - Relatório Geral do livro da Décima Predial Urbana de São Paulo em 1809.....	47
Figura 13 - Finalidades das edificações mencionadas na Décima de São Paulo em 1809.....	48
Figura 14 - Espacialização dos dados referentes à rua Direita de São Paulo em 1809 a partir da Décima Urbana.....	48
Figura 15 - Paisagem no Rio de Janeiro, 1846.....	55
Figura 16 - Assinatura localizada na margem inferior direita da Cartografia Histórica do arraial do Tijuco, 1784.....	58
Figura 17 - Vista do e a partir do Mirante do Cruzeiro da Serra, Diamantina (MG).....	60
Figura 18 - Igreja Nossa Senhora do Carmo. Esquina das ruas do Carmo e do Contrato, Diamantina (MG).....	62
Figura 19 - Comparação entre os quintais da cidade de Mariana (1817) e os do arraial do Tijuco (1784).....	64
Figura 20 - Atual beco do Tertuliano de Mattos com vista para a igreja Nosso Senhor do Bonfim e região correspondente na cartografia de 1784.....	66
Figura 21 - Trecho correspondente ao cruzamento do beco do Alecrim e o beco do Mota.....	67
Figura 22 - Atual largo do Rosário e e região correspondente na cartografia de 1784.....	69

Figura 23 - Casa da Chica da Silva, fachada da capela de Santa Quitéria e e região correspondente na cartografia de 1784.....	70
Figura 24 - Interface do <i>software ArcMAP</i>	75
Figura 25 - Curvas de nível para a geração da hidrologia relativa à área de recorte da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784.....	75
Figura 26 - Pontos homólogos entre a cartografia histórica de 1784 a a imagem de satélite de 2021.....	77
Figura 27 - Pontos homólogos na interface do ArcGIS.....	78
Figura 28 - Pontos homólogos em trecho da cartografia histórica.....	78
Figura 29 - Pontos homólogos em trecho da cartografia histórica.....	78
Figura 30 - Trecho da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810.....	87
Figura 31 - Trecho da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1811.....	87
Figura 32 - Imóvel situado na rua do Amparo, 60, esquina com a rua do Bonfim, 17, referente ao número #153 da Décima Predial.....	91
Figura 33 - Trecho da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1831.....	93
Figura 34 - Trecho final da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810.....	96
Figura 35 - Representação de edificação térrea em terreno em aclive em Vila Rica (MG)....	106
Figura 36 - Edificação térrea localizada na esquina da atual rua Vieira Couto e rua do Contrato, Diamantina (MG).....	106
Figura 37 - Mercado Municipal de Diamantina (MG).....	108
Figura 38 - Região do largo da Cavallhada Nova na cartografia de 1784.....	110
Figura 39 - Procissão próxima à Casa de Caridade de Diamantina (MG).....	115
Figura 40 - Passadiço da Casa da Glória, sobre rua homônima, Diamantina (MG).....	124
Figura 41 - Trecho de nomeação dos responsáveis pela Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810.....	125
Figura 42 - Desfile de tropa de polícia no caminho entre o Fórum e a antiga casa do Padre Rolim, Diamantina (MG).....	126
Figura 43 - Vista da torre da igreja Nossa Senhora do Carmo a partir da Casa de Chica da Silva, Diamantina (MG).....	128
Figura 44 - Grupo Clube da Esquina em Diamantina (MG), 1971.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distância das igrejas entre a cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784 e a imagem de satélite.....	80
Gráfico 2-Soma das cinco propriedades mais bem avaliadas no arraial do Tijuco em réis.....	98
Gráfico 3-Soma das cinco propriedades mais bem avaliadas no arraial do Tijuco em libras...	99
Gráfico 4-Comparação entre o número de propriedades incluídas e desconsideradas na cobrança do imposto da décima no arraial do Tijuco.....	99
Gráfico 5 - Tipologias e usos contabilizados na Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco em 1810.....	100
Gráfico 6 - Tipologias e usos contabilizados na Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco em 1811.....	101
Gráfico 7 - Relação dos imóveis com informação de alugados em 1811.....	102
Gráfico 8 - Condições e usos contabilizados na Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco em 1831.....	102
Gráfico 9- Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco: gênero.....	114
Gráfico 10 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco: étnico-racial.....	119
Gráfico 11 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco de 1810: ofícios e atribuições.....	121
Gráfico 12 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco de 1811: ofícios e atribuições.....	121
Gráfico 13 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco de 1831: ofícios e atribuições.....	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784.....	57
Mapa 2 - Pequena Planta do arraial do Tijuco, 1775.....	59
Mapa 3 - Geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784: topografia e hidrografia.....	76
Mapa 4 - Geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784: localização dos quarteirões.....	79
Mapa 5 - Geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784: localização de templos cristãos.....	81
Mapa 6 - Cartografia Histórica do arraial do Tijuco georreferenciada: marcos.....	130
Mapa 7 - Espacialização dos dados da Décima Predial Urbana de 1810, 1811 e 1831 relativa ao abastecimento hídrico.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Base de dados utilizada para a realização do geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784.....	73
Quadro 2 – Exemplos de uniformização dos nomes registrados na Décima do arraial do Tijuco em 1810 e 1811.....	89
Quadro 3 – Diferenças na descrição dos imóveis registrados na Décima do arraial do Tijuco em 1810 e 1811.....	90
Quadro 4 – Exemplo de imóvel parte assobradado em 1811 no arraial do Tijuco.....	91
Quadro 5 – Diferenças na nomeação dos proprietários dos imóveis registrados na Décima do arraial do Tijuco em 1831.....	93
Quadro 6 – Síntese das informações gerais coletadas nas versões de 1810, 1811 e 1831 das Décimas Prediais Urbanas do arraial do Tijuco.....	94
Quadro 7 – Famílias identificadas como moradoras da rua da Cavahada Nova na Lista Nominativa do arraial do Tijuco, 1775.....	110
Quadro 8 – Propriedades urbanas mais e menos valorizadas em 1810.....	133
Quadro 9 – Propriedades urbanas mais e menos valorizadas em 1811.....	134
Quadro 10 – Propriedades urbanas mais e menos valorizadas em 1831.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese dos valores da Décima Predial do arraial do Tijuco em réis e em libras nas versões de 1810, 1811 e 1831.....	98
---	----

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 ARRAIAL DO TIJUCO: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO ESPAÇO URBANO	35
3 DÉCIMA PREDIAL URBANA E CARTOGRAFIA HISTÓRICA: DIÁLOGOS ENTRE FERRAMENTAS DE REPRESENTAÇÃO.....	44
3.1 A Décima Predial Urbana: dimensões materiais e simbólicas do território.....	44
3.2 Cartografia histórica: o jogo de escalas e as vivências no espaço.....	51
3.3 Geoprocessamento: diálogo entre narrativas de representação.....	72
4 ESPAÇOS DE ANÁLISE: METODOLOGIA E LEITURAS DO ESPAÇO.....	85
4.1 Metodologia: coleta de informações da Décima.....	85
4.2 A Espacialização da Décima: imóveis e valores.....	94
4.3 A Espacialização da Décima: população e personagens.....	112
4.4 Ensaios da espacialização da Décima Predial Urbana.....	131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
6 REFERÊNCIAS.....	143
7 ANEXO.....	150
7.1 ANEXO A: DÉCIMA PREDIAL URBANA TRANSCRITA (1810).....	150
7.2 ANEXO B: DÉCIMA PREDIAL URBANA TRANSCRITA (1811).....	174
7.3 ANEXO C: DÉCIMA PREDIAL URBANA TRANSCRITA (1831).....	205

1 INTRODUÇÃO

Quando o grupo Clube da Esquina visitou Diamantina em 1971, Milton Nascimento e Fernando Brant já haviam se inspirado nas vielas na cidade para a composição da canção “Beco do Mota”, lançada no álbum solo de Milton em 1969. Assim como outras faixas de sua obra, a ode às Minas Gerais e a seu patrimônio cultural está presente na letra e na rítmica da canção, que se torna um registro do famoso beco, localizado entre as ruas Direita e da Quitanda, atravessado pelo beco do Alecrim (Figura 1) e presente na memória coletiva como uma zona originalmente boêmia do núcleo urbano. Em seus versos, a canção traz as múltiplas ocupações do espaço colonial mineiro, onde a religiosidade se encontra bastante presente e o sagrado e o profano se cruzam e se revelam no modo de ocupação. Deste modo, o referido beco pode ser lido como um retrato de Minas Gerais e, em maior escala, como parte da complexidade sociocultural nacional, de forma que, conforme traz a letra da música, “Minas é o Beco do Mota”, assim como o “Brasil é o Beco do Mota”.

Figura 1 - Beco do Mota com rua da Quitanda ao fundo e grupo Clube da Esquina caminhando pelo beco do Alecrim



Fonte: Luiz Zanon, 2009. Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/33181067@N07/4107292989/in/photostream/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2022. /

Autoria não identificada. Disponível em <<http://passadicovirtual.blogspot.com/2010/07/os-sonhos-nao-envelhecem.html>>. Acesso em 12 de dezembro de 2022. Editado pela autora.

Minas Gerais é um estado federativo cujos indicadores econômicos atuais refletem, de certo modo, as heranças da colonização e as adaptações de cada povoamento nas diferentes porções do território. As cidades mineiras setecentistas e oitocentistas oriundas da exploração aurífera, por exemplo, apresentam características semelhantes tanto na arquitetura quanto na forma urbana. Ademais, muitas ainda mantêm presente nos dias de hoje a dependência econômica na mineração, como acontece com os municípios de Congonhas e Mariana.

Diamantina, diferentemente, se formou em torno da exploração diamantífera, o que gerou particularidades na ocupação do território no decorrer de sua história. A política de controle desenvolvida em torno da extração e comércio dos diamantes, bem como sua localização geográfica, relativamente distante dos grandes centros de circulação de bens e pessoas, como Vila Rica e o Rio de Janeiro, corroboraram para o isolamento espacial do núcleo urbano. Tal fato, contudo, não impossibilitou sua influência socioeconômica, que perdurou os séculos e ainda hoje integra a história urbana nacional como um importante testemunho da ocupação do interior do território brasileiro.

O reconhecimento nacional e internacional da importância do conjunto arquitetônico e urbanístico diamantino veio primeiramente em 1938, quando o centro histórico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e posteriormente, em 1999, quando foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A tessitura do século XVIII tem seu traçado preservado, apresentando rupturas pontuais advindas do século XX que se integraram à paisagem atual (Figura 2 e Figura 3), como a substituição e reorientação da igreja Matriz de Santo Antônio, em 1938, e os projetos de clube, escola e hotel de autoria de Oscar Niemeyer.

Figura 2 - Vista panorâmica da cidade de Diamantina



Fonte: Estrada Real Caminho dos Diamantes. Disponível em <<https://euripedesneto.myportfolio.com/caminhodiamentes>>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

Figura 3 - Aquarela da rua da Quitanda, 2019

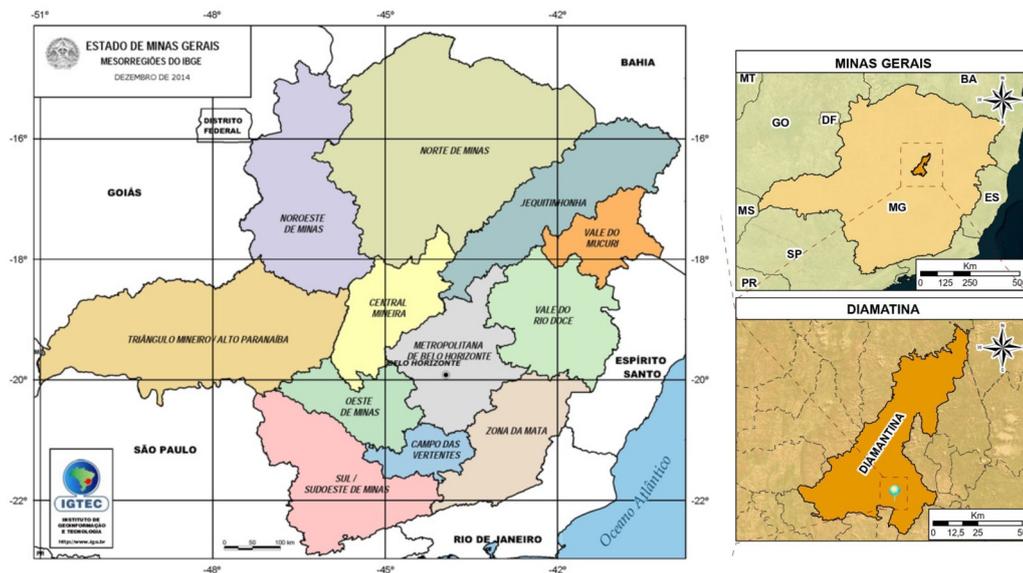


Fonte: Acervo pessoal.

Deste modo, a cidade compreende hoje em dia um patrimônio muito variado no que diz respeito as fases de ocupação das Minas Gerais. Neste sentido, compreender a trajetória de seu tecido urbano e da sociabilidade que o compõe pode dizer muito sobre as dinâmicas espaciais desenvolvidas no decorrer do tempo, como também sobre a memória coletiva da população mineira com relação ao seu lugar de vivência, tal como já anunciava Milton Nascimento, “cheio de lembranças vem o povo, do fundo escuro o beco, nessa clara praça se dissolver”.

Diamantina está localizada na zona mineira do Alto Jequitinhonha, entre as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Doce e Jequitinhonha, e se encontra a cerca de 270 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte (Figura 4 e Figura 5). Conforme resalta Pestana (2001, n.p.), o início da formação do povoado que precedeu a cidade, intitulado arraial do Tijuco¹, se deu em 1713 a partir da expedição bandeirante pelo ouro que seguiu o curso do rio Jequitinhonha. Durante o século XVIII, a Capitania de Minas Gerais era dividida entre as comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio, Rio das Mortes e Paracatu (Figura 6), sendo o arraial do Tijuco localizado na de Serro Frio.

Figura 4 - Mesorregiões de Minas Gerais estabelecidas pelo IBGE



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais (2019). Disponível em <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>>. Acesso em 20 de outubro de 2022. Editado pela autora.

¹ Etimologicamente, a palavra “tijuco” advém do tupi *tu'yuka*, cujo significado refere-se a lama ou barro. Tanto na documentação primária quanto na historiografia voltada ao arraial, seu nome é registrado de formas distintas, como “Teiuco”, “Tejuco” ou “Tijuco”, sendo esta última escolhida para a presente pesquisa, por ser a que mais se aproxima da grafia original.

Segundo Pestana (2001, n.p.), o assentamento no território aconteceu em função da exploração na área de confluência do córrego Pururuca e Rio Grande, entre as serras de Santo Antônio e São Francisco. Ainda segundo a autora, foram encontrados os primeiros diamantes, entre 1719 e 1722, junto às lavras dos córregos de Morrinho e Caeté-Mirim, o que logo chamou a atenção da Coroa. A extração e comercialização dos diamantes era feita desde 1739 e passou a ser regulada por meio de contrato.

Furtado (1996, p. 26) acrescenta que o diamante foi declarado monopólio régio em 1771, tendo sido criada a Real Extração dos Diamantes. Pelo Regimento Diamantino, de agosto de 1771 – e que ficou conhecido como O Livro da Capa Verde – a Coroa criou uma administração própria, a Junta Diamantina. Apesar de a Real Extração permanecer atuante até 1845, já em 1803 a própria Coroa admitia sua incapacidade em impedir os extravios.

As primeiras décadas do século XIX no arraial do Tijuco merecem um destaque particular. De acordo com Fonseca (2011, pp. 176-182), no ano de 1800 foi enviado a Portugal o primeiro pedido de concessão do título de vila ao Tijuco, sem, contudo, obter sucesso. Em 1808, paralelamente à chegada da Família Real em terras brasileiras, já era evidente a decadência da exploração diamantífera no Distrito, resultante do esgotamento das lavras e da incapacidade dos governantes em deter o contrabando. Além disso, a pressão da população local acontecia pela busca de novas saídas para a economia da região (FURTADO; PESTANA, 1996, 2001).

A progressiva diminuição no volume de exploração dos diamantes no território condiz temporalmente com o processo de elevação do arraial a vila, ocorrido em 1831 e, que, em 1838, culminou para o título de cidade de Diamantina². Devido ao regimento e à configuração urbana voltados para a economia dos diamantes, mesmo antes de se tornar vila, o arraial já chamava a atenção de intelectuais europeus vindos ao Brasil com o objetivo de retratar o interior do território em suas obras textuais e pictóricas.

Certamente, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire (1779-1853) foi um dos maiores expoentes da caracterização da paisagem do arraial. A partir de sua visita, iniciada em setembro de 1817, descreve uma aldeia de cerca de 6 mil habitantes e 800 casas, que surgiu às margens pantanosas do córrego Tijuco (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 33). Segundo sua descrição, os lugares destinados à extração de diamantes eram chamados de “serviços” e se localizavam ao redor do arraial. Nessas regiões, eram instaladas pequenas aldeias para abrigar

2 Conforme descreve Fonseca (2011, p. 569), durante o século XIX a palavra “arraial” deixou progressivamente de ser utilizada, sendo substituída por “povoado”. Além disso, em 1938 um decreto-lei federal definiu que o termo “vila” desaparecesse das classificações urbanas oficiais. Portanto, todas as sedes de municípios brasileiros passariam a se chamar “cidade”, independentemente de seu tamanho ou o seu grau de urbanidade.

a tropa, composta por fiscais e escravizados. Ele destaca ainda, que, nessa época, a exploração do diamante se tornava cada vez mais difícil devido à exaustão das fontes (SAINT-HILAIRE, 1941, pp. 21-25).

Não obstante, Saint-Hilaire (1941, pp. 33-34) apresenta uma descrição detalhada acerca do núcleo urbano do arraial. Em linhas gerais, as ruas eram limpas e largas, apesar de mal calçadas. As casas eram de pau-a-pique ou adobe e muito bem conservadas. Com relação ao lote, era comum a presença de jardins com árvores frutíferas e hortaliças. O autor revela, portanto, um núcleo que chamava a atenção de estrangeiros pela plástica, simples e bem trabalhada, destacando ainda o requinte da população abastada, mesmo que essa compusesse a menor parcela da sociedade. Em meio a esse cenário descrito, que corresponde ao início da decadência do Regimento Diamantino até a elevação do arraial a vila, é que a pesquisa se detém em focar.

A presente dissertação tem como seu objeto de estudo o núcleo urbano referente ao arraial do Tijuco e se debruça justamente sobre os anos que antecedem a elevação do arraial à vila de Diamantina, mais especificamente nos anos de 1810, 1811 e 1831. O recorte inicial deve-se à possibilidade oferecida por uma fonte em especial, a Décima Urbana, tributo anual instituído em 1809 que incidia sobre os imóveis urbanos localizados em terras de colonização lusitana. Em paralelo, o recorte temporal final se deve ao reconhecimento da importância de se compreender as dinâmicas socioespaciais presentes no território que influenciaram na redefinição do título do núcleo urbano.

Com relação aos núcleos mineiros no século XIX, tanto as dinâmicas internas políticas e culturais quanto os fluxos de pessoas e mercadorias revelam-se à medida que o processo de urbanização passa a ser entendido como uma trama. O reconhecimento das potencialidades narrativas contidas em documentações primárias levam à hipótese da pesquisa, que busca investigar Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco como um instrumento revelador da espacialidade do objeto de pesquisa tanto à nível de ocupação formal do solo quanto da sociabilidade que o integra.

Nesse sentido, a organização da pesquisa se deu de modo a assumir uma postura transdisciplinar que rompe com a ideia de se enxergar o objeto de forma absoluta. A princípio, a perspectiva dialética permitiria colocar em diálogo as macro e microcontradições presentes no espaço e no tempo que formam o território. Todavia, devido ao caráter arquivístico da pesquisa, que se dá a partir da análise de uma documentação primária com suas lacunas de investigação, fez-se necessário buscar uma abordagem tridimensional de análise espacial, de modo que a narrativa proveniente da apropriação do espaço também fosse parte da

constituição da paisagem, sem que, contudo, se tornasse síntese das relações materiais. A partir de então, os conceitos norteadores da análise são: (I) articulações e conexões de troca material; (II) produção de imagens e signos verbalizantes do espaço; e (III) dimensão simbólica e criativa de apropriação espacial. Essa tríade, contudo, não se esgota na definição de cada capítulo, sendo que, entre os subcapítulos, a interlocução dos termos permanece.

Não obstante, antes de utilizar a bibliografia desenvolvida acerca do tema como base, é necessário se entender o objeto, o pesquisador e sua abordagem como um conjunto indissociável. Em consideração a isso, o produto da historiografia, enquanto interpretação do fato histórico, exige que a pesquisa seja realizada a partir das delimitações claras quanto à abordagem utilizada no momento de investigação dos documentos (WAISMAN, 2013).

A contribuição bibliográfica acerca da arquitetura e do espaço urbano colonial se deu principalmente a partir das primeiras décadas do século XX. Segundo Baeta (2003, pp. 36-37), houve, nessa época, uma tendência por parte dos teóricos modernistas da arquitetura, liderada direta ou indiretamente por Lucio Costa, em se dedicar à arquitetura colonial brasileira, valorizando-a como representativa de uma cultura legitimamente nacional. O autor, contudo, ressalta que a maior parte dos estudos se voltou para a casa e plástica arquitetônica, pouco focando em se aprofundar em como ocorreu o desenvolvimento da cidade luso-brasileira.

Conforme complementa Puppi (1998, pp. 26-27), a tendência de valorização da “arquitetura tradicional” procurou priorizar uma historiografia linear, cuja finalidade seria valorizar as soluções técnicas e plásticas do Modernismo. A teoria de preservação do patrimônio influenciada por Lucio Costa passou, portanto, a construir uma interpretação nacionalista da forma arquitetônica, desqualificando de antemão o estudo do Ecletismo, que seria a antítese dos cânones do Movimento Moderno e conferia uma série de estrangeirismos estilísticos que não convinham à narrativa de sequência evolutiva da arquitetura considerada tipicamente brasileira.

Baeta (2002, p. 80) destaca a obra de Sylvio de Vasconcellos, em função da importância que adquire no cenário da crítica à arquitetura colonial no contexto de Minas Gerais. Ainda que a obra do arquiteto mineiro esteja influenciada pelos dogmatismos modernistas, pontua, de forma valiosa para o tema, as relações da arquitetura e da cidade com o homem mineiro e com a cultura da “mineiridade”, desenvolvendo uma visão concomitantemente socioeconômica e morfológica do espaço urbano. A arquitetura mineira teria um caráter original e popular, cujas soluções construtivas seriam derivadas das limitações tecnológicas e de mão de obra impostas ao território (BAETA, 2002, pp. 84-85).

As contribuições das pesquisas realizadas em sequência trouxeram à tona novas perspectivas voltadas para se entender a lógica de formação dos núcleos urbanos mineiros como um processo consciente de regulação fundiária. Durante o século XX, muito se discutiu acerca do grau de planejamento desses núcleos dentro de uma perspectiva morfológica, o que culminou para que, a partir da década de 1990, o cenário acadêmico se voltasse para o estudo da chamada “história urbana” (BAETA, 2002, p. 119).

Baeta (2002, pp. 126-127) ainda destaca a importância do arquiteto e sociólogo Nestor Goulart Reis Filho nos estudos da casa brasileira e sua relação tanto com o lote quanto com o espaço público no decorrer da história. O objetivo de suas pesquisas no âmbito da morfologia seria o de demonstrar como as mudanças formais da casa exigem a reavaliação da organização fundiária e, conseqüentemente, promovem mudanças na estrutura urbanística como um todo. Porém, o autor lembra que os estudos de Reis Filho ainda se ocupam, como a teoria das primeiras décadas do século XX, em defender a superioridade dos assentamentos previamente planejados em detrimento das implantações aparentemente espontâneas, como se estas fossem um demérito na qualificação urbanística.

A discussão acerca da dicotomia entre racionalidade e espontaneidade se apresenta menos rígida nos estudos urbanos atuais. As perspectivas contemporâneas têm buscado evidenciar a relação simbiótica entre o ser humano, o espaço e as múltiplas relações nele desenvolvidas. No âmbito dos estudos da teoria da paisagem, Besse (2014, p. 29) propõe um olhar mais subjetivo para o espaço urbano e disserta sobre a importância das experiências individuais e coletivas nele inseridas. Para o autor, a paisagem é a forma e o sentido que os homens deram à superfície da Terra, sendo a marca humana na natureza ao transformá-la em prol da sua necessidade. Ela seria fabricada através dos sentidos, expressada através da linguagem e sujeita às experiências sensíveis dos seres humanos.

Bastos (2014) relaciona essa perspectiva ao universo dos núcleos luso-brasileiros setecentistas por meio da análise da linguagem, trazendo palavras presentes em documentações dos séculos XV ao XVIII que revelem os aspectos da urbanização na época. Além disso, compara seus significados com os dias atuais, de modo a se evitar um anacronismo linguístico. O autor defende o termo “conveniência” como síntese da organização dos núcleos mineiros, de forma a superar a discussão acerca do grau de planejamento presente nessas implantações.

O conceito de “urbanismo conveniente” aparece para designar uma série de elementos socioculturais, típicos da colonização portuguesa, que eram levados em conta no momento da geração da malha urbana, como, por exemplo, sua adequação às condições naturais do

território e às construções preexistentes. Em Portugal, os tratadistas, responsáveis por ensinar nas aulas de engenharia e arquitetura, se referiam a lugares “convenientes”, de modo que os profissionais acabavam por aplicar essas tendências também nos territórios das colônias. Nesse sentido, eram listadas razões para a escolha de implantação dos sítios, como o bom clima da região, bons ares para se evitar enfermidade, boas águas, terras férteis e de fácil acessibilidade. Além disso, deveria-se preferencialmente evitar edificar entre serras e vales (BASTOS, 2014 pp. 70-72).

Ademais, Bastos (2014, pp. 96-110) ressalta que, muitas vezes, não era possível encontrar todos esses atributos no mesmo território, sendo necessárias concessões. A exemplo, é possível citar Vila Rica, que apesar de estar implantada em um terreno acidentado, tinha a localização conveniente para o comércio, conforme a própria população se manifestou favoravelmente. O autor lembra ainda que o termo “comércio” na época das implantações também era considerado, além do trânsito de mercadorias, trânsito social. Deste modo, é possível inferir que a “conveniência” defendida por Bastos (2014) está bastante ligada, para além das relações entre o homem e o território, às dinâmicas sociais nele presentes.

A reconstrução dos passos dados pela historiografia da arquitetura e do urbanismo demonstra que nenhuma análise espacial é absoluta, sendo necessário abordar as contribuições de forma dialógica, de modo que os estudos se complementem, e não se anulem. O desafio de descrever a cultura urbana de determinada região é uma tarefa cada vez mais complexa à medida que se passa a reconhecer o conceito de “urbano” como conjunto de articulações entre os elementos que compõem a construção do espaço coletivo.

O número de trabalhos voltados para o universo colonial mineiro é amplo e perpassa diversas áreas do conhecimento. A constante revisitação do objeto e das contribuições já consolidadas permite que as investigações tornem-se complementares no momento que alcançam um grau crescente de interdisciplinaridade de fontes e reflexões. A partir de então, o balanço crítico da historiografia objetiva assumir que a presente pesquisa também é um recorte interpretativo do arraial do Tijuco, atual Diamantina.

O capítulo intitulado **Arraial do Tijuco: Formação do Território e do Espaço Urbano** tem como foco as relações de produção material e as atividades cotidianas inseridas no espaço, o que inclui uma perspectiva morfológica de surgimento do tecido urbano do arraial. A discussão se inicia a partir das definições de Cunha e Monte-Mór (2018) acerca dos agentes formadores do espaço urbano mineiro, de modo a auxiliarem na definição das características a serem observadas no arraial para a compreensão do espaço urbano. São eles: (I) *locus* do excedente, enquanto as dinâmicas de sobreposições entre economia e política; (II)

locus do poder, enquanto relações de dominação estabelecidos formalmente, como o Estado e a Igreja e (III) *locus* da festa, enquanto os processos de sociabilização e atos criativos de apropriação do espaço.

A análise bibliográfica se volta, primeiramente, para Sylvio de Vasconcellos, em seu texto especificamente voltado ao Tijuco (VASCONCELLOS, 1959). O autor explica, esquematicamente, como se deu a formação do arraial e a compara com o desenvolvimento tanto de outros núcleos mineiros quanto dos litorâneos. A fim de complementar a perspectiva morfológica, a pesquisa também volta ao texto de Milfont (2010), que lança luz sobre as relações políticas e comerciais presentes nos territórios enquanto espaço urbano.

Neste momento, já com o foco nas dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco, torna-se crucial trazer de forma comparada as contribuições da bibliografia acerca do processo de regulação fundiária do território mineiro. Fonseca (2006, 2011) faz um balanço abrangente sobre a Capitania de Minas Gerais, mas em parte também desenvolve análises sobre a questão da obtenção e ocupação de terras no arraial.

Em diálogo, a obra de Furtado (1996) traz, de forma detalhada, as relações de poder determinadas durante o Regimento Diamantino, como também lança luz sobre os personagens do cotidiano do Tijuco, de forma a compreender a história através das vivências e apropriações do território. Em síntese, o capítulo defende que as análises da historiografia não se anulam, mas se complementam no momento de se compreender o objeto em suas contradições próprias das múltiplas narrativas.

O foco desta investigação se dá nas dinâmicas socioespaciais do tecido urbano do arraial do Tijuco, atual cidade mineira de Diamantina, no recorte temporal dos séculos XVIII e XIX. Em virtude disso, a documentação contemporânea à época disponível traz um potencial interpretativo acerca de como a sociedade vivenciava e integrava o lugar. As múltiplas possibilidades da linguagem permitem a elaboração de signos, presentes, por exemplo, em mapas ou descrições, e que revelam aspectos da paisagem (LEFEBVRE; SCHMID, 1991, 2012).

Neste sentido, capítulo que segue, intitulado **Décima Predial Urbana e Cartografia Histórica: Diálogos Entre Ferramentas de Representação**, se dá a partir da definição individual de documentações primárias a serem utilizadas na pesquisa, elaboradas estas entre o final do século XVIII e início do século XIX. As principais fontes são as Décimas Prediais do arraial do Tijuco dos anos de 1810, 1811 e 1831, e a cartografia histórica do local realizada em 1784 por Antônio Pinto de Miranda. Em sequência, o geoprocessamento da cartografia se

torna um artifício de reconhecimento de processos de formação do tecido urbano em uma perspectiva de longa duração.

Primeiramente, define-se em que consistiu o imposto intitulado Décima Predial Urbana, bem como se traça uma discussão acerca das potencialidades da fonte para o campo da história urbana. Neste momento, a revisão bibliográfica se faz presente com o objetivo de compreender a metodologia adotada para a coleta e análise de dados relativos à documentação em pesquisas já publicadas. Em paralelo, busca-se entender as diretrizes definidas no momento de instituição do documento, datado de 1809, em terras luso-brasileiras. O objetivo final se dá, portanto, em introduzir as bases para a leitura dos dados das Décimas do arraial do Tijuco.

No âmbito da pesquisa, foram escolhidas três versões da documentação relativas ao arraial do Tijuco: a primeira, de 1810 (ARQUIVO NACIONAL, 1800) e a do ano seguinte, 1811 (ARQUIVO NACIONAL, 1811) como forma de se conhecer a realidade do arraial no momento de implantação do imposto tanto no documento quanto no espaço de um ano para o outro. Além destas, a versão de 1831 do imposto (ARQUIVO NACIONAL, 1831), mesma data em que o arraial passou a ser definido como vila, é utilizada como fonte de investigação acerca da realidade do território no momento de sua elevação, como também em comparação aos primeiros anos de medição.

Os registros utilizados na pesquisa são parte do acervo da Casa dos Contos de Ouro Preto (MG), que conta, no total, com 469 livros relativos à cobrança da décima em diversas regiões de Minas Gerais. A organização dos dados, compreendidos entre 1808 e 1835, foi realizada pelo professor Angelo Alves Carrara em conjunto com alunos do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, com apoio do CNPq e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFOP. Segundo o autor, a documentação é uma fonte importante para que se conheçam os ritmos de desenvolvimento dos núcleos urbanos mineiros (CARRARA, 2001, 2006).

A fim de orientar o olhar sobre os potenciais da fonte, a pesquisa utiliza como base metodológica o trabalho desenvolvido por Bueno (2005) relativo à Décima Predial Urbana de 1809 da cidade de São Paulo. A autora relata, durante a obra, a metodologia de transcrição dos dados manuscritos para bases digitais e, em seguida, os passos que a possibilitou espacializar as dinâmicas urbanas na planta cadastral da cidade elaborada entre 1844 e 1847. Como produto, a obra apresenta a reconstrução hipotética do tecido urbano de São Paulo em 1809 por meio das tipologias, finalidades, usos e proprietários dos prédios urbanos.

A partir da contribuição acerca da realidade de São Paulo, foi possível, primeiramente, lançar luz sobre as informações a serem destacadas na documentação do arraial do Tijuco. O livro de 1810 contém os dados relativos ao: (I) número de registro do imóvel; (II) nome do proprietário; (III) tipologia da edificação; (IV) valor de seu rendimento e (V) valor da Décima. O livro de 1811 contém, além dessas informações, a especificação quanto à condição de alugado e o nome dos respectivos inquilinos. Ademais, os registros tornaram-se mais detalhados, visto que, para algumas poucas edificações informa-se pistas acerca da localização, como também algumas subtipologias, como, por exemplo, “assobradado na parte de trás”. A versão de 1831 permanece informando o número da edificação, o nome do proprietário e os valores de rendimento e do imposto. Contudo, as categorias, nesse momento, se voltam para o estado de conservação dos imóveis, como alugado, arruinado, demolido ou em conserto. Quando o imóvel se encontra alugado, contudo, diferentemente de 1811, não se mantém o nome do locatário.

A Décima, portanto, apresenta diversas pistas capazes de revelar aspectos da economia e da socio-espacialidade do território, como processos de segregação, formação de aglomerações e de espaços públicos. Contudo, uma lacuna nas informações, que se tornou evidente a partir da comparação com São Paulo, se dá em não se informar o nome das vias e o lado no qual se localizam os imóveis, o que dificulta a correlação entre os dados e as edificações, e, conseqüentemente, as análises acerca das regiões. Por esse motivo, diferentemente do caso de Bueno (2005), a presente pesquisa não se propõe a realizar a construção hipotética do tecido urbano com foco na identificação individual das propriedades. Contudo, as lacunas próprias das versões analisadas não impossibilitam que sejam evidenciadas dinâmicas o Tijuco correlacionadas às características dos imóveis considerados urbanos, a sociabilidade que integra o território, sua economia e poderes vigentes.

Em razão dos desafios de trabalhar os dados, foi necessário lançar mão de documentações complementares como instrumentos de identificação de personagens recorrentes nas descrições do arraial, informações que muitas vezes vinham acompanhadas de pistas acerca da região onde suas propriedades estavam localizadas. São elas (I) lista nominativa do arraial do Tijuco em 1775 e (II) inventários disponíveis na Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina e interpretados por Furtado (1996, 2002, 2005, 2011). Através da identificação de nomes de personalidades do arraial em duas ou mais documentações, torna-se possível prever a localidade em que habitam.

Ademais, um importante artifício de orientação dos dados contidos na documentação da Décima Predial e fontes auxiliares é o da cartografia histórica do arraial do Tijuco, datada

em 1784, sob o título de “Planta do Arraial do Teiuco”. Trata-se da vista aérea do núcleo central do território no fim do século XVIII representado em nanquim, tinta colorida e aquarela, e trazido em dimensões de 55x41,5 cm. O documento apresenta ainda legenda, indicação norte, escala e é parte do acervo do Arquivo Nacional do Exército, localizado no Rio de Janeiro, sendo possível sua solicitação da versão digitalizada.

Nesse momento, destaca-se que o fato de a documentação predial e a cartografia terem datação diferente não se configurou como problema, visto que o tecido urbano em questão apresentou poucas rupturas no decorrer dos anos, e até mesmo dos séculos, salvo a demolição da Igreja Matriz e a construção da atual Catedral, já em 1938 (GONÇALVES, 2012, p.50).

Em virtude de ser um instrumento crucial para a espacialização dos dados da Décima, à cartografia histórica foi dedicado um subcapítulo de forma separada. Reconhece-se a necessidade de compreender o material complementar também como uma fonte a ser investigada individualmente, de modo que o contexto de sua elaboração seja elucidado e o resultado gráfico compreendido. Não cabe à pesquisa adentrar na história das instituições por trás da elaboração de mapas nos séculos XVIII e XIX. Contudo, isso não exclui a necessidade de se apontar o contexto no qual a cartografia utilizada foi produzida, o que engloba a identificação do cartógrafo responsável e quais eram as técnicas disponíveis na época.

O potencial analítico desta fonte cartográfica se dá em função das suas camadas de descrição do território, trazidas tanto no mapeamento de imóveis e lotes quanto em narrativas de descrição e interpretação por trás do produto final da representação gráfica. Portanto, a partir da compreensão acerca das potencialidades da cartografia, pretende-se uma leitura do espaço urbano de modo a usá-la como ponto de partida para a tradução das múltiplas escalas de vivências no território.

Primeiramente, a teoria desenvolvida por Besse (2014), influenciada pela matriz fenomenológica de leitura da paisagem, é utilizada a fim de justificar a cartografia como um artifício revelador da tessitura urbana. Conforme defende o autor, o ato de cartografar é também o de interpretar o espaço. A cartografia revela a síntese dos processos de territorialização através de um olhar intencional e de uma técnica, sendo seu produto destinado a produzir efeitos de poder na sociedade e na cultura. Deste modo, compreender a simbiose entre o cartógrafo, suas intenções e o contexto de elaboração de um mapa pode relevar aspectos de orientações, distribuições, ordenamentos e hierarquias de um território.

Moraes (2006) complementa a reflexão no âmbito da produção cartográfica na Capitania de Minas Gerais, que exigia maiores atenções e controle administrativo sobre suas riquezas minerais. Segundo a autora, o ato de cartografar não pode ser considerado um fim em

si mesmo, mas uma ciência da informação pautada em atender objetivos determinados, de forma a traduzir o espaço no tempo e o tempo no espaço. Assim, a cartografia dita histórica é toda aquela cujas informações representam os próprios fatos históricos (MORAES, 2006, pp. 46-48).

Em relação à técnica aplicada pelos cartógrafos dos séculos XVIII e XIX, Bueno (2004) esclarece os procedimentos de observação do território até sua tradução no papel, como também apresenta o personagem geralmente responsável pela realização do mapa, o engenheiro militar. Dentre os processos descritos pela autora, o de levantamento de campo certamente foi o mais valioso para esta pesquisa. A autora elucida ser uma conduta padrão a do engenheiro e seus ajudantes de se posicionarem em uma colina ou edifício alto, direcionando os instrumentos que auxiliam no processo de triangulação e cálculo das distâncias entre os pontos observados (BUENO, 2004, P. 207). Essa informação é crucial por interferir em grande medida no resultado da cartografia, visto que, conforme explica Besse (2014, p. 75), o recurso da vista aérea no momento da coleta de dados serve como um “lugar utópico” da paisagem, de modo que não haja interferência da percepção corporal do cartógrafo na interpretação do espaço.

A finalidade de se trazer as técnicas utilizadas na elaboração de plantas urbanas se dá em identificar as concepções que moldam as narrativas por trás da representação cartográfica. Em relação ao espaço propriamente dito, as contribuições de Teixeira (2012) se fazem necessárias para a compreensão do tecido urbano de origem setecentista em Minas Gerais dentro do campo da história urbana, de modo a traçar as heranças portuguesas no sítio de implantação dos núcleos mineiros e compará-los à realidade do arraial do Tijuco.

Em complemento, as análises de Baeta (2002, 2007) acerca da condição artística dos núcleos de origem barroca orientam a caracterizar a interação dos elementos arquitetônicos no tecido urbano. Essa análise se faz especialmente necessária em virtude do desenvolvimento particular do arraial do Tijuco, pautado nas imposições da Coroa ao clero e à população no geral em função da exploração dos diamantes no território, o que se traduz na formação e no desenvolvimento do tecido urbano.

Entende-se a cartografia histórica como um produto das técnicas atreladas à percepção espacial e aos atributos do tecido evidenciados ou ocultados. Por esse motivo, a análise que segue visa explorar as potencialidades da leitura cartográfica como complementar aos desdobramentos proveniente da coleta dos dados das Décimas Prediais. A partir de então, como forma de auxiliar na leitura espacial, as geotecnologias de análise se configuram para a

pesquisa como o principal instrumento de investigação do tecido urbano e das características da paisagem implícitas na cartografia histórica utilizada.

Segundo Carrara e Zaidan (2018), o processo de geoprocessamento é um recurso parte do Sistema de Informação Geográfica (SIG), oriundo do inglês GIS (*Geographic Information System*), e consiste em métodos teóricos e computacionais relacionados à coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados, gerando informações espaciais ou georreferenciadas. O principal recurso da ferramenta é a identificação das características de determinado espaço a partir do reconhecimento de pontos específicos e suas coordenadas. Neste caso, a criação e manipulação de dados necessários, além da concepção dos layouts finais dos mapas, foi utilizado o software *ArcGIS* em sua versão 10.3.

A partir do explorado no decorrer das demais reflexões e análises, foram elaborados mapas temáticos tendo como base a cartografia de 1784 do arraial do Tijuco a fim de evidenciar a relação do tecido urbano com o sítio natural no qual está implantado, bem como compararam o traçado das ruas e lotes e a posição dos templos cristãos na cartografia histórica e na imagem de satélite. Ademais, por meio dos resultados obtidos acerca dos imóveis nas Décimas, um quarto mapa se volta para a identificação de edificações e espaços públicos que funcionam como marcos chaves de orientação no arraial. Os produtos provenientes da utilização da ferramenta são capazes de verificar a relação entre a tecnicidade e a interpretação do território presente na elaboração cartográfica. Deste modo, o geoprocessamento da planta do arraial do Tijuco em 1784 configura-se como um instrumento auxiliador na análise da narrativa utilizada mediante a tradução do tecido urbano em documento cartografado.

Em sequência, a pesquisa inicia o capítulo intitulado **Espaços de Análise: Metodologia e Leituras do Espaço**, voltado para a metodologia de coleta e análise de dados das versões utilizadas da Décima Predial do Tijuco. Inicialmente, dedica-se em descrever como se deu a coleta e a uniformização das informações contidas na documentação primária. Em linhas gerais, com relação ao levantamento total, a quantidade de propriedades urbanas no arraial do Tijuco tanto em 1810 quanto em 1811 totalizam 778 imóveis. Por outro lado, em 1831, foi possível observar uma pequena variação, ainda que faltem alguns números no arquivo do documento, sendo, ao todo, 806 imóveis listados. Cada número da lista refere-se a um imóvel, não sendo possível afirmar que esta cifra corresponda exatamente ao número de unidades edificadas, pois um mesmo edifício poderia abrigar dois ou mais contribuintes.

O primeiro passo para a sistematização dos dados manuscritos foi a transcrição das informações de cada imóvel para uma base digital, neste caso, em uma tabela no *Microsoft*

Excel. A escolha por esse software se deve às múltiplas potencialidades de manejo dos dados, tal como a elaboração de listas secundárias à original conforme as dinâmicas venham sendo reveladas. Após o balanço realizado das informações de forma totalizante, cabe-se esmiuçar as informações relativas às tipologias e aos valores de cada imóvel lançadas nas décimas. Nesse momento, a elaboração de gráficos é de fundamental importância para que seja possível comparar os dados tanto dentro de uma mesma versão quanto de um ano para o outro. Ao fim, o objetivo é elucidar, a partir da organização quantitativa e análise qualitativa, as dinâmicas tanto de poder institucional quanto econômicas, dadas pela relação entre as tipologias e os valores cobrados no imposto predial.

Em sequência, a pesquisa se dedica aos sujeitos sociais que habitam o arraial do Tijuco nos anos analisados. O passo consiste em identificar os personagens descritos na décima por meio de fontes auxiliares, como a lista nominativa do arraial do Tijuco em 1775 e os inventários interpretados por Furtado (1996, 2002, 2005, 2011). Nesse momento, o objetivo não é definir com precisão a localização dos imóveis descritos no documento, mas fazer um balanço das regiões e das dinâmicas socioespaciais próprias de cada uma através desses personagens centrais. Além disso, busca-se realizar um levantamento acerca do perfil desses proprietários de imóveis com relação a gênero, etnia e ofício, nos casos em que essas informações são fornecidas.

Por fim, a análise final se volta para um ensaio de espacialização os dados obtidos nas três versões da Décima Predial Urbana na cartografia histórica através do geoprocessamento. O objetivo final consiste em destacar, por meio de “bolsões de zoneamento” dinâmicas de ocupação da terra urbana no arraial do Tijuco no princípio do século XIX. A partir de então, tem-se revelados aspectos do uso da terra, da habitação das edificações e da apreensão da paisagem por meio das narrativas. Demonstra-se, portanto, as potencialidades e os desafios da utilização da Décima Predial Urbana enquanto instrumento revelador das dinâmicas de ocupação dos territórios e formação da cultura urbana.

2 ARRAIAL DO TIJUCO: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO ESPAÇO URBANO

O território que corresponde ao estado de Minas Gerais está, desde sua delimitação enquanto Capitania, intimamente ligado a exploração mineral. Conforme lembra Reis Filho (1999, p. 8), a descoberta das minas, ainda no século XVII, estimulou a ocupação portuguesa em direção ao interior do território e contribuiu para o rompimento da demarcação original do Tratado de Tordesilhas. Segundo Fonseca (2011, p. 25), durante os séculos XVI e XVII, as terras afastadas da costa atlântica eram praticamente inexploradas, sendo encontrados apenas pequenos povoados e fazendas de monocultura canavieira. Foi só a partir do século XVIII, com as expedições paulistas, que houve a maior facilidade de adentramento no território e, posteriormente, na descoberta das zonas de potencial mineração. Soares (2009, p. 10) defende que a descoberta do ouro possibilitou o aparecimento de aglomerações que surgiram em função da exploração mineral, antes mesmo da formação dos núcleos urbanos estáveis.

A Capitania de São Paulo e Minas de Ouro surgiu em 1709 e, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2022). O topônimo “Minas Gerais” refere-se provavelmente às minas contínuas ou justapostas que se formaram ao longo da Serra do Espinhaço (FONSECA, 2011, p.67). Soares (2009, p. 5) ainda acrescenta que o processo de formação territorial do atual estado levou à identificação do topônimo com a própria geografia da ocupação territorial. A autora aponta que, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, existiram dois fluxos migratórios que marcaram o povoamento do território: “(...) um fluxo inicial no sentido *centrípeto* (das regiões distantes da colônia, e mesmo da metrópole, para as áreas de mineração, as *Minas*) e um fluxo posterior no sentido *centrífugo* (das Minas para o interior da capitania, as *Gerais*)” (SOARES, 2009, p. 5).

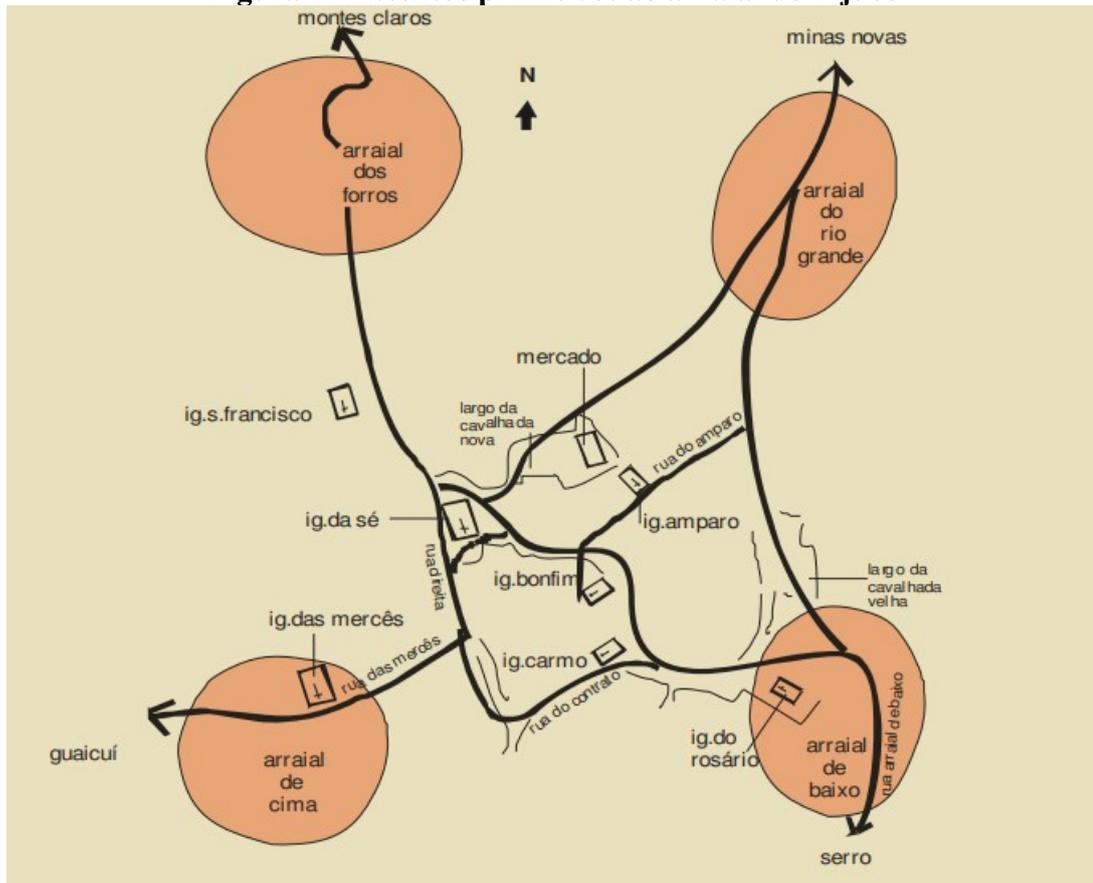
Com relação à formação dos centros urbanos, Fonseca (2011, p.33) destaca as três primeiras municipalidades das Minas, fundadas em 1711: Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real do Sabará. Até o fim do período colonial, de acordo com a autora, a rede urbana mineira compunha-se de mais de 300 arraiais, 15 vilas e uma única cidade, Mariana, por ter se tornado residência episcopal da Capitania. A autora traz quem nos primeiros anos do século XVIII, as quatro principais regiões mineradoras eram as minas de Ouro Preto, as do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, as minas do Rio das Mortes e as do Rio das Velhas. Em poucos anos, estas denominações levaram ao surgimento das comarcas e concelhos (FONSECA, 2011, p.67).

A fim de regulamentar a ocupação territorial, a Coroa, enquanto detentora de todas as terras da América portuguesa, definiu uma série de tributos a serem pagos pela população que nelas se instalasse com o objetivo de produção ou habitação. Um dos mais conhecidos, conforme descreve Fonseca (2006, p. 36), era o chamado “aforamento”. Segundo a autora, tratava-se de um imposto anual que, em Minas Gerais, concedia o título de uso conhecido como “rossio”. Cada área de um rossio oscilava entre 9 km² e 174 km², delimitado a partir de um marco central definido na ocupação e denominado “pelourinho”. A autora acrescenta, ainda, que a partir da terceira década do século XVIII, criaram-se os “tombos”, que consistiam em inventários das propriedades localizadas dentro dos rossios.

Contudo, Cunha e Monte-Mór (2018, p. 4) destacam que durante os processos incipientes de apropriação dos territórios, dada a inexistência dos rossios, a viabilização de terras se dava a partir das capelas, que eram instaladas ao longo da ocupação e se tornavam ponto de referência para a delimitação das permanências. Os autores ainda lembram que, no caso da procura pelo ouro, os exploradores se instalavam próximos aos rios e córregos com a finalidade de explorar o aluvião das águas.

Ademais, como complementa Vasconcellos (1959, p. 101), a maior parte dos povoamentos mineradores se desenvolveu longitudinalmente de forma a acompanhar as estradas utilizadas no abastecimento e trocas comerciais. Contudo, o arraial do Tijuco, diferentemente, teria se consolidado de maneira concentrada, de modo similar às vilas e arraiais litorâneos. Segundo o autor, a delimitação do arraial se deu a partir da confluência de quatro núcleos originalmente isolados (Figura 7): o arraial de Baixo, a sudeste e em direção ao Serro, o do Rio Grande, a nordeste na saída de Minas Novas, o de Cima, a sudoeste para Barra do Guaicuí e o dos Forros ou Macau, a noroeste, em direção à Montes Claros (VASCONCELLOS, 1959, pp. 106-107).

Figura 7 - Assentamentos primitivos ao arraial do Tijuco



Fonte: Gonçalves (2010, p. 39). Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/td-15062010-094114/publico/Experimentacoes_em_Diamantina.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2022. Editado pela autora

Segundo Pestana (2001, n.p.), inicialmente os assentamentos se deram em função da exploração do ouro, próximo à área de confluência do córrego Pururuca e Rio Grande, entre as serras de Santo Antônio e São Francisco. Contudo, entre 1719 e 1722, junto às lavras dos córregos de Morrinho e Caeté-Mirim, foram encontrados os primeiros diamantes, o que logo chamou a atenção da Coroa. De acordo com a autora, em 1734 a política administrativa portuguesa instaurou a Intendência dos Diamantes, que estabeleceu uma área de demarcação que deveria ser administrada pelo Intendente dos Diamantes e pelo Governador da Capitania. Em complemento, Fonseca (2011, p. 172) destaca que o Intendente detinha de poderes em certa medida despóticos no território, exercendo alta influência no âmbito administrativo e criminal, podendo inclusive condenar, sem processo prévio, suspeitos de contrabando de diamantes.

Conforme ressalta Furtado (1996, p. 59), a ocupação da Comarca do Serro do Frio, na qual se localizava o Distrito Diamantino (Figura 8), se deu de modo que Vila do Príncipe, sua sede, encontrava-se fora da demarcação. Contudo, próximo ao arraial, se localizavam outros

núcleos urbanos como São Gonçalo, Milho Verde, Tapera, Rio Preto, Rio Pardo. Já nos primeiros anos do século XVIII, o arraial do Tijuco era mais populoso e desenvolvido do que a Vila do Príncipe, que não continha mais de 70 casas (FURTADO, 1996, p. 181).

Figura 8 - Mapa da Demarcação Diamantina, 1776



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 05.05.1109, CEH 3207.

Ao arraial ficou designado o título de sede da Intendência dos Diamantes devido à sua proximidade com as lavras. Segundo Fonseca (2011, pp. 173-174), o controle sobre o comércio local era rígido como forma de tentar impedir o extravio das pedras preciosas. Segundo regras estabelecidas, as vendas no Tijuco só poderiam funcionar no centro do arraial e durante o dia, de modo que fosse proibido o comércio na entrada do território e redondezas. Ademais, os mascates e os comerciantes de escravizados só poderiam negociar na Vila do Príncipe, portanto, fora da demarcação.

Fonseca (2011, p. 175) retoma que a época de maior crescimento econômico do arraial se deu de 1748 a 1771, durante a época dos contratadores Felisberto Brant e, posteriormente, João Fernandes de Oliveira. A esses homens, antes da instauração da Real Extração, era

concedida a permissão para a exploração dos diamantes. Segundo a autora, nessa época, a perseguição institucionalizada ao garimpo era menos rígida, a fim de favorecer os interesses particulares, visto que a essas personalidades interessava acumular as fortunas pessoais a partir da participação na rede paralela de comercialização diamantífera.

Na mesma época, a população da Comarca de Serro Frio saltou de 9 mil habitantes para 60 mil, alcançando 100 mil nos primeiros anos do século XIX. A composição demográfica era majoritariamente masculina, 60% do total populacional, sendo, destes, 51% homens negros. O arraial do Tijuco seguia a mesma tendência da Comarca, visto que uma grande camada da população era composta de escravizados, seguidos de homens livres e pobres, geralmente pardos (FURTADO, 1996, pp. 42-43).

Anos mais tarde, especificamente em 1771, a exploração diamantífera tomou novos rumos, passando a ser atribuída exclusivamente à Coroa por meio da criação da Real Extração de Diamantes. O documento que regulamentava a nova determinação ficou conhecido como Livro da Capa Verde. Sua administração se dava a partir da Junta Diamantina, composta por um intendente, um fiscal e três caixas, subordinada a uma Administração Diamantina sediada na cidade de Lisboa. Esses nomeados tinham a função de representar localmente os interesses do Estado português. Paralelamente, contudo, Furtado (1996, p. 14) aponta que o Regimento oficializou o fortalecimento dessas autoridades locais, que usufruíam de seu poder político em nome dos interesses e fortunas pessoais.

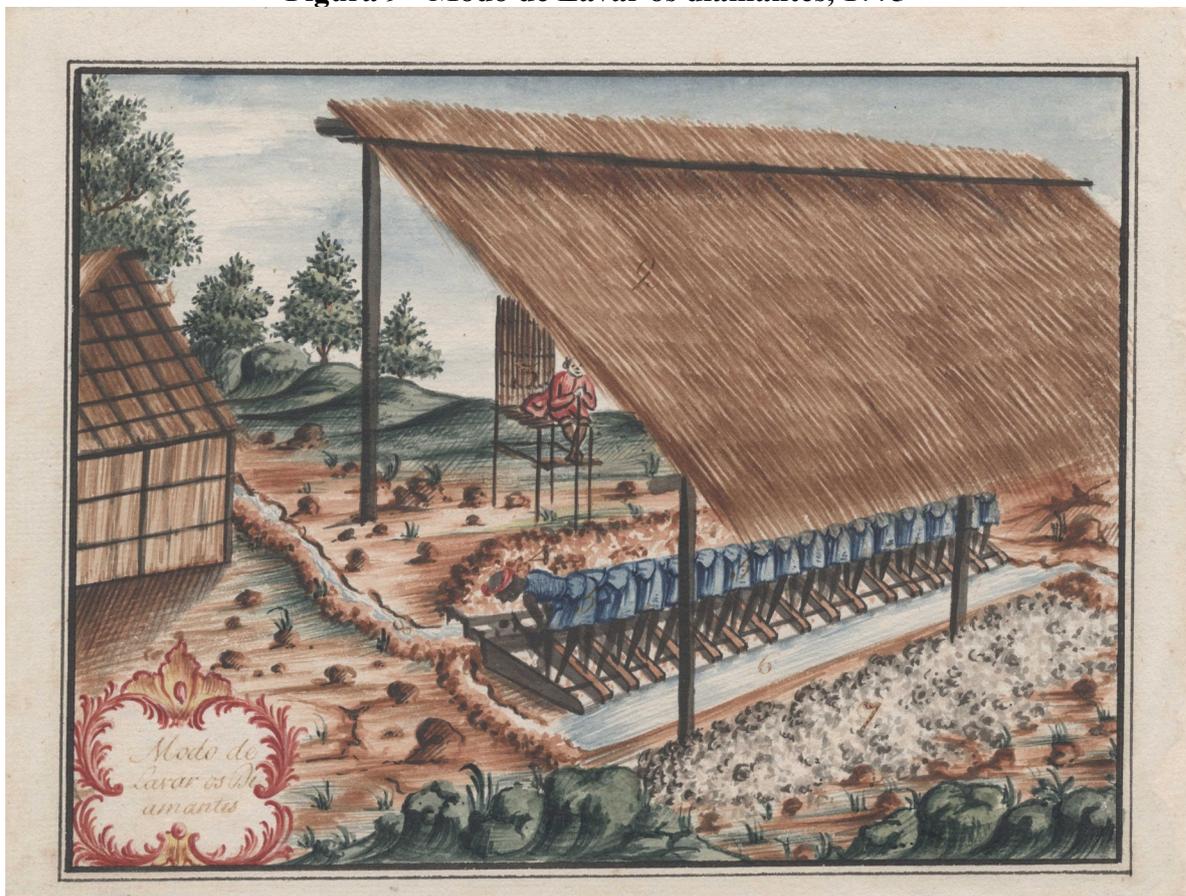
Furtado (1996, p. 99) esclarece ainda que a Real Extração ocupava de maneira abrangente a população masculina livre. Os altos cargos, como os de escrivão, guarda-mor, tesoureiro e advogado, eram destinados à elite branca, geralmente de origem portuguesa. Não obstante, a Junta local empregava também a população de classes sociais inferiores, às quais conferiam os cargos de carcereiros, ferreiros, porteiros, capelões, aferidores, dentre outros. A população escravizada era menos presente no núcleo urbano se comparada às margens do território, de modo que cerca de 4 a 5 mil eram alugados ao Estado para a extração dos diamantes (FURTADO, pp. 47-58).

Vasconcellos (1959, pp. 102-103) destaca que a extração diamantífera jamais aconteceu na região ocupada pela povoação. Conforme descreve o naturalista francês Saint-Hilaire (1941, pp. 23-25) em sua visita ao Distrito Diamantino já nos primeiros anos do século XIX, os lugares destinados à extração de diamantes eram chamados de “serviços” e se localizavam ao redor do arraial. Os primeiros por ele visitados foram o do Córrego Novo e do Rio Pardo, onde se instalaram duas tropas para a exploração no leito e nas encostas. Nessas

regiões eram instaladas pequenas aldeias para abrigar a tropa, composta por fiscais e escravizados.

Quando as rochas do relevo não permitiam que as margens dos rios fossem exploradas, eram criadas as “bicames”. Estas consistiam em um canal de tábuas inclinadas sobre pilares que desviavam o curso d’água na área de exploração, e em seguida tornava a despejá-las em seu leito natural. O autor complementa que, em geral, o trabalho da exploração dos diamantes nos riachos fazia-se em duas épocas diferentes, uma na seca, na qual as águas eram menos abundantes e permitia a retirada de cascalho no leito dos rios, e outra na estação de chuvas, que permitia a lavagem do cascalho (Figura 9).

Figura 9 - Modo de Lavar os diamantes, 1775



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, PT, AHU, ICONm, 011, D, D. 97.

Disponível em <<https://ahu.dglab.gov.pt/2017/02/21/memorias-africanas-testemunhos-da-escravatura/>>.

Acesso em 25 de março de 2022.

Essa configuração espacial, de acordo com Furtado (1996, p. 97) possibilitava a presença de um grande número de pessoas socialmente marginalizadas aos arredores do Distrito, que se dedicavam principalmente ao garimpo clandestino de diamantes. Ademais, o comércio paralelo de pedras preciosas que se desenvolveu em decorrência da extração

diamantífera demonstra que, apesar da repressão institucional, as trocas entre núcleos eram comuns, o que originou uma trama urbana baseada nos descaminhos do contrabando. A exemplo, Milfont (2010, p. 46) destaca o protagonismo dos mascates, como eram chamados os pequenos comerciantes ambulantes, no comércio ilegal de diamantes. A movimentação de mercadorias vindas de além-mar ligava as capitânicas do litoral ao interior através dos tropeiros, boiadeiros e mercadores, que chegavam principalmente da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Deste modo, a movimentação comercial dos mascates abrigava também a transferência das pedras preciosas nesses caminhos.

A rede de contrabando não era exclusividade de uma classe social específica, de modo que, por volta de 1808, o volume da troca ilegal de diamantes era equiparada à produção oficial (FURTADO, 1996, p. 58; MILFONT, 2010, p. 47). Conforme ressalta Furtado (1996, p. 29), no mesmo ano, a Real Extração já admitia a falência das lavras diamantinas, de tal maneira que a crise institucional instaurada se tornasse o mote da pressão da população local, que buscava saídas para a economia da região. Esses fatos ilustram a complexidade das trocas comerciais e sociais entre as capitânicas ou mesmo dentro de um mesmo território, o que demonstra que o desenvolvimento urbano se dá de maneira muito mais dinâmica e ampla do que os primeiros estudos do século XX sugeriam.

Cunha e Monte-Mór (2018, pp. 5-6) se referem a esses espaços e seus desdobramentos como integrantes de uma “cultura urbana”, a fim de abarcarem as múltiplas dinâmicas presentes no desenvolvimento dos núcleos mineiros. Segundo os autores, o surgimento das cidades está intimamente ligado à conformação de excedentes de produção, que se dá, por sua vez, através do processo de distinção social, de modo que se retroalimentem e gerem processo de distinção espacial. No caso da estrutura socioeconômica da colônia, essas articulações, denominadas “*locus* do excedente”, se sustentam principalmente no sistema escravista, que define a divisão do trabalho e a clivagem social baseada na exploração.

Paralelamente, os chamados “*locus* de poder” e “*locus* da festa” se unem ao “*locus* do excedente”, formando uma tríade que constitui os pilares da cultura urbana na realidade abordada. Em primeiro lugar, Cunha e Monte-Mór (2018, pp. 5) definem o “*locus* de poder” como a presença do Estado e da religiosidade institucional na coerção dos interesses coletivos. Segundo Milfont (2010, p. 115), já nas primeiras décadas do século XVIII, o poder real proibiu a instalação das ordens religiosas regulares em toda a Capitania de Minas Gerais. Isso se devia ao combate ao enriquecimento de religiosos por meio das rendas oriundas das vendas dos sacramentos e do comércio com os mascates.

Contudo, as irmandades de leigos, articuladas sob os títulos de Ordens Terceiras, exerciam intensa presença sobre o cotidiano dos habitantes. Segundo Milfont (2010, pp. 190-191), pertencer a uma irmandade era importante para a organização, identificação e distinção dos residentes dos núcleos urbanos mineiros³. Deste modo, Cunha e Monte-Mór (2018, p. 11) refletem que o caminho adotado pela Coroa foi o de progressivamente cooptar essas associações a seu favor, utilizando-as como instrumento de neutralização das tensões sociais. Nas palavras dos autores, “(...) o caminho das irmandades no decorrer do século XVIII constitui, ao mesmo tempo, reforço e armadilha da sociabilidade urbana” (CUNHA E MONTE-MÓR, 2018, p. 11).

Para além da influência econômica exercida pelas irmandades, a dimensão cultural correlacionada aos espaços edificados das igrejas, como também os festejos que se apropriavam do espaço urbano, constituíam o terceiro pilar da tríade que compõe a cultura urbana dos núcleos mineradores: o *locus* da festa. Neste caso, de acordo com Cunha e Monte-Mór (2018, pp. 13-14), o termo “festa” se dá como uma síntese dos processos de sociabilidade e afirmação coletiva do espaço. Segundo os autores, ela está diretamente ligada à natureza cultural do barroco enquanto organizador espacial pautado na dialética entre o temporal e o espiritual e entre o instante e a eternidade.

Um exemplo dessa dinâmica se dá nos festejos do Tijuco realizados pela igreja do Rosário dos Pretos, que anualmente coroava um rei Congo e uma rainha Xinga (Figura 10) que, mediante as celebrações, exerciam por dias poderes similares aos do intendente, como a soltura de presos no arraial (FURTADO, 2003, p. 176; MILFONT, 2010, p. 204). O sincretismo entre o cristianismo e as religiões de matriz africana se fundiam à expressão popular e à ocupação cultural das ruas dos núcleos urbanos. A partir de então, gerava-se uma simbiose entre as instituições, a economia e a sociabilidade, que se sustentavam com base nessas contradições e construíam a cultura urbana própria da época.

Por outro lado, Furtado (2002, pp. 508-509) traz em suas pesquisas os documentos conhecidos como devassas, que consistiam em testemunhais de delitos, cuja finalidade se dava em colher provas, inquirir testemunhas e punir os culpados apontados. No caso do arraial do Tijuco, o qual a autora se detém a analisar, era comum que as práticas e manifestações religiosas afro-brasileiras, como rituais de cura, estivessem descritas como

³ De acordo com Milfont (2010, p. 117), o arraial do Tijuco era sucursal da Paróquia de Vila do Príncipe que, por sua vez, fazia parte da circunscrição eclesiástica do Bispado de Mariana. Os únicos clérigos colados, ou seja, que eram ligados à paróquia, eram aqueles vinculados à igreja Matriz de Santo Antônio. Ainda segundo a autora, parte da resistência por parte da Coroa em elevar o arraial a vila estava justamente no custo político de garanti-la sua própria jurisdição político-religiosa por meio da criação de uma paróquia (MILFONT, 2010, p. 84).

passíveis de punição, mesmo que se encontrassem arraigadas na vida cotidiana e fossem amplamente recorridas pela população no geral.

Figura 10 - Festa do Rei do Congo em Minas Gerais, 1835



Fonte: JOHANN Moritz Rugendas. In: MILFONT (2010, p. 207).

Conforme especifica Santos (2015, p. 111), a alienação da população não branca em sociedades de base escravista é um fenômeno construído a fim de se manter as engrenagens do colonialismo em pleno funcionamento. A breve possibilidade de ascensão social tanto no contexto econômico quanto no da festa é parte do mecanismo de manutenção desse sistema, de modo que as aspirações do colonizado se voltem a se assemelhar ao colonizador (FANON, 1968, p. 29). Contudo, a composição étnico-racial do território deve ser entendida em toda a sua complexidade.

Nesse sentido, as práticas espaciais enquanto parte integrante da produção do espaço estão intimamente ligadas ao modo de produção vigente. Para além disso, as hierarquias desenvolvidas em meio à economia diamantífera tendem a homogeneizar o arraial do Tijuco, ao passo que os conflitos e os espaços de resistência encontram entraves nas regiões centrais em uma realidade de resguardo da lógica colonizadora. Deste modo, o aprofundamento das micro-análises acerca do território tem o potencial de abarcar as relações cotidianas invisíveis na historiografia tradicional. Por esse motivo, a análise que segue foca diretamente nas fontes primárias escritas e cartográficas, determinadas a partir da tríade lefebvriana como modos de representação do espaço, e que assumem um papel narrativo da cultura urbana através das múltiplas possibilidades de linguagem.

3 DÉCIMA PREDIAL URBANA E CARTOGRAFIA HISTÓRICA: DIÁLOGOS ENTRE FERRAMENTAS DE REPRESENTAÇÃO

3.1 A Décima Predial Urbana: dimensões materiais e simbólicas do território

O imposto conhecido como Décima Predial Urbana consistiu em um instrumento de cobrança que insidia sobre as terras à beira-mar⁴ pertencentes ao Império Colonial Português, com exceção das colônias na Ásia, e que, posteriormente, se estendeu para as demais cidades, vilas e arraiais com mais de cem imóveis (CARRARA, 2006, n.p.). O alvará que instituiu a cobrança data 27 de junho do ano de 1808 e especifica que deveriam ser pagos, anualmente, 10% do rendimento líquido dos prédios urbanos compreendidos nas demarcações pelas Câmaras respectivas. Caso o imóvel não estivesse em condição de alugado, era feita uma estipulação de seu rendimento (BRASIL, 1808a).

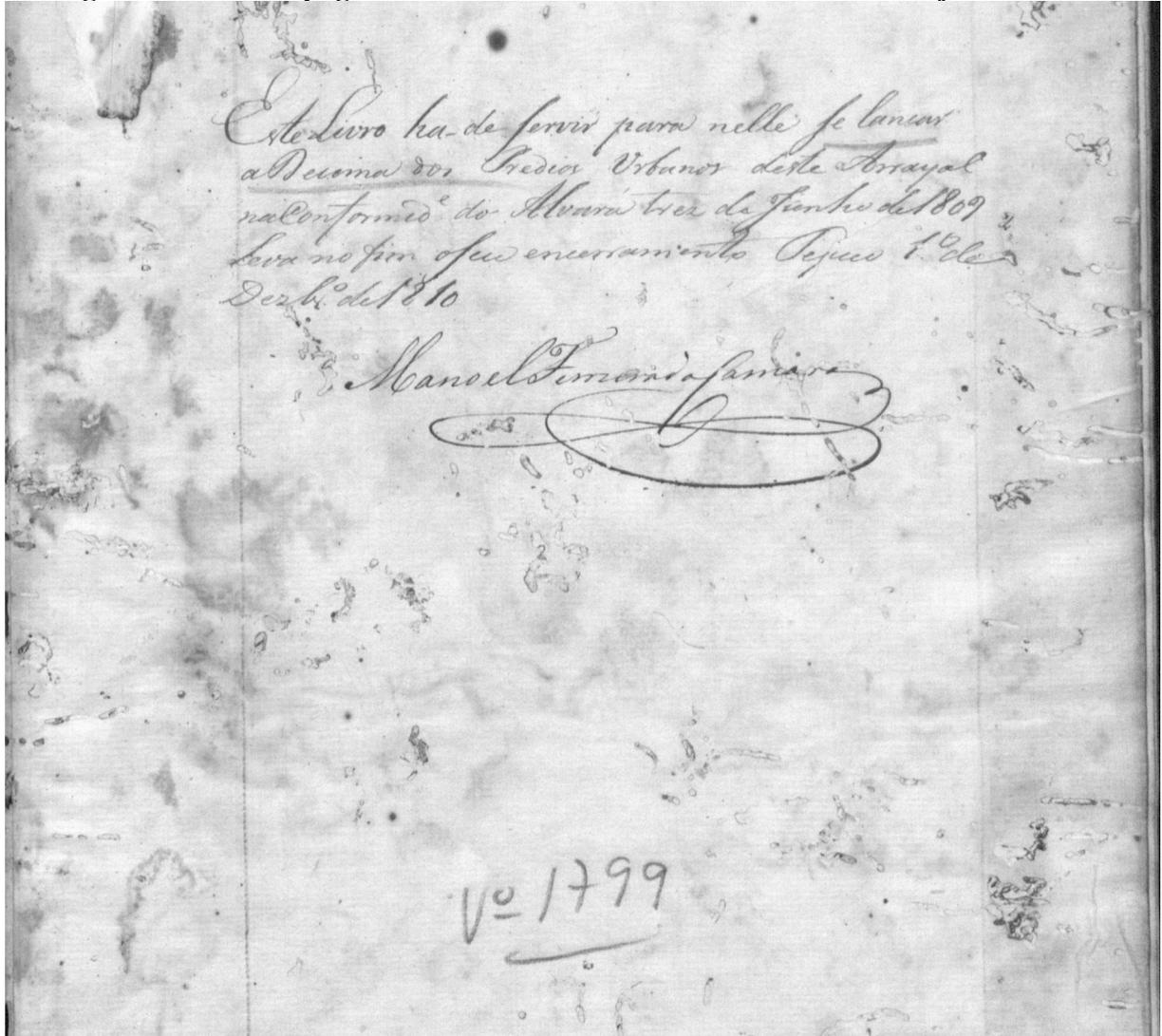
Bueno (2005) defende a importância da Décima como uma fonte que permite reconstituir aspectos do espaço intraurbano, como também reconhecer os agentes sociais envolvidos na sua produção. Por se tratar da cobrança de um imposto destinado às propriedades urbanas, torna-se sinônimo de delimitação do perímetro urbano, revelando de maneira clara sua tessitura. Além dos valores relativos ao rendimento e ao imposto sobre os imóveis, a Décima Urbana contém registros relativos ao valor total e o imposto correspondente, nome dos proprietários e/ou inquilinos e finalidades (uso próprio, aluguel). Em algumas versões, constam ainda as tipologias dos imóveis (casas térreas, sobrados ou assobradados).

Essas informações, contudo, não se apresentam de maneira uniforme em todas as localidades às quais o imposto foi aplicado. Conforme determina o Artigo IV do Alvará de 1808, a chamada Junta de Décima deveria ser composta, em cada localidade, por um superintendente, um escrivão, dois “homens bons”, um nobre e outro do povo, dois carpinteiros, um pedreiro e um fiscal (BRASIL, 1808a). Essa equipe ficaria encarregada do

4 Conforme Resolução complementar de 22 de agosto de 1808, na qual são apontadas dúvidas acerca das determinações do Alvará de 1808, era considerado beira-mar qualquer núcleo que estivesse à beira de um rio que se comunique com o mar (BRASIL, 1808b, p. 43).

lançamento dos dados em um livro encadernado, que contaria ainda com seu termo de abertura, encerramento e rubrica dos membros (Figura 11)

Figura 11 - Trecho página inicial da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810



Fonte: ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 1º de dezembro de 1800 [OM.1799]. Editado pela autora.

Concluída a primeira versão, era realizada, em sequência, uma cópia pelo escrivão contendo um menor detalhamento de informações e, conseqüentemente, menos folhas. Deste modo, uma versão do livro se destinava ao lançamento, que deveria ficar arquivado nos cofres municipais, enquanto a cópia era enviada para o Real Erário na Corte, quando se tratava do Rio de Janeiro, e para Juntas da Real Fazenda nas demais capitanias (BORSOI, 2017, n.p.; CARRARA, 2001, p.146).

Como destaca Borsoi (2017, n.p.), a transposição de dados corroborava para que informações fossem perdidas no decorrer da elaboração dos livros. Ademais, a

discricionariedade proveniente das brechas deixadas pelo Alvará iam de encontro à delimitação do perímetro urbano por parte das câmaras, o que gerava conflitos mediante a cobrança. Ainda segundo o autor, isso se tornou prerrogativa para que, em abril de 1842, fosse decretado o Regulamento para a arrecadação da Décima Urbana. Dentre as medidas, estava a definição dos imóveis aptos e isentos da cobrança, orientação de caminho percorrido, como também a atribuição da responsabilidade das câmaras pela remarcação do perímetro urbano a cada quatro anos. Conforme sintetiza o autor, o regulamento:

(...) define o que venha a ser imóvel urbano (casas, chácaras ou quintas, cocheiras, cavalariças, senzalas, barracas, telheiros, trapiches, armazéns, lojas, teatros, estalagens, fábricas); quais imóveis urbanos estavam ausentes de pagamento (os palácios, quintas e quaisquer prédios reservados para habitação e recreio do imperador e sua família, os edifícios de propriedade nacional, qualquer que seja a sua denominação, os prédios pertencentes às santas casas de Misericórdia, aos hospitais de caridade e ao recolhimento dos órfãos e expostos, os templos ou as igrejas, catedral e matrizes e as capelas e conventos das ordens religiosas, o paço episcopal e o da municipalidade e os matadouros públicos); como deverá proceder a numeração das casas, ou seja, elas seriam numeradas, a partir de então, com os números pares do lado direito e os ímpares no esquerdo tendo como marco de início o paço imperial da cidade (...) (BORSOI, 2017, n.p.).

A partir das definições, visualiza-se que o perfil dos imóveis aptos a pagar o imposto estava diretamente ligado à condição de moradia de civis. Portanto, a fonte se configura como um registro descritivo acerca dos modos de habitação no território sobre o qual o imposto é aplicado. Em vista do desafio inerente de se interpretar uma fonte primária como a Décima, o artigo de Bueno (2005) lança luz sobre as possibilidades de espacialização de seus dados. Intitulado “Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809” (BUENO, 2005), o trabalho traz uma metodologia voltada à Décima Predial que consistiu primeiramente na criação de uma base digital referente à lista de cobrança na cidade de São Paulo em 1809. Em seguida, os dados foram separados em campos definidos conforme as informações presentes no documento (Figura 12).

Figura 12 - Relatório Geral do livro da Décima Predial Urbana de São Paulo em 1809

RELATÓRIO GERAL		
	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Freguesias		
Sé e Santa Ifigênia	1.281	100%
Tipos de proprietários		
Leigos	1.041	81,64%
Religiosos	233	18,27%
Total	1.275	
Tipologia		
Assobradada	2	0,16%
Sobrado	161	13,29%
Térrea	1.047	86,45%
Terreno	1	8,25%
Total	1.211	
Finalidade		
Auguel	638	50,27%
Cedido	44	3,46%
Em obras	41	3,23%
Fechado	68	5,35%
Outros	15	1,18%
Próprio	462	36,40%
Total	1.269	
Uso		
Comercial	26	2,14%
Misto	132	10,90%
Residencial	1.051	86,78%
Total	1.211	

Fonte: Livro da Décima de 1809. Arquivo do Estado de São Paulo.

Fonte: Bueno (2005, p. 68). Disponível em
<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/JVtcpBBmtpgtbsST4mBxg7P/?lang=pt>.
 Acesso em 25 de março de 2022.

Em sequência, o trabalho se propõe a interpretar os dados coletados na primeira planta cadastral da cidade, elaborada pelo engenheiro Carlos Bresser entre 1844 e 1847. A Décima Predial de 1809 de São Paulo apresenta, em suas descrições, o nome da rua na qual os imóveis são encontrados. Essa informação se configura como valiosa no momento de se reconhecer os limites do tecido urbano, como também de associar as categorias atribuídas às propriedades às regiões da cidade.

Além disso, a fonte informa o lado e o número das edificações, possibilitando traçar na cartografia histórica uma comparação direta entre os imóveis imediatamente próximos (Figura 13). Em complemento, Bueno *et al.* (2018, p. 15) ampliam a discussão e organizam as informações coletadas por rua através de múltiplos recursos iconográficos, contribuindo para uma maior compreensão espacial baseada na tradução tridimensional dos dados (Figura 14).

Figura 13 - Finalidades das edificações mencionadas na Décima de São Paulo em 1809

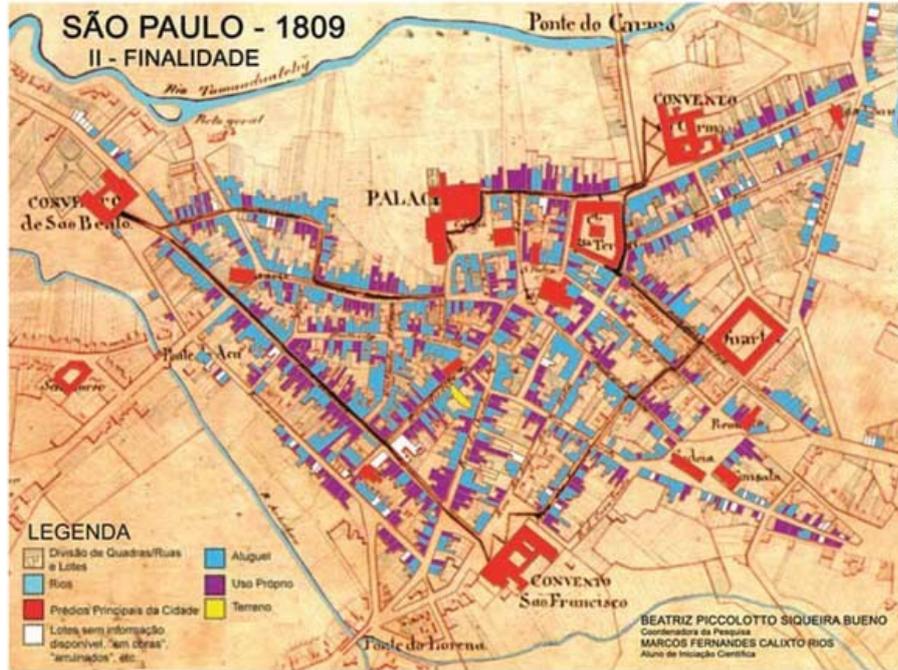


Figura 2 – Prancha II – Finalidade. Autora: Beatriz P. Siqueira Bueno. Mapa-base: “Mappa da Cidade de São Paulo oferecido a Sua Magestade, o Imperador pelo Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva (1844-1847)”, do Engenheiro Carlos Bresser, datável de 1844-1847. Seção de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Fonte: Bueno (2005, p. 69). Disponível em

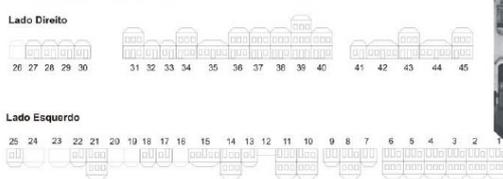
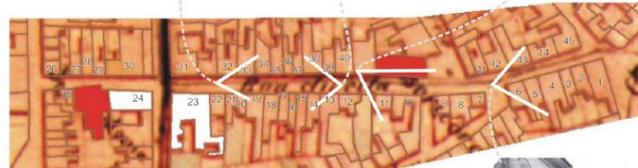
<<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/JVtcpBBmtpgtbsST4mBxg7P/?lang=pt>>.

Acesso em 25 de março de 2022.

Figura 14 - Espacialização dos dados referentes à rua Direita de São Paulo em 1809 a partir da Décima Urbana

Rua Direita

- Lado Esquerdo**
- n.1 Guarda-mor Vicente Ferreira de Oliveira (SPRM) 675443
 - n.2 Raimundo Bernardino Pereira Mendes (SARM) 205200
 - n.3 Joaquim José de Oliveira (SPRM) 263409
 - n.4 Capitão João Francisco de Sá (SPRM) 262400
 - n.5 Fabiano Medes do Campo Manoel de Oliveira Castello (SARM) 195202
 - n.6 Manoel de S. Barros (SARM) 573503
 - n.7 Convento do Carmo (TAR) 245002
 - n.8 Capitão João Freire Torres (SARM) 303726
 - n.9 Manuel Joaquim de Vasconcelos (TPIC) 202600
 - n.10 Coronel Joaquim José dos Santos que de Barão de Bopiranga (SARM) 385409
 - n.11 Iluminaria Francisco de Botões Coelho (SARM) 245003
 - n.12 Capitão Antonio Bernardo Bueno da Veiga (Terra) 195205
 - n.13 Convento de Carmo (TAR) 245003
 - n.14 Dr. Rodolfo Pereira de Campos Vasconcelos (SARM) 303720
 - n.15 Raimundo Joaquim Mariano de Amaral Guigal (TAR) 203380
 - n.16 Senhores Francisco de Oliveira e Jacinto Maria de Luz sem nome
 - n.17 Raimundo de S. Tenório (TAR)
 - n.18 Manuel da Costa Cardoso (TPIC) 133400
 - n.19 Raimundo Antônio Tenório Lobo (TAR) 225200
 - n.20 Anna Domingues Igreja F. de Maria Joazeiro
 - n.21 Capitão Manuel José Francisco de Sales (SARM) 195200
 - n.22 Dr. Carlos Maria Viana (SARM) 195202
 - n.23 Coronel Joaquim José Peix de Moraes Leite sem nome
 - n.24 Coronel Joaquim José dos Santos que de Barão de Bopiranga (TAR)
 - n.25 Raimundo Antônio Roca Viana (TPIC) 133400
- Lado Direito**
- n.26 Coronel Francisco Xavier dos Santos (SARM) 2660
 - n.27 Sr. Maria (SARM) 195200
 - n.28 Manoel de S. Barros (SARM) 195200
 - n.29 Feliciano Maia (TPIC) 73600
 - n.30 Convento do Carmo (TAR) 195202
 - n.31 Coronel João Vaz de Carvalho (SARM) 488000
 - n.32 Sr. Maria (SARM) 195200
 - n.33 Senhora Maria de Rosário (SARM) 195200
 - n.34 Raimundo Manoel Manuel Lourenço Barboza (SARM) 203380
 - n.35 Coronel João Vaz de Carvalho (TAR) 203380
 - n.36 Dr. Manuel Lourenço (SARM) 203380
 - n.37 Dr. Manuel Lourenço (SARM) 203380
 - n.38 Sr. Tenório Coronel Francisco José de Sales (SARM) 203380
 - n.39 Capitão Manoel Anjoio Foz (SARM) 203380
 - n.40 Capitão João Gomes Guimarães (SARM) 203380
 - n.41 Manoel de S. Barros (SARM) 195200
 - n.42 Manuel Gonçalves dos Santos (TPIC) 218000
 - n.43 Tenório Coronel Francisco de Sales (SARM) 203380
 - n.44 Joaquim José de Oliveira (TAR)
 - n.45 Coronel José Manoel de Oliveira de Teófilo (SARM) 245000
- Z. Tenório S. Sobrinho, A. Augusto F. de Oliveira, R. Raimundo, C. Correia, M. Melo



BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO
Coordenadora de Pesquisa
MARCOS FERNANDES CALIXTO RIOS
Aluno de Iniciação Científica

Fonte: Bueno et al (2018, p. 15).

Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8651827>>. Acesso em 14 de março de 2022.

Ainda com relação à Décima Urbana de São Paulo, Kato (2017) compara as versões de 1809 e 1829 com o objetivo de identificar as dinâmicas socioespaciais que permaneceram e se alteraram na realidade citadina durante o recorte temporal. Como conclusão, observou uma valorização assimétrica entre as regiões, de modo que a associação da materialidade com as personalidades que compunham a elite local fosse crucial para realizar a correspondência entre a documentação e o tecido urbano (KATO, 2017, p. 147). O autor destaca ainda, no decorrer da obra, uma série de dificuldades encontradas no momento de se identificar o caminho realizado mediante a cobrança e, conseqüentemente, a localização exata dos imóveis. Com isso, reconhece-se o caráter hipotético de parte das conclusões, o que é próprio da pesquisa baseada no cotejamento de fontes históricas.

As potencialidades do cruzamento de fontes são evidenciadas no trabalho de Borsoi (2017, n.p.) acerca das vilas de Cunha e São Luís do Paraitinga, localizadas na Capitania de São Paulo, durante as primeiras décadas do século XIX. O autor promove o diálogo entre duas documentações: a Décima Predial Urbana e os Maços das localidades. Este último consiste em um documento censitário que abrangia toda a Capitania e que, assim como a Décima, apresenta informações acerca dos chefes de domicílio, como nome, idade, estado civil e perfil étnico-racial. Ao fim, o autor conclui que a metodologia baseada no cruzamento dos dados possibilitou revelar tanto a materialidade do espaço urbano em uma perspectiva morfológica, quanto orientou na construção da história social de seus habitantes.

A versão da documentação relativa ao arraial do Tijuco de fato apresenta diversas pistas capazes de revelar aspectos da economia e da socioespacialidade do território, como processos de segregação, formação de aglomerações e de espaços públicos. No caso da presente pesquisa, o principal desafio enfrentado decorreu do fato de os registros contidos nas Décimas não identificarem a localização exata ou mesmo o percurso adotado pelos lançadores. Em razão dos desafios de trabalhar os dados, foi necessário, durante a pesquisa, lançar mão de documentações complementares como instrumentos de identificação de personagens recorrentes nas descrições do arraial, informações que muitas vezes vinham acompanhadas de pistas acerca da região onde suas propriedades estavam localizadas.

A pesquisa utiliza, portanto, de fontes auxiliares, que permitem a correlação entre os imóveis registrados e seus proprietários ou inquilinos. Uma fonte em especial se tornou crucial no momento de identificação dos personagens do arraial do Tijuco. Trata-se de um censo de 1774, elaborado pelo intendente João da Rocha Dantas e Mendonça, onde são encontrados todos os chefes de domicílio, agrupados nas suas ruas de residência. Para cada um foi informado o nome, a cor, a condição (quando forro), a profissão e o estado civil; o

número total de residentes na casa, exceto os escravos, especificando seu relacionamento com o chefe (familiar ou agregado), e se o imóvel era alugado ou próprio. Pelos nomes listados, pode-se ainda saber o gênero de cada um (AHU, MAMG, Cx. 108, Doc. 9, f. 1-9). Esse censo foi enviado a Portugal acompanhado de uma cartografia do arraial do ano de 1775.

Além da Lista Nominativa, utiliza-se também os inventários disponíveis na Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina e interpretados por Furtado (1996, 2002, 2005, 2011) e as transcrições trazidas por Machado Filho (1980) acerca das documentações referentes aos imóveis do arraial nos séculos XIX e XX.

Durante a presente pesquisa, a metodologia parte da organização dos documentos primários em formato digital para, em seguida, se realizar o cruzamento das informações neles contidos, buscando indícios tanto de padrões quanto de especificidades que pudessem contribuir para a compreensão da vida cotidiana no território. Torna-se importante também que desde o começo sejam delimitadas lentes de observação como forma de deixar claro sob quais realidades os registros foram produzidos.

As pesquisas já publicadas acerca do tema de análise da Décima Predial têm em comum o destaque dado à coleta de informações voltadas para a descrição dos imóveis, como sua tipologia e uso atribuído. Ademais, a menção aos proprietários e habitantes possibilita correlacionar diretamente as edificações ao perfil populacional dos núcleos urbanos. Deste modo, mais do que os resultados das análises, a principal contribuição da revisão bibliográfica acerca do tema se dá na delimitação dos dados a serem destacados no momento de transcrição da documentação para a base digital.

A partir das contribuições metodológicas de Bueno (2005, 2018), notou-se a necessidade de traduzir as informações da documentação primária nas representações do sítio contemporâneas à época. Conforme explicita a autora, a tradução das informações contidas na Décima em mapas explicita os agentes e a materialidade do espaço através do mapeamento dos usos, tipologias e padrões de habitação predominantes (BUENO, 2005, p. 64; 2018, p. 8).

Contudo, no caso do arraial do Tijuco, a ausência de informações claras voltadas à localização aproximada dos imóveis não permite que seja realizado o mapeamento preciso das regiões, como acontece na metodologia desenvolvida por Bueno (2005) e Bueno *et al.* (2018). O objetivo geral torna-se, portanto, ilustrar aspectos da espacialidade do arraial nos séculos XVIII e XIX de forma ampla a partir das informações comparadas dos imóveis, seus ocupantes e de valorização por meio da atribuição de rendimento. No contexto do qual não é possível inferir com precisão a localização da maior parte dos imóveis registrados, inclui-se à

materialidade e ao estudo morfológico a possibilidade de explorar as intangibilidades da paisagem traduzidas nas narrativas dadas pelas fontes.

3.2 Cartografia histórica: o jogo de escalas e as vivências no espaço

A pesquisa no âmbito da história urbana tem como possibilidade de material de investigação uma série de registros individuais e coletivos, tais como imagens e cartografias, que evidenciam os olhares e revelam percepções sobre o espaço, bem como atuam como fontes históricas e geográficas de captura da paisagem, imortalizando um recorte do tempo. Mais especificamente com relação a produção de mapas, Lepetit (2001a, p. 209) argumenta que a representação cartográfica não é o território em sua dimensão absoluta. O domínio da cartografia implica reconhecer duas hierarquias paralelas: a da escala, que pertence ao reconhecimento de um representante, o mapa, e um referente, o território; e a dos níveis, enquanto fenômeno de organização espacial e estruturação do mundo. Em função disso, a generalização de informações é um procedimento abstrato de resultado representativo, sendo a escala utilizada produto dessa escolha e um recurso caro ao cartógrafo⁵.

Besse (2014, pp. 144-153) defende que a síntese intelectual do cartógrafo se define pela montagem, composição e combinação, de modo que a representação gráfica não seja um simples retrato do espaço, mas uma definição de orientações, distribuições, ordenamentos e hierarquias. Portanto, no âmbito da investigação acerca do tecido urbano, a cartografia histórica enquanto fonte primária de análise apresenta um potencial revelador do território, assim como de técnicas, interpretações e intenções por trás de sua representação.

Conforme evidencia Mortimer (2018, p. 161), as imagens não obedecem ao pensamento linear e processual da escrita, mas funcionam como uma dialética entre visível e dizível, ao capturarem um olhar e sua perspectiva. A autora propõe, então, um método de investigação do espaço tendo a imagem como ponto de partida. Essa abordagem, que também leva em conta a contextualização do lugar e quem o retrata, busca decifrar os espaços muitas

⁵ Lepetit (2001a, p. 208) afirma que, a primeira vista, uma escala e a linha localizada a margem de um mapa com o objetivo de guiar a comparação entre as dimensões reais dos elementos e as de suas representações cartográficas. Segundo o autor, diferentemente da proporção, que busca definir a relação entre o todo e as partes, a escala promove a interação do todo com o “não todo”, posto que assumi-la implica necessariamente revelar e omitir aspectos do objeto retratado.

vezes não ditos na historiografia tradicional. Em consonância, Besse (2014, p. 11) lança mão da polissemia em que se debruça o significado de paisagem no âmbito das Humanidades. Segundo o autor, a paisagem é pensada, descrita e falada para que, então, possa ser representada. Consequentemente, um fruto de representação da paisagem, o que inclui a cartografia, pode ser visto de forma abrangente como uma representação cultural tanto coletiva quanto individual (BESSE, 2014, pp. 16-17).

Com relação ao espaço urbano enquanto palco de vivências cotidianas, Silva (2016) traz, a partir da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993), o conceito de “história a partir de baixo” aplicada ao estudo da urbanização, visando explorar ao máximo a documentação primária, e a partir dela, então, promover o diálogo com a historiografia. O autor traz a necessidade de se abandonar o pressuposto de que os processos disruptivos do espaço remetem necessariamente a ações descoordenadas ou caóticas. Pelo contrário, esses processos orgânicos da vida social não deveriam ser separados da estrutura das relações de poder, mas sim estar em constante diálogo.

A compreensão estrutural da paisagem pautada nas relações cotidianas encontra respaldo atualmente na experiência da microanálise, e que, no caso da historiografia, se insere na abordagem da micro-história (SILVA, 2010, pp.6-7). Conforme elucida Revel (1998, pp.16-19), essa linha foi incorporada ao âmbito das humanidades na década de 70, inicialmente entre historiadores italianos, que propuseram um projeto empírico de base qualitativa como reformulação às pesquisas de caráter majoritariamente quantitativo. A partir de então, a mudança da escala de análise, especificamente sua redução, se torna o ponto de partida, de modo que o processo de interpretação e cotejamento de fontes individuais e complementares passa, segundo o autor, a ser a chave da abordagem para o estudo da coletividade.

No caso particular do arraial do Tijuco, a obra da historiadora Júnia Ferreira Furtado configura-se como uma importante leitura da sociedade diamantífera a partir de registros dos indivíduos habitantes do território nos séculos XVIII e XIX. No que diz respeito à configuração do espaço urbano, Furtado (2002) propõe uma leitura de padrões de ocupação das regiões do território com base na organização de sujeitos sociais do arraial⁶ identificados

6 Segundo Garcia (1996, pp.161-163), a definição de sujeitos sociais se dá a partir da organização teórica de grupos pautada no reconhecimento dos diversos campos que compõem uma sociedade, como vida familiar, redes de lazer e práticas religiosas. Paralelamente, ao passo que se entenda que a definição de classe deva admitir as micro configurações, reconhece-se que esses sujeitos estão inseridos em estruturas amplas de organização social. Deste modo, Furtado (2002) traz a divisão da sociedade diamantífera bastante focada na estrutura colonial escravista, ainda que descreva, a partir da espacialização da população, a experiência individual dos sujeitos no território.

em inventários e no censo populacional por domicílio de 1775. Como conclusão, a autora comprova que a distribuição espacial por perfis étnico-raciais e por gênero se dava de maneira relativamente heterogênea. Esse fato não debate a desigualdade presente na tessitura urbana, mas lança luz sobre a importância das microanálises para se evitar anacronismos na leitura historiográfica.

A exemplo, tem-se que a população liberta configurava a maior parcela dos residentes das ruas Macau, Campo e Burgalhau, como também os becos do arraial. Paralelamente, a rua Direita era habitada no fim do século XVIII em sua maioria pela população branca e abastada, e cujas residências se encontravam comumente chefiadas por homens brancos de cargos nobres. Contudo, a autora identifica alguns padrões disruptivos a essa configuração, como o caso das mulheres ex escravizadas de nome Maria Carvalha, Inês Maria de Azevedo e Mariana Pereira, também habitantes da rua, além de Josefa Maria de Freitas que residia um imóvel especificamente ao lado do coronel Luís de Mendonça Cabral, membro da Real Extração dos Diamantes (FURTADO, 2002, pp. 498-499).

Silva (2010, p.7) sintetiza os significados de dois dos conceitos desenvolvidos pelos precursores da micro-história e utilizados como pilares da abordagem: o “excepcional normal” e o “paradigma indiciário”. O primeiro, de autoria de Edoardo Grendi, consiste na defesa de que o estudo empírico voltado aos casos excepcionais à historiografia tradicional são capazes de relevar aspectos estruturais da sociedade sem que ocorram generalizações. Já o segundo, formulado por Carlo Ginzburg, busca defender um método historiográfico centrado nos indícios e detalhes dos dados encontrados em diferentes fontes primárias complementares (REVEL, SILVA; 1998, 2010). Deste modo, a abordagem micro-histórica se baseia na análise dos processos para a compreensão dos contextos.

A partir dessas reflexões, o processo de leitura do espaço urbano do Tijuco se dá inicialmente na análise da produção cartográfica e pictórica local. Em um primeiro momento, foca-se nos contextos temporais e técnicos que permeiam essas fontes, a fim de se compreender sob quais condições as narrativas encontram-se impostas. Em seguida, a escala de representação e os elementos que se sobressaem a partir dela se tornam os objetos a serem esmiuçados, de modo que seja possível identificar os elementos da organização espacial presentes no período analisado.

Conforme salienta Santos *et al.* (2011, p. 268), o período compreendido entre o fim do século XVIII e o princípio do século XIX foi marcado por uma extensa produção cartográfica voltada à Capitania de Minas Gerais. A finalidade se dava em reconhecer e mapear os territórios referentes às comarcas que passavam por um processo de fortalecimento

socioeconômico, como o do Rio das Mortes, ou por diversificação da economia, como de Vila Rica e Serro Frio. Em complemento, Bueno (2004, pp. 193-194) destaca que, nesse momento, o levantamento de campo e a linguagem cartográfica obedeciam uma metodologia bem delimitada de coleta e sistematização de informações baseada na multidisciplinaridade de áreas como matemática, geometria, geografia, astronomia e belas-artes.

De forma geral, Moraes (2006) lembra que o progressivo papel estratégico dos métodos científicos na produção de imagens serviram de instrumento geopolítico de domínio das terras do Novo Mundo por parte da Coroa Portuguesa, sobretudo a partir de 1808, com a chegada da Família Real em terras brasileiras. Em conjunto, uma série de intelectuais foram atraídos com a intenção de desbravar o território; os registros por eles elaborados eram respaldados principalmente pela tendência iluminista de uso da razão como base para o conhecimento da natureza e da sociedade. Segundo a autora, esses pesquisadores estrangeiros foram os responsáveis por diversos relatos iconográficos nos campos da mineralogia, geologia e biologia (Figura 15), imortalizando aspectos dos cenários tropicais aos quais se deparavam em suas expedições (MORAES, 2006, p. 108).

Figura 15 - Paisagem no Rio de Janeiro, 1846



Fonte: JOHANN Moritz Rugendas. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa707/johann-moritz-rugendas>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

A produção cartográfica de tradição portuguesa no século XVIII se deu em função dos principais tratados publicados na época, que definiam diretrizes, atribuídas ao engenheiro militar, de coleta e transposição de informações. Um dos principais tratados, denominado “O Engenheiro Português”, data os anos de 1728 e 1729 e foi desenvolvido pelo engenheiro-mor Manoel de Azevedo Fortes, membro da Academia Real de História Portuguesa (BUENO, 2006, p. 207). No caso do Brasil, Moraes (2006, pp. 104-105) lembra que a criação do Arquivo Real Militar em 1808 viria subsidiar a formação de um corpo especializado de oficiais engenheiros militares e topógrafos, originando, em 1810, a Academia Real Militar.

A cartografia histórica a ser analisada data o ano de 1784 e antecede, portanto, a chegada da Corte ao Brasil, como também a estrutura política de engenharia militar na América Portuguesa. Na intitulada “Planta do Arraial do Teiuco” (Mapa 1), é possível reconhecer as edificações e as divisões dos lotes, assim como a limitação das vias e os corpos d’água que abasteciam o território. Além disso, por meio do recurso das cores, estão retratadas hortas e árvores cultivadas nas áreas livres dos terrenos. A cartografia destaca, ainda, através

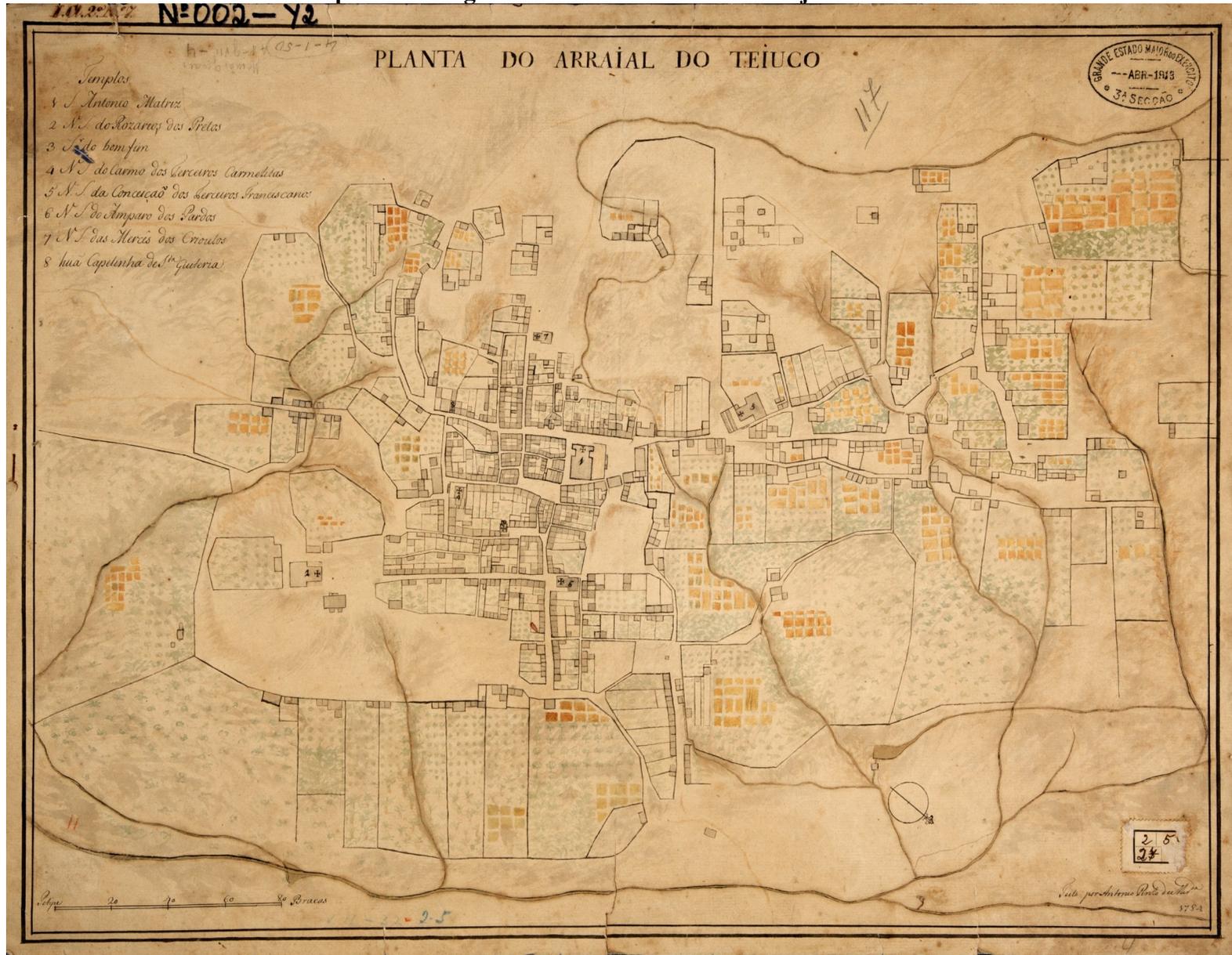
da numeração e indicação em legenda localizada em sua porção superior esquerda, os principais templos cristãos do arraial, um total de sete igrejas e uma capela.

A escala da “planta” revela os limites do núcleo urbano, visto que, a medida que as propriedades e lotes se distanciam do centro do mapa, as demarcações tornam-se progressivamente espraiadas, sugerindo o perímetro periurbano da tessitura do arraial. Neste momento, reconhece-se o caráter bidimensional da cartografia, uma vez que não é clara a representação da topografia do território. Salvo a presença dos cursos d’água, os atributos do sítio de implantação, como o relevo e a Serra dos Cristais que margeiam o arraial, não são representados no mapa⁷. O foco da representação e da escala utilizada, portanto, se dá justamente nas contribuições antrópicas para a paisagem.

Uma primeira análise da cartografia já permite identificar aspectos regulatórios caros à urbanização de origem portuguesa e implementados em território luso-brasileiro. Os dois primeiros pontos a serem levados em conta, segundo Teixeira (2012, pp. 57-59) eram a orientação dos cursos d’água e a adequação das primeiras implantações ao sítio natural do território. Ainda de acordo com o autor, essas preocupações se estendiam pelas sucessivas fases de expansão do núcleo, que acabam por formar uma tessitura reticular organizada em torno de um espaço livre central e cujo ordenamento das vias se dava pela repetição de fachadas em alinhamento nas ruas.

⁷ Cabe, na análise que se segue, o artifício do geoprocessamento para a correspondência e complementação de informações acerca do território.

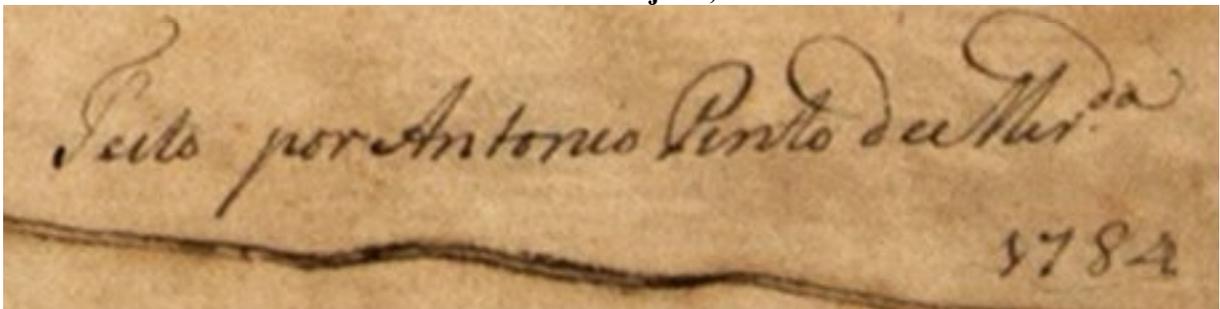
Mapa 1 - Cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207.

A autoria da cartografia de 1784 é atribuída a Antônio Pinto de Miranda (Figura 16), artista e cujo filho, Caetano Luiz de Miranda, natural do arraial do Tijuco, fora uma figura importante na produção artística e cartográfica da Demarcação Diamantina, como também funcionário da Real Extração de Diamantes de 1801 a 1822 (SANTOS *et al.*, 2011). Embora a historiografia trate de ambos os personagens, principalmente de Caetano, não é possível encontrar informações precisas que elucidem a capacitação de ambos para a realização dos trabalhos cartográficos⁸. Apesar disso, para a análise das informações contidas no mapa de 1784, serão consideradas as diretrizes de coleta de dados vigentes na época.

Figura 16 - Assinatura localizada na margem inferior direita da Cartografia Histórica do arraial do Tijuco, 1784



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

Segundo Bueno (2004, p. 206), a cartografia de herança portuguesa conquistou o caráter funcional progressivamente a partir do século XVIII, de modo que a presença de signos decorativos se reduzisse em prol da precisão científica. A prática de coleta e transposição dos dados obedecia uma série de procedimentos padrão, como lista a autora:

Convocada a comitiva e eunidos os instrumentos necessários, procedia-se da seguinte forma: 1) definia-se a escala gráfica do levantamento – o petipé; 2) procedia-se a algumas jornadas prévias para vistoria do terreno, com objetivo de se ter idéia dos seus montes, vales, rios, ribeiras, matos e planícies; 3) escolhiam-se os lugares altos convenientes para se assentar as “estações” de observação, deixando-lhes as balizas com bandeiras; 4) começava-se o levantamento aleatoriamente por qualquer parte; 5) diante da dificuldade de se encontrar sítio suficientemente plano onde assentar o teodolito, o engenheiro-diretor mandava proceder ao nivelamento do terreno com um nível; 6) se a província apresentasse cordilheira intransponível, desenhavam-se apenas os contornos das suas vertentes, tal como dos rios, ribeiras, montes, lagoas ou mesmo matas fechadas; 7) as operações feitas deveriam ser transferidas todos os dias para o papel – no borrador ou caderno de lembrança, “porq em quanto està fresca a idéa daquelle sitio, tudo o que lhe pertence se nota melhor”, sendo qualquer equívoco de medição passível de ser retificado *in loco*; 8) querendo desenhar a carta geral do reino, bastava ajustar os “confins” de várias cartas corográficas de províncias ou bispados, de mesmo petipé; 8) jamais se poderia

⁸ O recurso da microanálise voltada para a investigação acerca dos autores não se faz presente no momento, visto o mapa se tratar de um ponto de partida para a espacialização dos dados contidos na Décima Predial Urbana. Deste modo, um possível campo a ser explorado em pesquisas futuras com o foco na produção cartográfica poderá completar o aprofundamento acerca dos personagens a ela correlacionadas.

esquecer de orientar o levantamento, marcando o Norte na rosa-dos-ventos (tal orientação feita com o auxílio de uma bússola ou relógio de sol era a melhor para se localizar o Norte verdadeiro) (BUENO, 2004, p. 210).

A tradução dos elementos do território na cartografia era realizada com o auxílio de instrumentos como bússolas, balizas e prancheta circular moderna, cuja finalidade se dava em orientar o método de triangulação de pontos. O procedimento consistia na identificação de uma distância inicial entre dois pontos conhecidos e, a partir deles, a demarcação de pontos secundários, sendo as distâncias subsequentes e, então, suas localizações, definidas por meio de cálculos trigonométricos. O processo se repetia com novos pontos de base até que toda a área a ser cartografada fosse contemplada (BUENO, 2004, p. 208).

O mesmo ponto de vista do núcleo em 1784 já é utilizado em um mapa anterior, intitulado “Pequena Planta do Arraial do Tejuco” (Mapa 2), que data o ano de 1775 e é lançado em conjunto ao censo populacional por domicílio do mesmo período. A partir da posição da rosa dos ventos e da orientação das igrejas e capela, é possível inferir que os responsáveis pela cartografia em ambos os casos se instalaram próximo ao ponto hoje conhecido como Mirante do Cruzeiro da Serra (Figura 17).

Mapa 2 - Pequena Planta do arraial do Tijuco, 1775



Fonte: Manuscritos Avulsos de Minas Gerais (MAMG), AHU, C. n.255/1162.

Figura 17 - Vista do e a partir do Mirante do Cruzeiro da Serra, Diamantina (MG)



Fonte: Autoria de Eduardo Lima, 2019.

O documento anexado à cartografia de 1775 esclarece que os pontos escurecidos referem-se às edificações, um total de 567, e seus respectivos terrenos. As linhas contínuas delimitam as divisões dos quintais, as tracejadas demarcam os caminhos de acesso ao arraial e as sombreadas representam a hidrografia (AHU, C. n.255/1162). Além disso, os templos religiosos cristãos são enumerados na mesma ordem encontrada em 1784, com exceção da igreja das Mercês, ausente por ter sido erguida posteriormente, em 1778. A partir das informações organizadas por Pestana (2001, n.p.) e Milfont (2010, pp. 191-192), é possível correlacionar a ordenação das igrejas em ambos os casos à data em que foram erguidas.

A ordem de identificação se dá, portanto, da seguinte forma⁹: (1) Matriz de Santo Antônio, fundada entre 1734 e 1735, denominação herdada da capela homônima erguida na rua do Burgalhau e marco fundador do arraial; (2) igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída entre 1728 e 1731; (3) igreja do Nosso Senhor do Bonfim, cujo termo data o ano de 1771, porém faz referência a uma capela anterior sem data determinada; (4) igreja Nossa Senhora do Carmo, ereta em 1765; (5) igreja da Ordem de São Francisco, construída entre 1766 e 1772; (6) igreja Nossa Senhora do Carmo, erguida em 1770; (7) capela de Santa Quitéria, anexada à conhecida Casa de Chica da Silva em 1771 (PESTANA, MILFONT; 2001, 2010).

As edificações de culto católico são pontos de destaque na tessitura urbana desde o arraial do Tijuco no século XVIII à Diamantina dos dias atuais. Baeta (2007, pp. 60) defende que os monumentos, classe na qual as igrejas se incluem, são elementos inerentes à condição artística da cidade barroca e conferem dramaticidade ao urbanismo mineiro. A posição privilegiada dessas edificações no tecido faz com que sejam identificadas ao longe. Além disso, as orientações diversas às quais são implantadas contemplam diferentes caminhos, de modo que ofereçam boas vindas a quem adentra no espaço do núcleo urbano. O autor ressalta, a partir da análise do tecido urbano de Ouro Preto, que a escala das igrejas e os espaços livres ao redor têm a função de romper com a densidade da mancha edificada, concedendo respiro e surpresa visual ao transeunte (BAETA, 2007, pp. 56-61).

No caso do arraial do Tijuco, a cartografia de 1775 dialoga com a descrição do autor, visto ser possível correlacionar esses caminhos, identificados pelas linhas tracejadas, ao acesso visual às igrejas. Contudo, torna-se curioso perceber que essas edificações, a medida que se afastam da porção adensada, tal como acontece com as igrejas do Rosário e de São Francisco, têm suas fachadas frontais orientadas para o centro do arraial, conferindo um aspecto de introspecção do tecido para com os visitantes.

Conforme aponta Teixeira (2012, p. 41), muitos núcleos urbanos que se formaram nos moldes lusitanos de implantação tinham seus as edificações religiosas e políticas implantadas em locais de destaque do tecido e da topografia do sítio. Esses edifícios eram, por sua vez, ligados por caminhos que se sobrepunham às linhas naturais do terreno e se tornavam as principais vias do território. O autor destaca a chamada rua Direita como um eixo estruturante do núcleo urbano, ao longo do qual iam se implantando habitações mais valorizadas e de

⁹ A Décima Predial Urbana de 1811 faz ainda referência em #517 a uma capela sob o “título de Nossa Senhora da Luz, no fim do arraial, à entrada do lado esquerdo, estrada real” (AN CC 1800), que não se encontra destacada nas cartografias trabalhadas.

funções urbanas centrais. No cruzamento com esta via e habitualmente associado a um edifício religioso, desenvolvia-se um largo ou terreiro, de início amorfo, que progressivamente se transformava em praça (TEIXEIRA, 2012, p. 51).

No arraial do Tijuco, diferentemente do descrito acerca de Ouro Preto, as igrejas localizadas no interior do núcleo urbano, com exceção da Matriz de Santo Antônio, contam com um espaço não edificado menor, como também uma escala próxima ao restante do conjunto arquitetônico. O elemento surpresa atrelado ao movimento se dá, nesse caso, na implantação próxima ao cruzamento de duas ruas, como é possível visualizar no caso da igreja Nossa Senhora do Carmo, localizada no encontro das atuais ruas do Carmo e do Contrato (Figura 18).

Figura 18 - Igreja Nossa Senhora do Carmo. Esquina das ruas do Carmo e do Contrato, Diamantina (MG)



Fonte: Autoria de Elvira Nascimento Fotografia. Disponível em
<<https://www.conhecaminas.com/2016/05/igreja-do-carmo-em-diamantina-torre.html>>.
Acesso em 21 de julho de 2022.

As informações acerca dos usos dos lotes no arraial encontram-se detalhadas na cartografia de 1784, na qual é possível identificar, nos elementos coloridos localizados no interior das demarcações o cultivo de árvores e hortaliças. Em viagem ao Distrito Diamantino

entre os anos de 1817 e 1818, portanto, cerca de 43 anos após a cartografia analisada de 1784, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire descreve um arraial do Tijuco¹⁰ com cerca de 800 imóveis e quintais numerosos e assimétricos, formando manchas verdes espalhadas pela topografia acidentada do sítio em contraste com as casas majoritariamente brancas. Seus relatos destacam ainda a presença de árvores frutíferas como laranjeiras, bananeiras e pessegueiros, além de hortaliças, tais como couve, alface e batata (SAINT-HILAIRE, 1941, pp. 33-35).

Em acréscimo, Menezes (2015, pp. 77-79) traz que essa estrutura produtiva também se encontrava presente no entorno de edifícios administrativos e eclesiásticos, além de serem comuns o cultivo de ervas medicinais e a criação de animais, como porcos e galinhas, em porções do terreno afastadas das moradas. A ocupação dos quintais nos núcleos mineiros é retratada em diferentes obras pictóricas, a exemplo da perspectiva da cidade de Mariana em 1817. Na aquarela, torna-se possível visualizar as árvores e as demarcações destinadas ao cultivo de hortaliças. No caso do arraial do Tijuco, a vista planificada de 1784 identifica uma maior presença de hortas, representadas pelas formas retangulares amareladas, à medida que o parcelamento do território se torna mais espraiado.

Já na porção central do núcleo urbano, os lotes são menores e mais estreitos, predominando a vegetação arbustiva ou arbórea. Uma explicação para essa disposição pode derivar da opção pelo cultivo de hortaliças próximo aos corpos d'água, como forma de otimizar o processo de irrigação¹¹. Além disso, o fato de a maior variedade de produção acontecer no perímetro periurbano sugere uma lógica de abastecimento partindo das margens do território em direção ao centro (Figura 19).

10 Conforme explica Menezes (2015, p. 76), as traduções dos textos de Saint-Hilaire para o português utilizavam da palavra “jardim” para se referir ao original francês “jardin”, ainda que o autor descrevesse espaços livres situados atrás das casas, definição que, na cultura luso-brasileira, se dá para quintais.

11 A relação entre a hidrografia e o local de implantação do arraial se dá na descrição de Saint Hilaire acerca do sítio, “Tijuco é construída *sobre* a encosta de uma colina cujo cume foi profundamente cavado pelos mineradores. Ao pé dessa colina corre, em um vale demasiadamente estreito, um regato que tem o nome de Rio S. Francisco.” (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 34).

Figura 19 - Comparação entre os quintais da cidade de Mariana (1817) e os do arraial do Tijuco (1784)



Fonte: Menezes (2105); Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

Teixeira (2012, pp. 87-88) organiza os modelos de quarteirão da cidade de origem portuguesa em três grupos, diferenciando-os pelo século em que se instituíram e pelo modo de ocupação do lote. O primeiro, próprio das cidades medievais dos séculos XIII a XV, se dá por lotes estreitos e longilíneos que ocupam os quarteirões de uma extremidade a outra. Nesse modelo, a frente do lote, onde está localizada a casa, compõe as ruas principais, ao passo que os quintais dão para ruas de serviço. No segundo modelo, próprio do século XVI, o quarteirão é segmentado longitudinalmente por duas fileiras de lotes. Nesse caso, os muros dos logradouros estão transversais às ruas principais, dispensando as ruas de serviço em virtude do surgimento dos quintais internos ao quarteirão. O terceiro modelo, característico dos tecidos mais adensados do fim do século XVI, é formado pela ocupação de frentes de lotes em todas as faces do quarteirão e, por consequência, um maior número de ruas dianteiras. O autor associa diretamente, ainda, a produtividade do lote ao seu formato, de modo que os maiores permitiam o cultivo diversificado.

Os tipos de quarteirão e de loteamento estão associados, portanto, à linearidade do desenvolvimento do núcleo urbano conforme seu processo de adensamento se intensifica. Ainda segundo Teixeira (2012, p. 95), os modelos de lote poderiam coexistir em um mesmo

recorte temporal, porém o crescimento urbano em um contexto de economia escravista gerava constantes adaptações em sua estrutura, de modo que o espaço onde a princípio era usado como quintal de plantação e complementação à economia doméstica, passasse gradualmente a servir de alojamento de serviços ou escravizados, ampliação da casa para morada própria ou aluguel. Conforme descreve Teixeira (2012, p. 93), a estrutura de loteamento lusitano deu origem a uma tipologia específica de fachada principal das edificações neles implantadas, caracterizada pelo autor como estreita e composta por três vãos, dados por uma porta e duas janelas no caso de pavimento térreo, ou três janelas em andares superiores de sobrados.

A partir dessa sistematização e pela análise da cartografia de 1784, torna-se possível associar os modelos de quarteirão tratados pelo autor à realidade do arraial do Tijuco. As ruas de serviço, por exemplo, se tornam recorrentes principalmente às margens do território, à medida que os lotes ocupam por inteiro a extensão de um quarteirão. Os quintais menores, presentes na região próxima à Matriz de Santo Antônio, acompanham as propriedades que se espalham por todas as faces dos quarteirões, majoritariamente de formato quadrangular. Ao passo que os terrenos se distanciam da porção central do arraial, os quarteirões se tornam cada vez mais amorfos e menos adensados.

Originalmente, as delimitações dos quintais e espaços livres nos lotes formam ruas adjacentes às principais e originam becos de passagem a acesso às vias de maior circulação de pessoas e serviços. Esses becos atualmente apresentam conformação diferente da original devido justamente ao adensamento progressivo do território. Os lotes estreitos e longilíneos próprios da primeira e segunda tipologias de quarteirão descrita por Teixeira (2012) têm seus espaços livres ocupados, e os muros e delimitações no geral passam a ser substituídos pelas fachadas principais de novas edificações¹². Nesse sentido, o atual beco do Tetuliano de Mattos (Figura 20) ilustra essa readaptação dos lotes, de modo que seja possível encontrar as fachadas laterais de imóveis remanescentes desde o fim do século XVIII, como também de edificações erguidas no decorrer dos séculos a partir da ocupação dos espaços originalmente livres dos lotes.

12 Apesar de as descrições de Teixeira (2012) acerca dos quarteirões de origem portuguesa preverem a presença de muros na delimitação dos lotes, não é possível verificar com precisão, apenas a partir da análise cartográfica, como se dava a separação lateral e posterior dos terrenos entre si ou com relação às vias no caso do Tijuco. A descrição da cartografia de 1775 do arraial indica brevemente a “divisão de quintais”, não especificando o modo e nem a forma que se davam essas delimitações.

Figura 20 - Atual beco do Tertuliano de Mattos com vista para a igreja Nosso Senhor do Bonfim e região correspondente na cartografia de 1784



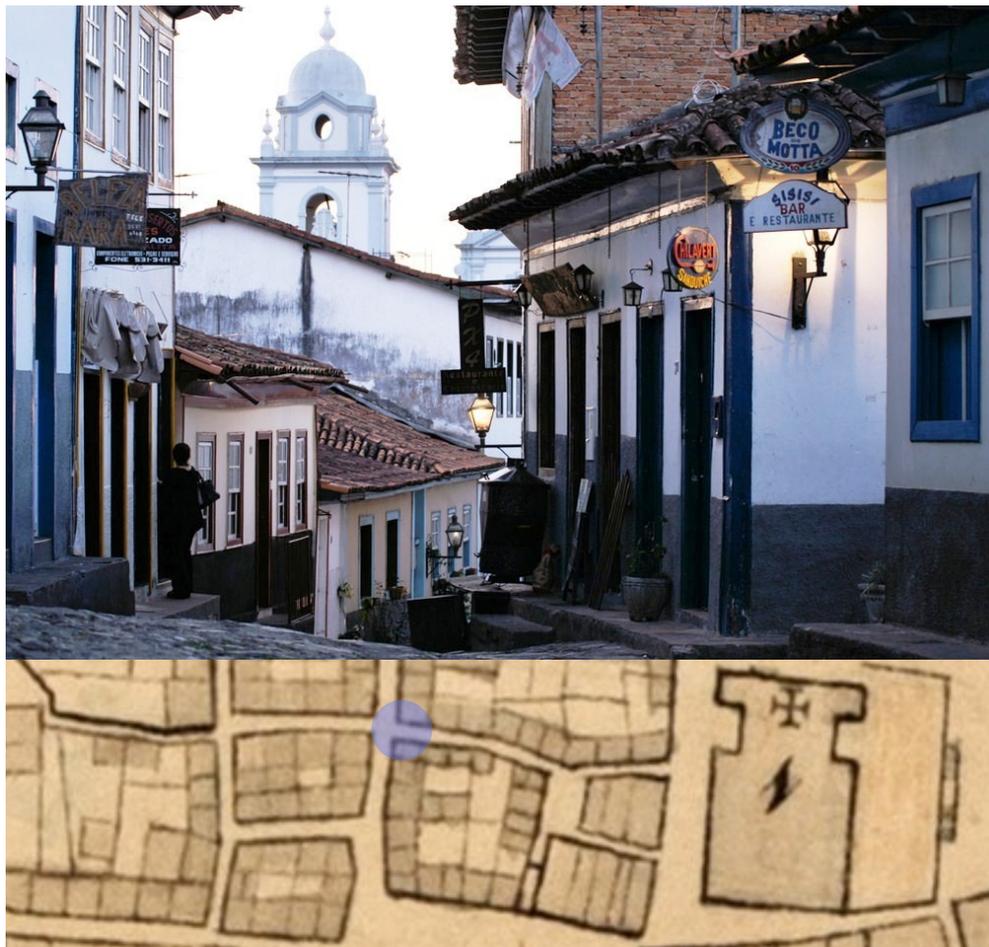
Fonte: vitruvius.com.br. Autoria de Elio Moroni Filho. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/16.180/8492>>. Acesso em 22 de julho de 2022; Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

Embora a reconfiguração na ocupação das quadras ter acontecido em função do crescente aproveitamento das porções livres dos lotes, a presença de becos habitados na conformação urbana de Diamantina não é exclusividade dos dias atuais. Desde 1774, o censo relativo à população residente no arraial do Tijuco já lista uma série de famílias que tinham seus endereços orientados a partir dessas duas adjacentes. A fonte menciona um total de sete

becos ocupados, em sua ampla maioria, por mulheres e homens não brancos e suas famílias. No geral, esses imóveis são descritos como alugados e os ofícios de seus habitantes, mencionados apenas no caso de chefes de domicílio homens, varia entre sapateiro, alfaiate, comerciante, pintor e ferreiro.

Observa-se que parte dos becos existentes na atualidade e que já apresentavam frentes de imóveis, como é o caso do beco do Alecrim ou o beco do Mota, não estão contidos na listagem, o que faz crer que, no final do século XVIII, eram conhecidos por outras nomeações. Morfologicamente, apesar de não se configurarem como as principais vias de circulação no território, os becos do arraial do Tijuco são parte integrante da paisagem local, tendo seu caminho muitas vezes orientado em direção a espaços públicos que introduzem marcos estruturantes do núcleo, como a própria igreja Matriz (Figura 21).

Figura 21 - Trecho correspondente ao cruzamento do beco do Alecrim e o beco do Mota



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível em <<https://rrupta.wordpress.com/2013/02/21/o-beco-do-mota/vista-do-beco-do-mota-diamantina/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2022; Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

As praças são elementos notórios do urbanismo setecentista mineiro, e estão associados a espaços de socialização e troca de mercadorias. Conforme elucida Teixeira (2012, p. 60), são formados a partir do alargamento ou cruzamento de vias. A religiosidade também apresenta um papel importante na constituição desses espaços, visto que muitas vezes os adros das igrejas são destinados a pontos de encontro e de festividades. Em seus relatos acerca do arraial do Tijuco, Saint Hilaire (1941, p. 39) destaca que as praças locais eram numerosas, mas, em sua maioria, pequenas e irregulares, assemelhando-se a encruzilhadas.

Suas descrições podem ser interpretadas como a leitura de um arraial no qual não exista uma clara delimitação de espaços exclusivos para passagem ou permanência, diferentemente de outros núcleos mineiros. A menor monumentalidade das igrejas já explicitada e a ausência de edificações institucionais monumentais podem justificar essa particularidade paisagística do arraial¹³. Apesar disso, alguns espaços se destacam na cartografia e permanecem até os dias atuais como pontos de encontro, tais como a rua da Quitanda, onde habitava parcela dos comerciantes locais, o largo da Cavallhada Velha, também conhecido como largo do Rosário (Figura 22), e o atual Mercado Municipal, importante espaço de permanência de tropeiros no século XIX, conhecido na época como largo da Cavallhada Nova.

Outro atributo da paisagem local se dá nas propriedades civis, que são parte crucial do tecido urbano e, em alguns casos, se destacam em função de seu decoro, como também enquanto habitação de personagens reconhecidos pela historiografia e pela memória coletiva do arraial. De forma geral, Teixeira (2012, p. 88) esclarece que, independentemente do modelo de quarteirão, as cidades de origem portuguesa apresentam lotes cujas testadas variam de 25 a 30 palmos, ou múltiplos de 25 no caso de terrenos muito maiores, sendo cada palmo equivalente a 22 centímetros. Com base na análise morfológica desses territórios, dá-se que fachada frontal dos imóveis ocupava toda a extensão da testada do terreno, de modo que seu comprimento variasse a partir de 5,50 a 6,60 metros.

Em relação aos núcleos mineiros, Fonseca (2011, p. 483) analisa os termos de aforamento de Vila Rica em 1712, os quais mencionam, no sistema de braças, unicamente a medida linear das fachadas sobre a via pública. Segundo a autora, a maioria dos imóveis era bastante estreita, variando de duas e seis braças, ou 4,4 m e 13,2 metros, visto cada braça equivaler a 2,2 metros. As informações coletadas na documentação primária já no século XVIII dialogam, portanto, com as diretrizes de regulação lusitana. A medida em braças

13 Nas palavras de Saint Hilaire, “Existem em Tijuco vários edificios públicos, tais como o quartel, a cadeia, a sede da administração (contadoria) e a da intendência; mas esses edificios nada oferecem de notável.” (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 38).

utilizada nos termos de Vila Rica se repete na escala gráfica da cartografia de 1784 do arraial do Tijuco, sendo possível verificar a compatibilidade de informações na comparação dos dois núcleos. A partir de então, tem-se que as testadas das casas no arraial variam aproximadamente de duas a quatro braças, ou seja, de 4,4 a 8,8 metros¹⁴.

Figura 22 - Atual largo do Rosário e região correspondente na cartografia de 1784



Fonte: Acervo Iphan. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/32>>. Acesso em 22 de julho de 2022; Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

De antemão, a cartografia histórica analisada oferece pistas capazes de tornar pontos da arquitetura civil identificáveis. Isso é possível graças à proximidade dessas edificações às igrejas e capelas que se encontram enumeradas. Em paralelo, o reconhecimento dessas

¹⁴ A identificação e verificação das medidas das propriedades será aprofundada no subcapítulo que segue por meio do artifício do geoprocessamento da cartografia histórica.

propriedades auxilia na identificação de vias e becos que se mantiveram parte do tecido com o passar dos séculos. A exemplo, tem-se o caso da chamada Casa de Chica da Silva, propriedade localizada na atual rua da Ópera e que, no fim do século XVIII, contava com a capela de Santa Quitéria, oitavo templo listado na cartografia, implantada em seu terreno (Figura 23). Esses imóveis também servem como ponto de partida para a espacialização das relações sociais por meio de sua associação para com seus proprietários enquanto figuras de destaque na história do arraial. Entende-se portanto, que a análise morfológica engloba diversos aspectos da construção e readaptação do espaço urbano em sua materialidade, mas também do que se mantém na memória coletiva.

Figura 23 - Casa da Chica da Silva, fachada da capela de Santa Quitéria e e região correspondente na cartografia de 1784



Fonte: Acervo Iphan. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/32>>. Acesso em 22 de julho de 2022; Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

A imagética do espaço urbano enquanto objeto de pesquisa se consolida à medida que as associações entre os atributos da paisagem se conectam de forma gradual. As particularidades do arraial do Tijuco observadas nesse subcapítulo rompem com a ideia de que a formação dos tecidos urbanos mineiros tenha ocorrido de maneira homogênea. Ainda que sejam comuns lógicas estruturantes, o constante diálogo entre as macro e microescalas do território evitam uma leitura generalista da paisagem nos núcleos urbanos da Capitania.

Além disso, é necessário assumir que tanto os relatos escritos quanto pictóricos contemporâneos à época tratam de pontos de vista cercados de lentes e dogmas particulares. Por esse motivo, a investigação dialética, a partir de seu movimento de aproximação e distanciamento da realidade estudada se faz necessária como forma de se evitar anacronismos e deduções com base na interpretação superficial das fontes.

Conforme elucida Besse (2014, pp. 74-75), os pontos de vista traduzidos nas documentações gráficas e descritivas acerca do território são fontes preciosas de informação paisagística, de modo que uma abordagem incorporativa de múltiplos significados consista em, justamente, conectar os pontos figurativos como forma de ganho de sentido e de progressão elucidativa. Segundo o autor, a semântica presente nas fontes esconde uma lógica de sentidos reveladora. Assim, as hipóteses, ao formarem tramas, servem de artifício de transposição para a realidade estudada no trabalho historiográfico. A organização dos pontos de vista desenha, portanto, estruturas cujo objetivo não é definir, mas demonstrar e, principalmente, iluminar aproximações significantes.

Nesse sentido, uma visão transdisciplinar e transtemporal rompe com a ideia de se enxergar o objeto de forma absoluta no espaço e no tempo. Além disso, contribui para que o pesquisador se assuma enquanto parte do processo de tradução desse objeto. No caso de Diamantina e de seu desenho urbano, passa a ser crucial se entender as características econômicas, sociais e espaciais que formaram a história do arraial nos séculos XVIII e XIX.

Torna-se importante também, para além da organização formal do espaço, investigar as múltiplas possibilidades de percepção do território, assumindo as diferentes vivências reveladas pelas escalas de narração. Deste modo, a análise que segue visa utilizar o artifício do geoprocessamento para se compreender as nuances interpretativas na elaboração da cartografia de 1784, como também de tornar clara a estrutura formal do tecido como forma de auxiliar na espacialização dos dados da Décima Predial Urbana.

O potencial que o geoprocessamento traz para a pesquisa advém de seu caráter de produção de dados por meio de coleta, leitura e manipulação de informações geográficas. A comparação de seus resultados de captura e processamento de dados com a cartografia histórica permite apontar aspectos voltados para o grau de precisão do método de representação utilizado pelo engenheiro militar, bem como as racionalidades e as subjetividades presentes na leitura do espaço urbano.

3.3 Geoprocessamento: diálogo entre narrativas de representação

As geotecnologias de análise, às quais se dedica a este subcapítulo se configuram como o principal instrumento de investigação do tecido urbano e das características da paisagem implícitas na cartografia histórica utilizada. Segundo Carrara e Zaidan (2018, pp. 7-8), o geoprocessamento é um recurso parte do Sistema de Informação Geográfica (SIG), oriundo do inglês GIS (*Geographic Information System*), que se baseia em métodos teóricos e computacionais relacionados à coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados. A finalidade se dá em gerar informações espaciais, ou georreferenciadas, voltadas principalmente em atribuir localização de pontos cartográficos a partir de suas coordenadas e, portanto, posição específica do globo terrestre.

Nos dias atuais, o artifício da geoanálise vem se popularizando graças ao seu caráter multidisciplinar e possibilidade de geração e alimentação constante de dados. Em associação a cartografias de natureza histórica, o geoprocessamento orienta técnicas e métodos capazes de elucidar características de determinado espaço a partir da correspondência entre topônimos antigos e contemporâneos. Conforme delimitam Carrara e Zaidan (2018, pp. 5-6), a geração de mapas baseados nessa associação pode obedecer a duas finalidades: a de ponto de chegada ou a de ponto de partida. Segundo os autores, o primeiro caso equivale a um recurso estilístico no qual o produto se configura como um fim em si mesmo. Assim, o que se busca com o resultado é aumentar a percepção de um conjunto de fatos a partir da distribuição de dados no espaço. O segundo, por sua vez, busca alçar novas perguntas a partir de aspectos da espacialidade originalmente invisíveis nas fontes tradicionais. Por isso, este último modelo de produto permite a construção constante de novos significados por meio da alimentação de dados.

No âmbito da presente análise, o geoprocessamento da planta do arraial do Tijuco de 1784 em associação à fonte da Décima Predial configura-se como um ponto de partida para a análise dos dados, visto que auxiliam na identificação de imóveis que permanecem no território desde o século XVIII, como também revelam novas questões antes invisíveis acerca da materialidade do território. As definições de Cunha e Monte-Mór (2018) acerca dos agentes formadores do espaço urbano mineiro são retomadas nesse momento e auxiliam na definição dos atributos a serem observados no arraial para a compreensão do espaço urbano. Assim, em sequência, busca-se focar no arraial do Tijuco e em seu desenvolvimento entre o

fim do século XVIII e início do século XIX, a partir de três dinâmicas principais: poder, economia e sociabilidade.

Foram elaborados, em um primeiro momento, três principais mapas temáticos capazes de englobar as relações sociais, econômicas e de poder que permeiam território. São eles: (I) Hidrografia e Topografia; (II) Localização dos Quarteirões; (III) Localização de Templos Católicos. A escolha pelos temas se dá a partir do reconhecimento dos principais traços norteadores da formação do espaço urbano luso-brasileiro: a adequação ao sítio natural, os modelos de quarteirões em associação à forma dos lotes e a influência sociocultural da religiosidade no cotidiano. Ademais, no decorrer da pesquisa, um quarto mapa passa a ganhar contornos conforme a metodologia de sistematização dos dados da Décima se consolida, o de (IV) Marcos, que tem, como finalidade, mapear edificações e equipamentos que sirvam de orientação no espaço planejado.

Contudo, em vista das limitações nas informações das Décimas do Tijuco, primeiramente é necessário determinar medidas tanto de identificação das propriedades quanto de levantamento quantitativo dos dados, a fim de se reconhecer aspectos do território voltados aos valores e descrição dos imóveis, perfil populacional ou até mesmo acerca da narrativa utilizada no momento de transcrição das informações por parte dos responsáveis pelos lançamentos.

A criação e manipulação de dados necessários, além da concepção dos *layouts* finais dos mapas, envolveu a utilização do *software ArcGIS* em sua versão 10.3. Para a elaboração dos mapas, foram realizadas aquisições de dados matriciais (arquivo de imagem *.tif*) e dados vetoriais (arquivos *.dwg*, *.shp* e *.kml*) referentes ao polígono da área “Planta de Arraial do Tijuco (1784)” – em comparação ao perímetro atual do município de Diamantina-MG (Quadro 1). Para tal, trabalhou-se em um quadrante compreendido pelas coordenadas planas 643500/649500E e 7981000/7983500N, georreferenciado em SIRGAS 2000/23S.

Quadro 1 – Base de dados utilizada para a realização do geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784

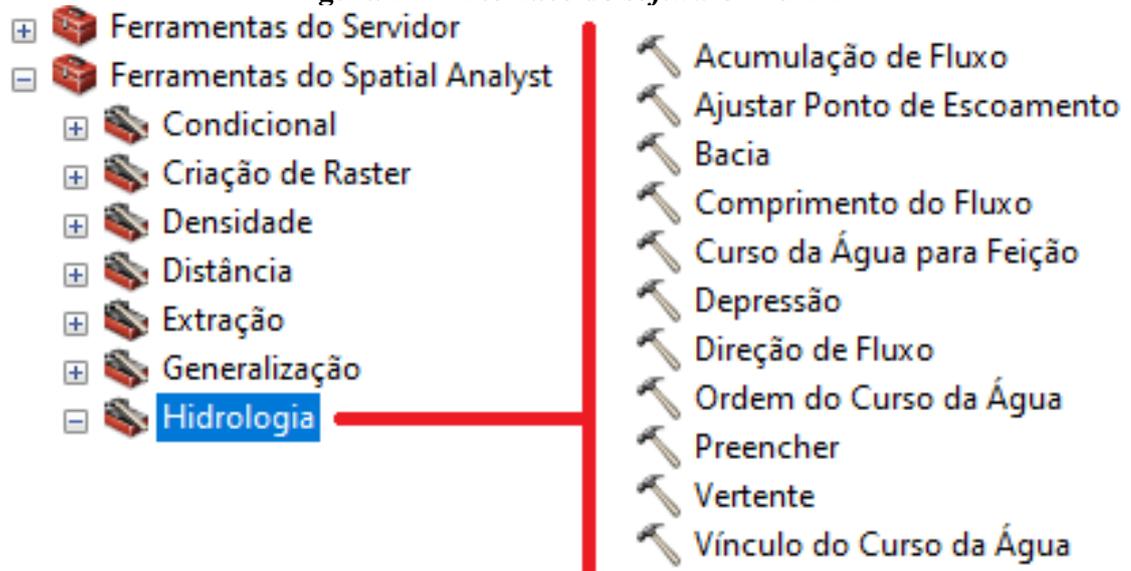
Tipo de Dado	Nome do Dado	Ano de Elaboração do Dado	Extensão original de Arquivo	Fonte do Dado
Raster	Planta do arraial do Tijuco	1784	.tif	Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207

Vetorial	Quadras 2013	2013	.shp*	Prefeitura de Diamantina (2013)
Vetorial	Arruamento	2013	.shp*	Prefeitura de Diamantina (2013)
Vetorial	Curvas de Nível	2013/2021	.shp*	Prefeitura de Diamantina (2013) / IDE-SISEMA (2021)
Vetorial	Rios e Córregos	2013/2021	.shp*	Prefeitura de Diamantina (2013) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)/ IDE-SISEMA (2021)
Vetorial	Municípios Mineiros	2018	.shp	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)
Vetorial	Estados Brasileiros	2018	.shp	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)
Vetorial	Ponto central de Arraial do Tijuco	2021	.shp	Dados Elaborados pela Autora (2021)
Vetorial	Imóveis/Equipamentos Identificáveis 1784	2021	.kml	Dados Elaborados pela Autora (2021)
Vetorial	Imóveis/Equipamentos Identificáveis 2021	2021	.kml	Dados Elaborados pela Autora (2021)
Vetorial	Igrejas 1784	2021	.kml	Dados Elaborados pela Autora (2021)
Vetorial	Igrejas 2021	2021	.kml	Dados Elaborados pela Autora (2021)

Fonte: Dados recolhidos por Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal. * - *Dados Obtidos da Prefeitura de Diamantina a partir planta original denominada "2013.dwg"*.

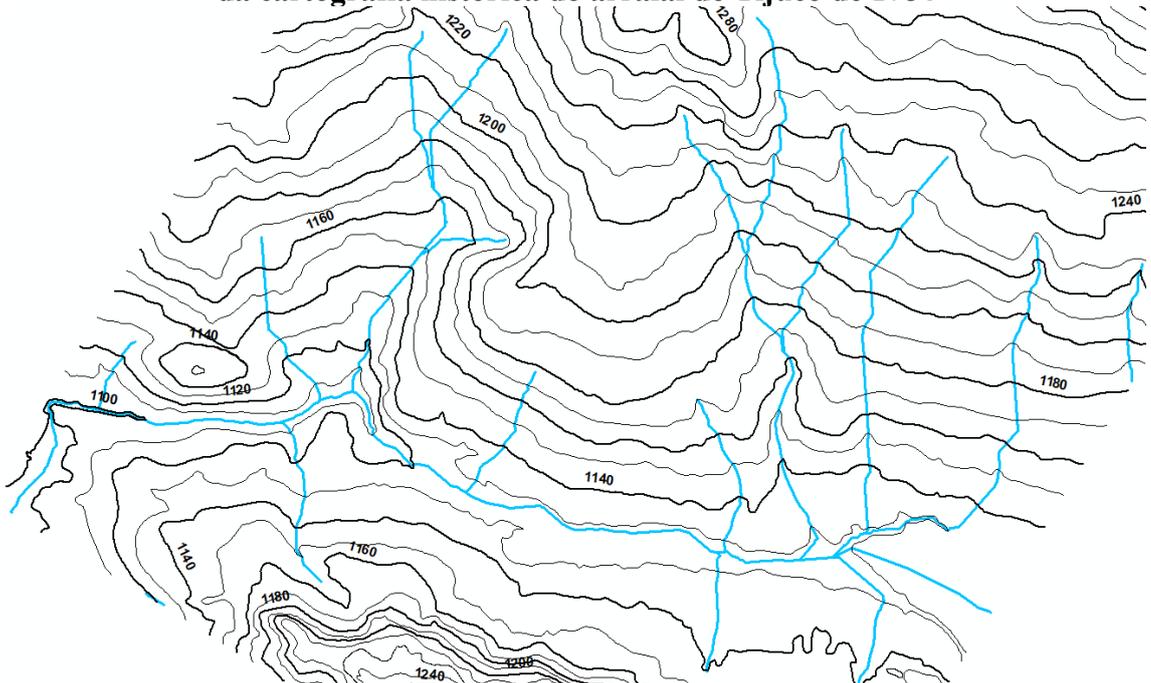
Para a realização do mapa intitulado Hidrografia e Topografia (Mapa 3), coletou-se as curvas de nível presentes no arquivo *.dwg* do território de Diamantina referente a 2013 e fornecido pela Prefeitura do Município em 2021, com o objetivo sobrepor as informações topográficas à cartografia histórica. No caso da drenagem, foi utilizada a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em escala 1:50.000 para relevar os cursos d'água remanescentes no território. Contudo, o recurso não possibilitou detectar com precisão as redes hidrográficas que permanecem desde 1784, pois a cartografia histórica tem uma escala aproximada de 1:5.000, portanto, distante do arquivo do IBGE. Foi utilizada, então, uma ferramenta intitulada "Hidrologia", disponível dentro do *software ArcMAP* (suíte de aplicativos *ArcGIS*), que permite a geração, através do modelo digital de elevação (MDE) ou das curvas de nível do território, um histórico de recortes de drenagem (Figuras 24 e 25). Em consequência, ressalta-se que o resultado trata de uma aproximação, visto que o perímetro urbano delimitado em 1784 se encontra comparado aos recortes identificados antes e depois da realização da cartografia.

Figura 24 - Interface do *software ArcMAP*



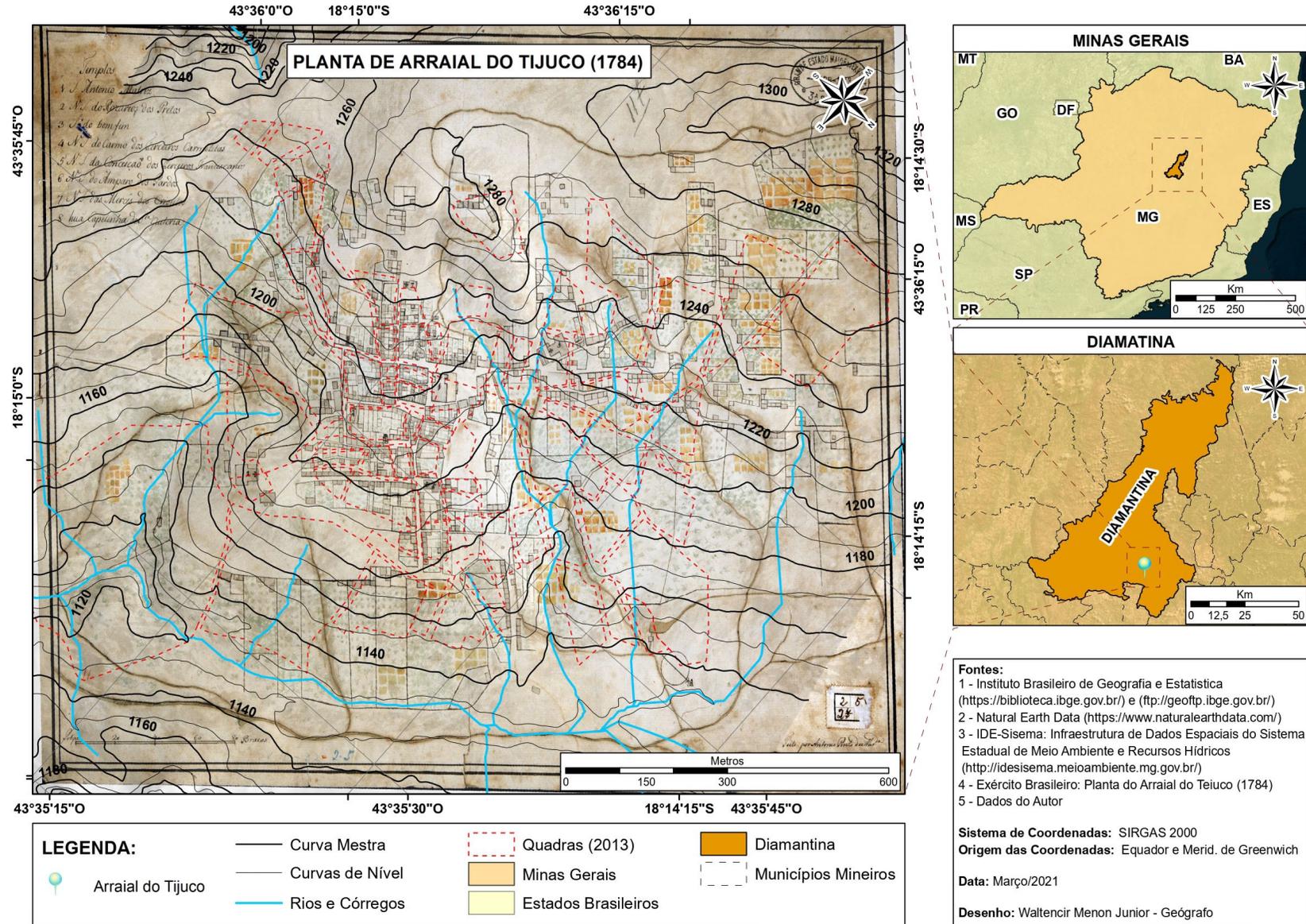
Fonte: Dados recolhidos por Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

Figura 25 - Curvas de nível para a geração da hidrologia relativa à área de recorte da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784



Fonte: Elaboração de Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

Mapa 3 - Geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784: topografia e hidrografia



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Elaboração de Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

Com relação ao Mapa de Quarteirões (Mapa 4), para a representação dos dados, foi realizada uma sobreposição das quadras de edificações atuais de 2013, ano da última atualização do arquivo *.dwg*, sobre as existentes na planta do arraial do Tijuco. Para tal representação, foi necessário fazer o georreferenciamento da cartografia histórica sobre uma imagem atual através de pontos homólogos (Figura 26). Em seguida, são mostrados, através da ferramenta do geoprocessamento do software *ArcGIS*, os pontos utilizados para georreferenciar o espaço urbano do arraial (Figura 27). As distorções, normais em georreferenciamento de documentos antigos, são apresentadas através dos valores da coluna “Residual”, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a distorção. Por fim, as distorções podem ser visualizadas através das linhas azuis resultante entre os pontos (Figura 28).

Figura 26 - Pontos homólogos entre a cartografia histórica de 1784 a a imagem de satélite de 2021



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207/ Google Earth. Elaboração de Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

Figura 27 - Pontos homólogos na interface do ArcGIS

Link	Origem X	Origem Y	X Mapa	Y Mapa	Forward_x	Forward_y	Residual
<input checked="" type="checkbox"/> 1	6,025566	5,808783	648389,626278	7982081,417825	4,49806	6,20895	7,66705
<input checked="" type="checkbox"/> 2	5,425136	6,597471	648356,222566	7981964,008736	1,83662	2,80191	3,3502
<input checked="" type="checkbox"/> 3	5,400312	5,874485	648425,675830	7982026,516674	3,74895	7,81789	8,6703
<input checked="" type="checkbox"/> 4	6,033385	6,424064	648326,456881	7982025,524484	-2,10265	0,330395	2,12845
<input checked="" type="checkbox"/> 5	5,359329	5,675475	648448,496188	7982044,376084	5,64125	12,643	13,8445
<input checked="" type="checkbox"/> 6	6,014951	6,530356	648324,181460	7982013,763731	4,04063	-1,17314	4,20749
<input checked="" type="checkbox"/> 7	6,593911	7,572213	648173,956655	7981966,900897	-11,6876	-9,58127	15,113
<input checked="" type="checkbox"/> 8	7,466991	5,810716	648292,748897	7982203,946612	6,42427	11,0913	12,8175
<input checked="" type="checkbox"/> 9	5,427554	5,179279	648466,421745	7982069,167592	-16,9536	-8,99139	19,1904
<input checked="" type="checkbox"/> 10	6,100667	5,245003	648428,983128	7982107,380117	-2,34988	-20,3806	20,5156
<input checked="" type="checkbox"/> 11	5,255732	6,683065	648365,086125	7981939,547958	6,90399	-0,767093	6,94647

Erro Total de RMS: Forward: 12,0196

Auto Ajuste Transformação: Polinomial de 1 Ordem (Afm) Graus Minutos Segundos Forward Residual Unit : Unknown

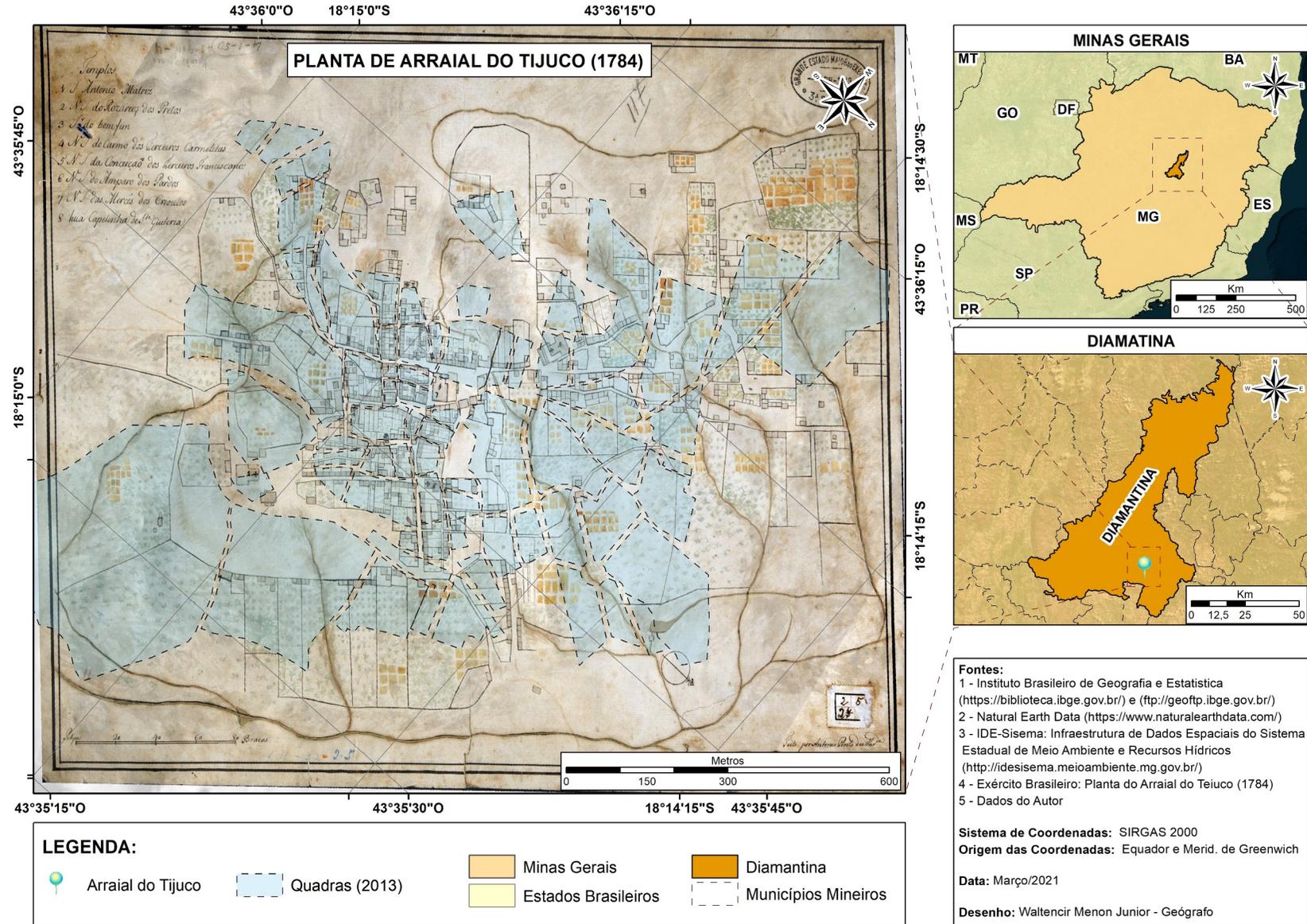
Fonte: Dados recolhidos por Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

Figura 29 - Pontos homólogos em trecho da cartografia histórica



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

Mapa 4 - Geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784: localização dos quarteirões

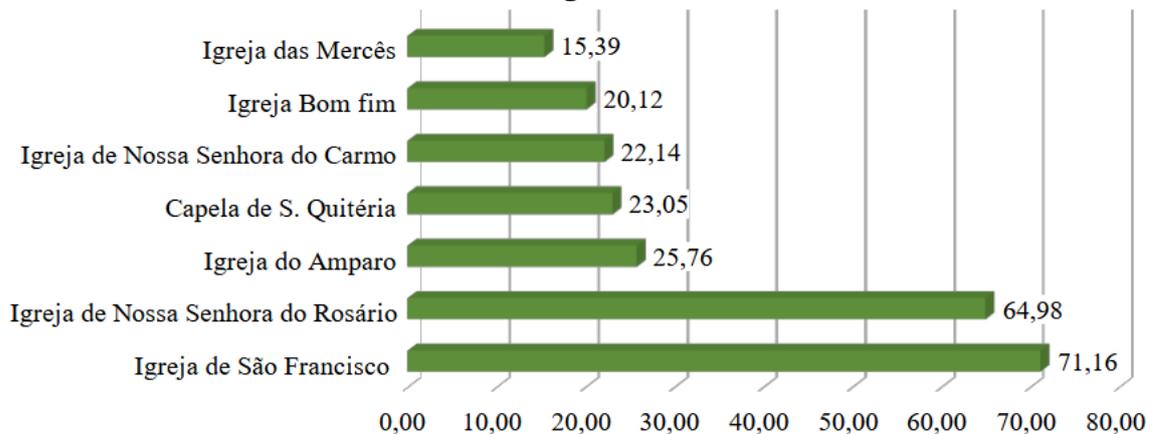


Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Elaboração de Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

No Mapa de Localização de Templos Cristãos (Mapa 6), realizou-se a comparação entre as igrejas identificadas na Planta de Arraial do Tijuco em 1784¹⁵ e suas localizações em 2021, obtidas através do *Google Earth*. Para isso, elas foram numeradas (1 a 8) e pontuadas em ambas as imagens (1784 e 2021). Em sequência, calculou-se as devidas distâncias entre as representações nos dois casos de modo a mostrar a distorção presente entre a cartografia de 1784 e o geoprocessamento de 2021. São apresentadas na cartografia georreferenciada as distorções (linhas em vermelho) entre os mapas – sendo o verde para indicação da localização na imagem de 2021 e em amarelo, para a planta de 1784.

Por meio da comparação entre os resultados, observa-se que localização que apresenta menor discrepância entre cartografia histórica e a imagem de satélite é a referente à igreja das Mercês, seguida da igreja Nosso Senhor do Bonfim. Em paralelo, as que mais apresentaram distorções na localização foram a igreja do Rosário e, principalmente, de São Francisco (Gráfico 1).

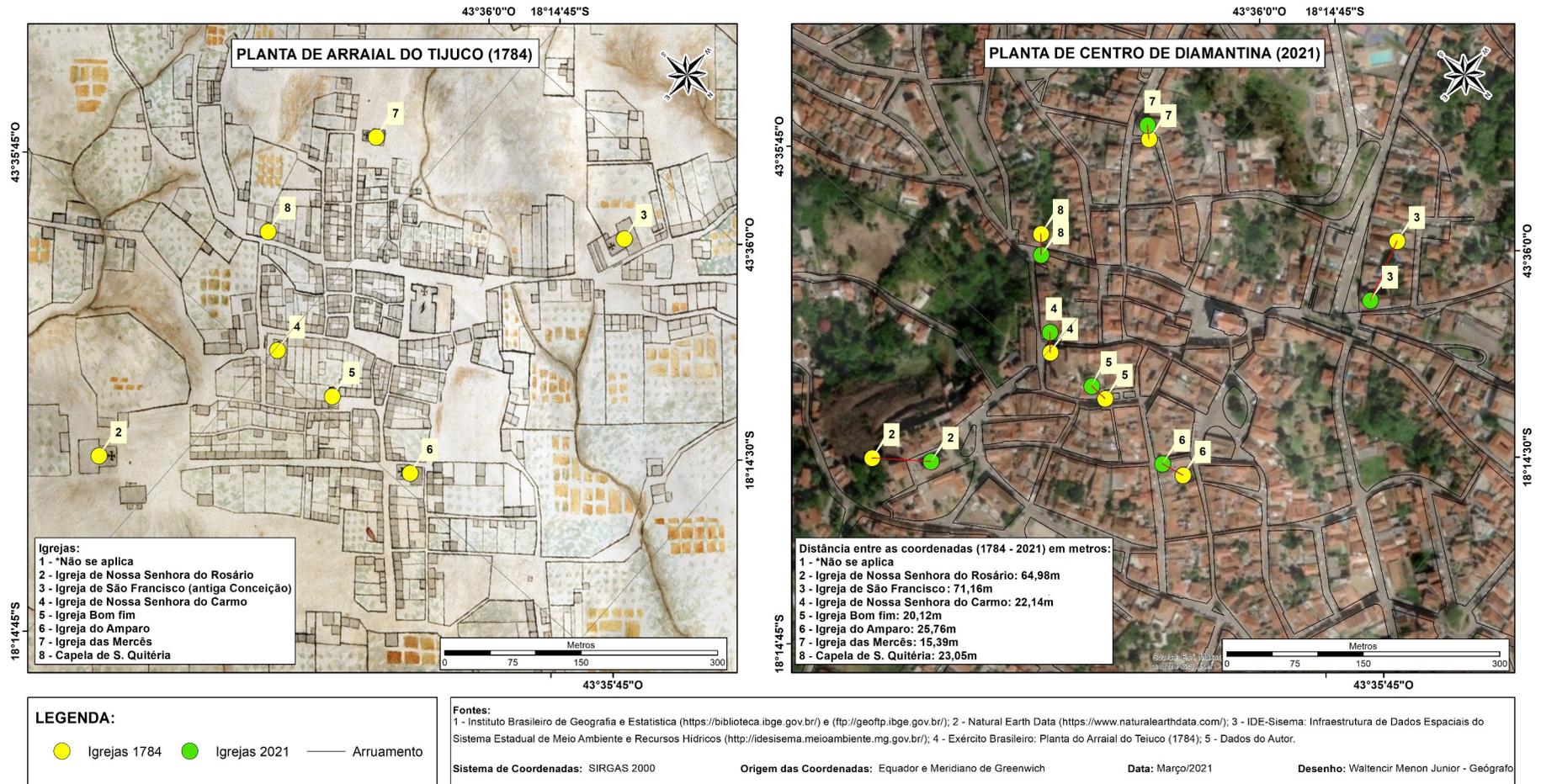
Gráfico 1 - Distância das igrejas entre a cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784 e a imagem de satélite



Fonte: Dados recolhidos por Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

¹⁵ Neste momento, optou-se por registrar, mediante o geoprocessamento, os nomes dos templos da mesma forma em que se apresentam na cartografia histórica. Ademais, para esta análise, a Igreja Matriz de Santo Antônio é desconsiderada em vista de, apesar de permanecer na mesma localização, diferir na forma edificada e na orientação no espaço atualmente.

Mapa 5 - Geoprocessamento da cartografia histórica do arraial do Tijuco de 1784: localização de templos cristãos



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Elaboração de Waltencir Menon Júnior. Acervo pessoal.

Durante a revisão bibliográfica acerca das tecnologias de produção cartográfica no século XVIII, destacou-se a importância da utilização de pontos referenciais para garantir maior precisão durante o processo de triangulação de distâncias e obtenção das localizações de novos pontos no espaço urbano. Ao se comparar os dados geográficos à cartografia histórica, observa-se que templos de menores distorções são também os que estão localizados com relação a um entorno imediato na malha edificada. Em contraponto, as igrejas circundadas por espaços livres são também as que oferecem as maiores discrepâncias com relação à localização dada pelo geoprocessamento. Esse fato demonstra a precisão do método de triangulação de pontos quando aplicado principalmente à tradução da porção central do tecido do arraial na cartografia, ao passo que, conforme a malha urbana se torna menos concentrada, as imprecisões se tornam proporcionalmente mais presentes.

O mesmo acontece mediante a correspondência das quadras. Ressalta-se que essa análise em especial se configura como arriscada, pois, diferentemente da localização das igrejas, que não se alteraram, os quarteirões se readaptam em forma e área conforme o arraial e, posteriormente cidade, se desenvolveu. Não obstante, é possível perceber que o núcleo edificado é a região com menor variação entre o conferido pelo arquivo da Prefeitura Municipal e a cartografia histórica, mantendo certa unidade mesmo com uma diferença de 229 anos entre as fontes. A partir dessa observação, demonstra-se a possibilidade de análise aprofundada da espacialização dos dados das Décimas Prediais na região que compreende o centro da tessitura urbana, visto sua potencialidade de comparação com o tecido atual.

Nesse sentido, a narrativa iconográfica acerca das quadras que emerge a partir do geoprocessamento evidencia a permeabilidade entre a definição de zona urbana e rural nos séculos XVIII e XIX. Os limites entre as áreas predominantemente destinadas a cultivo ou habitação são bastante permeáveis, o que se traduz na forma dos lotes, mas também no grau de distorção conforme se tornam mais espalhados.

Incluída à análise a topografia local, observa-se que a porção mais adensada do território tem a menor variação topográfica do perímetro urbano, cerca de 40 metros. Em paralelo, se concentra sobre uma região de transição entre a porção nordeste, mais baixa correspondente a 1.120 metros de altitude, e noroeste, mais alta, a 1320 metros. Com relação à hidrografia, tanto a cartografia original quanto a georreferenciada dão destaque ao Rio Grande e ao córrego do Tijuco, situados na base da serra homônima e próximo à rua do Burgalhau, que, conforme lembra Pestana (2001, n.p.), foi de onde partiu o povoamento do arraial.

Os corpos d'água, em sua maioria, partem das regiões mais baixas e se estendem pelo território, de modo a abastecer o espaço urbano de forma relativamente ampla. Observa-se, a partir dos recortes de drenagem identificados, que os cursos hídricos, em alguns casos, passam pelo interior de lotes, o que possibilitava o acesso particular de abastecimento. Com relação ao acesso à água no arraial, Saint-Hilaire (1941) descreve:

As águas que se bebem em Tijuco são excelentes; são fornecidas por pequenas fontes que nascem na própria montanha onde é construída a aldeia. Existem chafarizes em grande número de casas, além de 3 públicos, sem ornamento algum. Um riacho denominado Rio das Pedras teve suas águas desviadas para a povoação, mas, como suas águas não são de boa qualidade apenas servem para a lavagem de roupas e irrigação de jardins (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 39).

Em concordância, Fonseca (2011, p. 528) traz que algumas tarefas que exigiam muita água eram realizadas nos chafarizes, o que fazia com que muitos escravos se encontrassem no local. Esses encontros eram vistos com apreensão pelas elites, que temiam por rebeliões. A autora descreve que os chafarizes eram equipamentos urbanos ligados ao requinte, fazendo com que aparecessem apenas em locais notáveis da capitania. Além disso, a construção e manutenção dos chafarizes era uma atribuição do poder público, contudo, em vista das contribuições raras por parte da metrópole, muitas vezes eram as elites locais que arcavam com os gastos. A autora ainda lembra que a maior parte dos chafarizes, no caso de Minas Gerais, foram construídos a partir da segunda metade do século XVIII, visto que o encerramento das lavras, decorrente do esgotamento das jazidas, possibilitou que os córregos e canais artificiais que atravessavam os espaços urbanos pudessem ser utilizados pela população (FONSECA, 2011, p. 525).

Como já vimos, Saint-Hilaire, em seus relatos acerca das fontes hídricas no arraial, descreve que, já em 1818, existiam três chafarizes públicos que abasteciam a população, além dos particulares. Desses, dois foram identificados pelo autor como sendo localizados no largo do Rosário e na rua Direita (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 29). Pestana (2001, n.p.) esclarece que o primeiro a ser construído foi o do largo do Rosário, onde se localizava a igreja do Rosário dos escravos, em 1787. Além dos chafarizes, eram comuns bicas e fontes espalhadas pelo território, que atendiam à maior parte do abastecimento local. A autora destaca, ainda, o atual prédio do Museu do Diamante, antiga residência do inconfidente Padre Rolim, que contava com duas minas de água provenientes do Ribeirão do Tijuco, o qual passava por dentro do terreno e também atendia ao chafariz da rua Direita (PESTANA, 2001, n.p.).

Conforme a historiografia acerca do local revela o território, fica evidente que a tentativa de controle na exploração por parte da Coroa originou um processo de resistência às imposições de forma a buscar alternativas para a sobrevivência econômica no território. Vale ressaltar, contudo, que essas resistências não são homogêneas, pelo contrário. Elites locais são facilmente consolidadas, tornando-se capazes de desenvolver processos independentes de exploração dos diamantes e, com isso, novas dinâmicas internas de desigualdade socioeconômica.

A importância do estudo da história em conjunto a teoria da arquitetura e do urbanismo se deve justamente a entender o presente como consequência dos fatos históricos e da adaptação da vida no espaço, buscando continuamente escapar da visão de progresso no tempo. Deste modo, após a pesquisa se debruçar na definição dos recursos de representação do espaço nos séculos XVIII e XIX, a investigação que segue no próximo capítulo tem como finalidade a coleta e análise dos dados contidos na Décima Predial Urbana dos anos de 1810, 1811 e 1831 do arraial do Tijuco. A definição do artifício se dá após se compreender que a fonte, em associação às cartografias, se configura como um potencial instrumento de materialização das dinâmicas de poder e sociabilidade em diálogo com a morfologia. Não como síntese, mas como ponto chave, tem-se o espaço urbano como um ato criativo atrelado às conveniências de habitação no território.

4 ESPAÇOS DE ANÁLISE: METODOLOGIA E LEITURAS DO ESPAÇO

4.1 Metodologia: coleta de informações da Décima

Os 469 livros que compõem a série documental da Décima Predial Urbana de Minas Gerais cobrem de maneira irregular as vilas e arraiais nas quais o imposto foi instituído. Os dados, a depender da localidade ou do ano de lançamento, não estão completos, o que inviabiliza a identificação precisa das propriedades descritas. Deste modo, é necessário assumir o caráter hipotético das análises provenientes da espacialização dos dados contidos na documentação. Carrara (2001), a exemplo, realiza, por meio de tabela, uma comparação geral entre o número total de edificações e os valores coletados nas Décimas no decorrer dos anos, possibilitando discussões acerca do grau de urbanidade das localidades dentro dos aspectos espaciais e econômicos.

Baseando-se nos dados organizados, tem-se que, no ano de 1812, o núcleo urbano com o maior número de propriedades na Capitania de Minas Gerais era Vila Rica (1651), seguido por Sabará (785) e Tijuco (779). Com relação ao valor total coletado do imposto predial, o arraial do Tijuco também tem o terceiro maior valor (541.199), apenas superado por Vila Rica (1.108.831) e São João del-Rei¹⁶ (893.300). O autor observa ainda que o termo referente a Vila Rica também inclui as freguesias de Ouro Branco, Itatiaia, Casa Branca, Cachoeira do Campo e São Bartolomeu (CARRARA, 2001, p. 150). A única cidade da Capitania, como também sede do bispado, Mariana, apresentava 607 propriedades listadas e 389.822 réis de total da Décima Predial.

Essas informações evidenciam a relevância espacial e econômica do Tijuco, comparável às vilas e cidade principais de Minas Gerais, apesar de permanecer como arraial até o ano de 1831. A cobrança no Tijuco teve início em 1º de janeiro de 1810, quando foram

¹⁶ Na mesma época, a vila de São João del-Rei apresentava 768 imóveis urbanos, 11 a menos que o arraial do Tijuco. Os dados abrem espaço para a discussão acerca de quais critérios eram priorizados no momento de inferir o valor das propriedades e, conseqüentemente, da décima. Não é possível observar uma relação diretamente proporcional entre o tamanho do núcleo e o total arrecadado. Contudo, essa pesquisa não tem por objetivo aprofundar o assunto no âmbito da Capitania de Minas Gerais, e sim no arraial do Tijuco.

nomeados os representantes da Junta da Décima do arraial¹⁷, constituída pelo superintendente, um escrivão, um fiscal, um tesoureiro, dois “homens bons”, sendo um nobre e um do povo, além de um pedreiro e dois carpinteiros. A composição da Junta foi alterada no ano seguinte, passando a ser formada pelo superintendente, o escrivão e cinco lançadores, isto é, os responsáveis pelo registro dos imóveis.

Segundo o levantamento de Carrara (2001), são conhecidos 38 livros da Décima Predial do arraial do Tijuco, sendo, em alguns casos, mais de um livro referente ao mesmo ano. No total, o arquivo guarda as décimas relativas a 20 anos, de 1810 a 1831, com exceção de 1815 e 1830. Para esta pesquisa, em um primeiro momento, foram elencadas duas versões para análise comparativa: a primeira versão, de 1810 (ARQUIVO NACIONAL, 1800) e a do ano seguinte, 1811 (ARQUIVO NACIONAL, 1811). Essa escolha se deu em vista da necessidade de conhecer a realidade do arraial quando o imposto foi implantado, como também de se comparar as permanências e modificações tanto no documento quanto no espaço de um ano para o outro. Em paralelo, a pesquisa dispõe da versão de 1831 do imposto (ARQUIVO NACIONAL, 1831)¹⁸, mesma data em que o arraial passou a ser definido como vila. O objetivo, com ela, é analisar a situação econômica e espacial do território em comparação aos primeiros anos de medição, como também lançar luz sobre como era a realidade do Tijuco no momento de sua elevação.

O livro de 1810 (Figura 30) contém os dados relativos ao: (i) número de registro do imóvel; (ii) nome do proprietário; (iii) tipologia da edificação (térrea, sobrado, loja ou inútil); (iv) o valor do aluguel ou seu equivalente e (v) o valor da décima. Já o livro de 1811 (Figura 31) contém as mesmas informações por extenso, bem como o nome do locatário, quando o imóvel se encontrava alugado. Em 1811, os registros tornaram-se mais detalhados, visto que, para algumas poucas edificações informa também sua localização. Além disso, a classificação adotada abrange prédios térreos, sobrados, assobradados e algumas subtipologias, como, por exemplo, “assobradado na parte de trás”. Por vezes ocorrem também informações adicionais quanto ao fato de a propriedade se encontrar arruinada.

17 A Junta nomeada no arraial do Tijuco em 1810 é condizente com o Alvará de 1808, que em seu Artigo IV define: “presidindo á Junta, a qual será composta delle, do Escrivão do seu cargo, de dous homens bons, um nobre e outro do povo, de dous carpinteiros, de um pedreiro e de um fiscal que será um Advogado. Todos estes membros serão propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho da Fazenda.” (BRASIL, 1808a).

18 Apesar de o termo de encerramento datar o ano de 1832, a pesquisa considerou os dados lançados como sendo relativos a 1831, visto que foram coletados a partir da data de abertura do livro. Segundo a página na qual se inicia a lista “Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos do Arraial do Tejuco do anno de mil oito centos e trinta e hum iniciado a 10 de setembro do dito anno.”

Figura 30 - Trecho da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810

Lançamento da Décima do Arraial do Tijuco
pertencente ao anno de 1810

<i>N.º</i>	<i>Nomes</i>	<i>Predios</i>	<i>Valor</i>	<i>Décima</i>
1	<i>D. Joana Durães Ferr.</i>	<i>Sobrado</i>	<i>10800</i>	<i>8972</i>
2	<i>João da Cunha</i>	<i>Terra</i>	<i>4900</i>	<i>4081</i>
3	<i>Theodora Louisa da Pied.</i>	<i>"</i>	<i>21800</i>	<i>18254</i>
4	<i>Joaquim Ribeiro Nunes</i>	<i>"</i>	<i>10800</i>	<i>8972</i>
5	<i>Onesimo Nunes</i>	<i>"</i>	<i>15850</i>	<i>13215</i>
6	<i>P. Mathias de Reis Deal.</i>	<i>"</i>	<i>38500</i>	<i>3224</i>
7	<i>Fran.ª Soana dos Santos</i>	<i>Imatíl</i>	<i>4</i>	<i>4</i>
8	<i>Ignes da S.ª Abreu</i>	<i>"</i>	<i>4</i>	<i>4</i>

Fonte: ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 1º de dezembro de 1800 [OM.1799]. Editado pela autora.

Figura 31 - Trecho da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1811

Lançamento da Décima do Arraial do Tijuco
do anno de 1811

Lado esquerdo, por v.ºs. C.ºs. do lado direito

<i>N.º</i>	<i>1</i>	<i>Propriedade de D. Joana Durães Ferrera e sobrado avaliada em dez mil e oitocentos reis que abatida a Décima parte vem a Duemil novecentos e setenta e dois reis.</i>	<i>8972</i>
<i>N.º</i>	<i>2</i>	<i>Propriedade de João da Cunha terra avaliada em...</i>	<i>4081</i>
<i>N.º</i>	<i>3</i>	<i>Propriedade de João da Cunha terra avaliada em vinte e um mil e oitocentos reis que abatida a Décima parte, vem a Duemil mil novecentos e quarenta e quatro reis.</i>	<i>18254</i>

Fonte: ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 8 de janeiro de 1811 [OM.1800]. Editado pela autora.

O primeiro passo para a sistematização dos dados manuscritos foi a transcrição das informações de cada imóvel para uma base digital, neste caso, em uma tabela no *Microsoft Excel*. Por meio do *software*, tem-se a possibilidade de reorganizar as Décimas em listas

secundárias, identificando, por exemplo, os imóveis mais e menos valorizados do arraial e a sua relação com o gênero de seus proprietários. Ademais, a partir dessas listas, o artifício da geração de gráficos organiza as informações e as ilustram por meio de um relatório de clara observação e comparação dos dados. De forma geral, portanto, o objetivo da organização e manejo dos dados é identificar as relações entre a sociabilidade, o espaço e as condições econômicas que os permeiam.

Foram contabilizados 778 registros tanto em 1810 quanto em 1811, sendo que, no livro de 1811, a página dos imóveis de número 386 a 399 está ausente. Cada cobrança contém uma identificação, no entanto, não se pode afirmar que esta cifra corresponde exatamente ao número de unidades edificadas, pois um mesmo edifício poderia abrigar dois ou mais contribuintes. Neste caso, o número do registro é, antes de tudo, o número do imóvel ocupado, e não o número de uma dada edificação, sendo esse sentido no qual o termo é empregado. Ademais, a ordem de numeração dos imóveis não é clara, visto que suas localizações não são apresentadas, salvo algumas pistas (Figura 31), onde lê-se “lado esquerdo, por não ter edifícios do lado direito”. A comparação entre as versões de 1810 e 1811 revelou que a numeração adotada nos livros coincide rigorosamente, visto que a maior parte dos nomes dos proprietários permaneceu na mesma ordem. Em alguns poucos casos, os nomes escriturados em um e outro ano diferiram ligeiramente, sendo uniformizados na base de dados (Quadro 2).

A exemplo, no imóvel #247 foi mantida a patente de coronel em 1810, e a de brigadeiro em 1811, por se tratarem de postos distintos. Já nos imóveis #598 e #615, não foram acrescentadas as patentes aos proprietários no ano de 1810, porque o posto pode ter sido obtido em 1811. O mesmo procedimento foi adotado quanto ao #746: a proprietária Felizarda Fernandes pode ter obtido a alforria em 1811. O contrário ocorreu no #571, onde a informação foi acrescentada em 1810, por tratar-se de indivíduo já falecido e que, portanto, já detinha a patente de capitão em 1810. Não foi feita qualquer alteração em registros para os quais não se dispunha de informações que permitissem a uniformização. Por exemplo, o #674 em 1810 era habitado por Ana Maria, e em 1811 por Ana Pereira Machado. Não foi possível, neste caso, estabelecer se se tratava da mesma pessoa – Ana [Maria] Pereira Machado.

Quadro 2 – Exemplos de uniformização dos nomes registrados na Décima do arraial do Tijuco em 1810 e 1811

#	1810	1811
247	Francisco Martins Pena, coronel	Francisco Martins Pena, brigadeiro
432-4/436	Teotônia Caetana [de Mascarenhas], dona	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona
570	Isabel Joaquina de Jesus, dona	Isabel Joaquina de Jesus, [dona]
571	Francisco José da Rocha, [capitão] - herdeiros	Francisco José da Rocha, capitão - herdeiros
577	S[enhora] das Dores	S[enhora] das Dores
598	José Gonçalves de Moraes	José Gonçalves [de Moraes], capitão-mor
615	José da Cunha Vale	José da Cunha Vale, capitão
674	Ana Maria	Ana Pereira Machado
675	Joaquim Atanásio Monteiro	Joaquim Atanásio da Veiga
714	Ana da Silva Feio [Fejo]	Ana da Silva Feio [Feyo]
746	Felizarda Fernandes	Felizarda Fernandes, preta forra
762	Vitória [de Araújo] da Silva	Vitória de Araújo [da] Silva

Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial.

Além dos nomes, foram observadas diferenças significativas na descrição de alguns imóveis, tanto com relação à tipologia quanto ao rendimento e, conseqüentemente, à décima (Quadro 3), sendo necessário também o recurso de uniformização. A exemplo, os imóveis #23 e #25 são descritos, respectivamente, como térreo e sobrado, tanto em 1810 quanto em 1811. Em 1810, contudo, em ambos os casos, os imóveis em sequência, #24 e #26, não apresentam descrição alguma. Com base no entendimento de que, no registro de 1810 optou-se por não repetir a descrição da tipologia anterior e confirmando pelo que se encontra descrito em 1811, a informação, nesses casos, foi acrescentada na base digital. Contudo, essa medida não é tomada em #27 e #28, visto que no último imóvel descrito fala-se em um sobrado, enquanto em 1811 são identificadas propriedades térreas, gerando incompatibilidade.

Quadro 3 – Diferenças na descrição dos imóveis registrados na Décima do arraial do Tijuco em 1810 e 1811

#	Tipologia/Usos		Rendimento		Décima	
	1810	1811	1810	1811	1810	1811
23	Térrea	Térrea	28.800	28.800	2.592	2.592
24	[Térrea]	Térrea	14.400	14.400	1.296	1.296
25	Sobrado	Sobrado	18.000	18.000	1.620	1.620
26	[Sobrado]	Sobrado	18.000	18.000	1.620	1.620
27	-	Térrea	14.400	10.800	1.296	972
28	-	Térrea	14.400	21.600	1.296	1.944
147	Térrea	Assobradada pela parte do nascente	18.000	18.000	1.620	1.620

Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial.

Observação: o sinal “-” corresponde à não identificação da informação.

Ainda com relação à tipologia ou uso dos imóveis, foi possível observar, na versão de 1811, o aparecimento da tipologia “assobradada”, para além de “térreo” ou “sobrado”, como é o caso de #147. Como forma de se definir o conceito desses termos e entender a diferença entre eles, foi consultado o Dicionário da Língua Portuguesa de autoria do gramático Antônio de Moraes Silva¹⁹. Nele, consta-se da seguinte maneira: (I) assobradado, como proveniente do ato de assobradar, ou “fazer pavimento de sobrado.”; (II) sobrado, como “(...) solho, ou pavimento andar da casa, por cima, e mais alto que o pavimento térreo: andar; v.g. casa de dois sobrados. (...)”; e (III) térreo, como “(...) Casas *terreas*; as que não são de sobrado” (SILVA, 1823, p. 224, 688 e 757).

A fim de aproximar o entendimento do vocabulário arquitetônico, como também fazer uma comparação com a contemporaneidade, os mesmos termos foram consultados no Dicionário da Arquitetura Brasileira Corona e Lemos “(...) pavimento que não se eleva acima do nível do chão. (...) (CORONA e LEMOS, 1989, p. 58 e 449); e, por fim, (iii) sobrado, como:

Nome de qualquer piso de madeira em que as tábuas fiquem, com a respectiva estrutura de sustentação, afastada do solo cobrindo espaço utilizável ou não. Um assoalho *em baixo* do qual haja um porão habitável ou não, é um sobrado. As *táboas de fôrro* de um compartimento, colocadas por cima das vigas do teto, criando um piso para o desvão do telhado ou *sotão*, constituem um sobrado. (...) Hoje em dia, a palavra passou a designar o prédio com mais de um pavimento, não pressupondo a existência de pisos intermediários de madeira (CORONA e LEMOS, 1989, p. 429).

¹⁹ A escolha por esse dicionário, datado de 1823, se deve à necessidade de se compreender os termos e seus significados na época de elaboração das Décimas.

Deste modo, foi possível constatar que, em ambos os dicionários, o termo “sobrado” consiste no piso acima do térreo que prenuncia um andar. Assim, um imóvel chamado de sobrado pode significar tanto um andar quanto uma edificação de dois ou mais pavimentos. Por outro lado, o assobradado, enquanto edifício que se faz a partir de sobrados, pode significar, no caso do Tijuco, tanto um modo distinto de caracterizar um sobrado quanto um imóvel térreo que se converte em sobrado para se adequar ao terreno irregular. Visto que as duas versões da Décima apresentam a mesma quantidade de imóveis, a inclusão dessa nova subtipologia demonstra um maior detalhamento na descrição em 1811. Como exemplo de um imóvel assobradado, tem-se, na Décima de 1811, o número #153 (Quadro 4), cuja tipologia e a localização são informadas, sendo possível identificá-lo nos dias de hoje. Esta descrição corresponde precisamente à edificação situada na rua do Amparo, 60, esquina com a rua do Bonfim, 17 (Figura 32).

Quadro 4 – Exemplo de imóvel parte assobradado em 1811 no arraial do Tijuco

1811		
#	Tipologia/Uso	Localização
153	Assobradada de um lado da rua à direita e térrea de outra frente a esquerda	Nossa Senhora do Amparo com rua do Bonfim

Fonte: AN CC 1800. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial.

Figura 32 - Imóvel situado na rua do Amparo, 60, esquina com a rua do Bonfim, 17, referente ao número #153 da Décima Predial



Fonte: Google Maps.

Apesar de não ser possível afirmar com precisão que os imóveis descritos como assobradados se configuram em todos os casos como parte térreos e parte sobrados, essa subtipologia que busca adequar os andares da edificação ao terreno de implantação é bastante presente em todo o perímetro urbano do arraial e configura-se como um aspecto importante de sua tessitura. O dossiê de candidatura de Diamantina à inscrição na lista do patrimônio mundial junto à UNESCO menciona que a cidade apresenta, de forma singular, um número significativo de edificações de dois andares, localizadas em terreno irregular, que aproveitam o desnível do terreno e se apresentam parte térrea e parte sobrada. O dossiê defende que essa fusão de tipologias em um mesmo imóvel é uma característica importante da paisagem de Diamantina demonstra conformidade às diretrizes de adequação ao sítio das implantações de influência lusitana (UNESCO, 1999, p. 97).

Após a organização e primeira análise comparativa entre as versões de 1810 e 1811 da Décima Predial do Tijuco, foi possível passar para o livro de 1831, que apresenta um total de 806 propriedades identificadas, sendo ausentes as páginas relativas ao #124 até #146. As mesmas regras de transcrição do documento já descritas foram usadas também nesta versão. Desta vez, por se tratar de um espaço de tempo relativamente grande entre os anos analisados, muitos dos personagens identificados nos primeiros livros não estão presentes em 1831.

Contudo, o Quadro 5 ilustra comparações, que, ao fim, permitiram confirmar a permanência da ordem dos imóveis, já estabelecida entre 1810 e 1811, também em 1831. Um artifício utilizado foi o de elencar as edificações atualmente públicas e reaver seu histórico de apropriações, como forma de se identificar personagens conhecidos pela historiografia, exemplificado pelo caso do imóvel #778, hoje conhecido como Casa da Glória (atual rua da Glória, 298). Em outros, tal como #185, #186 e #512, houve a permanência de irmandades ou instituições como proprietárias. Além disso, foram observados alguns casos cujos nomes permaneceram nas três versões, com o acréscimo da palavra “herdeiros” em 1831, denotando que a propriedade foi herdada após o falecimento do proprietário, que ocorreu no intervalo dos anos, como acontece em #49.

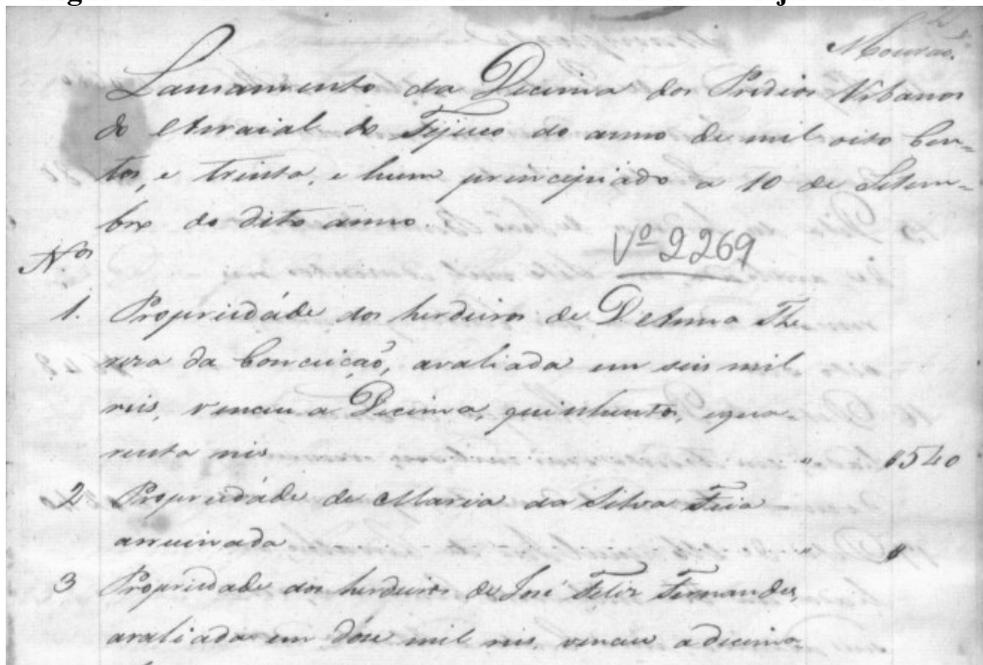
Quadro 5 – Diferenças na nomeação dos proprietários dos imóveis registrados na Décima do arraial do Tijuco em 1831

#	1810	1811	1831
49	Manuel Ribeiro de Carvalho Silva, c[apitão]	Manuel Ribeiro de Carvalho Silva, c[apitão]	Manuel Ribeiro de Carvalho [Silva, capitão] - herdeiros
185	Irmadade Nossa Senhora do Amparo	Irmadade Nossa Senhora do Amparo	Irmadade de Nossa Senhora do Amparo
186	Irmadade Nossa Senhora do Amparo	Irmadade Nossa Senhora do Amparo	Irmadade de Nossa Senhora do Amparo
512	Hospital da Caridade	Hospital da Caridade	Hospício da Caridade
778	Josefa Maria [da Glória] - herdeiros da dona	Josefa Maria da Glória – herdeiros	Fazenda Nacional

Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial.

A versão de 1831 (Figura 33) contém, além do número da edificação e o nome do proprietário, seu uso ou condição, o valor do aluguel ou seu equivalente e o valor da décima. Neste caso, é informado quando o imóvel se encontra alugado, contudo, diferentemente de 1811, não apresenta o nome do locatário. As tipologias não permanecem como nas versões anteriores analisadas, mas como categorias voltadas ao estado de conservação dos imóveis. São eles: alugado, arruinado, demolido ou em conserto.

Figura 33 - Trecho da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1831



Fonte: ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 10 de setembro de 1831 [OM.2269]. Editado pela autora.

Deste modo, o Quadro 6 consiste em uma síntese das informações coletadas neste subcapítulo. Em sequência, serão analisados os dados de cada linha separadamente, para que, então, sejam possíveis as comparações entre os anos.

Quadro 6 – Síntese das informações gerais coletadas nas versões de 1810, 1811 e 1831 das Décimas Prediais Urbanas do arraial do Tijuco

	1810	1811	1831
Número total ²⁰	778	778	806
Localização	Não consta	Em alguns casos, consta o lado ou o nome da rua	Não consta
Nome proprietário (a)	Consta	Consta	Consta
Tipologia/Usos/Condição	<ul style="list-style-type: none"> ● Térrea ● Sobrado e loja ● Inútil 	<ul style="list-style-type: none"> ● Térrea ● Sobrado ● Assobradada ● Parte Assobradada ● Arruinada ● Inútil 	<ul style="list-style-type: none"> ● Alugada ● Arruinada ● Demolida ● Em conserto
Locatário (a)	Não consta	Consta	Não consta
Valor Rendimento (do aluguel ou seu equivalente)	Consta	Consta	Consta
Valor Décima	Consta	Consta	Consta

Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269.

4.2 A Espacialização da Décima: imóveis e valores

Ainda que as propriedades às quais os dados das Décimas Prediais se referem não sejam identificáveis com precisão, é possível traçar um balanço geral das condições em que se encontram e dos valores identificados. Deste modo, este subcapítulo se dedica a compreender as categorias próprias dos imóveis, realizando um levantamento quantitativo, seguido de reflexões sobre seus significados nos documentos, como também sobre as permanências e variações entre os anos.

Com relação ao levantamento total, a quantidade de propriedades urbanas no arraial do Tijuco não se alterou entre 1810 e 1811, permanecendo, em ambos os casos, 778 imóveis. Por outro lado, em 1831, foi possível observar uma pequena variação, ainda que faltem alguns números no arquivo do livro, sendo, ao todo, 806 imóveis listados. Como já explicado anteriormente, não se pode afirmar que esta cifra corresponda exatamente ao número de

²⁰ Torna-se importante lembrar que os arquivos digitalizados dos livros de 1811 e de 1831 apresentam uma lacuna na listagem em vista de páginas faltantes. Contudo, foi considerado o número total de propriedades informado nas listas, visto que a contagem não foi interrompida, levando a crer que as páginas podem ter se perdido.

edificações, mas sim aos imóveis ocupados. De fato, Carrara (2001, pp. 146-147) revela que era comum a inclusão ou exclusão de residências no perímetro urbano pelas Câmaras, sendo que, na maior parte dos arraiais e vilas, a cobrança da décima tinha grandes variações no número de imóveis em períodos muito curtos. Por outro lado, algumas localidades apresentam relativa estabilidade, o que inclui o Tijuco, que teve um pequeno aumento.

Nesse sentido, o documento da Décima do Tijuco é valioso no momento de esclarecer os limites do núcleo urbano do arraial, visto que, embora não informe a localização exata dos imóveis, apresente algumas pistas, como a região onde começa e termina a medição. Estas informações constituem, portanto, o ponto de partida para o estabelecimento do percurso realizado para a cobrança do imposto.

O livro de registro do ano de 1811 se inicia tão somente informando o lado da rua no qual se localizam os imóveis de números 1 a 83: o #1, localizado no “lado esquerdo, por não ter edificios do lado direito”; do #2 ao #56, no lado direito; do #57 ao #76, no lado esquerdo. Contudo, é informado que os imóveis de #77 ao #83 estão localizados no “lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário”. Essa região é a mais próxima do Serro e, segundo Lordello (2008, n.p.), era a antiga entrada do arraial, conhecida também como largo da Cavallhada Velha.

De igual modo, mas ao fim da lista, o #517 é apresentado como uma casa térrea em frente da qual estava “uma capela [com] título de Nossa Senhora da Luz, no fim do arraial, à entrada do lado esquerdo, estrada real”; e corresponderia a um imóvel localizado na rua da Luz esquina com rua Sebastião José Ferreira. Deste modo, estima-se que a listagem obedecia, quando possível, o padrão de mapear primeiro as edificações localizadas à direita do cobrador e, posteriormente, as do lado esquerdo. Ademais, é possível inferir que a região acrescida de 27 imóveis em 1831 é justamente a porção noroeste do arraial, visto a última propriedade de 1810 e 1811 pertencer à Dona Josefa Maria da Glória e corresponder ao conjunto conhecido como passadiço da rua da Glória, atualmente sede do Centro de Geologia da Universidade Federal de Minas Gerais (rua da Glória, 298).

Outro fator importante acerca do imóvel #778 é o valor de seu rendimento (72.000 réis) e de sua décima (6.480 réis), que alcançou o segundo maior do arraial tanto em 1810 quanto em 1811. Em 1831, o prédio passou para o poder institucional, sendo nomeado como Fazenda Nacional e deixando de ter o valor contabilizado, apesar de ainda se encontrar na lista. Em outros casos, alguns edificios importantes estão isentos do seu pagamento e não constam em nenhuma versão da Décima, como era o caso das igrejas.

No geral, a cobrança seguia o seguinte procedimento (artigo XI)²¹: do preço do aluguel deve-se abater 10% para falhas e consertos; do valor resultante era cobrada a décima parte. Por exemplo: a uma casa alugada por 7.200 réis, ou que pudesse render a seu proprietário este valor, eram abatidos 10% para falhas e consertos, isto é, 720 réis. Do valor resultante – 6.480 réis – era cobrada a décima, que seria, neste caso, equivalente a 648 réis (Imagem 34).

Figura 34 - Trecho final da Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810

Resumo	
Exporta o Lançamento	634.429
2% 100 p ^{ta} de despesas	12.699
<hr/>	
Exp. 100 p ^{ta} se repartir	622.297
3% 100 p ^{ta} de repartir	18.668
<hr/>	
Liquido q ^{se} remette	603.629
<hr/>	
Divisão dos 18.668	
Para o Escrivão	4.333
Superintendente	1.333
Fiscal	1.333
1 Membro p ^{te} dos Nobres	1.333
1 Membro p ^{te} do Povo	1.333
2 Carpinteiros	2.666
1 Pedreiro	1.333
Nobres pagantes	3

Fonte: ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 1º de dezembro de 1800 [OM.1799]. Editado pela autora.

O valor total do imposto cobrado em 1810 foi de 634.429 réis, dos quais se abateram 2% para despesas (12.699) e 3% (18.668 réis) para se repartir entre o escrivão, o superintendente, o fiscal, um membro por parte dos nobres, um membro por parte do povo, a dois carpinteiros, a um pedreiro. O valor final da Décima Predial Urbana do arraial em 1810, portanto, fica em 603.629 réis. Contudo, ao passar os dados manuscritos para a base de dados digital, foi possível realizar a conferência dos cálculos, e, então, detectou-se valores que não foram lançados corretamente, se considerado estritamente o determinado no Alvará de 1808. São eles: (i) #333, avaliado em 18.000 réis e cobrado em 1.198 réis, quando o correto é 1.188

21 BRASIL; BRASIL. Alvará de 27 de junho de 1808. Crêa o imposto da décima dos prédios urbanos. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/alv/1808/alv-27-6-1808.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

réis; (ii) #435, o maior valor lançado, relativo a 1.944.000 contos de réis e cobrado em 58.320 réis, enquanto o correto é 174.960 réis.

No ano seguinte, 1811, o valor total do imposto ficou em 611.964 réis, sem que houvesse abatimento para a equipe de lançamento. Os erros de cálculo encontrados nos registros dos imóveis foram os seguintes: (i) #333, avaliado tanto em 1810 como em 1811 em 18.000 réis, foi cobrado em 1.198 réis, quando o correto é 1.188 réis; (ii) #197 em 1811, avaliado em 12.600 foi cobrado em 1.124 réis, o correto sendo 1.134 réis; (iii) #704 em 1811, avaliado em 15.600, foi cobrado em 1.458 réis, o correto sendo 1.404 réis.

Já em 1831, a décima lançada foi de 1.072.804, sendo descontados 30% por determinação da Junta da Fazenda, fazendo com que o valor final ficasse em 750.963 réis. Desta vez, não houve nenhuma variação abrupta nas cobranças individuais. O valor total dos rendimentos ou equivalente das propriedades não pode ser conferido com precisão, visto que em 1811 e 1831 faltam páginas, ao passo que o total não é contabilizado no fim do documento, impossibilitando comparações.

À primeira vista, o total coletado na Décima de 1831 é expressivamente maior que nos anos anteriores analisados. Contudo, é preciso levar em conta a mudança no valor de compra da moeda no decorrer dos anos e, então, verificar seu impacto no preço dos imóveis. Para isso, optou-se pela conversão dos valores em libras esterlinas, a fim de compreender como os mil-réis se comportavam perante o comércio exterior. As datas escolhidas para comparação são as de termo de encerramento, e, portanto, lançamento dos valores das Décimas. São elas: (i) para 1810, fevereiro de 1811; (ii) para 1811, janeiro de 1811; e (iii) para 1831, abril de 1832.

Segundo Say (1839, pp. 298-300)²², cada mil-réis equivalia a um determinado valor de pence, ou seja, centavos de libra esterlina, sendo que cada libra valia 240 pence. Portanto, o cálculo foi feito da seguinte forma: Para o ano de 1811 como um todo, 1000 réis equivaliam a 72 pence, deste modo, 1 libra seria o mesmo que 3.333 réis. Já em abril de 1832, os mesmos 1000 réis já eram avaliados em 34 pence, e, conseqüentemente, 1 libra valia o mesmo que 7.059 réis. Identificados os valores totais da décima lançados, tem-se a seguinte configuração de conversão (Tabela 1):

22 O autor apresenta uma tabela relacionando o valor de mil-réis e o equivalente a pence de libras por mês e ano de 1808 a 1839.

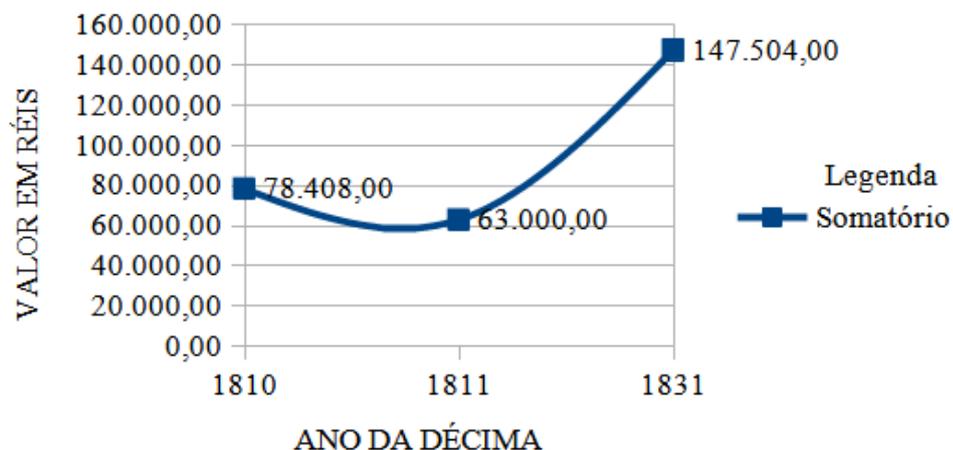
Tabela 1 – Síntese dos valores da Décima Predial do arraial do Tijuco em réis e em libras nas versões de 1810, 1811 e 1831

	1810	1811	1831
Valor lançado da Décima (em réis)	634.429	611.964	1.072.804
Valor lançado da Décima (em libras)	190	184	152

Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Conversão realizada a partir de Say (1839, pp. 298-300).

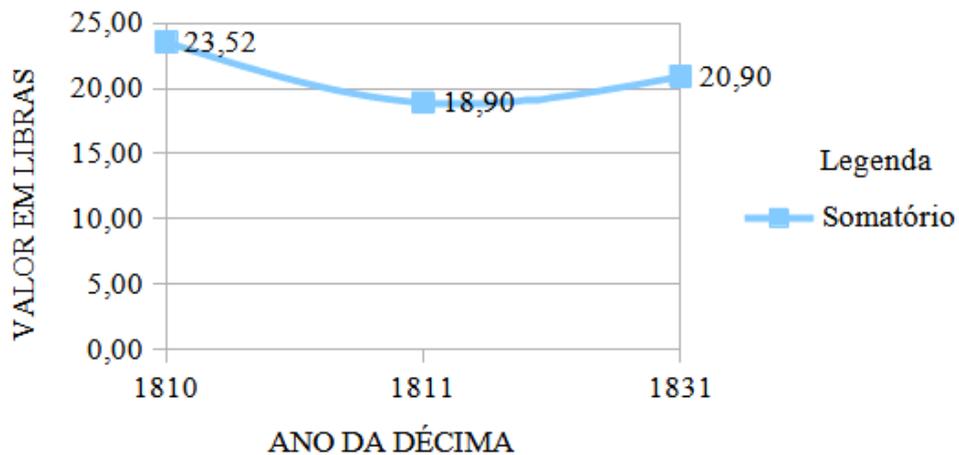
Percebe-se, por meio da comparação, um aumento sequencial da inflação no decorrer dos anos analisados, o que refletiu para que o recolhimento da décima tenha sido, considerando a conversão da moeda, inferior em 1831. Contudo, se comparadas as cinco propriedades mais bem avaliadas, a arrecadação em 1831 foi maior que em 1811, ainda que os valores em réis sejam convertidos em libras (Gráfico 2). Deste modo, possíveis justificativas para o decaimento do recolhimento total podem ser tanto a desvalorização dos mil-réis no decorrer dos anos, como também um aumento no número de propriedades sem cobrança, como demonstrado no Gráfico 4. Neste caso, os números ausentes de 1811 e 1831, um total de 14 e 23, respectivamente, foram desconsiderados, por não ser possível inferir informações sobre os imóveis.

Gráfico 2-Soma das cinco propriedades mais bem avaliadas no arraial do Tijuco em réis



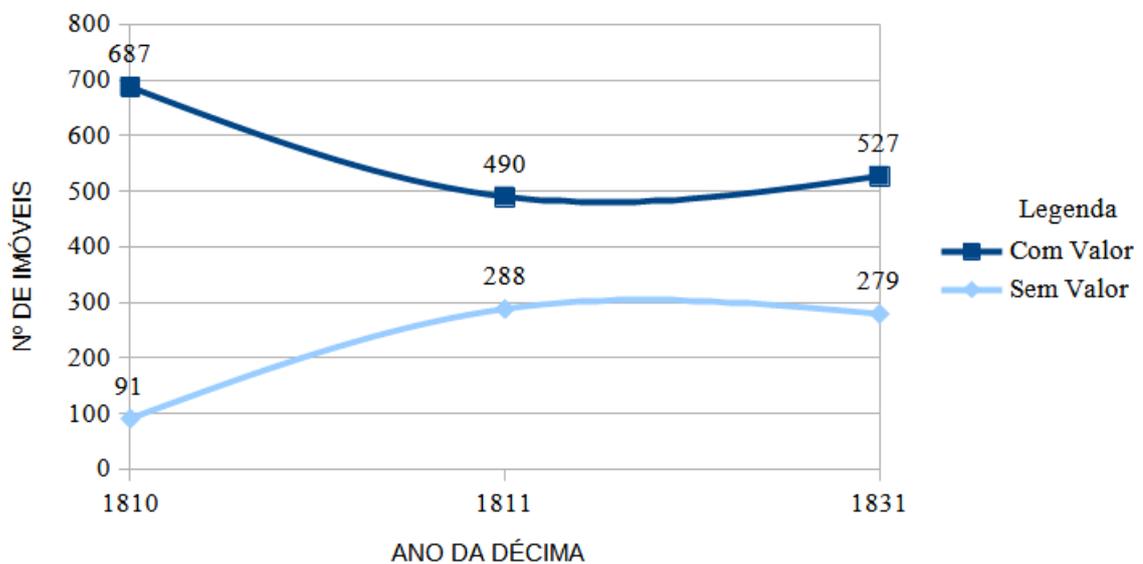
Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Gráfico 3-Soma das cinco propriedades mais bem avaliadas no arraial do Tijuco em libras



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Gráfico 4-Comparação entre o número de propriedades incluídas e desconsideradas na cobrança do imposto da décima no arraial do Tijuco



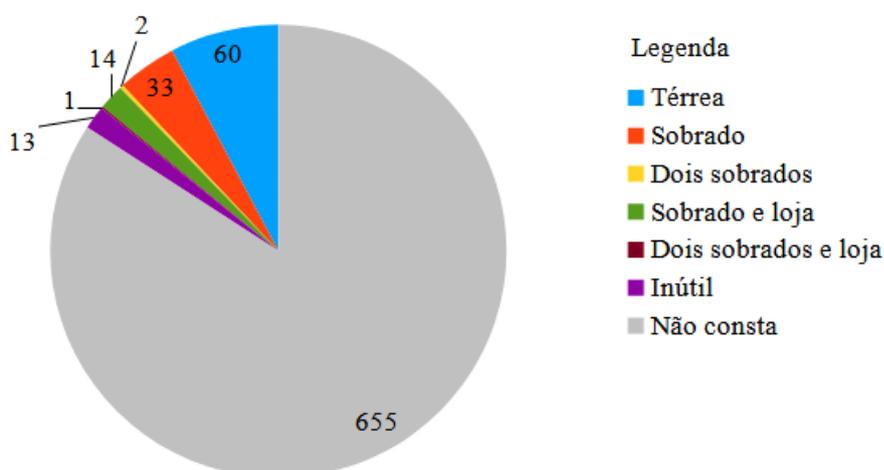
Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Os imóveis cujos valores foram desconsiderados nas Décimas ainda apresentam, nos três anos, o nome de seus proprietários e, em alguns casos, também as tipologias. A exemplo, tem-se que, em 1810, apesar de a maior parte dos imóveis não avaliados carecerem também das tipologias, aqueles que as apresentam se configuram como terrenos ou inúteis, não tendo, portanto, nenhum sobrado considerado inapto para a cobrança do imposto. Já em 1831, novas

descrições são apresentadas a essas propriedades sem cobrança, como “em conserto”, “demolido” e “arruinado”. Particularmente em 1831, em alguns casos, a tipologia “alugada” também não recebe a cobrança, o que gera estranhamento, visto que imóveis alugados geram rendimento. Em contrapartida, em 1811, casas cujas subtipologias são “térrea fechada” ou “térrea vazia”, além de “sobrado arruinado”, são incluídas no imposto.

A escolha pelas descrições das tipologias em cada versão potencialmente elucida a reconfiguração dos usos dos imóveis considerados urbanos no arraial, mas principalmente revela a narrativa utilizada por parte do poder institucional para descrever a paisagem e registrá-la na documentação. Em 1810 (Gráfico 5), as tipologias consideradas estão diretamente ligadas ao número de pavimentos dos imóveis, como também se parte é destinada ao comércio. Contudo, a maior parte dos imóveis ainda não apresenta nenhum tipo de descrição ²³.

Gráfico 5 - Tipologias e usos contabilizados na Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco em 1810



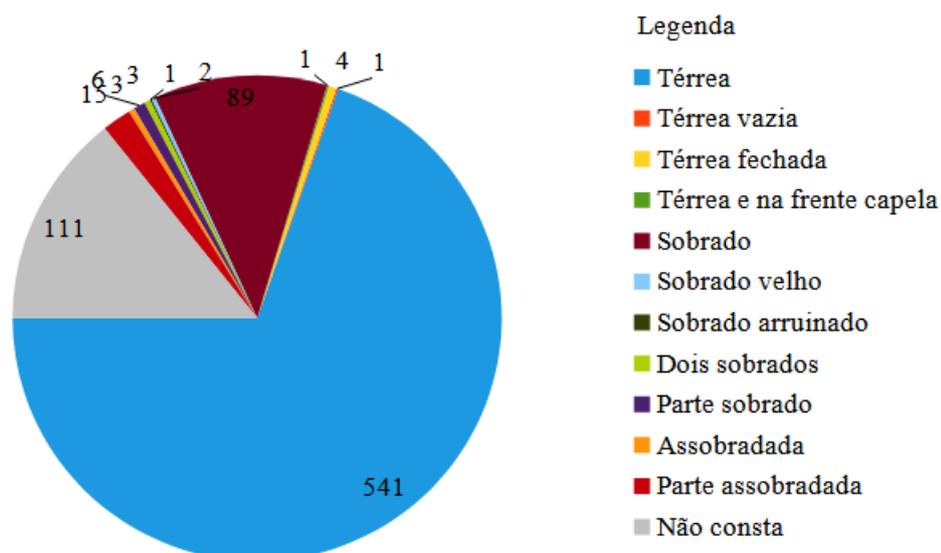
Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Em 1811 (Gráfico 6), tipologias associadas à forma são acrescentadas, enquanto informações acerca da presença de lojas são desconsideradas. Nesta versão do documento, a maior parte dos imóveis são identificados como térreos. A descrição “parte assobradada” ou “assobradada” passa a ser utilizada, como já discutido anteriormente, no caso de imóveis que se adequaram à irregularidade do sítio por meio da construção de mais um pavimento em um dos lados do terreno. Contudo, com relação a essa descrição, outras tipologias também podem

²³ Optou-se por organizar em formato de gráfico as informações das Décimas antes da uniformização dos dados, visto que se torna importante também analisar as ausências identificadas no documento original.

gerar essa mesma interpretação, como é o caso de “parte sobrado”. Uma explicação pode ser a falta de uniformização das informações no momento do lançamento, ficando a critério do cobrador escolher as palavras que representem sua interpretação do imóvel.

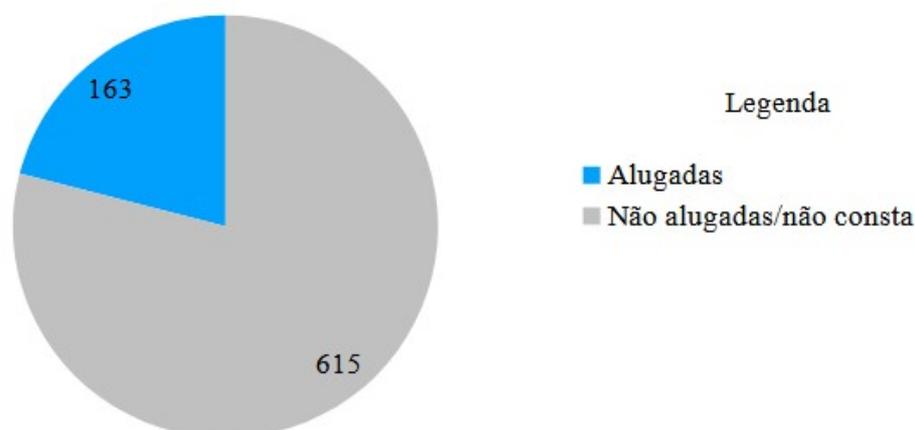
Gráfico 6 - Tipologias e usos contabilizados na Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco em 1811



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Ainda com relação à Décima de 1811, a categoria acerca da condição de locação é acrescida, de forma de seja possível identificar imóveis que se encontravam alugados (Gráfico 7). Nesses casos, um total de 163, são informados os nomes dos proprietários e de seus inquilinos. Contudo, é importante ressaltar o caráter não conclusivo dos dados da Décima, visto que, em análises anteriores, foi possível perceber que as informações originais não são uniformizadas. Deste modo, não é possível dizer com precisão que os imóveis sem dados acerca da locação não estejam de fato na condição de desalugados, optando-se, assim, por incluir nesta porção também os números ausentes da lista. Dos imóveis alugados, 117, portanto, a maior parte, são térreos, seguido de sobrados, em 37 casos, 10 assobradados e um caso sem informação.

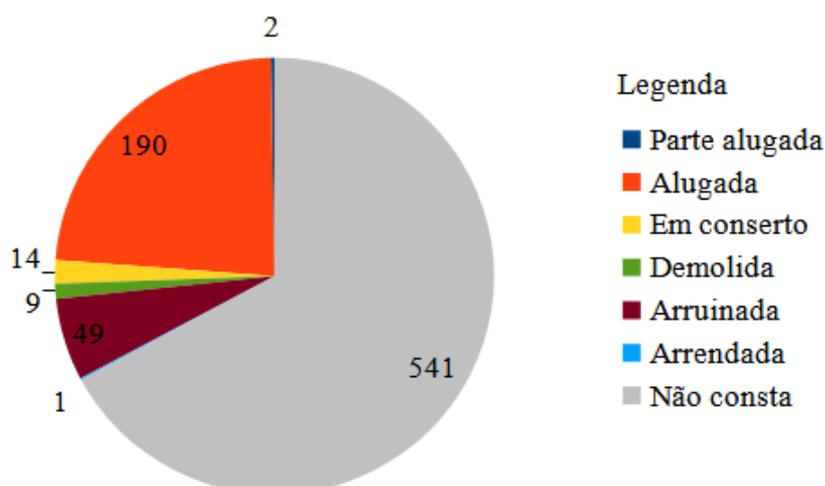
Gráfico 7 - Relação dos imóveis com informação de alugados em 1811



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

A Décima de 1831 também apresenta a informação acerca da condição de alugado do imóvel, porém, dessa vez, durante a organização gráfica, optou-se por acrescentá-la dentro da categoria de uso, pelo fato de, nesse caso, não constarem os nomes dos locatários. Ademais, a descrição “parte alugada” reforça a tese de que uma mesma edificação poderia ser habitada por mais de uma família. Na maior parte dos imóveis, 541, não constam qualquer informação a respeito de sua tipologia, contudo, diferentemente dos demais anos analisados, a caracterização dos imóveis em 1831 são voltadas à sua condição, como os que se encontram em conserto ou mesmo demolidos (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Condições e usos contabilizados na Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco em 1831



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Nesta última versão, apenas os imóveis alugados ou parte alugados têm necessariamente o valor do rendimento descrito no documento e a cobrança do imposto aplicada. Nos casos onde não há informação acerca desta categoria, 541 no total, 207 também não constam os valores. As casas em conserto, demolidas e arruinadas, 72 ao todo, são isentas da cobrança, ao passo que a propriedade arrendada refere-se à #788, cuja responsabilidade passou a ser da Fazenda Nacional, e, por isso, também é isenta do imposto.

O aumento expressivo de imóveis sem uso, se comparado às versões anteriores, denota um crescente número de casas em condição de abandono e lançam luz sobre a reconfiguração do tecido urbano em 1831, apesar de ser justamente a época em que o arraial passou a ser reconhecido como vila. A explicação para essa aparente contradição, como também para as escolhas das categorias descritivas dos imóveis em cada ano encontra respaldo na cronologia da exploração diamantífera no território.

Conforme lembra Fonseca (2011, p. 182), a elevação do arraial ocorreu entre a independência da colônia, em 1822 e a revogação definitiva do Regimento Diamantino, em 1841. Contudo, desde o fim do século XVIII, a população dos distritos mineradores de modo geral já apresentava declínio ou estagnação à medida que os rendimentos das lavras descresciam. Ao mesmo tempo, as freguesias das áreas de fronteira cresciam em função do desenvolvimento da agropecuária (CARRARA, 2012, p. 50). Anunciava-se, de acordo com o autor, uma “ruptura superestrutural” com a ocupação do Vale do Paraíba mineiro e sua inclusão no complexo agroexportador cafeeiro de 1818, marcando o fim do “século de ouro”.

A transferência de foco econômico em Minas Gerais não aconteceu, como as datas já indicam, de forma sobreposta ou abrupta. De acordo com Soares (2009, p. 41), as atividades agropecuárias se desenvolveram mesmo nos períodos mais áureos da mineração, em vista da necessidade de abastecimento das povoações.

As dinâmicas de troca comercial eram vistas com apreensão pela Coroa, visto que com frequência encobriam o contrabando de diamantes. Segundo Furtado (1996, p. 64), o comércio ambulante já era repreendido no arraial desde 1732. Posteriormente, o Alvará de 2 de agosto de 1771, ou Regimento Diamantino, lançou uma série de medidas regulatórias do comércio local a fim de controlar a entrada e saída de mercadorias.

A exemplo, tem-se que a institucionalização do Regimento determinou, em seu Artigo XII, a proibição do trabalho de mulheres negras quitandeiras. Paralelamente, o Artigo XXXII considerava o “número excessivo as lojas de fazendas secas, armazéns de molhados e vendas ou tavernas, tendo na maior parte delas por principal objeto muitos dos seus interessados comprarem diamantes extraviados” (SILVA, 1829, p. 559-560). Conforme destaca Furtado

(1996, p. 77), o contrabando de diamantes era encoberto pelas trocas comerciais de queijos, fumos, estribos e animais. Ademais, outros desvios de mercadoria, como gado, queijo, toucinho, fumo e cachaça também eram reprimidos. Ainda segundo a autora, a maior parte das punições recaía sobre a população escravizada, que compunha a parcela mais frágil da cadeia de contrabandistas.

O controle do comércio era sustentado pela ação centralizadora da autoridade local, que, de acordo com Furtado (1996, pp. 13-14), era composta pelos intendentes, seus caixas, fiscais e guardas. Parte desses cargos, como o de intendente e o de fiscal, também constituiu a responsabilidade pela coleta e organização do documento da Décima Predial Urbana em sua primeira versão no arraial do Tijuco. O título de “homem bom”, o qual também compunha a Junta da Décima, era dado àqueles considerados aptos a desempenharem cargos administrativos, como de procurador, tesoureiro ou escrivão, excluindo-se a população não liberta, não católica, feminina ou sem posses, por não serem considerados cidadãos (GOUVÊA, 1998, n.p.). Ademais, ainda segundo a autora, eram vetados da nomeação os homens de ofícios mecânicos, como os de pedreiro e carpinteiro, fato que, no caso da Décima de 1810, se confirma pela inclusão desses membros separadamente na equipe.

A composição da Junta está, portanto, diretamente ligada à manutenção do poder institucional no território, tanto a partir dos cargos designados quanto pela parcela considerada apta a ocupá-los com base no obediência de critérios socioeconômicos. Em 1810, a descrição dos imóveis se volta para as tipologias, como sobrado ou térrea, mas, diferentemente dos outros anos analisados, destacam também seu uso, quando parte comercial, no caso de “sobrado e loja” ou “dois sobrados e loja”. Deste modo, a primeira versão do documento instituída no arraial é também a que se dedica reconhecer os imóveis destinados ao comércio.

As descrições de Saint-Hilaire (1941, p. 39) destacam que as lojas do arraial eram providas de artigos de vestuário, decorativos e louças, muitas vezes luxuosos e de origem inglesa, o que causou admiração no viajante. Os alimentos cultiváveis, apesar de presentes nessas lojas, eram vendidos, assim como os víveres, em maior parte nos espaços públicos e hospedarias de tropeiros (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 40). Ainda segundo seu relato, as trocas comerciais aconteciam em grande parte com o Rio de Janeiro, apesar da distância, em vista das más condições das estradas para a Bahia. O autor destaca que essas mercadorias eram recebidas em troca do ouro das minas vizinhas ou de diamantes contrabandeados.

De forma esquematizada, Vasconcellos (1977, pp. 140-142) descreve as tipologias das edificações civis de Vila Rica e destaca que, no caso dos sobrados, o andar térreo era

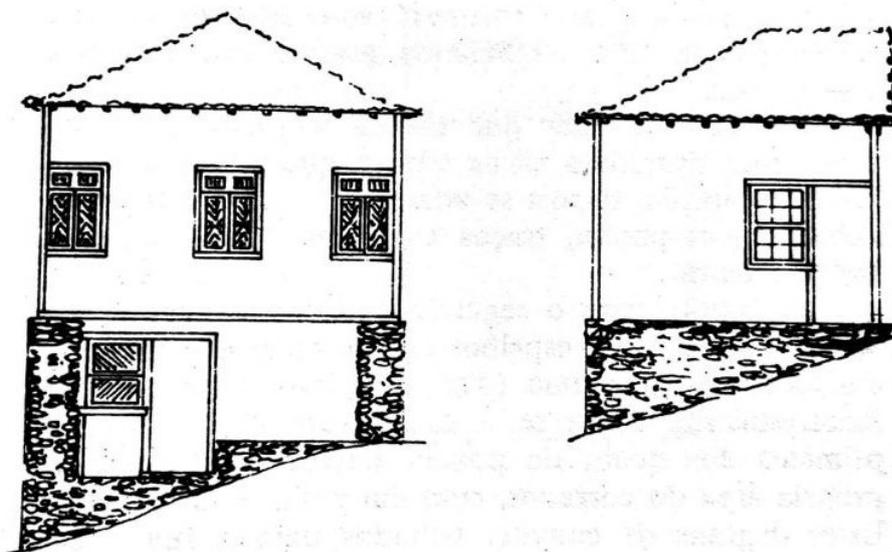
comumente utilizado como loja, depósito ou senzala, e raramente como moradia. O autor acrescenta, ainda, que muitos sobrados advinham da adaptação de casas originalmente térreas. Apesar de a Décima Predial de 1810 identificar propriedades em parte voltadas ao comércio, essas somam uma pequena parcela, 15 casos de um total de 778 listadas. Contudo, a maior parte dessas propriedades, 655, não apresenta nenhum uso especificado. Vale ressaltar, a partir de então, que esses 15 imóveis não conferem a totalidade das casas de comércio no território, mas a das reconhecidas como tal pela documentação.

A segunda listagem predial do arraial do Tijuco já contempla uma maior variedade de tipologias, de modo que seja possível inferir aspectos da adaptabilidade arquitetônica no sítio local. Ainda que a versão do documento careça da completude de informações, é a que mais revela a paisagem, seja pela descrição da maior parte dos imóveis, de sua condição de alugado ou de informações acerca de seus proprietários. Acrescenta-se que a nomeação da Junta permanece a mesma na versão de 1811, com exceção do cargo de tesoureiro, fato que demonstra uma adaptação na narrativa do território de um ano para o outro por parte dos mesmos encarregados.

Ainda com relação à Vila Rica, Vasconcellos (1977, p. 140) apresenta que eram consideradas térreas tanto as edificações de pavimento único quanto aquelas que dispunham de porões de acesso independente, que preenchiam transversalmente os desníveis das ruas (Figura 35). Esses espaços, segundo o autor, eram utilizados para depósitos, cozinha, manufaturas ou senzalas. Apesar das particularidades dos tecidos, esse modelo de edificação também é encontrado no arraial do Tijuco (Figura 36).

Assim como já evidenciado, reconhecia-se no Tijuco a tipologia assobradada e suas variações, que, diferentemente da descrição acerca das edificações térreas, tinham seu primeiro pavimento considerado habitável. Essas descrições tipológicas, portanto, evidenciam a ausência de terraplenos e contemplam as características típicas do urbanismo luso-brasileiro de aproveitamento do sítio natural na implantação de suas edificações.

Figura 35 - Representação de edificação térrea em terreno em aclive em Vila Rica (MG)



Fonte: Vasconcellos (1977, p. 141)

Figura 36 - Edificação térrea localizada na esquina da atual rua Vieira Couto e rua do Contrato, Diamantina (MG)



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A partir dessa diferenciação, torna-se possível perceber a hierarquia de ocupação dos cômodos na própria definição das tipologias. Os espaços destinados à população escravizada, por exemplo, não eram considerados ao menos um pavimento de uma propriedade urbana. Além disso, o que se observa, a partir das lentes da Décima, é que o arraial do Tijuco se configura como um espaço urbano de edificações majoritariamente térreas e habitadas, seguida de sobrados e, em menor parte, assobradados. Os imóveis alugados constituem a minoria dos casos, contemplando diferentes tipologias e variando no grau de valorização, visto que tanto imóveis de alto quanto de menor valor de rendimento eram encontrados nesta condição.

Ademais, a relação entre a tipologia e valores dos imóveis obedece uma lógica parecida nos casos em que se é possível realizar a comparação direta. Em 1810 e 1811, os dez imóveis mais bem avaliados são também caracterizados como sobrados de uso exclusivamente habitacional ou misto. Em 1831, não é possível, em um primeiro momento, verificar essa correlação. Contudo, graças à conclusão de que as listas tratavam da mesma ordem de identificação dos imóveis, visualiza-se certa mudança no perfil das tipologias mais bem avaliadas.

Dentre as dez, uma é descrita como assobradada e duas como térreas em 1811. Destas últimas duas, que consistem nas propriedades referentes à #210 e #347, pode-se presumir que, em 1831, ainda permaneciam na condição de térrea, visto o sistema construtivo em pau-a-pique ou adobe, como também a cobertura em telhas cerâmicas, dificultarem a inclusão de anexos verticais. Todavia, observa-se que o imóvel #210 tem um grande salto no valor de rendimento, 10.800 réis em 1811 para 156.000 réis em 1831, à medida que passa a pertencer a João Alves Pereira Prado Chaves, nome presente no topo das três listagens quando organizadas a partir dos valores de rendimento ou do imposto predial cobrado.

Outro caso que se destaca em 1810 e 1811 é justamente o do imóvel de maior valor de ambas as Décimas, referente a #435, descrito como “sobrado de uma frente, e térrea da outra” e sob posse do “Rancho da Intendência”. No caso de 1810, o valor da décima cobrada difere do cálculo padrão sobre o rendimento da propriedade em 116.640 réis, fato que não se repete em 1811. Ao se referir aos espaços destinados às trocas comerciais, Saint-Hilaire (1941, p.40) cita três hospedarias de tropeiros, mas destaca uma, situada na então praça da Intendência, da seguinte maneira:

Há na localidade três hospedarias onde param os tropeiros; mas os grãos, a farinha de milho e a mandioca, não podem ser vendidos senão em uma delas, situada na praça da Intendência. A frente dessa hospedaria forma uma galeria onde são depositadas as mercadorias de que se trata, e que pode ser considerada como uma espécie de mercado. E' mesmo o único que existe em tôda a Província (SAINT-HILAIRE, 1941 p. 40).

A descrição arquitetônica contida nos relatos do viajante e a na Décima de 1811, que faz referência a um imóvel de duas frentes, induzem a crer que se tratava do atual Mercado Municipal, situado na praça Barão de Guacui, anteriormente largo da Cavahada Nova (Figura 37). Contudo, conforme destaca Machado Filho (1980, p. 225), a construção do Mercado de Diamantina se inicia no ano de 1835 por iniciativa do Tenente Joaquim Casimiro Lages, com o intuito de moradia própria, comércio e rancho para tropeiros. Em acréscimo, Martins (2010, n.p.) destaca que no fim do século XIX existiam três grandes ranchos de tropa, ou intendências: a de Baixo e do Meio, ambas localizadas no largo da Cavahada Nova, e a de Cima, situada atrás da igreja da Sé de Santo Antônio, onde se vendiam doces, biscoitos e frutas.

Figura 37 - Mercado Municipal de Diamantina (MG)



Fonte: Erich Hess, s/d. ACI/RJ. Série Inventário. In Gioco (2013, p. 55). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerMemPat_MemoriasPatrimonio_EntrevistaErichJoachimHess.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

A denominação “praça da Intendência” dada por Saint-Hilaire difere do nome largo da Cavahada Nova, circundado pela rua homônima já existente na Lista Nominativa do arraial lançada em 1775. Contudo, o emprego da palavra intendência no arraial do Tijuco se dá de dois modos: serviço militar encarregado da contabilidade e administração, e de rancho de

tropeiros e local destinado à descarga e comércio de mercadorias (Ávila, 1994, p. 354). É com este sentido que é referido na promessa de compra feita em 1804 por João Alves Ferreira Prado do imóvel alcunhado “casa do balcão corrido” e que se confrontava “de uma parte com casas de José da Cruz Silva, e da outra, com a Casa da Intendência” (Machado Filho, 1980, p. 254). Esse imóvel, que hoje leva os números 73 e 75 da praça Conselheiro Mata, também se estende pelo beco da Tecla e pela praça Barão de Guaicui²⁴.

As propriedades de número #432, #433, #434 e #436, portanto, imediatamente próximas ao rancho, são de posse da família de dona Teotônia Caetana de Mascarenhas nas três versões da Décima analisadas. Segundo Requerimento de 1793 acerca de concessão de Carta de Sesmaria (CC – Cx. 153/21502), informa-se que, no corrente ano, Teotônia já era viúva do sargento-mor Manuel Fernandes Ribeiro, nome que aparece na Lista Nominativa como proprietário de um imóvel localizado na rua da Cavahada Nova²⁵.

A Décima de 1831 continua a citar o imóvel do rancho ainda como o mais valioso do arraial, mas, neste momento, arrendado à Irmandade de Santo Antônio e Almas. Essas pistas induzem a hipótese de que o referido Rancho da Intendência se localizava na região do largo da Cavahada Nova e que, portanto, precede em forma e finalidade a edificação erguida por Joaquim Casimiro Lages. Este imóvel teria sido erguido entre os anos de 1784 e 1810, visto que a cartografia histórica do arraial do Tijuco apresenta o largo como não edificado (Figura 38).

Não se sabe ao certo o motivo da cobrança da décima em 1810 desobedecer ao cálculo padrão nesse caso. Porém, apesar da imprecisão da localização exata do imóvel, o cruzamento de informações contidas nas documentações complementares revela o trecho que engloba o largo da Cavahada Nova como economicamente valorizado. No ano de 1774, a rua homônima apresentava seis famílias habitando imóveis próprios e alugados, cujos representantes, em sua maioria, ocupavam cargos clérigos, militares, além de ligados à Real Extração (Quadro 7). Uma das personalidades, Josefa Maria da Glória, viria a se mudar entre 1775 e 1810 para a casa que nos dias atuais leva seu nome, a Casa da Glória, supramencionada.

24 As propriedades de José da Cruz Silva e de João Alves Ferreira Prado correspondiam, respectivamente, aos imóveis #350 e #351 da Décima Predial Urbana. Nas versões de 1810 e 1811, ambas se encontram dentre as dez mais valiosas do arraial. Em 1831, essas personalidades reaparecem no topo da listagem, contudo, como proprietários de outros imóveis.

25 A propriedade #436, por sua vez, sob a posse de Teotônia Caetana de Mascarenhas e seus herdeiros, permanece dentre as cinco as mais valiosas nas três versões analisadas.

Figura 38 - Região do largo da Cavalhada Nova na cartografia de 1784

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

Quadro 7 – Famílias identificadas como moradoras da rua da Cavalhada Nova na Lista Nominativa do arraial do Tijuco, 1775

Nome	Perfil étnico-racial	Ofício	Estado Civil	Propriedade
Josefa Maria da Glória	não consta	não consta	viúva	casa própria
Manuel Batista Rolim	não consta	sargento-mor	casado	casa própria
Estevão Duarte	não consta	padre e mestre de gramática	não consta	casa alugada
João de Pinho	não consta	padre, vice-comissário da Ordem Terceira de São Francisco	não consta	casa própria
Manuel Fernandes Ribeiro	não consta	sargento-mor	casado	casa própria
Félix	preto	barbeiro	não consta	casa alugada

Fonte: Manuscritos Avulsos de Minas Gerais (MAMG). AHU (Cx. 108, Doc. 9, f. 1-9).

A análise dessa região também lança luz sobre duas tendências presentes nas listagens e, portanto, no espaço urbano do arraial: a de personalidades concomitantemente proprietárias de imóveis com valores discrepantes de rendimento, e a da proximidade territorial de imóveis comparativamente muito e pouco valorizados. A exemplo, tem-se o caso da referida dona Teotônia Caetana de Mascarenhas, cujas propriedades variam, dentro da região da rua da

Cavallhada Nova, de 4.500 a 48.000 réis de rendimento. Além desta, a versão de 1811 demonstra a recorrência entre posse de imóveis de valor mais baixo e residência em imóveis alugados de maior valor por parte de um mesmo habitante do arraial, como é o caso de tesoureiro e capitão Manuel José Alves Pereira, membro da Junta da Décima em 1810, morador de um sobrado alugado de rendimento anual de 36.000 réis (#349), ao passo em que é proprietário de um imóvel térreo avaliado em 7.200 réis (#769).

Essas evidências denotam a hipótese de que a propriedade de diferentes imóveis possa ser entendida, já nessa época, como um investimento. Além disso, demonstram que o local de habitação era um importante definidor de distinção social. Esta tendência também é identificada por Kato (2015, pp. 360-361) a partir da análise da Décima Predial de Curitiba do início do século XIX. Segundo o autor, a definição das moradias na região se dava tanto por fatores econômicos quanto por necessidades de ordem prática relacionada ao ofício dos proprietários. No caso do arraial do Tijuco, torna-se possível observar que a valorização das regiões parte de uma relação direta com propriedades pontuais de alto valor de rendimento, como também com perfis abastados que habitam ao redor e que obtêm posses, muitas vezes, de valorização distinta.

A correspondência entre o valor dos imóveis e a posição socioeconômica de seus proprietários orienta as percepções acerca da organização espacial do arraial em um contexto no qual o valor da terra não deve ser compreendido do mesmo modo que nos dias atuais. Assim, a construção da análise demonstra a necessidade de se aprofundar nos atores do espaço urbano como forma de se compreender as dinâmicas de ocupação desse território. Além disso, em vista da escassez de informações acerca da localização exata das edificações listadas nas Décimas, um artifício de coleta de pistas que auxiliem na espacialização dos dados se dá na identificação de personalidades já abordadas pela historiografia como forma de associá-las a seus locais de habitação.

Compreende-se que a espacialização dos sujeitos sociais faz parte da compreensão transdisciplinar da paisagem urbana. Por esse motivo, a análise que segue tem por objetivo focar nos personagens e nos grupos que integram esse território com base nas narrativas encontradas no documento predial. Ressalta-se, mais uma vez, que as lentes de investigação se dão a partir da documentação primária, admitindo-se, portanto, se tratar de registros institucionais da espacialidade. Assim, assume-se a existência do *locus* de poder que moldava a imagem e a apresentação simbólica da paisagem.

4.3 A Espacialização da Décima: população e personagens

O presente subcapítulo se dedica aos sujeitos sociais e personagens revelados pelas descrições da Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco. Uma vez que a pesquisa considera o espaço urbano como um conjunto indissociável entre a tessitura e as relações desenvolvidas pela sociabilidade, os dados acerca da população consistem em um recurso valioso para se compreender as dinâmicas de ocupação próprias das primeiras décadas do século XIX. Ademais, visto a Décima, neste caso, se tratar de uma fonte limitada com relação à completude de informações, tanto os dados contidos quanto os omitidos nas descrições dos habitantes precisam ser interpretados como parte da narrativa acerca da composição populacional do espaço.

Neste momento da pesquisa, busca-se primeiramente realizar um levantamento acerca do perfil dos proprietários dos imóveis listados com relação a gênero, raça, etnia e ofício, nos casos em que essas informações são fornecidas. O objetivo é traçar um balanço da composição populacional que habita os prédios urbanos no arraial, tanto dentro de uma mesma versão quanto em comparação entre os anos analisados²⁶. Ainda que à primeira vista não possa ser identificada com precisão a localização desses proprietários, a ordem numérica das listagens permite inferir os imóveis que se encontram imediatamente próximos.

Contudo, antes que se realizar conclusões acerca da espacialização desses perfis populacionais, é importante que sejam encontrados pontos referenciais nas Décimas a fim de se observar de modo aproximado a quais regiões do arraial as numerações se referem. Deste modo, o passo seguinte da metodologia consiste em identificar os personagens descritos nas Décimas por meio de fontes auxiliares, como a Lista Nominativa do arraial do Tijuco em 1775, os inventários interpretados por Furtado (1996, 2002, 2005, 2011) e a historiografia proposta por Machado Filho (1980) acerca dos habitantes do arraial. Nesse momento, utiliza-se do que a bibliografia já desenvolvida conhece a respeito desses personagens centrais, sendo possível, em sequência, identificar as propriedades a eles correlacionadas.

Furtado (1996, p. 29-30) aponta que no ano de 1808, antes mesmo da instauração da cobrança predial no Tijuco, já se tornava evidente uma crise institucional resultante do esgotamento das lavras diamantinas. Paralelo a isso, havia a pressão da população local, que demandava novas saídas para a economia da região. Outro problema recorrente para a

²⁶ Ressalta-se que o objetivo da pesquisa não é traçar um perfil da população no arraial do Tijuco em 1810, 1811 e 1831, mas compreender a composição de ocupação do tecido urbano, focando-se, portanto, na relação entre as edificações e o perfil descrito de seus proprietários e habitantes.

economia da metrópole foi o descontrole do contrabando dos diamantes, que era comandado pelos próprios funcionários encarregados da fiscalização, fazendo com que o volume do contrabando se tornasse equivalente à extração realizada em nome da Coroa. O crescimento econômico e populacional do arraial, se comparado à sede da comarca do Serro Frio ou até mesmo a outras vilas da Capitania, fez com que, no ano de 1800, os moradores locais do Tijuco levantassem uma petição que pedia pela elevação do arraial em vila.

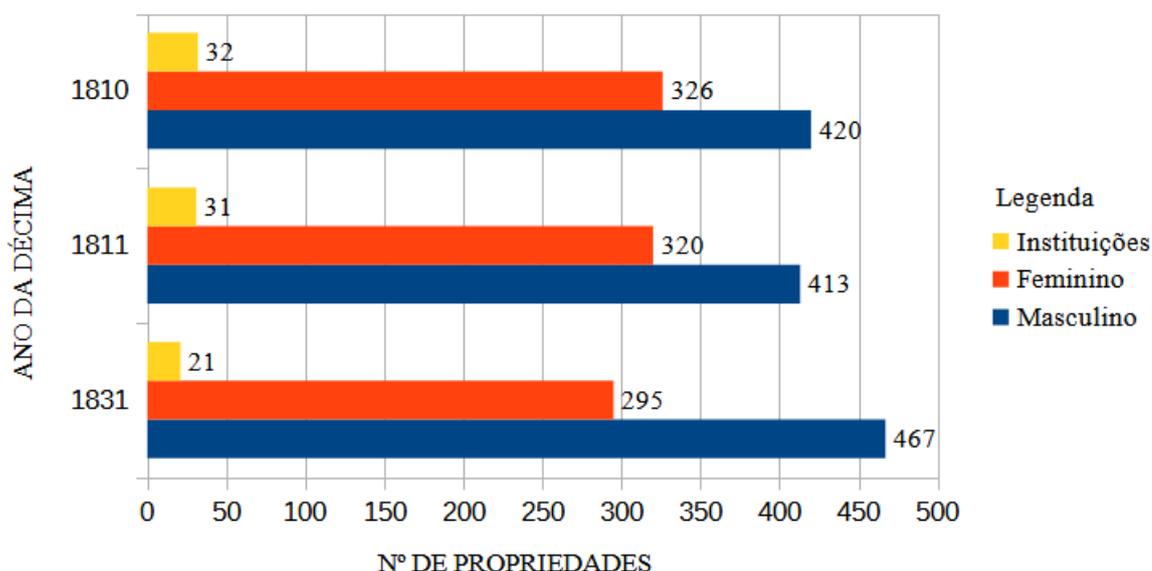
Em contrapartida, como complementa Fonseca (2011), a composição da população do Tijuco serviu de argumentação por parte do ouvidor da comarca de Serro do Frio, alegando que o arraial “não contava mais que 1.582 brancos, para 7.706 negros e 3.444 mulatos.” (FONSECA, 2011, p. 352). Além do fator racial, a autora acrescenta que outro critério era ponderado no momento da avaliação: a existência de homens instruídos provenientes de famílias abastadas ou detentores de títulos de nobreza, na maior parte dados em nome dos serviços prestados à Coroa. A autora lembra ainda que o Tijuco só se tornou vila em 1831, quando conseguiu, enfim, se emancipar da Vila do Príncipe.

Em vista disso, optou-se, em primeiro lugar, por dividir a população dos três anos analisados a partir de seu gênero, de forma a conferir se o aumento no número de homens realmente aconteceu para que fosse considerado um atributo para a elevação do arraial a vila. Contudo, é importante ressaltar que esses homens deveriam ainda ser brancos e instruídos, sendo necessária, portanto, a identificação racial e os ofícios dessa população masculina. Contudo, frisa-se que, por consistir em um documento predial, a Décima Urbana tem como foco enumerar as propriedades, e não a população absoluta. Por isso, optou-se por organizar os dados de forma que sejam indicados os prédios urbanos pertencentes a homens, elucidando também a condição econômica dessa parcela da população.

O Gráfico 9 ilustra o número de imóveis de posse de homens, mulheres e instituições²⁷. No caso de 1811 e 1831, em vista dos números das propriedades ausentes da lista, um total 14 e 23, respectivamente, não foi possível fazer um balanço total sobre o perfil dos proprietários. Contudo, de modo geral, observa-se que, nos três anos, a maior parte dos proprietários são homens, como também que, de fato, houve um aumento no número desse perfil em 1831 com relação aos outros anos analisados.

²⁷ O artifício usado para identificar o gênero dos proprietários foi a organização da lista por nomes considerados femininos e masculinos. Quanto às ditas instituições, incluem-se as Irmandades, Hospital, a Fazenda Nacional, no caso de 1831, e o dito Rancho da Intendência, nos casos de 1810 e 1811.

Gráfico 9- Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco: gênero



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

As associações de leigos católicos, identificadas nas Décimas por Irmandades ou Ordens Terceiras, são proprietárias de casas térreas, assobradadas e sobrados. Algumas pistas evidenciam se tratar de imóveis geograficamente próximos aos templos cristãos a eles vinculados, como é o caso de #77, #78 e #79, pertencentes à “Irmandade Nossa Senhora do Rosário” e descritas como “lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário” (ARQUIVO NACIONAL, 1811). A ampla maioria é cobrada do imposto predial, visto que, diferentemente das igrejas, essas edificações não se configuram necessariamente como institucionais, mas sob posse das organizações. O único imóvel isento do imposto é o Hospital de Caridade, em 1810 e 1811, e que, em 1831, passa a se chamar Hospício da Caridade e, em todos os casos é isenta. Deste modo, percebe-se uma associação direta entre a cobrança da décima e a função de habitação, comércio ou uso misto das propriedades.

Conforme explicita Magnani (2004, n.p.), a Casa de Caridade do arraial do Tijuco foi fundada em 1790 e permaneceu financiada por donativos até 1810. Contudo, a receita não foi suficiente para manter a funcionalidade da edificação²⁸, que foi arrendada e permaneceu fechada até 1838. Em 1831, a listagem também conta com edificações próximas também isentas do imposto, o #506, nomeado como Hospício da Terra Santa, e #517, como Confraria

²⁸ Magnani (2004, n.p.) destaca que o tratamento de enfermos era apenas uma das atribuições da Casa de Caridade do arraial do Tijuco. Além dela, o local prestava o papel assistencialista dos mais economicamente vulneráveis, como também de pousada de peregrinos e acompanhamento dos falecidos.

de São Francisco. Segundo Machado Filho (1980, pp. 222-223), a origem e manutenção desses espaços de cuidado no arraial estão intimamente ligadas à ação filantrópica e à realização de serviços hospitalares por parte de figuras religiosas (Figura 39).

Figura 39 - Procissão próxima à Casa de Caridade de Diamantina (MG)



Fonte: Erich Hess, década de 1940. ACI/RJ. Série Inventário.
In Giéco (2013, p. 56). Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerMemPat_MemoriasPatrimonio_EntrevistaErichJoachimHess.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

O exemplo supracitado denota a ligação entre o tratamento de enfermidades, a presença da religiosidade e a caridade. Essa correlação se estendeu no território por todo século XIX e permeou a discussão sobre o desenvolvimento de espaços destinados a acolher

peessoas consideradas socialmente inválidas. Em paralelo ao discurso da caridade cristã, contudo, estava o desejo de se evitar a perturbação da ordem pública no espaço urbano, tornando bastante abstrato o entendimento de loucura e invalidez por parte da população e das autoridades (MAGNANI, 2004, n.p.).

Nos casos das versões das Décimas de 1811 e 1831, nas quais é possível identificar a condição de alugado desses imóveis institucionais, a maior parte, 39 de um total de 52, encontram-se ocupados por inquilinos. Destaca-se, no caso de 1811, os imóveis térreos #115, #116, #194, #195 e os sobrados #344 e #345, todos alugados e pertencentes à Recolhidas das Macaúbas. Segundo Furtado (2001a, pp. 56-57), o Recolhimento de Macaúbas era um convento destinado à educação formal de mulheres da elite mineira. As unidades mais próximas do arraial do Tijuco, de acordo com a autora, estavam em Minas Novas e em Jaboticatubas, na Comarca de Sabará, onde as filhas de Chica da Silva se instalaram, e que, por sua vez, se beneficiaram de financiamentos de seu esposo, João Fernandes de Oliveira.

A situação de alugado desses imóveis sugerem que não se destinavam às atividades diretas da instituição, mas demonstram sua influência socioeconômica no arraial nos primeiros anos do século XIX. Em contrapartida, no ano de 1831, essas mesmas propriedades se encontram sob posse de civis, não sendo possível mais identificar o Recolhimento na listagem. Além disso, alguns desses imóveis apresentam-se em condição de conserto e arruinado, como nos casos de #116 e #194, respectivamente. Tal fato, assim como a diminuição no número de propriedades pertencentes às instituições religiosas de forma geral denotam a perda de posses e influência socioespacial clériga no espaço urbano.

Ainda ao se considerar os imóveis em condição de alugados, é possível traçar um perfil da população inquilina a partir da Décima de 1811, visto ser a única versão analisada que nomeia essa parcela dos habitantes do arraial. Neste ano, das 163 propriedades identificadas, 78 são ocupadas por mulheres e 85 por homens na forma de locação. Além dessas, um imóvel, referente ao #140, é descrito como penhorado pela Fazenda Real, sendo sua proprietária original, de nome Teresa dos Santos Lares, nele morando de favor.

Segundo Furtado (2001b, p. 38), na região diamantina durante o século XVIII, assim como no restante da Capitania, a população absoluta apresentava uma desproporção acentuada por gênero. Ao examinar o censo de 1738 da Comarca do Serro do Frio, à qual o Distrito Diamantino pertencia, a autora revela que, do total de 9.681 habitantes, 83,5% eram homens e 16,5% mulheres. Entre os escravos, a prioridade pelo trabalho braçal na mineração fazia com que apenas 3,1%, fossem mulheres.

Contudo, em caso de ex-escravizados, as proporções se invertiam e o número de mulheres passavam a ser majoritário, cerca de 63% contra 37% de homens de um total de 387 forros. Isso se deve, segundo a autora, aos casos comuns de relacionamento entre as mulheres escravizadas e os senhores escravagistas, que garantiam-nas alforria mediante sua morte, como forma de estipular de antemão o valor a ser pago por sua liberdade, evitando, assim, que fossem arrematadas em leilões a valores inferiores ao desejável. O mecanismo, conhecido como coartação, beneficiava patrimônio pessoal desses homens e era visto com bons olhos pelo cristianismo (FURTADO, 2001a, 2001b).

Já com relação ao censo por domicílio do arraial do Tijuco, realizado em 1774 e enviado ao reino em fevereiro de 1775, a autora revela que a maior parcela de chefes de domicílio era composta por homens brancos e mulheres forras. Contudo, o mesmo censo releva que a maior parte dessas mulheres residia em terrenos doados, transparecendo a dificuldade de inserção na sociedade (FURTADO, 2001a, p. 39). Ainda segundo a autora, as ex-escravizadas que conseguiam ter acesso à ascensão social, conquistavam-na majoritariamente através do casamento. Deste modo, as análises acerca do século XVIII já demonstram um protagonismo de homens brancos com relação à posse de bens. As mulheres forras, por sua vez, eram parte significativa das chefias de domicílio, mas não apresentavam a autonomia habitacional e financeira na mesma proporção.

A correlação dada entre os documentos relativos aos habitantes do arraial e suas posses, como inventários e testamentos, auxilia na identificação de propriedades listadas nas Décimas. Furtado (2001b, p. 97) menciona o caso de Rita Vieira de Matos, africana da Costa da Mina, forra e falecida em 1815, cujo inventário consta a posse de uma propriedade na rua do Rosário. Em paralelo, o inventário de seu marido, Antônio Alves de Guimarães, falecido em 1812, indica uma propriedade avaliada em 8.000 réis e sem localização especificada. Ao se analisar as Décimas de 1810 e 1811, não é encontrado o nome de Antônio, mas o de Rita, em ambos os casos, aparece no #107, que identifica um imóvel térreo no valor de 7.200 réis de rendimento.

A princípio, não se pode dizer precisamente que o inventário de Antônio e a menção a Rita na Décima Predial tratam da mesma propriedade. Contudo, assume-se que a probabilidade seja alta, pois a análise de outros casos em conjunto demonstram que, apesar de a Décima ser um documento oficial, as descrições tanto dos imóveis quanto de seus proprietários acontecem de modo relativamente informal e pouco uniformizado. A exemplo, tem-se o caso de Maria Martins Castanheira, forra da Costa da Mina. Segundo Furtado (2001b, p. 94), por não possuir filhos, a lei determinava que seus bens fossem destinados a

seu marido, um homem também negro²⁹ de nome Francisco Pereira Lima, que, de acordo com a autora, não vivia em comunhão com a esposa.

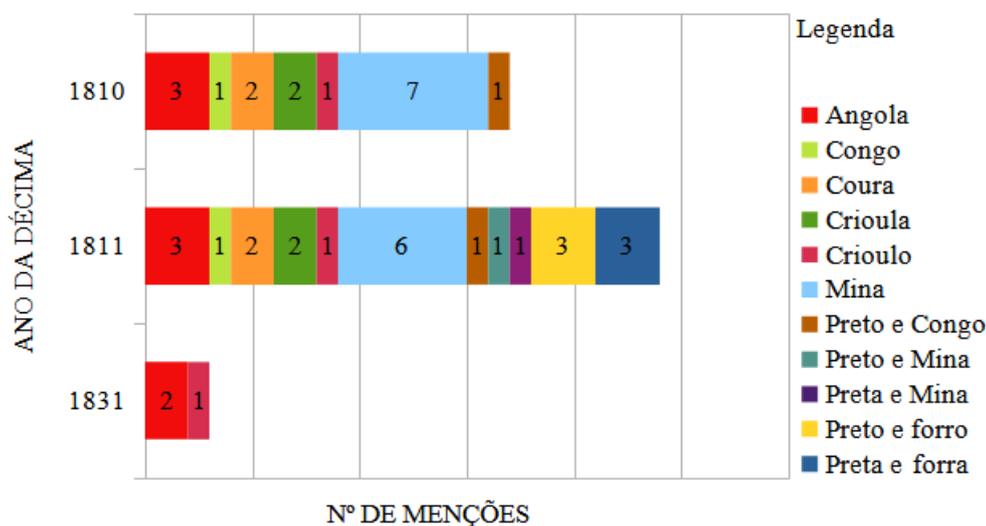
A Décima Predial de 1810 consta o nome de Maria Martins no #548, referente a uma propriedade inútil que, fugindo à regra das três versões analisadas, se encontra avaliada, sendo, neste caso, em 1.800 réis. O nome que vem em sequência, curiosamente é de Francisco Martins Castanheira, proprietário de um imóvel térreo também avaliado em 1.800 réis. No ano seguinte, 1811, os nomes e os valores se repetem nas mesmas numerações, com a diferença de que a propriedade de Maria Martins passa a ser descrita como térrea. Não se pode associar com precisão as duas personalidades, contudo, estima-se uma relação direta em vista do mesmo sobrenome e da proximidade espacial.

Esses casos particulares lançam luz sobre as vivências diárias no arraial, que muitas vezes se apresentam narradas no documento da Décima Predial, mesmo que de forma indireta. Ao se organizar as descrições étnico-raciais das proprietárias e proprietários dos imóveis, percebe-se a ausência de um padrão aparente. Conforme já citado, Fonseca (2011, p. 352) aponta que, de forma aproximada, a população não branca correspondia a cerca de 87% dos habitantes do arraial. Apesar de ampla maioria, é essa parcela da sociedade que, nas três versões analisadas da Décima Predial Urbana, configura-se como proprietários cujos nomes são seguidos de informações acerca da definição cultural de raça, tais como “preta/preto” e “crioula/ crioulo”, ou origem étnica, como “Angola” e “Congo”.

Em vista de a Décima ser um documento voltado para as propriedades urbanas, a presença de descrições complementares acerca de seus respectivos proprietários denota a relevância dessas informações para o registro da cobrança predial. Além disso, os termos utilizados e os significados que carregavam no século XIX evidenciam uma leitura do tecido urbano por parte do poder institucional intimamente ligada à compreensão dos perfis que ocupam determinadas porções do território. A análise desses elementos descritivos partiu da coleta e comparação das identificações étnico-raciais acerca da população presente no documento dos três anos trabalhados (Gráfico 10). Em um primeiro momento, já foi possível perceber que essas informações estão presentes na menor parte dos imóveis registrados, como também que, em nenhum caso, são utilizados termos associados à população branca.

29 A menção racial dos inventariados e seus herdeiros nesse caso é necessária em vista da presença de uma hierarquia institucionalizada, dada pelo sistema escravista, nas relações entre homens brancos e não brancos e suas parceiras.

Gráfico 10 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco: étnico-racial



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Do total de 2.327 imóveis identificados nas três versões da Décima Predial, 44 aparecem associados ao perfil étnico-racial de seus proprietários. No geral, as descrições estão ligadas à origem étnica, caracterização fenotípica ou à condição de aforamento. As versões de 1810 e 1811 são as que apresentam um maior número e variedade de menções, se comparadas à de 1831. A partir delas, percebe-se a predominância da caracterização de proprietários africanos como de origem da Costa da Mina³⁰, seguidas de Angola e Congo. Ademais, as definições raciais, tais como “preto” e “crioulo” estão presentes de forma equiparada tanto no caso de proprietários homens quanto mulheres.

Em suas análises acerca dos dados contidos na Lista Nominativa do arraial, Furtado (2001a, p. 100) esclarece os significados da diferenciação racial nos contextos do século XVIII e XIX. Segundo a autora, o termo “crioulo” ou “crioula” se referia a pessoas brasileiras filhas de pais negros e africanos, ao passo em que “pardo” ou “parda” se referiam aos descendentes diretos de pais brancos e negros. Esta última caracterização não está presente em nenhum caso das Décimas analisadas, assim como menções à população indígena. A identificação da condição de alforriada aparece em seis casos, sempre em associação a descrição “preto” ou “preta”.

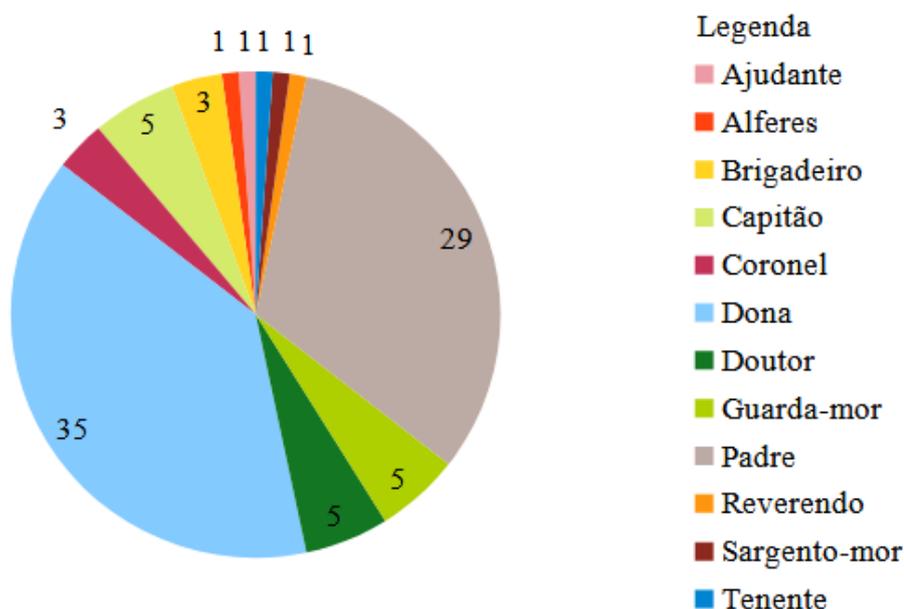
30 Segundo Ferreira (2018, n.p.), a região do continente africano mais afetada pelo tráfico lusitano de pessoas escravizadas foi a Costa da Mina, a qual se refere o termo abrangente “Mina” encontrado nas Décimas. Além disso, conforme evidencia Maia (2011, p.12), a população “courana” ou “courá” tem como origem o Golfo de Benim, parte da Costa da Mina, e foi traficada em grande parte para a Capitania de Minas Gerais.

O destaque para essas informações no lançamento dos dados, principalmente nos dois primeiros anos, demonstra a opção pelo mapeamento de imóveis pertencentes a não brancos, essas que aparecem de forma espaçada pelo território e se configuram como casas térreas ou que não apresentam descrição. Quanto aos imóveis alugados de 1811, as únicas menções étnico-raciais se dão em três casas também térreas, nas quais duas mulheres e um homem são descritos como “Mina”.

Contudo, como já explicitado, essas identificações não se configuram como a totalidade de imóveis sob posse da população afro-brasileira, como também não provam inexistirem proprietários indígenas no arraial. Essas análises demonstram o que era levado em conta no momento da descrição da população. Nesse caso, observa-se a importância dada para se destacar e mapear algumas personalidades específicas. As descrições não parecem obedecer um padrão, demonstrando mais uma vez o caráter personalista da coleta e transcrição dos dados no documento.

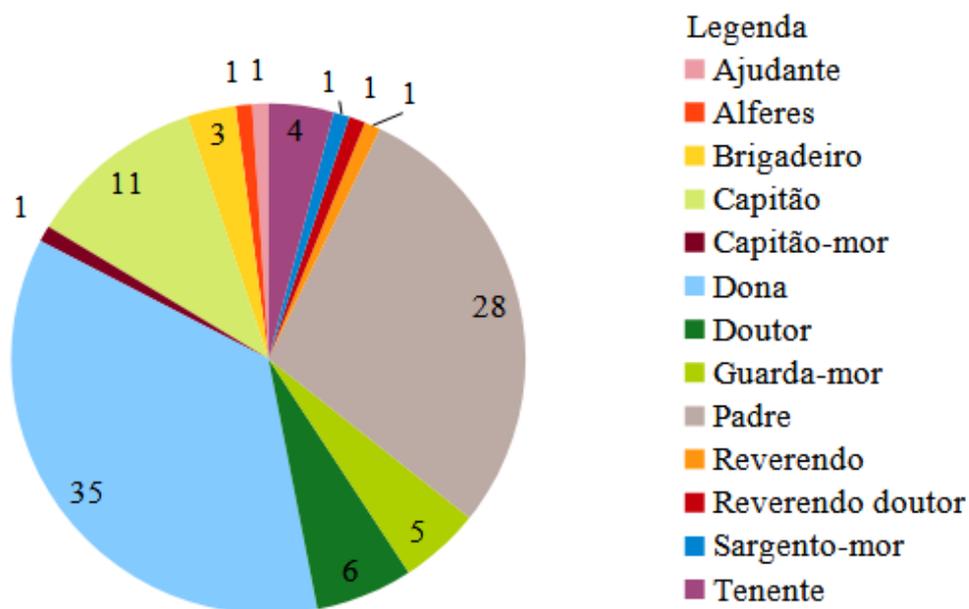
Além do gênero e perfil étnico-racial, as Décimas também destacam o ofício de muitos proprietários de imóveis. Vale ressaltar, contudo, que essa identificação acontece somente no caso de homens, não sendo possível verificar a ocupação das proprietárias mulheres. A esta parcela, fica delimitada a condição de “dona”, termo utilizado para definir mulheres associadas à elite local (KATO, 2015, p. 358). A partir de então, organiza-se as propriedades com base nos ofícios e atribuições dados aos proprietários nas Décimas de 1810 (Gráfico 11), 1811 (Gráfico 12) e 1831 (Gráfico 13). O objetivo do mapeamento é compreender o perfil ocupacional dos proprietários, bem como a relação entre as profissões descritas e as tipologias e condições espaciais dos imóveis.

Gráfico 11 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco de 1810: ofícios e atribuições



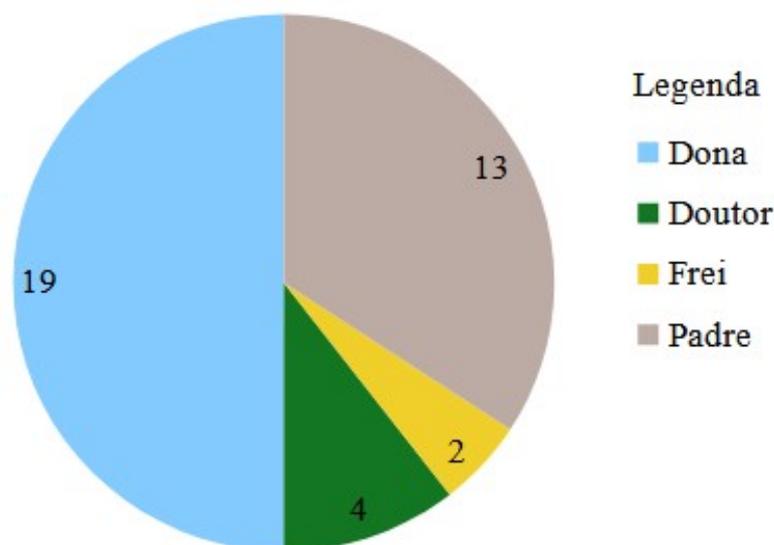
Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Gráfico 12 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco de 1811: ofícios e atribuições



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

Gráfico 13 - Perfil dos proprietários dos imóveis lançados na Décima Predial do arraial do Tijuco de 1831: ofícios e atribuições



Fonte: AN CC 1799; AN CC 1800; AN CC 2269. Acervo pessoal.

As informações voltadas para os ofícios aos quais se dedicavam os homens se alteram de um ano para o outro, assim como acontece nas categorias anteriormente analisadas. Enquanto em 1810 e 1811 existia uma maior diferenciação quanto aos proprietários dedicados a patentes militares, em 1831 são preservadas apenas as descrições de clérigos e doutores. As mulheres identificadas como “donas” também estão presentes nas três versões de forma expressiva, e são correlacionadas a propriedades de alto valor de rendimento, acompanhadas, também, de imóveis com valor comparativamente menor, como se dá no caso de Dona Teotônia Caetana de Mascarenhas, já explicitado anteriormente.

Segundo Saint-Hilaire (1941, p. 6), o poder no Distrito Diamantino era concentrado nas mãos do intendente, ao qual é atribuído o controle na extração dos diamantes e o comando do policiamento de sua região. Em sequência, estava o ouvidor, ou fiscal, que tinha o papel judicial e de ministério público. Conforme complementa Furtado (1996, p. 43), os funcionários da Real Extração, identificados pelo guarda-mor, guarda-letras e caixas, ou tesoureiros, ocupavam os postos no primeiro e segundo escalão, garantindo-lhes posição socioeconômica privilegiada.

Em paralelo, os componentes das guardas da Demarcação, contemplados por capitães, coronéis, comandantes, sargentos, soldados e alferes, provinham de diferentes classes sociais, mas no geral eram indivíduos de poucas posses. As descrições de Saint-Hilaire (1941, pp. 12-13) destacam ainda que a força militar a serviço do intendente nas ruas se dava através dos

pedestres comandados por um capitão-mor. A cavalaria era composta, no geral, por homens não brancos, algumas vezes ex-escravizados, e consistia na força coercitiva em prol do combate ao contrabando de diamantes.

Ainda segundo a autora, entre os anos de 1771 e 1806, os indivíduos pertencentes às tropas compunham 19,4% dos detidos no Distrito Diamantino, geralmente em função de insubordinação e negligência no exercício da função. O crime de contrabando de diamantes era presente em todas as patentes, desde os soldados, passando por tenentes até capitães³¹.

Ademais, a perseguição aos eclesiásticos também era ativa em toda a Capitania de Minas Gerais. As diversas irmandades instaladas no Distrito empregavam párocos seculares, que eram aceitos pela Intendência, mas vistos com apreensão. Muitos chegaram a ter importância e prestígio socioeconômico, como é o caso do inconfidente José da Silva de Oliveira Rolim, conhecido como Padre Rolim (FURTADO, 1996, pp. 84-86).

Em síntese, Furtado (1996, p. 41) defende que sociedade diamantina era composta majoritariamente de pessoas escravizadas, seguida de homens livres e pobres, geralmente pardos, e, em menor parte, da classe dominante branca. Os cargos mais altos ligados à Real Extração eram os que possibilitavam também maior desfrute de privilégios, como isenção de alguns impostos, fato que originava disputas internas entre os mais abastados. A autora destaca que a discrepância socioeconômica era tão evidente que os espaços de conflito ao menos eram compartilhados entre as classes dominantes e a população no geral.

De fato, o que se observa, a partir do mapeamento das informações das Décimas, é um destacamento espacial dos membros do alto escalão da Real Intendência com relação ao restante da população. As patentes militares aparecem associada a imóveis térreos, sobrados e assobradados, de uso residencial ou misto. A propriedade mais valiosa, avaliada em 36.000 réis de rendimento, é a referente a #247, sob posse de Francisco Martins Pena, que, em 1810 é descrito como coronel e, em 1811, como brigadeiro. As menos valiosas em 1810, #395 e #396, também estão sob posse de um brigadeiro, nomeado somente como Gomes. Em 1811, essa posição passa a ser da propriedade térrea #637, de 2.700 réis de rendimento e associada a José Joaquim de Azevedo Pereira, descrito como capitão, patente que não é citada em 1810.

Em contrapartida, os homens que ocupavam os cargos mais altos da Real Extração habitavam propriedades alugadas. No caso de 1811, onde essas informações são apresentadas, é possível visualizar que se tratam de imóveis distantes do núcleo urbano. São os casos de

31 Para além destes, a figura do garimpeiro era a mais marginalizada com relação ao contrabando de diamantes. Muitos viviam em condições inóspitas fora do perímetro urbano e tinham a extração furtiva como sua maior fonte de sobrevivência (FURTADO, 1996, pp. 50-51). Percebe-se, de fato, que a ocupação não é considerada em nenhuma das versões analisadas da Décima Predial.

#775, alugado para o Desembargador Fiscal Bartolomeu Paulo Álvares da Costa, e #778, equivalente à atual Casa da Glória e segunda propriedade de maior valor de rendimento, para o Desembargador Intendente, neste período, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá. De acordo com Saint-Hilaire (1941), a residência dentro do arraial no início do século XIX era provisória. O viajante descreve a morada do intendente da seguinte forma:

Outrora os intendentos moravam dentro da aldeia, mas a intendência geral é situada fora. E' uma casa grande e muito cômoda, construída sôbre um outeiro, de onde se avista uma parte do Tijuco, o vale que se estende abaixo da povoação e os rochedos que lhe ficam em frente (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 38)

A partir do exemplo da Casa da Glória (Figura 40), é possível voltar a estratégia de identificação dos imóveis listados nas Décimas para a associação às personalidades do arraial abordados pela historiografia e presentes tanto na documentação predial quanto nas fontes complementares à análise. A investigação se inicia na identificação das personalidades que compunham a Junta da Décima nos anos analisados e segue aos demais presentes nas listagens. Ao fim, pretende-se mapear marcos do território capazes de orientar um traçado implícito na cobrança do imposto e revelar aspectos da espacialidade nos âmbitos sociais e econômicos.

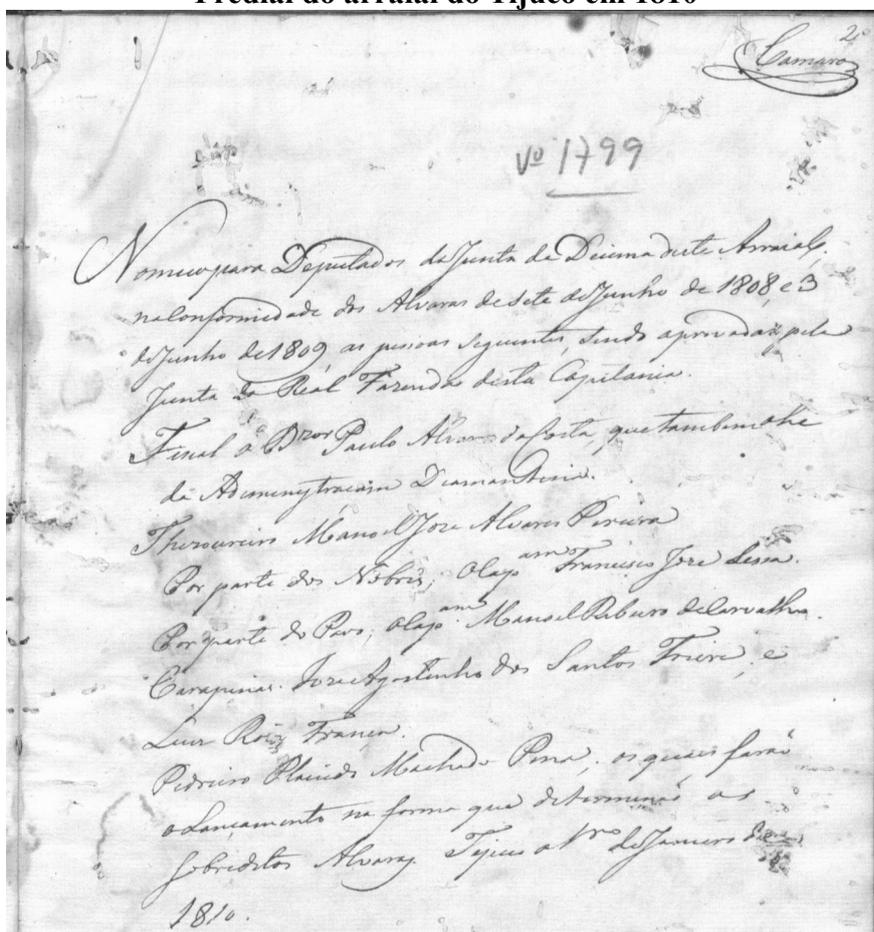
Figura 40 - Passadiço da Casa da Glória, sobre rua homônima, Diamantina (MG)



Fonte: Erich Hess, década de 1940. ACI/RJ. Série Inventário. In Queiroz (2010, p. 8). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColImg3_Diamantina_m.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

Dentre os nomeados para a Junta da Décima, (Figura 41), destaca-se a presença do escrivão capitão Belquior Pinheiro de Oliveira³², que, no ano de 1810 se encontra proprietário de três imóveis: #16, #18 e #223, sobrados avaliados em, respectivamente, 36.000 réis, 18.000 réis, e 10.800 réis. Em 1811, as duas primeiras propriedades permanecem em sua posse sob os mesmos valores. Destas, se destaca #16, que, em 1831, passa a pertencer a Duarte Henrique da Fonseca também sob o mesmo valor de 36.000 réis. Essa personalidade é descrita por Machado Filho (1980, p. 255) como morador, até 1837, da edificação onde posteriormente passou a ser conhecido como Edifício do Fórum. Portanto, estima-se que o imóvel #16 esteja localizado na atual praça Juscelino Kubitschek, próxima à igreja de São Francisco.

Figura 41 - Trecho de nomeação dos responsáveis pela Décima Predial do arraial do Tijuco em 1810

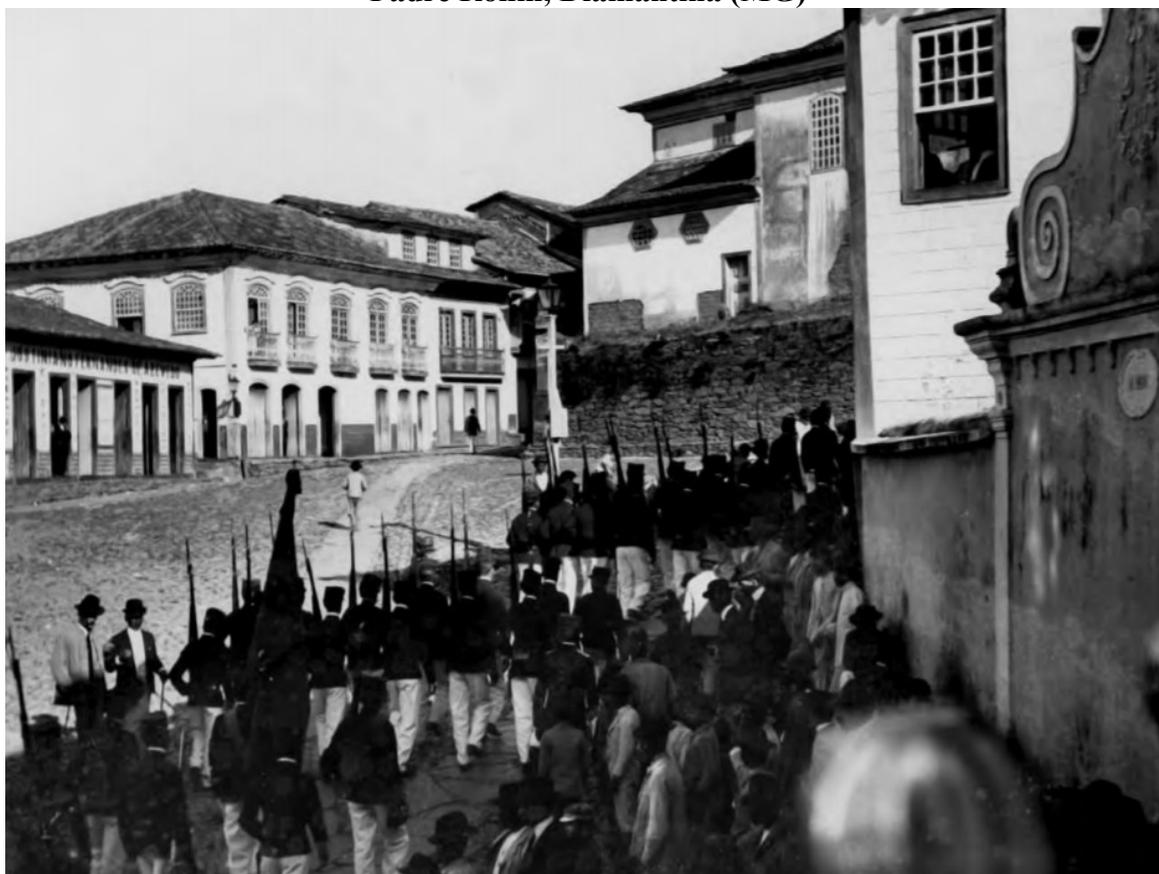


Fonte: ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 1º de dezembro de 1800 [OM.1799]. Editado pela autora.

32 Quando visitou o Tijuco em 1818, Saint-Hilaire relacionou como edificações separadas a Contadoria (“l’hôtel de l’administration”) e a Intendência (“intendance”). O edifício da Contadoria, cuja fachada regular media de 50 a 55 passos de comprimento, era o local onde trabalhavam os empregados e onde se reunia a Junta da Administração dos Diamantes, bem como o local de guarda do cofre. Ele também era o alojamento do primeiro tesoureiro (Saint-Hilaire, 1941, p. 32). Esta descrição sugere a correspondência com a antiga Casa do Contrato, cuja fachada mede 40 metros, isto é, 54 passos de comprimento. Contudo, como se trata de uma edificação de finalidade administrativa, estima-se que não esteja presente na contagem da Décima Predial Urbana.

Próximo ao edifício do Fórum, está o atual Museu do Diamante, localizado na rua Direita (Figura 42). A construção estava implantada em um terreno que possuía duas minas d'água para o abastecimento próprio e para um chafariz público (PESTANA, 2001, n.p.). Até o final do século XVIII, foi residência do inconfidente padre José da Silva e Oliveira Rolim. Após sua prisão, a “morada de casas sitas no largo da Intendência (...) com os móveis que nas mesmas se achavam” (MACHADO FILHO, p. 1980, p. 256) foi confiscada pela Real Fazenda e arrematada em hasta pública por José Soares Pereira da Silva, pelo preço de 1.128.150 contos de réis.

Figura 42 - Desfile de tropa de polícia no caminho entre o Fórum e a antiga casa do Padre Rolim, Diamantina (MG)



Fonte: Aatoria desconhecida, década de 1910. In Queiroz (2010, p. 68). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Collmg3_Diamantina_m.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

Em 25 de fevereiro de 1809 a edificação foi repassada pelo mesmo valor a Ana Clara Freire, que assumiu a responsabilidade de quitar a dívida com a Real Fazenda. Todavia, em 1822, a proprietária solicitou que a certidão do imóvel passasse para seu nome, levando a crer que, até então, estivesse oficialmente sob o registro de José Soares Pereira da Silva (MACHADO FILHO, 1980, pp. 256-258). Ambas as personalidades acham-se inscritas nas Décimas do Tijuco em 1810 e 1811 com casas térreas; o primeiro, no imóvel #23, cujo rendimento era de 28.800 réis, e a segunda, no #39, avaliada em 10.800 réis nos dois anos. A

partir do cotejamento dos dados relativos às propriedades, estima-se que a dita residência do Padre Rolim equivalha ao #23, em vista de sua tipologia, seu valor, da proximidade na listagem com o Fórum e dos dados acerca dos proprietários. Em 1831, o imóvel se encontra alugado e sob posse de dona Ana Clara Freire e avaliado em 96.000 réis.

Outro exemplo de edificação em que se é possível identificar a correspondência nas Décimas é a conhecida Casa de Chica da Silva, situada na atual rua Vieira Couto, anteriormente rua da Ópera. Conforme evidencia Machado Filho (1980, pp. 252-253), o imóvel pertencia ao contratador João Fernandes de Oliveira durante o século XVIII. Por meio da Lista Nominativa do arraial, é possível identificar que, em 1774, era habitada por sua esposa, Francisca da Silva de Oliveira e um filho. Confirmada esta informação, a edificação se refere a registrada nas Décimas de 1810 e 1811 sob o #325 aos “herdeiros do doutor João Fernandes de Oliveira”. Trata-se de um sobrado avaliado no ano de 1810 em 32.400 réis e, em 1811, 28.800 réis. Já em 1831, o imóvel passa a ser de posse de José da Cunha Ferreira Rabelo sob o valor de 57.600 réis.

Francisca da Silva de Oliveira, também conhecida como Chica da Silva, era uma mulher negra, ex-escravizada e residente do arraial do Tijuco durante o século XVIII. Seu nome se destaca na história local pelo fato de seu casamento com o influente desembargador João Fernandes de Oliveira ter possibilitado que fizesse parte da nobreza do arraial em uma sociedade sustentada pelos pilares da escravidão e pela dificuldade de ascensão social da população alforriada. Segundo Furtado (2001b, p. 43), a figura de Chica da Silva e sua vida enquanto objeto de exceção local chamou a atenção por séculos de historiadores, romancistas e cineastas, que a transformaram em uma lenda, na maior parte das vezes, cercada de estigmas e estereótipos. A autora revela, contudo, se tratar de uma mulher influente, tanto religiosa quanto economicamente, que, através da acumulação de bens, transitou de forma aparentemente integrada pela aristocracia escravista.

O caso supracitado traz a tona a importância da compreensão do espaço urbano levar em conta a historiografia acerca dos personagens que habitam o território, pois as relações sociais se refletem tanto no traçado quanto na arquitetura local. Conforme destaca Machado Filho (1980, p. 252), a Capela de Santa Quitéria foi anexada à volumetria da propriedade de Chica da Silva a mando de João Fernandes de Oliveira em virtude sua esposa encontrar certa objeção em frequentar a igreja Nossa Senhora do Carmo, próxima à residência e destinada à elite local (Figura 43). O fato ilustra as contradições presentes na sociedade e a tradução na espacialidade. O resultado de suas hierarquias, neste caso, se dá menos através da formação

de núcleos de resistência, e mais em alternativas de adequação espacial a um sistema altamente exclusivo socialmente.

Figura 43 - Vista da torre da igreja Nossa Senhora do Carmo a partir da Casa de Chica da Silva, Diamantina (MG)



Fonte: Erich Hess, década de 1940. ACI/RJ.
Série Inventário. In Queiroz (2010, p. 56). Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Collmg3_Diamantina_m.pdf>.
Acesso em 10 de outubro de 2022.

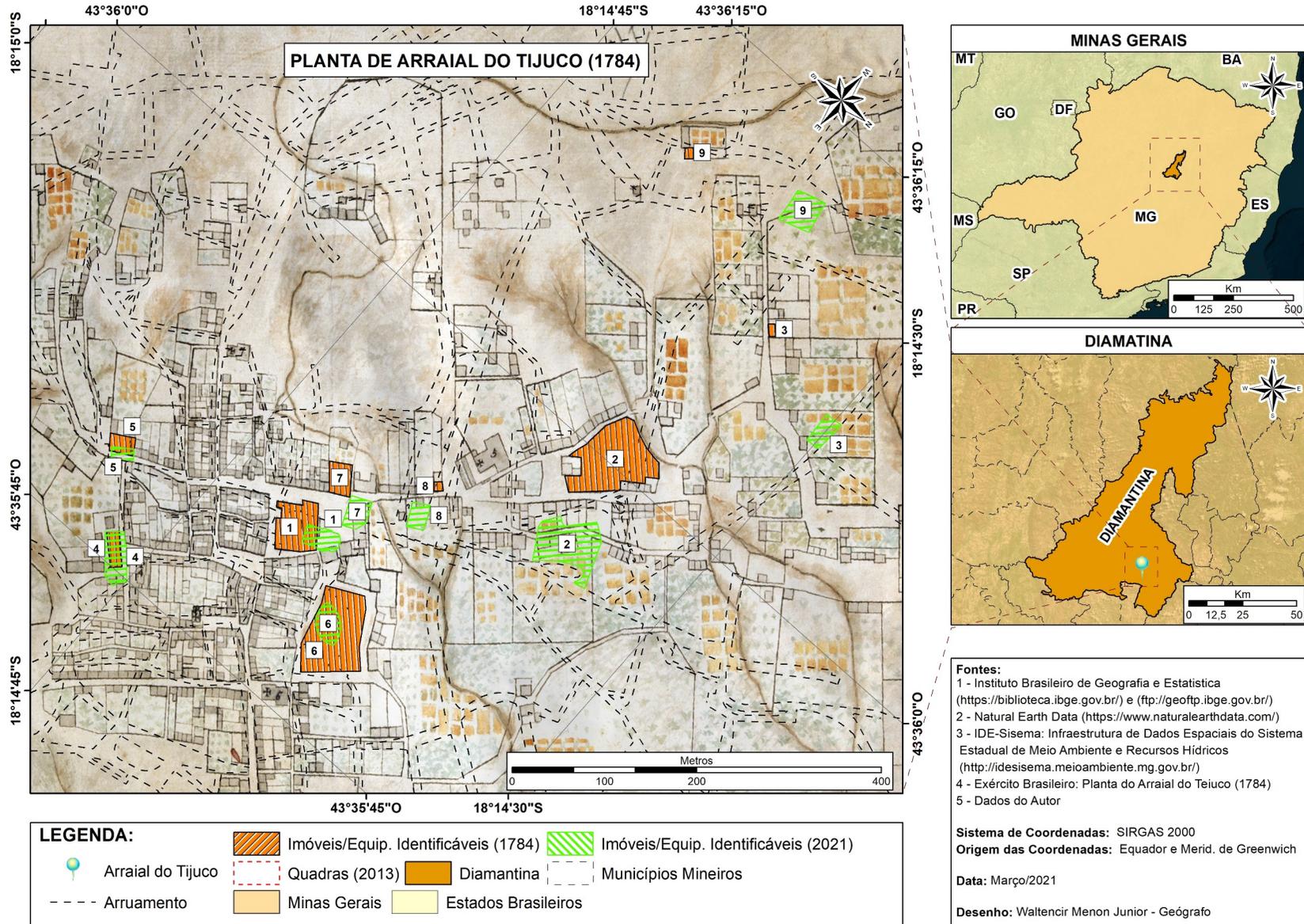
Ademais, a identificação dos quatro imóveis, relativos à atual Casa da Glória, Fórum e às residências de Padre Rolim e Chica da Silva, orienta o traçado do espaço urbano delimitado durante a cobrança do imposto predial e auxilia na identificação das demais edificações. A

exemplo, tem-se que a Lista Nominativa do arraial indica que o imóvel no qual residia João Antônio Maria Versiani se localizava na então rua da Ópera, portanto, próximo à Casa da Chica da Silva em 1774. O sobrado, identificado em #639 nas Décimas, traz o nome completo de João Antônio acompanhado do ofício de capitão nos anos de 1810 e 1811, ao passo que, em 1831, identifica como proprietária Genovena Maria Versiani. Deste modo, estima-se que a organização do caminho percorrido se deu de modo que os números #325 e #639 representassem imóveis próximos espacialmente, mas distantes na listagem.

Em associação à cartografia histórica de 1784 trabalhada na pesquisa, foram mapeados os marcos elencados na análise da documentação predial. Paralelamente, a fim de contemplar a maior parte da área urbana, acrescentou-se pontos não identificados diretamente nas Décimas, mas facilmente reconhecidos na cartografia, como a Casa do Contrato e a Capela da Luz, mencionada na descrição na Décima de 1811 em associação à propriedade #517. Por fim, buscou-se incluir também espaços não edificadas como forma de englobar na análise espaços de passagem e permanência pública, como é o caso da rua Macau e o largo da Cavallhada Nova.

Neste momento, utilizou-se novamente do recurso do geoprocessamento como forma de identificar a posição exata desses marcos no tecido urbano (Mapa 6). À planta de arraial do Tijuco georreferenciada, foi inserido o arruamento do ano de 2013 em conjunto às coordenadas dos imóveis e equipamentos urbanos identificados com o auxílio da ferramenta do Google Earth, que permite a obtenção dos dados vetoriais no formato *.kml*. Destaca-se que, nos espaços públicos, os pontos foram obtidos a partir de seu centro, enquanto no caso das propriedades, optou-se pelas esquinas. Em vista do cruzamento de informações, o produto final apresenta as distorções próprias da comparação da fonte secundária com a imagem de satélite.

Mapa 6 - Cartografia Histórica do arraial do Tijuco georreferenciada: marcos



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Acervo pessoal.

A numeração apresentada se refere aos seguintes imóveis/equipamentos urbanos: **1** – Praça Conselheiro da Mata – Igreja Matriz (43°35'50.90"W/18°14'40.96"S); **2** – Largo da Rua Macau, atual Hotel Tijuco (43°35'56.47"W/18°14'34.23"S); **3** – Casa da Glória (43°36'5.67"O/18°14'29.49"S); **4** – Casa do Contrato (43°35'46.03"O/18°14'45.93"S); **5** – Casa de Chica da Silva (43°35'48.36"O/ 18°14'47.71"S); **6** – Antiga Praça da Cavallhada Nova, atual Praça Barão de Guaçuí (43°35'48.23"O/18°14'38.66"S); **7** – Museu do Diamante (43°35'52.10"O/18°14'40.15"S); **8** – Fórum (43°35'53.79"O/ 18°14'38.28"S) , e; **9** – Capela Nossa Senhora da Luz (43°36'11.74"O/ 18°14'36.33"S). O objetivo do mapeamento se dá em auxiliar, em conjunto com os demais mapas elaborados e com a análise da Décima Predial Urbana, nas percepções acerca da paisagem urbana do arraial nos séculos XVIII e XIX.

A análise que segue se dá nas elaborações gráficas e textuais acerca do tecido urbano do arraial do Tijuco nos séculos XVIII e XIX a partir das narrativas presentes na Décima Predial Urbana e nas fontes auxiliares. Assume-se, a partir da perspectiva de leitura da paisagem, a conexão entre o material e o simbólico como potencial reveladora das experiências vividas do espaço.

4.4 Ensaio da espacialização da Décima Predial Urbana

Este subcapítulo se dedica a realizar um ensaio de espacialização das informações presentes nas Décimas Prediais de 1810, 1811 e 1831 partir das análises realizadas no decorrer da metodologia de coleta e comparação dos dados. O objetivo final consiste em destacar, por meio de “bolsões de zoneamento” dinâmicas de ocupação da terra urbana no arraial do Tijuco no princípio do século XIX.

Em primeiro lugar, a sistematização dos dados contidos na Décima Predial Urbana permitiu que fossem identificadas pistas do trajeto realizado durante a cobrança predial. Ainda que a posição exata dos imóveis esteja representada de maneira hipotética, torna-se possível a elaboração de esquemas que elucidem as zonas urbanas organizadas com base nas informações dos imóveis, como também o perfil de seus moradores.

Assim como já evidenciado por meio do recurso do geoprocessamento, a conformação das quadras e dos lotes permanece semelhante entre a cartografia e a imagem de satélite principalmente na região central. Desta forma, volta-se os olhares para essa porção, a fim de poder realizar a correspondência entre as propriedades descritas nas Décimas e as localizações

referentes. A primeira pista concreta que se tem na documentação predial é a referente as descrições dos #77 a #83 da versão de 1811, na qual se lê “lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário” (ARQUIVO NACIONAL, 1811).

A partir de então, tem-se, com base nas informações coletadas na lista nominativa do referente à 1774, inventários interpretados por Furtado (1996, 2002, 2005, 2011) e documentações transcritas por Machado Filho (1980), um ensaio na base cartográfica acerca da localização de parte dos imóveis listados com base na identificação do nome de seus proprietários.

Os processos de expansão urbana e valorização da terra, tão comuns hoje em dia, podem, através de uma lente ampliada, ser entendidos como um conflito inerente de sociedades desiguais, onde a população abastada detém as melhores porções do território, enquanto à parcela economicamente vulnerável restam os terrenos menos valorizados, seja em decorrência de estarem distantes das principais fontes de riqueza ou em condições naturais de difícil apropriação para moradia.

Nesse sentido, um importante artifício de análise socioespacial se dá no âmbito do abastecimento hídrico do espaço urbano. Swyngedouw (2009, p.112) defende que o acesso à água, enquanto parte integrante do direito à cidade, traz à superfície as contradições presentes em um sistema socioeconomicamente desigual. A análise, portanto, visa estabelecer relações entre o acesso a fontes de água no arraial e o valor dos imóveis urbanos, de modo que se possa traçar relações entre abastecimento e valorização da terra.

Diante disso, a análise se volta a compreender a questão do abastecimento de água no contexto do arraial do Tijuco como forma de elucidar dinâmicas de poder e acesso às infraestruturas nos séculos XVIII e XIX, em especial nas Minas Gerais, cujos primeiros sítios urbanos nasceram em função da exploração de recursos naturais.

Os dados da documentação das três versões da Décima Predial Urbana foram organizados por ordem de valor, a fim de que fossem identificadas as propriedades civis mais e menos valorizadas do arraial, excluindo da análise as propriedades sem valor descrito. Deste modo, os Quadros 8, 9 e 10 apresentam a transcrição contida nas Décimas de, respectivamente, 1810, 1811 e 1831, sendo as linhas em verde relativas às propriedades e maior valor e as em rosa, menor valor descrito. Além disso, a sistematização dos dados conta com o ensaio das localizações dos imóveis com base na comparação entre as Décimas e as fontes complementares por meio dos nomes e ofícios identificados no documento predial (Mapa 7).

Quadro 8 – Propriedades urbanas mais e menos valorizadas em 1810

#	Proprietário	Tipologia ou condição	Rendimento (réis)	Décima (réis)	Localização
778	Josefa Maria [da Glória] - herdeiros da dona	2 sobrados	72.000	6.480	Atual Casa da Glória, rua da Glória
351	João Alves Ferreira Prado	sobrado	60.000	5.400	Beco da Tecla
436	Teotônia Caetana [de Mascarenhas], dona	sobrado e loja	48.000	4.320	Próximo à antiga Praça da Cavahada Nova (atual praça Barão de Guaçuí)
350	José da Cruz Silva - herdeiros	sobrado e loja	43.200	3.888	Beco da Tecla
16	Belquior Pinheiro de Oliveira	sobrado	36.000	3.240	Atual Fórum, rua do Macau
529	João Tomás	térrea	900	81	Próxima à Capela da Luz
585	Maria Versiani	térrea	900	81	Próxima à rua do Macau
586	Verônica Maria da Glória	térrea	900	81	Próxima à rua do Macau
651	José Marinho	térrea	900	81	-
709	Plácido Machado	térrea	900	81	-

Fonte: AN CC 1799. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial; -: localização não identificada.

Quadro 9 – Propriedades urbanas mais e menos valorizadas em 1811

#	Proprietário	Tipologia ou condição	Rendimento (réis)	Décima (réis)	Localização
778	Josefa Maria da Glória - herdeiros	sobrado	72.000	6.480	Atual Casa da Glória, rua da Glória
351	João Alves Ferreira Prado	sobrado	60.000	5.400	Beco da Tecla
350	José da Cruz Silva - herdeiros	sobrado	57.600	5.184	Beco da Tecla
436	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona	sobrado	48.000	4.320	Próximo à antiga praça da Cavahada Nova (atual praça Barão de Guaçuí)
16	Belquior Pinheiro de Oliveira	sobrado	36.000	3.240	Atual Fórum, rua do Macau
529	João Tomás	térrea	900	81	Próxima à Capela da Luz
585	Maria Versiani	térrea	900	81	Próxima à rua do Macau
586	Verônica Maria da Glória	térrea	900	81	Próxima à rua do Macau
651	José Marinho	térrea	900	81	-
709	Plácido Machado	térrea	900	81	-

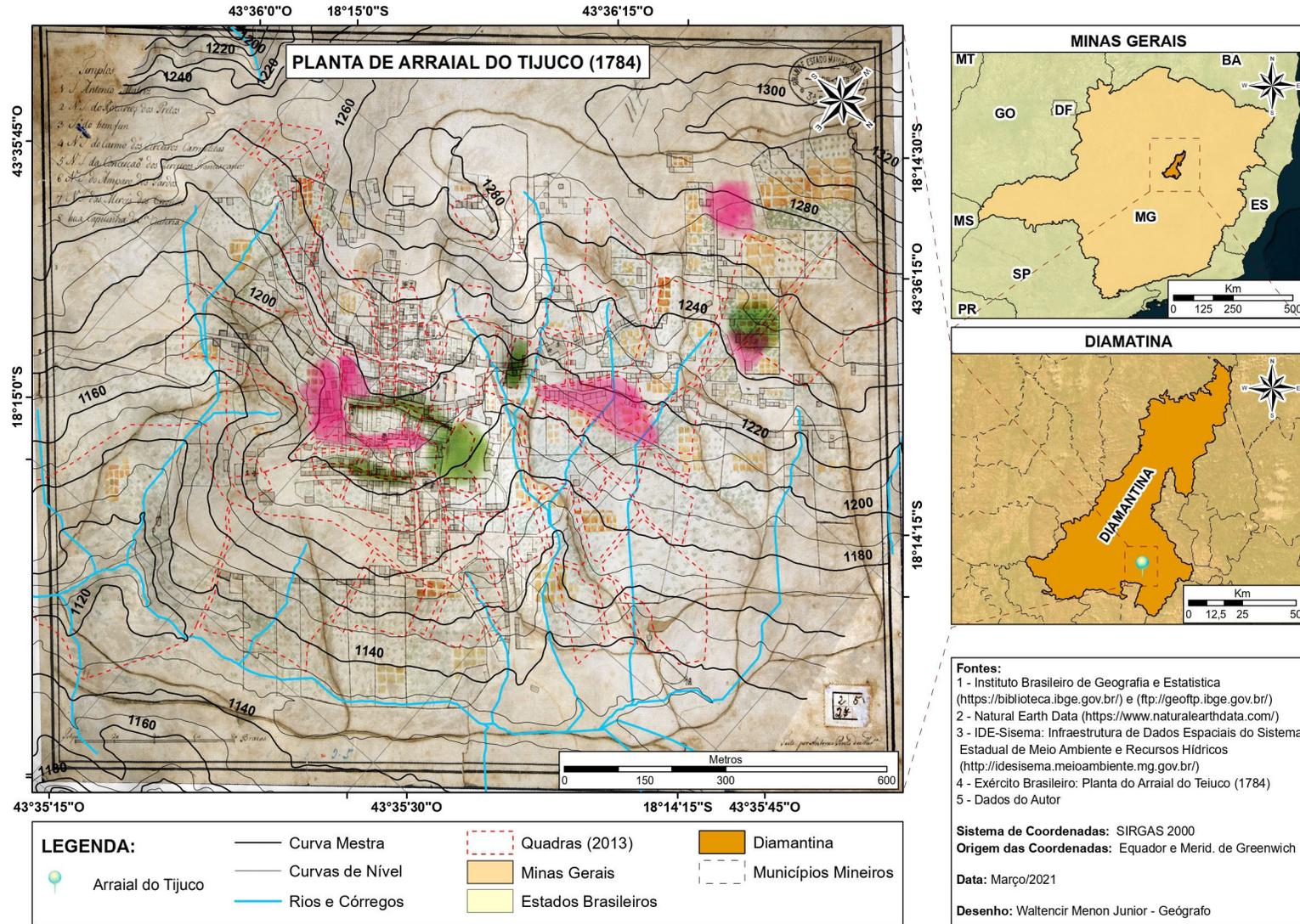
Fonte: AN CC 1800. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial; -: localização não identificada.

Quadro 10 – Propriedades urbanas mais e menos valorizadas em 1831

#	Proprietário	Tipologia ou condição	Rendimento (réis)	Décima (réis)	Localização
247	José Ferreira Pacheco	alugada	295.200	26.568	rua da Quitanda
210	João Álvares Ferreira Prado Chaves	alugada	156.000	14.040	-
336	Isabel Joaquina de Jesus, dona	alugada	132.000	11.880	Próxima à rua do Rosário
436	Teotônia Caetana, dona - herdeiros	alugada	122.400	11.016	Próxima ao Mercado Municipal
83	João Nepomuceno Freire – testamentaria	alugada	120.000	10.800	Próxima à rua do Bonfim
761	Miguel Velho de Carvalho	-	1.800	162	Próxima à rua da Ópera
42	Plácido Pires Sardinha	-	1.800	162	-
122	João Fernandes de Oliveira	-	1.800	162	-
686	Maria de Santana	-	1.800	162	Próxima à Casa do Contrato, rua do Contrato
777	Luísa Maria da Conceição	-	1.800	162	Próxima à rua da Glória

Fonte: AN CC 2269. Abreviatura: #: número da edificação no registro da Décima Predial; -: condição ou localização não identificada.

Mapa 7 - Espacialização dos dados da Décima Predial Urbana de 1810, 1811 e 1831 relativa ao abastecimento hídrico



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 06.01.1131, CEH 3207. Editado pela autora.

A espacialidade do arraial do Tijuco, assim como dos demais núcleos mineiros setecentistas e oitocentistas, apresenta características distintas das cidades dos dias atuais, tanto a nível morfológico quanto em relação às múltiplas sociabilidades presentes no território. Fonseca (2011, p. 526) traz que, de modo geral, na Capitania de Minas Gerais, os moradores mais privilegiados dispunham de cursos d'água em seus terrenos para uso pessoal. Assim como já evidenciado a partir de Saint-Hilaire (1941, p. 39), as águas do arraial eram abundantes e de boa qualidade, sendo seu acesso e distribuição relativamente amplos através dos canais e chafarizes.

Furtado (2002) trabalha na identificação dos perfis sociais presentes no território a partir da lista nominativa da população lançada em 1775. A autora completa o perfil de alguns moradores a partir de inventários, sendo muitos ainda citados nas Décimas utilizadas nesta pesquisa. Como conclusão em sua obra, tem-se que o território do arraial do Tijuco era bastante organizado a partir das condições sociais, mas principalmente em função das relações de gênero. A maioria das edificações era, no caso das mais e menos valorizadas, respectivamente, de propriedade de homens brancos e mulheres ex-escravizadas.

A autora explica que, enquanto as classes mais altas estavam presentes principalmente na rua Direita, os libertos constituíam a maioria na rua Macau, Macau de Baixo, Campo, Burgalhau e becos (FURTADO, 2002, p. 499). Os comerciantes, que por sua vez eram compostos por diversos perfis étnico-raciais, habitavam a rua da Quitanda, Cavallhada Nova e Amparo. Apesar disso, a autora destaca que as residências chefiadas por pessoas forras estavam espalhadas por todo território, e cita especificamente as várias mulheres libertas que tinham propriedades na rua Direita.

Em comparação com os cursos d'água, percebe-se que a localização das propriedades mais valorizadas estão próximas aos canais de abastecimento, mas isso não se figura como uma condição necessária no momento da valorização do terreno. Das cinco propriedades mais bem avaliadas, a única que apresenta um olho d'água próximo a suas demarcações é a conhecida hoje como Casa da Glória³³. Contudo, a casa do Padre Rolim, localizada na rua Direita, por exemplo, conta com um curso d'água em seu terreno, mas não se configura como uma das propriedades de maior valor. Ademais, percebe-se que as propriedades de menor valor estão espalhadas pelo arraial e, em alguns casos, localizadas perto das possibilidades de abastecimento.

33 Esta condição se confirma nos anos de 1810 e 1811, visto que em 1831 a propriedade tinha passado para o poder institucional, ficando isenta de cobrança do imposto.

Essas evidências acerca da ocupação do arraial demonstram que a realidade urbana em questão, mesmo distante da teoria ambiental contemporânea, pode ser associada à relação permanente entre a natureza, ação antrópica e hierarquias de poder. Em contrapartida, as conclusões provenientes da análise dos dados e as pesquisas de Furtado (2002) dialogam entre si e lançam luz sobre dinâmicas particulares na formação do ecossistema do arraial do Tijuco.

Diferentemente da lógica da cidade capitalista pós-Revolução Industrial, a terra urbana, nesse caso, não é entendida enquanto mercadoria e fonte direta de lucro, mas um instrumento de manutenção do sistema minerador de base escravista. Por esse motivo, a organização espacial, à primeira vista, pode ser entendida até mesmo como menos segregadora que nos dias atuais, por permitir que propriedades mais e menos valorizadas dividam espacialmente condições parecidas de acesso a abastecimento hídrico. Contudo, essa visão trata de um anacronismo, pois, ao passo que as relações cotidianas emergem a partir dos vestígios encontrados nas fontes primárias, outros mecanismos de controle socioespacial são revelados, como a relação direta entre gênero e rendimento dos imóveis ou entre distinção social e posse de pessoas escravizadas para a captação de água em fontes públicas.

Segundo Swyngedouw (2009, p. 105), a produção do espaço está intimamente ligada ao modo de produção vigente, sendo tanto o conceito de natureza quanto o de sociedade em constante construção complementar. Em virtude disso, conclui-se que o acesso à água está intrínseco ao desenvolvimento de comunidades. Contudo, o modo como se dá sua espacialização no território ocorre de maneira multifatorial, sendo preciso levar em conta processos naturais, mas também socioculturais e políticos. Os dados contidos e narrados no documento da Décima Predial Urbana permitem a reflexão de que tanto as dinâmicas materiais quanto as simbólicas da época se tornam definidores da paisagem urbana mineira, sendo a cidade contemporânea e seu ecossistema formados pelas relações que se acumularam no decorrer dos séculos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta acerca da cultura urbana engloba em diversos âmbitos a realidade dos núcleos oriundas da exploração de recursos minerais. No caso de Diamantina, as primeiras aglomerações aconteceram em decorrência da busca de territórios para se explorar o ouro e, posteriormente, o diamante. Deste modo, pode-se dizer que a necessidade de se habitar, nesse caso, advém da opção por se resguardar perto do local onde se localiza o objeto de extração. O próprio material da exploração, dentro do recorte proposto, o diamante, também tem sua riqueza determinada de forma abstrata pelas relações entre metrópole e colônia e metrópole e mercado internacional.

Além disso, a tentativa de controle da exploração por parte da Coroa origina um processo de resistência às imposições de forma a buscar alternativas para a exploração da realidade colonial. Contudo, essas resistências não são homogêneas, pelo contrário. Elites locais são facilmente consolidadas, tornando-se capazes de desenvolver processos paralelos de exploração dos diamantes e, com isso, novas dinâmicas internas de desigualdade socioeconômica.

Por meio da Décima Predial Urbana do arraial do Tijuco, foi possível trazer à superfície uma série de dinâmicas próprias das primeiras décadas do século XIX e que corroboram para a compreensão do território no âmbito da história urbana em diferentes escalas. Contudo, a espacialização do território não foi possível justamente devido às lacunas relacionadas a ausência de informações acerca da localização dos imóveis.

De modo geral, trata-se de um tecido cujo conjunto arquitetônico se dá majoritariamente composto de casas térreas destinadas à habitação. De 1811 a 1831, o arraial testemunhou a independência da colônia luso-brasileira, como também uma intensificação do mercado agropecuário nas Minas Gerais, principalmente em regiões próximas à sede do império, Rio de Janeiro.

A elevação à vila de Diamantina, em 1831, elucida o quanto o reconhecimento do desenvolvimento do lugar não depende apenas de suas relações internas, mas de perspectivas dialéticas que levem também em conta as relações externas ao espaço. Em um momento de declínio da economia mineradora como um todo, o arraial conquista a elevação a partir de um aumento na porcentagem de população urbana masculina, branca e instruída, paralelo à decadência na condição das propriedades e, conseqüentemente, alteração na paisagem.

A alteração dos usos das edificações e o declínio na arrecadação do imposto predial se mostra através do crescente número de edificações em condição de inabitadas em paralelo a um aumento no número de imóveis alugados. Contudo, quando se compara o grau de valorização dos imóveis mais bem avaliados do arraial, percebe-se um processo inverso, de modo que seus valores de rendimento tenham aumentado mesmo após a correção das cifras a partir da inflação da moeda. Ademais, foi possível observar nas Décimas personalidades às quais pertenciam imóveis de valores discrepantes, no caso das análises dentro de um mesmo ano, como também a valorização de propriedades quando associadas a esses nomes, no caso comparativo entre as versões de 1811 e 1831.

Esses fatores denotam um processo gradual de incorporação crescente dos imóveis enquanto investimento nas mãos de poucos. Os fatores que levam essas edificações a se valorizarem no decorrer dos anos não são claros, porém, a partir do diálogo entre a cartografia histórica e os dados prediais, percebe-se que a localização e as condições de infraestruturas, como acesso próximo à água, são fatores importantes a serem analisados, mas não determinantes no valor final de rendimento do imóvel. A associação direta acontece, contudo, com relação à tipologia das edificações. Nos três anos analisados, é possível perceber uma relação comparativa entre imóveis sobrados e térreos a altos e baixos valores, respectivamente.

Ademais, as composições étnico-raciais, de gênero e de ofício dos proprietários também se associam diretamente aos valores definidos nas Décimas. No caso masculino, os altos cargos ligados à Real Extração acompanham as moradias de alto rendimento. Em especial com relação ao intendente, o mais alto a ser alcançado na região, é possível ver inclusive um descolamento da personalidade para com o tecido urbano, dado pelo fato de habitar um imóvel nas mediações do arraial.

Com relação às mulheres, existe uma predominância da atribuição à “dona” ligada aos imóveis mais valorizados. Percebe-se ainda que, apesar de entre os anos haver um aumento no número de proprietários homens, as mulheres compõem parcela significativa de chefes de domicílio no arraial nos três casos analisados, mesmo sendo a minoria na estrutura demográfica. Elas estão espalhadas pela listagem em propriedades de diferentes tipologias e valores, o que sugere amplo grau de autonomia da porção feminina sobre a habitação no território. Contudo, apesar de serem as responsáveis financeiras sobre suas propriedades, seus ofícios não são descritos na listagem, o que denota uma opção narrativa, nesse caso, pela desconsideração do trabalho feminino nos registros.

Em contrapartida, as atribuições étnico-raciais estão presentes nas descrições de parte da população não branca que habita o arraial. Ainda que não reflita a totalidade, os casos que se apresentam demonstra que a população afro-brasileira habitava imóveis geralmente térreos em diferentes zonas do território. A identificação precisa da localização das edificações e a correlação com o perfil de seus proprietários possibilitaria uma análise mais aprofundada acerca da composição da cultura urbana no arraial. Contudo, a ausência dessas informações, na maior parte dos casos, impossibilita que sejam realizados ensaios amplos, tais como o reconhecimento do percurso realizado no momento da cobrança da Décima.

Por esse motivo, a presente pesquisa se deteve a reconhecer as diferentes narrativas do território dadas pelas documentações primárias, sem que se esgotem as contribuições futuras voltadas para a complementação das análises das fontes. Em trabalhos futuros, a utilização de novas fontes de auxílio, tais como inventários e termos de aforamento, podem revelar informações contidas na Décima Predial voltadas ao território e às relações socioculturais que o compõem. Deste modo, comprova-se a importância da documentação, especialmente em associação às tecnologias de tradução dos dados, enquanto potencial cotejador de reconhecimento das espacialidades próprias das relações cotidianas no território luso-brasileiro.

No caso do arraial do Tijuco, conforme a historiografia acerca do local foi se aprofundando, fica evidente que a tentativa de controle na exploração por parte da Coroa originou um processo de resistência às imposições de forma a buscar alternativas para a sobrevivência no território. Vale ressaltar, contudo, que essas resistências não são homogêneas, pelo contrário. Elites locais são facilmente consolidadas, tornando-se capazes de desenvolver processos independentes de exploração dos diamantes e, com isso, novas dinâmicas internas de desigualdade socioeconômica.

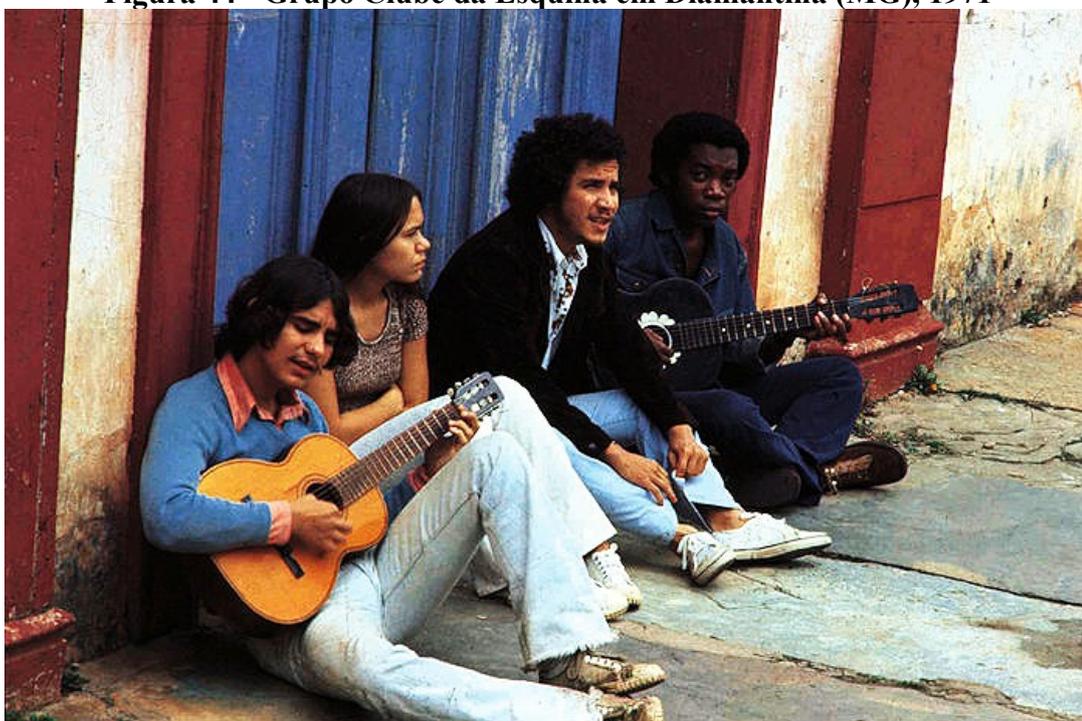
Durante toda a construção da pesquisa, as principais fontes a serem utilizadas estiveram fortemente presentes na elaboração dos recortes aplicados na leitura do espaço, fazendo com que muitas vezes elas delimitassem a metodologia a ser desenvolvida. Mediante a análise da Décima Predial Urbana, fica evidente a relação entre as relações materiais, a linguagem e a paisagem. Em conjunto à Décima, a cartografia histórica, realizada por um engenheiro militar, é capaz de representar o traçado do território que permanece desde o primeiro século do arraial. O olhar do autor dessa cartografia, por sua vez, pode se tornar mais evidente a partir dos recursos atuais de georreferenciamento do território.

Ressalta-se que todas essas fontes precisam ser interpretadas com a ciência de que se tratam de registros, em sua maioria, de camadas instruídas da sociedade que poderiam

expressar, através da linguagem escrita, a paisagem que vivenciavam. Ainda assim, torna-se bastante sensível delimitar com precisão as dinâmicas de dominância que integram o local, uma vez que um mesmo sujeito inserido na realidade colonial transita em distintas condições sociais.

Ao final, existe a certeza de que o pesquisador também se torna parte da história ao se assumir, a partir de suas próprias lentes, enquanto narrador da cultura urbana. Deste modo, cada leitura e tradução do território, independentemente da linguagem utilizada, contribui para a construção da paisagem. Neste caso, para a formação cada vez mais abrangente da imagética das Minas Gerais (Figura 44).

Figura 44 - Grupo Clube da Esquina em Diamantina (MG), 1971



Fonte: autoria de Juvenal Pereira. In <<https://imagesvisions.blogspot.com/2013/09/o-dia-em-que-o-clube-da-esquina-invadiu.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

6 REFERÊNCIAS

Alvará e Regimento – regulamento a administração e extração dos diamantes do Brasil. In: SILVA, Antônio Delgado da. **Coleção da legislação portuguesa**; legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1829.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA. **Manuscritos Avulsos de Minas Gerais**. Cx. 108, Doc. 9, f. 1-9.

ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 1º de dezembro de 1800 [0M.1799].

ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 8 de janeiro de 1811 [0M.1800].

ARQUIVO NACIONAL/Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto/Décima Predial do arraial do Tijuco; data de abertura: 8 de janeiro de 1811 [0M.2269].

ÁVILA, Affonso. **Minas Gerais/monumentos históricos e artísticos**: circuito do diamante. Barroco, v. 16, 1994.

BAETA, Rodrigo. **OURO PRETO**: cidade barroca. Cadernos PPG-AU/UFBA, v. 1, n. 1, 2002.

_____. A crítica de cunho Modernista à arquitetura colonial e ao Barroco no Brasil: Lucio Costa e Paulo Santos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 10, n. 11, 2003. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/755>>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. **Ouro Preto**: cidade barroca. 2007. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1267>>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BARBOSA, Gustavo Henrique. **Ordem Terceira de São Francisco de Mariana**: fé e poder na segunda metade do século XVIII. *Temporalidades*, v. 2, n. 1, p. 101-111, 2010.

BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente**: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Editora UFSC, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, v.234, 2014.

BORSOI, Diogo Fonseca. FRAGMENTOS DE CASAS E RETALHOS DE VIDA: como maços de população e as décimas urbanas podem contribuir para o estudo da arquitetura colonial?. 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2018, Belo Horizonte. **Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte: Even3, 2017.

BRASIL; BRASIL. Alvará de 27 de junho de 1808. Crêa o imposto da décima dos prédios urbanos. **Coleção das Leis do Brasil de 1808**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/alv/1808/alv-27-6-1808.htm>. Acesso em 01 de abril de 2022.

BRASIL. Alvará de 27 de junho de 1808. Cria o imposto da décima dos prédios urbanos. **Coleção das leis do Brasil**, Rio de Janeiro, v.1, p. 42-44,1891.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de " território" e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 12, n. 1, p. 193-234, 2004.

_____. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 13, n. 1, p. 59-97, 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; ARRAES, Esdras Araujo; MOURA, Nádia Mendes de; BORSOI, Diogo Fonseca. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 4-53, 2018. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8651827>>. Acesso em 14 de março de 2022.

CARRARA, Angelo Alves. **Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808-1835**. Varia História, Belo Horizonte, n. 25, p. 144-164, 2001.

_____. Mineração, Produção Rural e Espaços Urbanos em Minas Gerais: 1808-1835. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**, 2006.

_____. A capitania de Minas Gerais (1674-1835) modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **História econômica & história de empresas**, v.3, n. 2, 2012. Disponível em <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/138>>. Acesso em 21 de março de 2021.

_____. **A Demarcação Diamantina: administração e fiscalidade, 1730-1771**. Tempo, v. 28, p. 21-42, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/tem/a/m5WJyRmkDCjKRTY8K55bR3d/?lang=pt>>. Acesso em 19 de agosto de 2022.

CARRARA, Ângelo Alves; ZAIDAN, Ricardo Tavares; PAULA, Lucas Pinheiro de. **Geoprocessamento aplicado à história agrária: o vínculo da Jaguará**. Revista de História (São Paulo), 2018.

CASTRO, José Flávio Moraes. Cartografia histórica e geoprocessamento: o exemplo dos mapas dos padres matemáticos, de 1734, e do cálculo de rendimentos gerais do Bispo de Mariana, de 1752. **Revista do Departamento de Geografia**, p. 123-140, 2014.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. Editora Artshow Books, 2ª Edição. São Paulo, 1989.

CUNHA, Alexandre M.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais**, 2018.

DOS SANTOS ROCHA, Gabriel. **Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon**. Sankofa (São Paulo), v. 8, n. 15, p. 110-119, 2015. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/102437>>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

EXPOSIÇÃO “OS MAPAS DO DESCOBRIMENTO”. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000. 52 p. **Catálogo de Exposição**, 20 jan. – 23 abril 2000, Centro Cultural Banco do Brasil.

FANON, Frantz. **Condenados da terra**. v. 42. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Roquinaldo. **África durante o comércio negreiro** in SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018. Disponível em <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/SCHWARCZ-_GOMES-2018.-Dicion%C3%A1rio-da-escravid%C3%A3o-e-liberdade.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

_____. Rossios, chãos e terras. **Revista do Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte, BRESIL)**, n. Ano XLII, n. 2, juillet-déc. 2006, p. p. 34-47, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração**. Annablume, 1996.

_____. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. **Varia Historia**, p. 33-74, 2001.

_____. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português**. Belo Horizonte: UFMG, p. 81-126, 2001.

_____. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver—Séculos XV e XIX**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 41, p. 88-105, 2005.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Cultura, dominação e sujeitos sociais. **Tempo social**, v. 8, n. 2, p. 159-176, 1996. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86430>>. Acesso em 31 de junho de 2022.

MINAS GERAIS, Governo do Estado. **Geografia**. 2022. Disponível em <<https://www.mg.gov.br/conheca-minas/geografia>>. Acesso em 18 de setembro de 2022.

MINAS GERAIS, IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina**. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15062010-094114/publico/Experimentacoes_em_Diamantina.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

_____. Diamantina: breve relato de sua formação. **arq. urb**, n. 8, p. 38-59, 2012. Disponível em <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/336>>. Acesso em 23 de março de 2022.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. **Revista Brasileira de História**, v. 18, p. 297-330, 1998. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/4fKCKMfQ9cFWkKVzKzFVQ7S/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em 04 de setembro de 2022.

GRIECO, Bettina Zellner. **Entrevista com Erich Joachim Hess**. Memórias do Patrimônio, v. 3, 2013.

KATO, Allan Thomas Tadashi. A diferenciação social refletida no espaço urbano: as vizinhanças no Brasil no início do século XIX. **Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 349-364, 2015. Disponível em <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/353>>. Acesso em 03 de outubro de 2022.

_____. **Elites, negócios e imóveis no plural: São Paulo nas décadas urbanas e listas nominativas (1795-1829)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13062017-113533/en.php>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEPETIT, Bernard. **A história leva os atores a sério**. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, p. 227-244, 2001.

_____. **Arquitetura, geografia, história: usos da escala**. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, p. 191-226, 2001.

LOS ICONOCLASISTAS. Mapeos, narraciones críticas y creación colectiva. In: **LOS ICONOCLASISTAS. Manual de mapeo colectivo**, 2016.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos avançados**, v. 16, n. 45, p. 199-206, 2002.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. Editôra Perspectiva, 1973.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco cidade de Diamantina**. Itatiaia. Editora Da Universidade de Sao Paulo, 1980.

MAGNANI, Maria Claudia Almeida Orlando. **O Hospício da Diamantina 1889-1906**. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6125>>. Acesso em 30 de setembro de 2022.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos à América Portuguesa (Minas Gerais, século XVIII). **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 26, 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308192610_ARQUIVO_Textocompleto ANPUHjunho2011.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

MARTINS, Marcos Lobato. Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX. **SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, Diamantina, 2010. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/6237133.pdf>>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, p. 69-92, 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/9qB7QKgQS4rvqztzhG93qWNI/?format=html>>. Acesso em 03 de junho de 2022.

MILFONT, Magna Lícia Barros. **A urbanidade no século XVIII: Vila do Recife e Arraial do Tijucu**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2010.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p.

MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORTIMER, Junia et al. Pensar por imagens. JACQUES, P; PEREIRA, M. **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Salvador: Edufba, 2018.

PESTANA, Til. Diamantina. In: **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português – 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portuguese-ses, 2001, p. 579-592.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia**. Pontes, 1998.

QUEIROZ, Maria da Graça Soto. **Diamantina: imagens** / Maria da Graça Soto Queiroz. Brasília (DF): Iphan / Programa Monumenta, 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Collmg3_Diamantina_m.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

REIS, Nestor Goulart. **A urbanização e urbanismo na região das Minas**. Universidade, 1999.

_____. **O quadro da arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva S.A., 9ª edição. São Paulo, 2000.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Ed. Nacional, 1941.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto. A capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas?. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**, v. 20, n. 2, 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/19204>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

SAY, Horace. **Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil et considérations générales sur les monnaies, les changes, les banques et le commerce extérieur**. Paris: Guillaumin, 1839.

SCHMID, C. **A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE: EM DIREÇÃO A UMA DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>>. Acesso em 22 de março. 2022.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Tomo Primeiro e Tomo Segundo. 3ª edição. Lisboa, 1823. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

SILVA, Eder Silveira da. Estudo de caso e micro-história: distanciamentos, características e aproximações. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 4, n. 8, 2010. Disponível em <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/951>>. Acesso em 31 de maio de 2022.

SOARES, Josarlete Magalhaes. **Das Minas às Gerais um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo UFMG, 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RAAO-7RUJGJ>>. Acesso em 21 de março de 2022.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora Unesp, 2012.

TONUCCI FILHO, João B. M.. **O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana.** In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S.M.;

UMBELINO, Glauco; CARVALHO, Rodrigo; ANTUNES, Américo. Uso da Cartografia Histórica e do SIG para a reconstituição dos caminhos da Estrada Real. **Revista Brasileira De Cartografia**, v. 61, n. 1, p. 63-70, 2009.

UNESCO, 1999. **Historic Centre of the Town of Diamantina.** Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/list/890/>>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação urbana do arraial do Tejuco, 1959 *in* SILVA TELLES, ACS et al. **Arquitetura Civil II.** São Paulo: FAUUSP: Brasília: MECIPHAN, p. 99-114, 1975.

_____. **Vila Rica.** Perspectivas, São Paulo, 1977.

WAISMAN, Marina. **Interior da História:** Historiografia arquitetônica para uso de Latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

7 ANEXO

7.1 ANEXO A: DÉCIMA PREDIAL URBANA TRANSCRITA (1810)

#	Nome Proprietário (a)	Tipologia/Usos /Condição	Valor Rendimento em Réis (do aluguel ou seu equivalente)	Valor Décima em Réis
1	Joana Durães Ferreira, dona	sobrado	10.800	972
2	João da Cunha	térrea	-	-
3	Teodora Luísa da Piedade	[térrea]	21.600	1.944
4	Joaquim Ribeiro Nunes	[térrea]	10.800	972
5	Joaquim Ribeiro Nunes	[térrea]	14.400	1.296
6	Mateus dos Reis Leal, padre	[térrea]	3.600	324
7	Francisca Joana dos Santos	Inútil	-	-
8	Inês da Silva Abreu	não consta	-	-
9	Amaro Soares de Araújo	não consta	7.200	648
10	Amaro Soares de Araújo	não consta	9.000	810
11	Amaro Soares de Araújo	não consta	10.800	972
12	Ana de Lima	não consta	7.200	648
13	Leonor Maria da Anunciação	não consta	7.200	648
14	Quitéria Maria do Rosário	não consta	7.200	648
15	Francisco Pereira Marinho - herdeiros	não consta	10.800	972
16	Belquior Pinheiro de Oliveira	sobrado	36.000	3.240
17	Luísa Josefa Mata	[sobrado]	18.000	1.620
18	Belquior Pinheiro de Oliveira, c[apitão]	[sobrado]	18.000	1.620
19	Manuel de Sampaio Belo	[sobrado]	10.800	972
20	Antônio Fernandes de Azevedo	[sobrado]	10.800	972
21	Daniel da Silva Lucena, guarda-mor	[dois] [sobrado][s]	14.400	1.296
22	Daniel da Silva Lucena, guarda-mor	[dois] [sobrado][s]	14.400	1.296

23	José Soares Pereira da Silva, doutor	térrea	28.800	2.592
24	Ana Teresa Vieira Couto, viúva de Francisco Gonçalves Seixas	[térrea]	14.400	1.296
25	Ana Teresa Vieira Couto, viúva de Francisco Gonçalves Seixas	sobrado	18.000	1.620
26	Ana Teresa Vieira Couto, viúva de Francisco Gonçalves Seixas	[sobrado]	18.000	1.620
27	Manuel Joaquim Perpétuo, padre	não consta	14.400	1.296
28	João Alves Ferreira Prado	não consta	14.400	1.296
29	Frutuoso Gomes da Costa, padre	sobrado	21.600	1.944
30	Frutuoso Gomes da Costa, padre	[sobrado]	21.600	1.944
31	Maria da Costa	[dois] sobrado [s]	14.400	1.296
32	Filipa Antônia Moreira	térrea	10.800	972
33	Maria Sofia de Alcamim Ferreira, dona	[térrea]	18.000	1.620
34	José Filipe Pereira Forroso, padre	sobrado	10.800	972
35	João Fernandes Tinoco - herdeiros	[sobrado]	14.400	1.296
36	Joaquim Ferreira de Oliveira	sobrado e loja	21.600	1.944
37	Ana Delfina de Jesus, dona	térrea	10.800	972
38	Maria de Araújo Lima	[térrea]	10.800	972
39	Ana Clara Freire, dona	[térrea]	10.800	972
40	Teresa Leocádia de Vasconcelos	[térrea]	7.200	648
41	Florência Maria dos Anjos	[térrea]	7.200	648
42	Maria Potenciana de Figueiredo	[térrea]	7.200	648
43	Carlos da S[ilva] de Oliveira [Rolim], padre	[térrea]	14.400	1.296
44	Vitoriano Ramos	[térrea]	10.800	972
45	Antônio Golçalves Coura	[térrea]	7.200	648
46	Antônio Golçalves Coura	[térrea]	10.800	972
47	Feliciana da Silva Feio	[térrea]	10.800	972
48	Raimundo de Souza Araújo, padre	[térrea]	14.400	1.296
49	Manuel Ribeiro de Carvalho Silva, c[apitão]	sobrado	21.600	1.944

50	Teodora Luísa da Piedade	térrea	14.400	1.296
51	Francisca da Silva de Oliveira - herdeiros	sobrado	28.800	2.592
52	Antônio de Souza Porto, padre	térrea	10.800	972
53	Simão Gomes Pena	[parte sobrado e parte] térrea	10.800	972
54	Manuel Gomes da Costa Óbidos	[térrea]	7.200	648
55	Agostinho J[osé] dos Santos [Freire] - herdeiros	[térrea]	5.400	486
56	Agostinho J[osé] dos Santos [Freire] - herdeiros	[térrea]	14.400	1.296
57	Pedro de Alcântara Santos, padre	[térrea]	14.400	1.296
58	Antônio Vieira Couto, ajudante	[parte sobrado e parte] [térrea]	14.400	1.296
59	Antônia Maria de Jesus	[térrea]	9.000	810
60	Leonor Pires da Assunção	térrea	14.400	1.296
61	Teodora Joaquina da Silveira	[parte sobrado e parte] [térrea]	14.400	1.296
62	Caetano José de Souto	[térrea]	1.800	162
63	Inês de Santa Luzia, dona	[térrea]	5.400	486
64	Joaquina Barbosa, dona	[térrea]	3.600	324
65	Joaquina Barbosa, dona	[térrea]	3.600	324
66	Luís Coelho da Costa	[térrea]	7.200	648
67	Manuel Antunes dos Reis - herdeiros	[parte sobrado e parte] [térrea]	10.800	972
68	Catarina do Rosário, dona	[térrea]	1.800	162
69	Bernarda da Silva Veiga	Inútil	-	-
70	Manuel de Souza Matos	não consta	1.800	162
71	Manuel de Souza Matos	não consta	1.800	162
72	Antônio Joaquim de Souza, padre	não consta	3.600	324
73	Manuel de Souza Matos	não consta	4.500	405
74	Manuel Quintino dos Santos	não consta	1.800	162
75	João da Costa Cunha	não consta	1.800	162
76	João da Costa Cunha	não consta	10.800	972
77	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	não consta	18.000	1.620
78	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	não consta	14.400	1.296
79	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	não consta	18.000	1.620

80	José Vieira Couto, doutor	não consta	3.600	324
81	Antônia Maria Ribeiro	não consta	7.200	648
82	Perpétua Joaquina	não consta	5.400	486
83	Caetano Miguel da Costa - testamentaria	não consta	28.800	2.592
84	Helena Soares de Jesus	não consta	10.800	972
85	Jacinta Clara de Jesus, dona	não consta	3.600	324
86	Jacinto Bernardo Pinto	sobrado	25.200	2.268
87	Manuel Pires de Figueiredo	térrea	28.800	2.592
88	Manuel Pires de Figueiredo	térrea	3.600	324
89	Manuel Pires de Figueiredo	[térrea]	3.600	324
90	Manuel Pires de Figueiredo	[térrea]	3.600	324
91	Manuel Pires de Figueiredo	[térrea]	3.600	324
92	Francisca da Silva de Oliveira - herdeiros	[térrea]	3.600	324
93	Antônio de Oliveira Silva	[térrea]	7.200	648
94	Marcela de Mendonça	[térrea]	3.600	324
95	Ana da Silva	[térrea]	3.600	324
96	Josefa Pinta	[térrea]	3.600	324
97	Joana Maria da Conceição	sobrado	10.800	972
98	Antônia Fernandes de Oliveira	térrea	5.400	486
99	Ana Pinta de Jesus	[térrea]	7.200	648
100	Maria da Cunha Freitas	[térrea]	7.200	648
101	Teotônio da Cunha Vale	[térrea]	14.400	1.296
102	Teotônio da Cunha Vale	[térrea]	10.800	972
103	Joana Maria da Conceição	[térrea]	21.600	1.944
104	Manuel de Santa Luzia	[térrea]	7.200	648
105	Francisco José Álvares	[térrea]	10.800	972
106	Maria dos Reis Leal	[térrea]	9.000	810
107	Rita Vieira de Matos	[térrea]	7.200	648
108	Josefa Maria da Conceição	sobrado	18.000	1.620
109	Francisca, viúva de Manuel Tarcísio	térrea	7.200	648
110	Ana Apolinária	[térrea]	7.200	648
111	Miguel Francisco de Guimarães	[térrea]	10.800	972
112	Joana Gonçalves Seixas	[térrea]	10.800	972
113	Francisco José Lopes	[térrea]	10.800	972
114	Francisco Inácio Ribeiro - testamentaria	[térrea]	7.200	648

115	Recolhidas das Macaúbas	[térrea]	7.200	648
116	Recolhidas das Macaúbas	[térrea]	10.800	972
117	Vitoria Maria Dias	térrea	5.400	486
118	Francisco José de Paula	[térrea]	10.800	972
119	Ana Maria da Conceição	[térrea]	18.000	1.620
120	Inês Antunes da Silva	[térrea]	5.400	486
121	Isabel Paulina da Silva	[térrea]	3.600	324
122	Eufrásia de Lima de Souza Rangel	[térrea]	3.600	324
123	Antônio José Pimenta, padre	sobrado	14.400	1.296
124	Joaquim da Silva Dias	térrea	10.800	972
125	João Ribeiro da Silva, c[apitão]	[térrea]	7.200	648
126	José Gonçalves de Moraes	[térrea]	7.200	648
127	Manuel Caetano da Trindade	[térrea]	7.200	648
128	João de Azeredo Coutinho	[térrea]	3.600	324
129	João de Souza Porto	[térrea]	7.200	648
130	Francisco Inácio Ribeiro - herdeiros	[térrea]	7.200	648
131	Lucrécia Maria dos Reis Drago	[térrea]	9.000	810
132	Rosa Nogueira	[térrea]	9.000	810
133	Joaquim José da Costa	[térrea]	10.800	972
134	Águeda Brígida de Souza	[térrea]	3.600	324
135	Luísa Maria de Moraes	[térrea]	10.800	972
136	Ana Caetana	[térrea]	1.800	162
137	Ana Joaquina	[térrea]	5.400	486
138	Maria Vieira	[térrea]	5.400	486
139	Rosa Maria do Rosário - herdeiros	Inútil	-	-
140	Teresa dos Santos Lares	não consta	7.200	648
141	Manuel de Souza Pimentel - testamentaria	não consta	7.200	648
142	Genoveva de Azeredo	não consta	7.200	648
143	Ana Joaquina de Souza	não consta	2.700	243
144	Ana Joaquina de Souza	não consta	2.700	243
145	Marta de Oliveira	não consta	9.000	810
146	Teodora Maria da Conceição	não consta	14.400	1.296
147	Luís Gomes Ribeiro, alferes	térrea	18.000	1.620

148	José Vieira Couto, doutor	sobrado	28.800	2.592
149	Maria Moreira Só	térrea	14.400	1.296
150	Ana Inês	[térrea]	5.400	486
151	Plácido da Silva de Oliveira Rolim, doutor	[térrea]	21.600	1.944
152	Inês de Souza Rocha	Inútil	-	-
153	Manuel Alves Passos	não consta	7.200	648
154	Francisco Joaquim Ferreira	não consta	14.400	1.296
155	Maria Carvalho	não consta	7.200	648
156	Ana Inês de Brito Clafe	não consta	10.800	972
157	José da Cunha Pereira	não consta	7.200	648
158	Caetana Francisca de Souza	térrea	10.800	972
159	Joaquina de Souza Chaves	Inútil	-	-
160	José Joaquim Perpétuo	sobrado e loja	21.600	1.944
161	Eugênia Alves Maia	térrea	5.400	486
162	Eugênia Alves Maia	[térrea]	5.400	486
163	Sancho de Andrade Castro Lanções	[térrea]	21.600	1.944
164	Jerônimo da Costa Dantas	[térrea]	9.000	810
165	Sebastião Antônio da Silva	[térrea]	10.800	972
166	Sebastião de Araújo e Abreu, guarda-mor	sobrado	36.000	3.240
167	Catarina Maria da Silva, dona	térrea	18.000	1.620
168	Inácia Machado	[térrea]	7.200	648
169	José Joaquim Henriques de Siqueira	[térrea]	7.200	648
170	José Joaquim Henriques de Siqueira	[térrea]	7.200	648
171	Rita Mina	[térrea]	1.800	162
172	Antônio Xavier	[térrea]	1.800	162
173	Ana de Amorim	[térrea]	14.400	1.296
174	Ana de Amorim	[térrea]	7.200	648
175	Antônia Tomásia da Costa	[térrea]	7.200	648
176	Ana Inês de Brito Clafe	sobrado	14.400	1.296
177	Luíz do Reis Silva, padre	[sobrado]	14.400	1.296
178	Anastácio Botelho Correia	térrea	7.200	648
179	Mônica Condessa Correia	[térrea]	7.200	648
180	Rosa Maria da Conceição	[térrea]	10.800	972
181	Silvana Maria de Freitas	[térrea]	7.200	648
182	Eugênia Alves Maia	[térrea]	7.200	648

183	Manuel Ferreira Pinto	[térrea]	7.200	648
184	Patricia Teixeira da Silva	[térrea]	10.800	972
185	Irmandade Nossa Senhora do Amparo	[térrea]	18.000	1.620
186	Irmandade Nossa Senhora do Amparo	[térrea]	18.000	1.620
187	Isabel Marques	sobrado	14.400	1.296
188	José de Barros e Souza	térrea	7.200	648
189	Custódia Maria de Oliveira	[térrea]	7.200	648
190	Maximiano de Souza Ramos	[térrea]	7.200	648
191	Simão Alves Passos	[térrea]	10.800	972
192	Teresa Rosa de Jesus	[térrea]	7.200	648
193	Ana Maria de todos os Santos	não consta	14.400	1.296
194	Recolhidas das Macaúbas	não consta	9.000	810
195	Recolhidas das Macaúbas	não consta	14.400	1.296
196	Tomé Gonçalves de Carvalho	sobrado e loja	21.600	1.944
197	Manuel de Almeida	térrea	10.800	972
198	Manuel da Rocha Traquino	[térrea]	3.600	324
199	Antônio Tinoco	[térrea]	3.600	324
200	Francisca Crioula	[térrea]	3.600	324
201	Manuel Rodrigues de Magalhães	[térrea]	8.100	729
202	Inácio Eusébio - herdeiros	[térrea]	10.800	972
203	Ana Moreira Só	[térrea]	7.200	648
204	José Corsino de Brito	térrea	10.800	972
205	Teodósio Pereira Machado	sobrado e loja	10.800	972
206	Manuel do Nascimento Leal	[sobrado]	14.400	1.296
207	Irmandade da Nossa Senhora do Terço	[sobrado]	21.600	1.944
208	Francisco José da Rocha - herdeiros	térrea	5.400	486
209	Francisco José da Rocha - herdeiros	[térrea]	7.200	648
210	Silvério José de Brito	[térrea]	10.800	972
211	Manuel Gonçalves Ramalho	[térrea]	14.400	1.296
212	Eugênio Costa	[térrea]	3.600	324
213	José de Souza Marques	[térrea]	7.200	648
214	José de Souza Marques	[térrea]	7.200	648

215	José de Souza Marques	[térrea]	7.200	648
216	Francisco Gomes de Carvalho Amora	[térrea]	7.200	648
217	Francisco Fernandes de Viveiros	[térrea]	7.200	648
218	Bento Dias Chaves	sobrado e loja	21.600	1.944
219	Bento Dias Chaves	2 sobrados	21.600	1.944
220	Bento Dias Chaves	sobrado	10.800	972
221	Ana Quitéria de Melo	[sobrado]	14.400	1.296
222	Francisca Narcisa de Melo	[sobrado]	7.200	648
223	Vicente Ferreira Saraiva	[sobrado]	10.800	972
224	Cipriano Pinto de Magalhães	[sobrado]	3.600	324
225	Senhor do Bonfim	térrea	10.800	972
226	Senhor do Bonfim	[térrea]	10.800	972
227	Teodósia Valentina de Macedo	[térrea]	10.800	972
228	Ana Florentina, [preta mina]	[térrea]	7.200	648
229	Matildes Correia Lobo	[térrea]	7.200	648
230	Francisco da Costa Moreira Só	sobrado	10.800	972
231	Raimundo Correia Lobo	[sobrado]	10.800	972
232	Senhor do Bonfim	sobrado	10.800	972
233	Antônia Maria de Jesus	[sobrado]	10.800	972
234	Germana Vieira	[sobrado]	14.400	1.296
235	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, reverendo	térrea	18.000	1.620
236	José Agostinho dos Santos Freire	[térrea]	3.600	324
237	José Pereira da Silva	sobrado	21.600	1.944
238	José Rodrigues Martins	[sobrado]	21.600	1.944
239	Januário Freire da Costa	térrea	7.200	648
240	Francisco Gomes de Abreu	[térrea]	5.400	486
241	Francisco Gomes de Abreu	[térrea]	14.400	1.296
242	Vicente Carvalho Bernardes	[térrea]	21.600	1.944
243	Genoveva de Azeredo	[térrea]	19.800	1.782
244	João Batista Bitencourt - testamentaria	[térrea]	7.200	648
245	João Batista Bitencourt - testamentaria	[térrea]	7.200	648
246	Antônio dos Reis Leal - herdeiros	[térrea]	14.400	1.296

247	Francisco Martins Pena, coronel	sobrado e loja	36.000	3.240
248	Francisco José da Rocha - herdeiros	térrea	10.800	972
249	Manuel do Nascimento Leal	[térrea]	14.400	1.296
250	Maria Teresa de Jesus	[térrea]	3.600	324
251	Efigênia Maria de Santana	[térrea]	3.600	324
252	Maria Tecla	[térrea]	7.200	648
253	Maria Tecla	[térrea]	7.200	648
254	Maria Tecla	[térrea]	7.200	648
255	Felizarda Gomes	[térrea]	7.200	648
256	Tomás Mina	[térrea]	12.600	1.134
257	Antônio Veloso	[térrea]	9.000	810
258	Jeronimo Sardinha	não consta	10.800	972
259	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, padre	não consta	14.400	1.296
260	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, padre	não consta	14.400	1.296
261	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, padre	não consta	14.400	1.296
262	Bonifacia Alves Chaves	sobrado	14.400	1.296
263	João Batista da Fonseca	sobrado e loja	14.400	1.296
264	João Batista da Fonseca	[sobrado]	18.000	1.620
265	João Batista da Fonseca	[sobrado]	18.000	1.620
266	João Batista da Fonseca	2 sobrados e loja	28.800	2.592
267	José da Silva de Oliveira, sargento-mor - herdeiros	sobrado e loja	18.000	1.620
268	Antônio Ribeiro Mourão	[sobrado]	18.000	1.620
269	João Batista Bitencourt, tenente	térrea	18.000	1.620
270	João Ribeiro da Silva	[térrea]	7.200	648
271	Clemência Maria de Santana	[térrea]	14.400	1.296
272	Dionisio Pinto Guimarães	[térrea]	10.800	972
273	Joaquina Angélica de Souza	[térrea]	14.400	1.296
274	Brás Martins Pacheco	[térrea]	7.200	648
275	Joana Perpétua de Luceno, dona	[térrea]	7.200	648
276	Luís José da Silva	[térrea]	14.400	1.296
277	Antônio Ribeiro Mourão	não consta	10.800	972
278	Ana Henriques Figueiredo	não consta	7.200	648
279	Joaquim Ferreira dos	não consta	3.600	324

	Santos			
280	Fernando Antônio de Macedo	não consta	12.600	1.134
281	Fernando Antônio de Macedo	não consta	10.800	972
282	Fernando Antônio de Macedo	não consta	10.800	972
283	José Bonifácio de Oliveira	não consta	10.800	972
284	José Bonifácio de Oliveira	não consta	10.800	972
285	Isabel Joaquina de Jesus, dona	não consta	14.400	1.296
286	Dionísio Pinto Guimarães	não consta	5.400	486
287	Dionísio Pinto Guimarães	não consta	5.400	486
288	Perpétua Felicidade	sobrado	21.600	1.944
289	José Reis Martins	não consta	10.800	972
290	Francisco Gonçalves Seixas - herdeiros	térrea	21.600	1.944
291	Vitoriano Lopes da Costa	térrea	7.200	648
292	Francisco José Pacheco	[térrea]	10.800	972
293	Francisca de Almeida	térrea	10.800	972
294	Ana da Costa	[térrea]	10.800	972
295	Luísa Josefa Mata	[térrea]	21.600	1.944
296	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	[térrea]	18.000	1.620
297	Dionísia Machado	[térrea]	5.400	486
298	Agostinho dos Santos Freire - herdeiros	[térrea]	18.000	1.620
299	José Luís da Silva	[térrea]	18.000	1.620
300	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	[térrea]	12.600	1.134
301	Jacinta Teresa de Jesus, dona	[térrea]	10.800	972
302	Jacinta Teresa de Jesus, dona	[térrea]	10.800	972
303	Jacinta Teresa de Jesus, dona	[térrea]	10.800	972
304	José Agostinho dos Santos	sobrado e loja	28.800	2.592
305	José Agostinho dos Santos	[sobrado]	28.800	2.592
306	Francisco José de Almeida	térrea	10.800	972
307	Vitória Maria Duarte	[térrea]	10.800	972
308	Francisco de Paula Vieira	não consta	7.200	648
309	Helena Joaquina do Nascimento, dona	sobrado	14.400	1.296

310	Irmandade Nossa Senhora do Sacramento	[sobrado]	28.800	2.592
311	João Faustino de Oliveira Fontoura, padre	térrea	7.200	648
312	Teresa de Jesus	[térrea]	14.400	1.296
313	[Francisco Martins] Pena, coronel	[térrea]	7.200	648
314	[Francisco Martins] Pena, coronel	[térrea]	10.800	972
315	José Luís da Silva	sobrado	14.400	1.296
316	José Luís da Silva	[sobrado]	14.400	1.296
317	José Luís da Silva	[sobrado]	14.400	1.296
318	Antônio Ferreira da Costa	[sobrado]	28.800	2.592
319	Antônio Pinto Guimarães - fâmulos do falecido	térrea	10.800	972
320	Antônio Pinto Guimarães - fâmulos do falecido	[térrea]	10.800	972
321	Aleixo Caetano Pereira	[térrea]	7.200	648
322	Inácio da Silva	térrea	5.400	486
323	Joaquina Maria de Jesus	[térrea]	5.400	486
324	Joaquina Maria de Jesus	[térrea]	5.400	486
325	João Fernandes [de Oliveira], doutor - herdeiros	sobrado	32.400	2.916
326	Maria de Azeredo	térrea	10.800	972
327	José de Azeredo Coutinho	[térrea]	7.200	648
328	Antônio do Vale	[térrea]	10.800	972
329	Antônio do Vale	[térrea]	5.400	486
330	Miguel de Mendonça Cabral	[térrea]	10.800	972
331	Manuel Correa	[térrea]	10.800	972
332	Manuel de Araujo Novais, padre	sobrado	18.000	1.620
333	Dionísio Pinto Guimarães	térrea	13.200	1.198
334	Inácia Maria da Conceição	[térrea]	7.200	648
335	Maria Teresa da Conceição, dona	[térrea]	21.600	1.944
336	Isabel Joaquina de Jesus, dona	sobrado	19.800	1.782
337	José Bonifacio de Oliveira	[sobrado]	18.000	1.620
338	José Bonifacio de Oliveira	térrea	10.800	972
339	Manuel do Amaral	[térrea]	14.400	1.296
340	Ana Perpétua Marcelina, dona	sobrado	10.800	972

341	Francisco Floriano dos Santos	[sobrado]	14.400	1.296
342	Manuel Gomes da Costa Óbidos	[sobrado]	14.400	1.296
343	João Batista da Fonseca	térrea	5.400	486
344	Recolhidas das Macaúbas	sobrado e loja	21.600	1.944
345	Recolhidas das Macaúbas	[sobrado]	30.000	2.700
346	Francisco Gomes Ferreira da Cruz	térrea	18.000	1.620
347	José Barbosa da Fonseca	[térrea]	24.000	2.160
348	João Barbosa da Fonseca	sobrado e loja	36.000	3.240
349	Bernardino de Pinho Tavares	[sobrado]	36.000	3.240
350	José da Cruz Silva - herdeiros	sobrado e loja	43.200	3.888
351	João Alves Ferreira Prado	[sobrado]	60.000	5.400
352	Rita Mina	térrea	10.800	972
353	José Guedes - herdeiros do padre	sobrado	10.800	972
354	Manuel Ferreira Pinto	térrea	10.800	972
355	Joaquina Francisca	[térrea]	7.200	648
356	Maria Lopes	[térrea]	3.600	324
357	Maria Lopes	[térrea]	3.600	324
358	Maria da Rocha Sampaio	[térrea]	3.600	324
359	Vitória Maria de Jesus	[térrea]	7.200	648
360	Joana Francisca da Silva	sobrado	7.200	648
361	Joaquim Alves Chaves	[sobrado]	10.800	972
362	Teresa Lobo	inútil	-	-
363	Senhora das Dores do Bonfim	não consta	3.600	324
364	Valeriana Pereira	não consta	7.200	648
365	Francisco Antônio Ramos	não consta	7.200	648
366	Ana Soares	não consta	2.700	243
367	Ana Soares	não consta	2.700	243
368	Luísa Josefa Matias	não consta	3.600	324
369	Ana Rodrigues	não consta	7.200	648
370	Ana Rodrigues	não consta	7.200	648
371	Maria dos Anjos	não consta	5.400	486
372	Claudina Vaz	não consta	5.400	486
373	Claudina Vaz	não consta	5.400	486
374	Caetano Guedes	sobrado	10.800	972
375	Floriana Maria da	térrea	1.800	162

	Conceição			
376	Manuel Gonçalves Beato	inútil	-	-
377	Clara de Souza	térrea	7.200	648
378	João Paulo Ferreira	[térrea]	3.600	324
379	Manuel Geraldo Moreira	[térrea]	7.200	648
380	Eugênia Rodrigues	[térrea]	2.700	243
381	Ana Maria do Nascimento	[térrea]	2.700	243
382	Quitéria Maria	[térrea]	900	81
383	Vicente de Deus	[térrea]	900	81
384	Plácida Maria	[térrea]	900	81
385	Francisca Constância	[térrea]	900	81
386	Luísa Alberta do Rosário	não consta	900	81
387	João de Moura Pinto	não consta	2.700	243
388	Madalena Gomes	não consta	1.800	162
389	Teodósio Pardo	Inútil	-	-
390	Seixas, viúva	não consta	3.600	324
391	Rafael Pinto Vidal	não consta	3.600	324
392	Luciana de Macedo	não consta	7.200	648
393	Mariana Filgueiras	não consta	2.700	243
394	Torcato de Almeida	não consta	2.700	243
395	Gomes, brigadeiro	não consta	900	81
396	Gomes, brigadeiro	não consta	900	81
397	Gomes, brigadeiro	não consta	1.800	162
398	Tomás Correia	não consta	1.800	162
399	Ana Alves Maia	não consta	1.800	162
400	Ana Alves Maia	não consta	1.800	162
401	Luísa Gomes	não consta	3.600	324
402	Luísa Gomes	não consta	5.400	486
403	Maria Marcela	não consta	1.800	162
404	Maximiana da Costa Ferreira	não consta	1.800	162
405	Antônio Cardoso da Ferreira	não consta	1.800	162
406	Jeronimo Luíz da Cunha	térrea	3.600	324
407	Félix José dos Santos	inútil	-	-
408	Filipa Moreira de Souza	não consta	-	-
409	Efigênia Paz	não consta	2.700	243
410	Domingos Lopes	não consta	3.600	324
411	Teresa Antônia	não consta	-	-
412	Francisca da Costa Moreira	não consta	-	-

	Só			
413	Maria de Miranda	não consta	1.800	162
414	Caetano Guedes	não consta	1.800	162
415	Inácio de Loiola	não consta	1.800	162
416	João Dias Correia	não consta	10.800	972
417	Eugênia Alves Maia	não consta	-	-
418	Caetano José da Cunha	não consta	1.800	162
419	Ana Maria de Jesus	não consta	5.400	486
420	Filipe Ferreira de Souza	não consta	2.700	243
421	Manuel dos Anjos	não consta	7.200	648
422	Eugênio da Costa	não consta	7.200	648
423	Eugênio da Costa	não consta	10.800	972
424	Brás Martins Pacheco	não consta	10.800	972
425	Maria José de Santana	não consta	7.200	648
426	José Apolinário Gomes	não consta	3.600	324
427	Brás Martins Pacheco	não consta	10.800	972
428	Silvério de Pinho Tavares	não consta	18.000	1.620
429	José da Silva de Oliveira - herdeiros do guarda-mor	não consta	21.600	1.944
430	Antônia de Moura Pinto	não consta	14.400	1.296
431	Ana Teresa de Jesus, dona	não consta	7.200	648
432	Teotônia Caetana [de Mascarenhas], dona	não consta	7.200	648
433	Teotônia Caetana [de Mascarenhas], dona	não consta	4.500	405
434	Teotônia Caetana [de Mascarenhas], dona	térrea	4.500	405
435	Rancho da Intendência	[sobrado de uma frente, e] [térrea] [da outra]	1.944.000	58.320
436	Teotônia Caetana [de Mascarenhas], dona	sobrado e loja	48.000	4.320
437	Caetano Luís de Miranda	térrea	3.600	324
438	Caetano Luís de Miranda	não consta	10.800	972
439	Paula Maria de Jesus	[térrea]	14.400	1.296
440	José Luís de Souza	[térrea]	7.200	648
441	José Luís de Souza	[térrea]	7.200	648
442	José Luís de Souza	[térrea]	7.200	648
443	José Luís de Souza	[térrea]	7.200	648
444	José Luís de Souza	sobrado	14.400	1.296
445	Manuel Antônio de Abreu	térrea	14.400	1.296
446	Ana Maria da Lapa	[térrea]	7.200	648

447	João Batista da Fonseca	[térrea]	14.400	1.296
448	Miguel Pires	[térrea]	5.400	486
449	Francisco Xavier Pacheco	[térrea]	14.400	1.296
450	Manuel de Souza Maia	[térrea]	1.800	162
451	Romana Pinheiro	[térrea]	2.700	243
452	Paula Maria de Melo	[térrea]	2.700	243
453	Lourenço Pinheiro	[térrea]	2.700	243
454	Raimundo Correia Lobo	[térrea]	2.700	243
455	Ana Maria dos Santos	[térrea]	3.600	324
456	Francisco José Leal, capitão	não consta	14.400	1.296
457	Bento José da Silva	[térrea]	1.800	162
458	Bento José da Silva	[térrea]	9.000	810
459	Bento José da Silva	[térrea]	14.400	1.296
460	Maria de Freitas	[térrea]	1.800	162
461	Maria de Freitas	[térrea]	1.800	162
462	Bento José da Silva	térrea	1.800	162
463	Bento José da Silva	[térrea]	1.800	162
464	Bento José da Silva	Inútil	-	-
465	Francisco José Pimenta, padre	não consta	7.200	648
466	José Joaquim Perpétuo	não consta	7.200	648
467	Manuel do Nascimento Leal	não consta	9.600	864
468	Ana da Costa	Inútil	-	-
469	Joaquim da Cunha Vale	não consta	-	-
470	Manuel da Silva	não consta	-	-
471	Teresa Maria de Loreto	não consta	-	-
472	Lucrecia de Almeida	não consta	-	-
473	Manuel Gonçalves Ramalho	não consta	-	-
474	Isabel Rosa do Sacramento	não consta	-	-
475	Inácio Angola	não consta	-	-
476	Micaela da Conceição	não consta	-	-
477	Helena Vaz	não consta	-	-
478	Ana Maria	não consta	-	-
479	Rita Maria	não consta	-	-
480	Joaquina Francisca	não consta	-	-
481	Mariana Teresa	não consta	-	-
482	Rita Maria	não consta	-	-
483	Maria da Rocha	não consta	-	-

484	Teresa da Costa	não consta	-	-
485	Maria Soares	não consta	-	-
486	João Congo, preto	não consta	-	-
487	Francisco José de Carvalho	não consta	5.400	486
488	Antônio José da Silva	não consta	2.700	243
489	Maria Soares dos Santos	não consta	2.700	243
490	José Gandra	não consta	1.800	162
491	Inácia Teresa	térrea	1.800	162
492	Inácia Teresa	[térrea]	3.600	324
493	João Gonçalves Ramos	não consta	-	-
494	Teodósia Maria	[térrea]	1.800	162
495	Maria do Reis	[térrea]	1.800	162
496	João Lopes de Almeida	[térrea]	2.700	243
497	Francisco [Antônio] de Oliveira Machado	[térrea]	4.500	405
498	José de Freitas Cavilhas	[térrea]	3.600	324
499	Manuel da Paixão Tavares	[térrea]	1.800	162
500	José Francisco Gomes	[térrea]	5.400	486
501	João Francisco Guimarães	[térrea]	900	81
502	Joaquim Mina, herança	[térrea]	-	-
503	Manuel José Pereira Ferroso	[térrea]	3.600	324
504	Maria Rosa	[térrea]	3.600	324
505	Maria Florência	[térrea]	1.800	162
506	Hospício da Terra Santa	[térrea]	18.000	1.620
507	Eufrásia de Miranda Aguiar	[térrea]	7.200	648
508	João Batista Leite	[térrea]	9.000	810
509	Ana Mina	[térrea]	3.600	324
510	Antônio Teixeira	[térrea]	3.600	324
511	Amaro Soares de Araújo	[metade][térrea][e de outro lado sobrado]	25.200	2.268
512	Hospital da Caridade	[térrea]	-	-
513	Francisca Gomes	[térrea]	-	-
514	Cirília Martins	[térrea]	-	-
515	Francisco Duarte	[térrea]	1.800	162
516	Caetana Perpétua de Jesus	[térrea]	3.600	324
517	Teresa de Jesus Perpétua, dona	[térrea] [e na frente, uma capela [com] título de Nossa Senhora da Luz, no fim do arraial, à entrada do lado esquerdo, estrada real]	28.800	2.592
518	Isabel Pereira da Silva	[térrea]	-	-

519	Isabel Pereira da Silva	Inútil	-	-
520	Florência da Cunha	não consta	-	-
521	Domingos Barbosa	não consta	-	-
522	Domingos Barbosa	não consta	-	-
523	Francisco Angola	não consta	-	-
524	Antônio Fernandes da Costa	não consta	-	-
525	João Pereira	não consta	-	-
526	Isabel de Gouveia	não consta	-	-
527	Manuel de Seixas Brandão	não consta	3.600	324
528	Andressa Angola	não consta	-	-
529	João Tomás	não consta	900	81
530	Luísa de Jesus	não consta	-	-
531	Micaela Batista Landim	não consta	-	-
532	Rosa Tomásia Rubim, dona	não consta	-	-
533	Romana Teresa da Silva	não consta	-	-
534	Geraldo Pereira Martins	não consta	-	-
535	Geraldo Pereira Martins	não consta	2.700	243
536	Francisco Pinto de Mendonça	não consta	3.600	324
537	Mateus José Duarte	não consta	3.600	324
538	Josefa Luísa Filgueiras	não consta	-	-
539	Joaquim Martins	não consta	-	-
540	Francisco de Araújo	não consta	-	-
541	Cipriano de Barros	não consta	-	-
542	Efigênia Machado	não consta	3.600	324
543	Manuel Correia	não consta	7.200	648
544	Ana Francisca de Jesus	não consta	7.200	648
545	Prudêncio José Duarte	não consta	7.200	648
546	Manuel Marques	não consta	2.700	243
547	Manuel Francisco - herdeiros	não consta	-	-
548	Maria Martins	Inútil	1.800	162
549	Francisco Martins Castanheira	não consta	1.800	162
550	Teresa Efigênia	não consta	-	-
551	Joana Rebola	não consta	-	-
552	João de Araújo	não consta	2.700	243
553	Joaquim Teixeira	não consta	-	-
554	Maria Teresa de Jesus	não consta	14.400	1.296
555	Ana Maria da Costa	não consta	3.600	324

556	Ana Maria da Costa	não consta	7.200	648
557	Luís Rodrigues França	não consta	3.600	324
558	José Joaquim Lisboa	não consta	1.800	162
559	Manuel de Lucena	não consta	1.800	162
560	Manuel de Lucena	não consta	1.800	162
561	Joaquim de Lucena	não consta	3.600	324
562	Manuel da Costa Bruzinga	não consta	3.600	324
563	Manuel José de Mesquita	não consta	3.600	324
564	Joana Maria	não consta	6.300	567
565	José da Silva de Oliveira, padre	não consta	7.200	648
566	Francisco Antônio de Aguilar	sobrado	10.800	972
567	Ordem Terceira de São Francisco	térrea	10.800	972
568	Ordem Terceira de São Francisco	[térrea]	10.800	972
569	Ordem Terceira de São Francisco	[térrea]	10.800	972
570	Isabel Joaquina de Jesus, dona	[térrea]	10.800	972
571	Francisco José da Rocha, [capitão] - herdeiros	[térrea]	10.800	972
572	Joana Josefa de Jesus, dona	[térrea]	7.200	648
573	Ana Maria	[térrea]	3.600	324
574	Carlos da Silva de Oliveira [Rolim], padre	[térrea]	10.800	972
575	Teresa de Jesus	[térrea]	5.400	486
576	Francisco Mina	térrea	5.400	486
577	S[enhora] das Dores	[térrea]	2.700	243
578	Antônia Barbosa	[térrea]	2.700	243
579	Domingos Congo	[térrea]	5.400	486
580	Antônia Barbosa	não consta	-	-
581	Micaela da Silva	[térrea]	4.500	405
582	Antônio de Souza	[térrea]	4.500	405
583	Ana Ferreira	[térrea]	1.800	162
584	José Gomes	[térrea]	1.800	162
585	Maria Versiani	[térrea]	900	81
586	Verônica Maria da Glória	[térrea]	900	81
587	Antônia Vieira	[térrea]	3.600	324
588	Antônio Barreto	não consta	-	-
589	Manuel Francisco Pimenta	[térrea]	1.800	162

590	Ana Teresa de Jesus	[térrea]	2.700	243
591	Isabel Joaquina de Jesus	[térrea]	1.800	162
592	Isabel Joaquina de Jesus	[térrea]	9.000	810
593	José Borges Simas	[térrea]	1.800	162
594	Joana Maria	não consta	-	-
595	Joaquim do Nascimento Leal	[térrea]	1.800	162
596	Inácia Efigênia [de Jesus]	[térrea]	7.200	648
597	José de Lafões de Mendonça	[térrea]	5.400	486
598	José Gonçalves de Moraes	[térrea]	7.200	648
599	Bernardo José da Silva	[térrea]	10.800	972
600	José da Silva Borges	não consta	-	-
601	Pedro Paulo [Pacheco] - herdeiros	[térrea]	5.400	486
602	José Pereira da Silva	[térrea]	9.000	810
603	Rita Monteiro	não consta	-	-
604	Manuel Coutinho da Trindade	[térrea]	1.800	162
605	José Fereira de Carvalho	térrea	2.700	243
606	José Borges	[térrea]	2.700	243
607	Luís Rodrigues Faria	[térrea]	3.600	324
608	José da Silva de Oliveira - herdeiros do guarda-mor	[térrea]	14.400	1.296
609	Rosa Francisca de Azeredo	[térrea]	5.400	486
610	Ana Maria Barbosa	[térrea]	3.600	324
611	Maria Teresa Lisboa	[térrea]	3.600	324
612	Francisca Alves da Costa	[térrea]	1.800	162
613	Rosa Maria Pacheco	[térrea]	1.800	162
614	Maria Teixeira da Silva	[térrea]	1.800	162
615	José da Cunha Vale	[térrea]	10.800	972
616	Francisco da Cunha	[térrea]	7.200	648
617	Francisca Luísa de Castro	[térrea]	10.800	972
618	José Gonçalves Chaves	[térrea]	3.600	324
619	Teresa Maria da Silva	[térrea]	3.600	324
620	Gertrudes Antônia de Matos	[térrea]	2.700	243
621	Francisco José Ferreira	[térrea]	1.800	162
622	José da Silva Julião	não consta	1.800	162
623	Ana de Souza	[térrea]	9.000	810
624	José de Freitas	[térrea]	3.600	324
625	Catarina de Vasconcelos,	[térrea]	3.600	324

	dona			
626	Teodósia Gomes Alves	[térrea]	5.400	486
627	Antônio José Pimenta, padre	não consta	6.300	567
628	Antônio José Pimenta, padre	[térrea]	6.300	567
629	Joaquina Francisca dos Santos	[térrea]	7.200	648
630	Ana Maria do Loreto	[térrea]	5.400	486
631	Ângela Narcisa do Rosário, dona	[térrea]	5.400	486
632	Ângela Narcisa do Rosário, dona	[térrea]	1.800	162
633	Joaquim José de Azevedo Pereira	térrea	10.800	972
634	Jerônimo Luís da Cunha	[térrea]	10.800	972
635	Rita Alves	[térrea]	7.200	648
636	Jerônimo Luís da Cunha	[térrea]	10.800	972
637	Joaquim José de Azevedo Pereira	[térrea]	2.700	243
638	Maria Teresa de Jesus	não consta	2.700	243
639	João Antônio Maria Versiani	sobrado e loja	28.800	2.592
640	Eufrásia de Souza Leal	térrea	10.800	972
641	Potenciana do Carmo	[térrea]	7.200	648
642	Potenciana do Carmo	[térrea]	3.600	324
643	Maurício José de Jesus	[térrea]	9.000	810
644	Fernando Antônio de Macedo	não consta	10.800	972
645	José Geraldo de Melo	[térrea]	9.000	810
646	Antônio Gomes de Carvalho	[térrea]	21.600	1.944
647	Antônio Gomes de Carvalho	[térrea]	18.000	1.620
648	Filipe Dantas	[térrea]	3.600	324
649	Filipe Dantas	[térrea]	3.600	324
650	Romualdo Xavier	não consta	-	-
651	José Marinho	[térrea]	900	81
652	Maria Acácia, dona - herdeiros	[térrea]	21.600	1.944
653	Isabel Francisca de Almeida	não consta	3.600	324
654	Úrsula Maria de França	[térrea]	3.600	324
655	Úrsula Maria de França	[térrea]	5.400	486

656	Antônia Maria da Conceição	não consta	-	-
657	Teodósia Maria Rodrigues	[térrea]	3.600	324
658	Tomás dos Reis	[térrea]	1.800	162
659	Ana Pacheca	não consta	-	-
660	Maria Alves da Costa	não consta	-	-
661	Maria Alves da Costa	não consta	-	-
662	Clemência Maria de Santana	térrea	1.800	162
663	Valentim de Barros	[térrea]	10.800	972
664	Antônio Mina	[térrea]	5.400	486
665	José de Figueiredo	[térrea]	5.400	486
666	Inácio Correia Pampolona	[térrea]	1.800	162
667	Inácio Correia Pampolona	[térrea]	1.800	162
668	Ana de Mascarenhas, dona	[térrea]	7.200	648
669	Teotônia Caetana Mascarenhas, dona	[térrea]	10.800	972
670	Tomás dos Santos Freire	[térrea]	2.700	243
671	Tomás dos Santos Freire	[térrea]	5.400	486
672	Tomás dos Santos Freire	[térrea]	5.400	486
673	Ana Maria	[térrea]	12.600	1.134
674	Ana Maria	[térrea]	10.800	972
675	Joaquim Atanásio Monteiro	não consta	14.400	1.296
676	Manuel da Costa Viana, padre - herdeiros	[térrea]	36.000	3.240
677	Irmandade do Rosário	[térrea]	14.400	1.296
678	Josefa Vieira	[térrea]	10.800	972
679	Ana Maria	[térrea]	7.200	648
680	Remígio Ribeiro	[térrea]	5.400	486
681	Irmandade das Almas	[térrea]	7.200	648
682	Irmandade das Almas	[térrea]	10.800	972
683	Antônio Pereira Veloso	[térrea]	7.200	648
684	Irmandade das Almas	não consta	10.800	972
685	Amaro Soares de Araújo	[térrea]	7.200	648
686	Cláudia Nunes de Souza	[térrea]	7.200	648
687	Ana Quitéria de Melo	[térrea]	7.200	648
688	Plácido Gomes da Fonseca	[térrea]	3.600	324
689	Quitéria Gomes da Silva	[térrea]	7.200	648
690	João Manuel de Ferreira	[térrea]	10.800	972
691	Rosa Rodrigues	térrea	3.600	324
692	Pedre José Versiani	[térrea]	14.400	1.296

693	Joaquim Ferreira de Oliveira	[térrea]	18.000	1.620
694	Raimundo Alves Rainha	[térrea][assobradada na frente]	1.800	162
695	Tomás de Aquino Torres	[térrea]	7.200	648
696	Raimundo Alves Rainha	[térrea]	7.200	648
697	Joana Francisca	[térrea]	1.800	162
698	Manuel Correia de Lacerda	[térrea]	5.400	486
699	Micaela dos Anjos	[térrea][assobradada na frente]	7.200	648
700	Micaela dos Anjos	[térrea][assobradada na frente]	7.200	648
701	Luísa da Costa Silva	[térrea]	5.400	486
702	Manuel Silvério de Araújo	[térrea]	18.000	1.620
703	Luís Antônio da Silva - herdeiros	[térrea]	9.000	810
704	Tomás Francisco de Aquino	[térrea]	18.000	1.620
705	Jerônimo Alves da Rocha	[térrea]	7.200	648
706	Antônio José Alves Pereira, padre	[térrea]	14.400	1.296
707	José Pereira	não consta	-	-
708	Manuel Henriques	[térrea]	1.800	162
709	Plácido Machado	[térrea]	900	81
710	Tomás Soares	[térrea]	4.500	405
711	Eufrásia Mendes	[térrea]	7.200	648
712	Eufrásia Mendes	não consta	-	-
713	Vitoriano Lopes da Costa	não consta	-	-
714	Ana da Silva Feio	não consta	-	-
715	Valentim Crioulo	não consta	-	-
716	Fabiana Josefã da Fontoura	não consta	-	-
717	Antônio Ribeiro de Araújo Freitas	não consta	-	-
718	Joaquim da Costa	térrea	-	-
719	Maria Felícia da Costa	[térrea]	1.800	162
720	Joaquina Eleutéria	não consta	-	-
721	Ana do Loreto	[térrea]	3.600	324
722	Francisco Ribeiro de Araújo	não consta	-	-
723	Vitória Barbosa de Souza	não consta	3.600	324
724	João Ribeiro de Araújo	não consta	3.600	324
725	Maria Pereira	não consta	-	-
726	Manuel da Cunha	não consta	-	-
727	Joana de Mascarenhas	não consta	-	-
728	Sebastiana da Silva Ferreira	não consta	-	-
729	Sebastiana da Silva Ferreira	não consta	-	-

730	Ana Maria Crioula	não consta	-	-
731	Antônio Marinho de Castro	não consta	3.600	324
732	Cláudio Nunes Duarte	não consta	3.600	324
733	Romão Máximo dos Santos Barros - herdeiros	não consta	3.600	324
734	Isidora Rosa de Araújo	não consta	10.800	972
735	Bento Dias Chaves	não consta	14.400	1.296
736	Jerônimo Luís Dantas	não consta	7.200	648
737	Teodósio Pereira Machado	não consta	7.200	648
738	Francisco Fernandes de Oliveira, padre	não consta	-	-
739	Joaquim Isidoro de Abreu, padre	não consta	14.400	1.296
740	Luís José de Figueiredo	não consta	9.000	810
741	Sebastião Félix de Godois	não consta	10.800	972
742	João da Costa Raposo	não consta	3.600	324
743	Jerônimo da Silva Guimarães	não consta	7.200	648
744	Ordem Terceira de São Francisco	não consta	10.800	972
745	Ordem Terceira de São Francisco	não consta	10.800	972
746	Felizarda Fernandes	térrea	18.000	1.620
747	Henrique da Costa Silva	[térrea]	7.200	648
748	José Joaquim Henrique	[térrea]	14.400	1.296
749	Manuel Carneiro da Silva	[térrea]	18.000	1.620
750	Francisco Malheiros - herdeiros	[térrea]	7.200	648
751	Francisco José Pereira	[térrea]	3.600	324
752	Francisco Malheiros - herdeiros	[térrea]	7.200	648
753	Francisco Malheiros - herdeiros	[térrea]	7.200	648
754	Francisco Malheiros - herdeiros	[térrea]	5.400	486
755	Francisco Malheiros - herdeiros	sobrado	36.000	3.240
756	Ana Perpétua Marcelina, dona	térrea	3.600	324
757	Anastácio Alves	[térrea]	2.700	243
758	Lauriana Maria	[térrea]	2.700	243
759	Francisco Anelo	[térrea]	3.600	324
760	Manuel Gomes	[térrea]	3.600	324

761	Miguel Velho Carvalho	[térrea]	3.600	324
762	Vitória [de Araújo] da Silva	[térrea]	2.700	243
763	João Machado Pena	[térrea]	3.600	324
764	Dionísia da Costa	[térrea]	3.600	324
765	Manuel Simplicio de Andrade	[térrea]	14.400	1.296
766	Luís Manuel, padre - herdeiros	[térrea]	28.800	2.592
767	Antônio Pereira de Carvalho	não consta	-	-
768	[Jerônimo] José Alves	[térrea]	3.600	324
769	Antônio da Silva Ribeiro	[térrea]	7.200	648
770	Gertrudes Joaquina de Jesus	[térrea]	2.700	243
771	Ana Joaquina de Santana	[térrea]	2.700	243
772	Germana de Almeida	[térrea]	3.600	324
773	José Caetano - herdeiros do padre	[térrea]	3.600	324
774	Vitória Ribeiro	[térrea]	7.200	648
775	Genoveva Honestada	[térrea]	7.200	648
776	José da Silva de Oliveira, padre	[térrea]	1.800	162
777	Maria Pereira Nazária	[térrea]	1.800	162
778	Josefa Maria [da Glória] - herdeiros da dona	2 sobrados	72.000	6.480

7.2 ANEXO B: DÉCIMA PREDIAL URBANA TRANSCRITA (1811)

#	Nome Proprietário (a)	Tipologia/ Uso /Condição	Valor Rendimento em Réis (do aluguel ou seu equivalente)	Valor Décima em Réis	Locatário (a)	Observação
1	Joana Durães Ferreira, dona	sobrado	10.800	972		lado esquerdo, por não ter edifícios do lado direito
2	João da Cunha	térrea	-	-		lado direito
3	José Félix Fernandes	térrea	21.600	1.944		lado direito
4	Joaquim Ribeiro Nunes	térrea	10.800	972		lado direito
5	Joaquim Ribeiro Nunes	térrea	14.400	1.296		lado direito
6	Mateus dos Reis Leal, padre	térrea	3.600	324		lado direito
7	[Francisca] Joana dos Santos	térrea	-	-		lado direito
8	Inês da Silva Abreu	térrea	-	-		lado direito
9	Amaro Soares de Araújo	térrea	7.200	648	Bibiana Gomes	lado direito
10	Amaro Soares de Araújo	térrea	9.000	810	Ana A. Freitas	lado direito
11	Amaro Soares de Araújo	térrea	10.800	972		lado direito
12	Ana de Lima	térrea	7.200	648		lado direito
13	Leonor Maria da Anunciação	térrea	7.200	648		lado direito
14	Quitéria Maria do Rosário	térrea	7.200	648		lado direito
15	Francisco Pereira Marinho - herdeiros	térrea	7.200	648		lado direito
16	Belquior Pinheiro de Oliveira	sobrado	36.000	3.240		lado direito
17	Luísa Josefa Mata	sobrado	18.000	1.620		lado direito
18	Belquior Pinheiro de Oliveira, c[apitão]	sobrado	18.000	1.620		lado direito
19	Manuel de Sampaio Belo	sobrado	10.800	972		lado direito
20	Antônio Fernandes	sobrado	10.800	972		lado direito

	de Azevedo					
21	Daniel da Silva Lucena, guarda-mor	dois sobrados	14.400	1.296		lado direito
22	Daniel da Silva Lucena, guarda-mor	dois sobrados	14.400	1.296		lado direito
23	José Soares Pereira da Silva, doutor	térrea	28.800	2.592		lado direito
24	Ana Teresa Vieira Couto, viúva de Francisco Gonçalves Seixas	térrea	14.400	1.296		lado direito
25	Ana Teresa Vieira Couto, viúva de Francisco Gonçalves Seixas	sobrado	18.000	1.620		lado direito
26	Ana Teresa Vieira Couto, viúva de Francisco Gonçalves Seixas	sobrado	18.000	1.620	Plácido da Silva de Oliveira Rolim, d.	lado direito
27	Manuel Joaquim Perpétuo, padre	térrea	10.800	972		lado direito
28	João Alves Ferreira Prado	térrea	21.600	1.944	Manuel de A. Novais, padre	lado direito
29	Frutuoso Gomes da Costa, padre	sobrado	21.600	1.944		lado direito
30	Frutuoso Gomes da Costa, padre	sobrado	21.600	1.944	L. João Nepomuceno	lado direito
31	Maria da Costa	dois sobrados	14.400	1.296		lado direito
32	Filipa Antônia Moreira	térrea	10.800	972		lado direito
33	Maria Sofia de Alcamim Ferreira, dona	térrea	18.000	1.620	Hilario Antônio Pereira Forroso	lado direito
34	José Felipe Pereira Forroso, padre	sobrado	10.800	972	Caetano de Sales	lado direito
35	João Fernandes Tinoco - herdeiros	sobrado	14.400	1.296		lado direito
36	Joaquim Ferreira de Oliveira	sobrado	21.600	1.944	Genoveva da Silva Ribeiro	lado direito
37	Ana Delfina de Jesus, dona	térrea	10.800	972		lado direito
38	Maria de Araújo Lima	térrea	10.800	972		lado direito
39	Ana Clara [Freire], dona	térrea	10.800	972	Maria Teresa Ramos	lado direito
40	Teresa [Leocádia] de Vasconcelos	térrea	7.200	648	Teresa Costa, preta mina	lado direito
41	Florência Maria dos Anjos	térrea	7.200	648		lado direito

42	Maria Potenciana de Figueiredo	térrea	7.200	648		lado direito
43	Francisca Alves dos Santos	térrea	14.400	1.296		lado direito
44	Vitoriano Ramos	térrea	10.800	972		lado direito
45	Antônio Golçalves Coura	térrea	7.200	648	Bibiana Pires de Figueredo	lado direito
46	Antônio Golçalves Coura	térrea	10.800	972		lado direito
47	Feliciana da Silva Feio	térrea	10.800	972		lado direito
48	Raimundo de Souza Araújo, padre	térrea	14.400	1.296		lado direito
49	Manuel Ribeiro de Carvalho Silva, c[apitão]	sobrado	21.600	1.944		lado direito
50	Antônio Gomes Brasão	térrea	14.400	1.296		lado direito
51	Francisca da Silva de Oliveira - herdeiros	sobrado	28.800	2.592		lado direito
52	Antônio de Souza Porto, padre	térrea	10.800	972		lado direito
53	Simão Gomes Pena	parte sobrado e parte térrea	10.800	972		lado direito
54	Manuel Comes da Costa Óbidos	térrea	7.200	648		lado direito
55	Agostinho [José] dos Santos Freire - herdeiros	térrea	5.400	486		lado direito
56	Agostinho [José] dos Santos Freire - herdeiros	térrea	14.400	1.296		lado esquerdo
57	Pedro de Alcântara Santos, padre	térrea	14.400	1.296		lado esquerdo
58	Antônio Vieira Couto, ajudante	parte sobrado e parte térrea	14.400	1.296		lado esquerdo
59	Antônia Maria de Jesus	térrea	9.000	810		lado esquerdo
60	Leonor Pires da Assunção	parte sobrado e parte térrea	14.400	1.296		lado esquerdo
61	Teodora Joaquina da Silveira	parte sobrado e parte térrea	14.400	1.296		lado esquerdo
62	Caetano José de Souto	térrea	1.800	162		lado esquerdo
63	Inês de Santa Luzia, dona	térrea	5.400	486		lado esquerdo
64	Joaquina Barbosa, dona	térrea	3.600	324		lado esquerdo

65	Joaquina Barbosa, dona	térrea	3.600	324		lado esquerdo
66	Luís Coelho da Costa	térrea	7.200	648		lado esquerdo
67	Manuel Antunes dos Reis - herdeiros	parte sobrado e parte térrea	10.800	972		lado esquerdo
68	Catarina do Rosário, dona	térrea	1.800	162		lado esquerdo
69	Bernarda da Silva Veiga	não consta	-	-		lado esquerdo
70	Manuel de Souza Matos	térrea	1.800	162		lado esquerdo
71	Manuel de Souza Matos	térrea	1.800	162		lado esquerdo
72	Antônio Joaquim de Souza, padre	térrea	3.600	324		lado esquerdo
73	Manuel de Souza Matos	térrea	4.500	405		lado esquerdo
74	Manuel Quintino dos Santos	térrea	1.800	162		lado esquerdo
75	João da Costa Cunha	térrea	1.800	162		lado esquerdo
76	João da Costa Cunha	assobradada	10.800	972		lado esquerdo
77	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	assobradada pela parte de trás	18.000	1.620	Manuel da Silva Godinho	lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário
78	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	assobradada pela parte de trás	14.400	1.296	fechada	lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário
79	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	assobradada	18.000	1.620	Gonçalo Agostinho dos Reis, padre	lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário
80	José Vieira Couto, doutor	térrea	3.600	324		lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário
81	Antônia Maria Ribeiro	térrea	7.200	648		lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário
82	Maria dos Reis da Ressurreição	térrea	5.400	486		lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do

						Rosário
83	Caetano Miguel da Costa - testamentaria	assobradada pela parte de trás	28.800	2.592	Custódio José da Silva, capitão (AHU/MG, cx. 176, doc. 26)	lado direito atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário
84	Helena Soares [de Jesus]	térrea	10.800	972		lado direito
85	Jacinta Clara de Jesus, dona	térrea	3.600	324		lado direito
86	Jacinto Bernardo Pinto - viúva e herdeiros	sobrado	25.200	2.268		lado direito
87	Manuel Pires de Figueiredo	assobradada pela parte de trás	28.800	2.592		lado direito
88	Manuel Pires de Figueiredo	térrea	3.600	324	Antônia Rodrigues da Silva	lado direito
89	Manuel Pires de Figueiredo	térrea	3.600	324	José Pereira	lado direito
90	Manuel Pires de Figueiredo	térrea	3.600	324	João José Dias Camargo	lado direito
91	Manuel Pires de Figueiredo	térrea	3.600	324	Ana Gomes	lado direito
92	Francisca da Silva de Oliveira - herdeiros	térrea	3.600	324		não consta
93	Antônio de Oliveira Silva	térrea	7.200	648		não consta
94	Marcela de Mendonça	térrea	3.600	324		não consta
95	Ana da Silva	térrea	3.600	324		não consta
96	Josefa Pinta	térrea	3.600	324		não consta
97	Joana Maria da Conceição	sobrado	10.800	972	José Gaspar	não consta
98	Antônia Fernandes de Oliveira	térrea	5.400	486		não consta
99	Ana Francisca de Jesus	térrea	7.200	648		não consta
100	Maria da Cunha Freitas	térrea	3.600	324		não consta
101	Teotônio da Cunha Vale	térrea	10.800	972		não consta
102	Teotônio da Cunha Vale	térrea	14.400	1.296		não consta
103	Joana Maria da Conceição	térrea	18.000	1.620		não consta
104	Manuel de Santa	térrea	7.200	648		não consta

	Luzia					
105	Januária Pinta de Souza	térrea	7.200	648		não consta
106	Maria dos Reis Leal	térrea	7.200	648		não consta
107	Rita Vieira de Matos	térrea	7.200	648		não consta
108	Josefa Maria da Conceição	sobrado	18.000	1.620		não consta
109	Francisca, viúva de Manuel Tarcísio	não consta	7.200	648		não consta
110	Ana Apolinária	térrea	7.200	648		não consta
111	Miguel de Araújo	térrea	7.200	648		não consta
112	Joana Gonçalves Seixas	térrea	10.800	972		não consta
113	Francisco José Lopes	térrea	10.800	972		não consta
114	Francisco Inácio Ribeiro - testamentaria	térrea	7.200	648		não consta
115	Recolhidas das Macaúbas	térrea	7.200	648	Sotéria Umbilina	não consta
116	Recolhidas das Macaúbas	térrea	10.800	972	Hilária Jacinta de Souza	não consta
117	Vitória Maria Dias	térrea	5.400	486		não consta
118	Francisco José de Paula	térrea	10.800	972		não consta
119	Ana Maria da Conceição	térrea	18.000	1.620		não consta
120	Inês Antunes da Silva	térrea	5.400	486		não consta
121	Isabel Paulina da Silva	térrea	3.600	324		não consta
122	Eufrásia de Lima de Souza Rangel	térrea	3.600	324		não consta
123	Antônio José Pimenta, padre	sobrado	14.400	1.296		não consta
124	Joaquim da Silva Dias	térrea	10.800	972		não consta
125	João Ribeiro da Silva, c[apitão]	térrea	7.200	648	D. Luzia Maria da Glória	não consta
126	José Gonçalves de Morais	térrea	7.200	648	Geralda dos Santos Souto	não consta
127	Manuel Caetano da Trindade	térrea	7.200	648		não consta
128	João de Azeredo Coutinho	térrea	3.600	324		não consta
129	João de Souza Porto	térrea	7.200	648		não consta
130	Francisco Inácio	térrea	7.200	648		não consta

	Ribeiro - herdeiros					
131	Lucrecia Maria dos Reis Drago	térrea	9.000	810		não consta
132	Rosa Nogueira	térrea	9.000	810		não consta
133	Joaquim de Souza Rangel	térrea	7.200	648		não consta
134	Águeda Brígida de Souza	térrea	1.800	162		não consta
135	Luísa Maria de Morais	térrea	10.800	972		não consta
136	Ana Caetana	não consta	-	-		não consta
137	Ana Joaquina	térrea	3.600	324		não consta
138	Maria Vieira	térrea	3.600	324		não consta
139	Rosa Maria do Rosário - herdeiros	não consta	-	-		não consta
140	Teresa dos Santos Lares	térrea	7.200	648	penhorada pela Fazenda Real que mora de favor	não consta
141	Manuel de Souza Pimentel - testamentaria	térrea	7.200	648	Joaquim de Souza	não consta
142	Genoveva de Azeredo	térrea	7.200	648		não consta
143	Ana Joaquina da Silva	térrea	2.700	243	Maria Luísa	não consta
144	Ana Joaquina da Silva	térrea	2.700	243		não consta
145	Marta de Oliveira	térrea	9.000	810	Maria Joaquina Malta	não consta
146	Teodora Maria da Conceição	não consta	18.000	1.620	Ana Maria de Jesus	não consta
147	Luís Gomes Ribeiro, alferes	assobradada pela parte do nascente	18.000	1.620	Francisco José Lessa	não consta
148	José Vieira Couto, doutor	sobrado	28.800	2.592		não consta
149	Maria Moreira Só	térrea	14.400	1.296		não consta
150	Ana Inês	térrea	5.400	486		não consta
151	Plácido da Silva de Oliveira Rolim, doutor	térrea	21.600	1.944		não consta
152	Inês de Souza Rocha	não consta	-	-		não consta
153	Manuel Alves Passos	assobradada de um lado da rua à direita e térrea de outra frente à esquerda	7.200	648	Joaquim do Nascimento Leal	Nossa Senhora do Amparo com rua do Bonfim

154	Francisco Joaquim Ferreira	térrea	14.400	1.296		não consta
155	Maria Carvalho	térrea	7.200	648	José Correia de Brito	não consta
156	Ana Inês de Brito Clafe	térrea	10.800	972		não consta
157	José da Cunha Pereira	térrea	5.400	486		não consta
158	Joana Nepomuceno	térrea	10.800	972		não consta
159	Joaquina de Souza Chaves	não consta	-	-		não consta
160	José Joaquim Perpétuo	sobrado	18.000	1.620		não consta
161	Eugênia Alves Maia	térrea	5.400	486		não consta
162	Eugênia Alves Maia	térrea	5.400	486		não consta
163	Sancho de Andrade Castro Lanções	térrea	21.600	1.944	Eugênia da Costa Fernandes	não consta
164	Jerônimo, preto mina	térrea	9.000	810		não consta
165	Sebastião Antônio da Silva	térrea	10.800	972		não consta
166	Sebastião de Araújo e Abreu, guarda-mor	sobrado	36.000	3.240		não consta
167	Catarina Maria da Silva, dona	térrea	18.000	1.620		não consta
168	Inácia Machado	térrea	7.200	648		não consta
169	José Joaquim Henriques de Siqueira	térrea	7.200	648		não consta
170	José Joaquim Henriques de Siqueira	térrea	7.200	648		não consta
171	Rita Mina, preta forra	térrea	1.800	162		não consta
172	Antônio Xavier	térrea	1.800	162		não consta
173	Ana de Amorim	térrea	3.600	324	Francisco Luís Sampaio	não consta
174	Ana de Amorim	térrea	7.200	648		não consta
175	Antônia Tomásia da Costa	térrea	7.200	648		não consta
176	Ana Inês de Brito Clafe	sobrado	14.400	1.296		não consta
177	Luís do Reis Silva, padre	sobrado	10.800	972		não consta
178	Anastácio Botelho [Correia]	térrea	7.200	648		não consta
179	Mônica Condessa Correia	térrea	7.200	648		não consta

180	Rosa Maria da Conceição	térrea	10.800	972	Maria da Conceição Gonçalves Ramalho	não consta
181	Silvana Maria de Freitas	térrea	7.200	648		não consta
182	Eugênia Alves Maia	térrea	7.200	648	Genoveva Martins Pereira	não consta
183	Manuel Ferreira Pinto	térrea	7.200	648	Silvério Romão	não consta
184	Patricia Teixeira da Silva	térrea	10.800	972	Joaquim Fernandes de Oliveira Sobral	não consta
185	Irmandade Nossa Senhora do Amparo	térrea	18.000	1.620	Alexandre Joaquim Perpétuo	não consta
186	Irmandade Nossa Senhora do Amparo	térrea	18.000	1.620	Ana Plácida	não consta
187	Isabel Marques	sobrado	14.400	1.296		não consta
188	José de Barros e Souza	térrea	5.400	486		não consta
189	Custódia Maria de Oliveira	térrea	5.400	486		não consta
190	Maximiano de Souza Ramos	térrea	5.400	486		não consta
191	Simão Alves Passos	térrea	7.200	648		não consta
192	Teresa Rosa de Jesus	térrea	5.400	486		não consta
193	Ana Maria de todos os Santos	sobrado	14.400	1.296		não consta
194	Recolhidas das Macaúbas	térrea	9.000	810	Francisco de Barros	não consta
195	Recolhidas das Macaúbas	térrea	18.000	1.620	Manuel da Costa Coelho	não consta
196	Tomé Gonçalves [de Carvalho]	sobrado	21.600	1.944		não consta
197	Manuel de Almeida	térrea	12.600	1.124	Francisco de Jerônimo Alves	não consta
198	Manuel da Rocha Traquino	térrea	3.600	324		não consta
199	Antônio Tinoco	térrea	3.600	324	Francisca Firme	não consta
200	Francisca Crioula	térrea	3.600	324	Leonor de Nazaré	não consta
201	Manuel Rodrigues de Magalhães	térrea	8.100	729	Maria Caetana da Costa	não consta
202	Inácio Eusébio - herdeiros	térrea	10.800	972		não consta
203	Ana Moreira Só	térrea	7.200	648		não consta
204	José da Costa Ferreira	sobrado	21.600	1.944		não consta

205	Teodósio Pereira Machado	sobrado	10.800	972	João de Castro	não consta
206	Manuel do Nascimento Leal	sobrado	14.400	1.296		não consta
207	Irmandade da Nossa Senhora do Terço	sobrado	28.800	2.592	Joaquim de Souza Matos	não consta
208	Francisco José da Rocha - herdeiros	térrea	5.400	486		não consta
209	Francisco José da Rocha - herdeiros	térrea	7.200	648		não consta
210	Silvério José de Brito	térrea	10.800	972		não consta
211	Manuel Gonçalves Ramalho	térrea	14.400	1.296		não consta
212	Afra Maria Lisboa	térrea	3.600	324		não consta
213	José de Souza Marques	térrea	7.200	648	José Joaquim de Santana	não consta
214	José de Souza Marques	térrea	7.200	648	José Joaquim de Santana	não consta
215	José de Souza Marques	térrea	7.200	648	José Joaquim de Santana	não consta
216	Francisco Gomes de Carvalho Amora	térrea	7.200	648		não consta
217	Francisco Fernandes de Viveiros	térrea	7.200	648		não consta
218	Bento Dias Chaves	sobrado	10.800	972		não consta
219	Bento Dias Chaves	sobrado	10.800	972		não consta
220	Bento Dias Chaves	sobrado	10.800	972	Catarina Máxima de Almeida	não consta
221	Ana Quitéria de Melo	sobrado	14.400	1.296	Luísa Silvéria de Oliveira	não consta
222	Francisca Narcisa de Melo	sobrado	7.200	648		não consta
223	Vicente Ferreira Saraiva	sobrado	10.800	972		não consta
224	Cipriano Pinto de Magalhães	sobrado arruinado	3.000	270		não consta
225	Senhor do Bonfim	térrea	10.800	972	Anginha Selestina da Silva	não consta
226	Senhor do Bonfim	térrea	10.800	972	João Miguel	não consta
227	Teodósia Valentina de Macedo	térrea	10.800	972		não consta
228	Ana Florentina, preta mina	térrea	5.400	486		não consta
229	Matildes Correia Lobo	térrea	5.400	486		não consta
230	Francisco da Costa	sobrado	10.800	972		não consta

	Moreira Só					
231	Raimundo Correia Lobo	sobrado	10.800	972		não consta
232	Senhor do Bonfim	sobrado	10.800	972	Ana de Jesus Rocha	não consta
233	Antônia Maria de Jesus	sobrado	7.200	648	Joaquina Lisboa	não consta
234	Germana Vieira	sobrado	10.800	972		não consta
235	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, reverendo	térrea	18.000	1.620	Félix José da Silva	não consta
236	José Agostinho dos Santos Freire	térrea	7.200	648		não consta
237	José Pereira da Silva	sobrado	21.600	1.944	Antônia Francisca da Frontoura	não consta
238	José Rodrigues Martins	sobrado	21.600	1.944	Justina da Conceição Ramalho	não consta
239	Januário Freire da Costa	térrea	7.200	648	Rosa mina	não consta
240	Francisco Gomes de Abreu	térrea	5.400	486	João Paulo	não consta
241	Francisco Gomes de Abreu	térrea	14.400	1.296		não consta
242	Vicente Carvalho Bernardes	térrea	21.600	1.944		não consta
243	Genoveva de Azeredo	térrea	19.800	1.782		não consta
244	João Batista Bitencourt - testamentaria	térrea	7.200	648		não consta
245	João Batista Bitencourt - testamentaria	térrea	7.200	648	Ana Gomes	não consta
246	Antônio dos Reis Leal - herdeiros	térrea	14.400	1.296	Manuel Ferreira Batalha	não consta
247	Francisco Martins Pena, brigadeiro	sobrado	36.000	3.240		não consta
248	Francisco José da Rocha - herdeiros	térrea	10.800	972	Caetano Guedes	não consta
249	Manuel do Nascimento Leal	térrea	14.400	1.296	Luís de Sampaio Lopes	não consta
250	Maria Teresa de Jesus	térrea	1.800	162		não consta
251	Efigênia Maria de Santana	térrea	3.600	324		não consta
252	Inácia Maria Madalena	térrea	7.200	648		não consta

253	Maria Tecla	térrea	7.200	648		não consta
254	Maria Tecla	térrea	7.200	648	Sabrina da Silva	não consta
255	Felizarda Gomes	térrea	7.200	648		não consta
256	Tomás Mina	térrea	12.600	1.134	Felícia Rodrigues e Quirina Perpétua	não consta
257	Antônio Veloso	térrea	9.000	810	Ana Valentina	não consta
258	Jerônimo Sardinha	assobradada	10.800	972	Joana Felizarda da Silva	não consta
259	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, padre	térrea	14.400	1.296	Sancho Antônio	não consta
260	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, padre	térrea	14.400	1.296	Jacó Marrisos	não consta
261	Carlos da Silva de Oliveira Rolim, padre	térrea	14.400	1.296	Francisco Antônio de Castro	não consta
262	Bonifácia Alves Chaves	sobrado	14.400	1.296		não consta
263	João Batista da Fonseca	sobrado	14.400	1.296	Teotonio José da Silveira	não consta
264	João Batista da Fonseca	sobrado	18.000	1.620	Marcelino de Mendonça	não consta
265	João Batista da Fonseca	sobrado	18.000	1.620		não consta
266	João Batista da Fonseca	sobrado	28.800	2.592		não consta
267	José da Silva de Oliveira, sargento-mor - herdeiros	sobrado	18.000	1.620	Custodio Alves da Costa	não consta
268	Antônio Ribeiro Mourão - herdeiros	sobrado	18.000	1.620		não consta
269	João Batista Bitencourt, tenente	térrea	18.000	1.620		não consta
270	João Ribeiro da Silva	térrea	7.200	648		não consta
271	Clemência Maria da Conceição	térrea	14.400	1.296		não consta
272	Dionísio Pinto Guimarães	térrea	10.800	972		não consta
273	Francisco de Barros	térrea	14.400	1.296		não consta
274	Brás Martins [Pacheco]	térrea	7.200	648	Albina Maria	não consta
275	Joana Perpétua de Luceno, [dona]	térrea	7.200	648		não consta
276	Luís José da Silva	térrea	14.400	1.296		não consta
277	Antônio Ribeiro	sobrado	10.800	972		não consta

	Mourão - herdeiros					
278	Ana Henriques Figueiredo	térrea	7.200	648	Potenciana Guimarães	não consta
279	Joaquim Ferreira dos Santos	térrea	3.600	324		não consta
280	Fernando Antônio de Macedo	térrea	12.600	1.134	Manuel da Trindade	não consta
281	Fernando Antônio de Macedo	térrea	10.800	972	Luísa Francisca	não consta
282	Fernando Antônio de Macedo	térrea	10.800	972		não consta
283	José Bonifácio de Oliveira	sobrado	10.800	972		não consta
284	José Bonifácio de Oliveira	sobrado	10.800	972	José de Souza Matos	não consta
285	Isabel Joaquina de Jesus, dona	sobrado	14.400	1.296		não consta
286	Dionísio Pinto Guimarães	térrea	5.400	486	Vicente Francisco Ferreira	não consta
287	Dionísio Pinto Guimarães	térrea	5.400	486		não consta
288	José Pereira da Fonseca	sobrado	21.600	1.944		não consta
289	José Reis Martins	térrea	7.200	648	Francisco da Costa Veloso	não consta
290	Francisco Gonçalves Seixas - herdeiros	térrea	21.600	1.944	Umbelina Pereira da Fonseca	não consta
291	Vitoriano Lopes [da Costa]	térrea	5.400	486		não consta
292	Francisco José Pacheco	térrea, fechada	10.800	972		não consta
293	Valentim de Barros	térrea	10.800	972		não consta
294	Ana da Costa	térrea	7.200	648	Ana Duarte	não consta
295	Luísa Josefa Mata	térrea	21.600	1.944	como pesquisadora de José Rodrigues Martins João Batista	não consta
296	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	térrea	18.000	1.620	Ana Pinto Machado	não consta
297	Dionísia Machado	térrea	3.600	324		não consta
298	Agostinho dos Santos Freire - herdeiros	térrea	14.400	1.296		não consta
299	José Luís da Silva	térrea	18.000	1.620		não consta
300	Irmandade da Nossa Senhora do Rosário	térrea	12.600	1.134	Francisco Ribeiro	não consta

301	Jacinta Teresa de Jesus, dona	térrea	10.800	972		não consta
302	Jacinta Teresa de Jesus, dona	térrea	10.800	972		não consta
303	Jacinta Teresa de Jesus, dona	térrea	10.800	972	D. Ana Eugênia Maria da Silva	não consta
304	José Agostinho dos Santos Freire	sobrado	28.800	2.592		não consta
305	José Agostinho dos Santos Freire	sobrado	28.800	2.592		não consta
306	Francisco José de Almeida	térrea	10.800	972		não consta
307	Vitória Maria Duarte	térrea	10.800	972		não consta
308	Francisco de Paula Vieira, d[outor]	sobrado	7.200	648		não consta
309	Helena Joaquina do Nascimento, dona	sobrado	14.400	1.296		não consta
310	Irmandade do Santíssimo Sacramento	sobrado	28.800	2.592		não consta
311	João Faustino de Oliveira Fontoura, padre	térrea	7.200	648		não consta
312	Teresa Maria de Jesus Freitas	térrea	14.400	1.296		não consta
313	Francisco Martins Pena, brigadeiro	térrea	7.200	648		não consta
314	Francisco Martins Pena, brigadeiro	térrea	10.800	972		não consta
315	José Luís da Silva	sobrado	10.800	972	Dominguos Ribeiro Pinto	não consta
316	José Luís da Silva	sobrado	10.800	972	Maria Custodia de Oliveira e a Ana de Aleluia	não consta
317	José Luís da Silva	sobrado	10.800	972	D. Ana Maria Candida, D. Helena Suplicia e Ignez Angelica	não consta
318	Antônio Ferreira da Costa, d[outor]	sobrado	28.800	2.592		não consta
319	Antônio Pinto Guimarães - fâmulos do falecido	térrea	10.800	972	Maria Francisca Luísa	não consta
320	Antônio Pinto Guimarães - fâmulos do falecido	térrea	10.800	972		não consta
321	Aleixo Caetano Pereira	térrea	7.200	648		não consta
322	Inácio da Silva	térrea	5.400	486		não consta

323	Joaquina Maria de Jesus	térrea	5.400	486		não consta
324	Joaquina Maria de Jesus	térrea	5.400	486		não consta
325	João Fernandes de Oliveira, doutor - herdeiros	sobrado	28.800	2.592	Antônio da Silva Ribeiro	não consta
326	Maria de Azeredo	térrea	10.800	972		não consta
327	José de Azeredo Coutinho	térrea	7.200	648		não consta
328	Antônio do Vale	térrea	18.000	1.620		não consta
329	Antônio do Vale	térrea	5.400	486		não consta
330	Miguel de Mendonça Cabral	térrea	10.800	972		não consta
331	Manuel Correia	térrea	10.800	972		não consta
332	Manuel de Araújo Novais, padre	sobrado	21.600	1.944	Fabiana Maria de Azeredo	não consta
333	Dionísio Pinto Guimarães	térrea	13.200	1.198	Joaquina Maquelina da Fonseca	não consta
334	Josinasia Maria da Conceição	térrea	7.200	648		não consta
335	Maria Teresa da Conceição, dona	térrea	21.600	1.944	Padre Mateus da Souza dos Reis Leal	não consta
336	Isabel Joaquina de Jesus, dona	sobrado	21.600	1.944	José Curfine de Brito	não consta
337	José Bonifácio de Oliveira	sobrado	18.000	1.620	Joaquim Gonçalves de Aguiar	não consta
338	José Bonifácio de Oliveira	térrea	10.800	972	Francisco de Leão e Antônio de Moura	não consta
339	Manuel do Amaral Proença	térrea	14.400	1.296		não consta
340	Ana Perpétua Marcelina, dona	sobrado velho	10.800	972	Miguel Velo	não consta
341	Francisco Floriano dos Santos	sobrado	14.400	1.296		não consta
342	Manuel Gomes da Costa Óbidos	sobrado	14.400	1.296	Rosa Custodia de Jesus	não consta
343	João Batista da Fonseca	sobrado	5.400	486	Francisco Xavier da Silva	não consta
344	Recolhidas das Macaúbas	sobrado	21.600	1.944	Catarina Flaucia de Oliveira	não consta
345	Recolhidas das Macaúbas	sobrado	30.000	2.700	Tenente Duarte Henriques da Fonseca	não consta

346	Francisco Gomes Ferreira da Cruz - testamentaria	térrea	28.800	2.592	Valeriano José Ribeiro	não consta
347	José Barbosa Fonseca	térrea	24.000	2.160	Verecimo de Almeida Barbosa	não consta
348	João Barbosa da Fonseca	sobrado	36.000	3.240	Manoel José Alves Pereira	não consta
349	Bernardino de Pinho Tavares	sobrado	36.000	3.240	Manuel José Alves Pereira	não consta
350	José da Cruz Silva - herdeiros	sobrado	57.600	5.184	Manuel José Fernandes	não consta
351	João Alves Ferreira Prado	sobrado	60.000	5.400		não consta
352	Rita Mina	térrea	10.800	972		não consta
353	José Guedes - herdeiros do padre	sobrado velho	7.200	648	Nieceneia Urluta	não consta
354	Manuel Ferreira Pinto	térrea	10.800	972	Silvério Rumão	não consta
355	Joaquina Francisca	térrea	7.200	648		não consta
356	Maria Lopes	térrea	3.600	324	Ana Nunes	não consta
357	Maria Lopes	térrea	3.600	324	Joana Maria	não consta
358	Maria da Rocha Sampaio	térrea	3.600	324		não consta
359	Neitoria Maria de Jesus	térrea	7.200	648		não consta
360	Joana Francisca da Silva	térrea	7.200	648		não consta
361	Joaquim Alves Chaves	sobrado	10.800	972		não consta
362	Teresa Lobo	não consta	-	-		não consta
363	Senhora das Dores do Bomfim	térrea	3.600	324		não consta
364	Valeriana Pereira	térrea	7.200	648		não consta
365	Francisco Antônio Ramos	térrea	7.200	648		não consta
366	Ana Soares de Araújo	térrea	2.700	243		não consta
367	Rita Mina	térrea	2.700	243		não consta
368	Luísa Maria da Conceição	térrea	1.800	162		não consta
369	Ana Rodrigues	térrea	7.200	648		não consta
370	Ana Rodrigues	térrea	10.800	972		não consta
371	Maria dos Anjos	térrea	5.400	486		não consta
372	Claudina Vaz	térrea	1.800	162		não consta
373	Claudina Vaz	térrea	3.600	324	Ana Vitória do Nascimento	não consta

374	Caetano Guedes	sobrado	10.800	972		não consta
375	Floriana Maria da Conceição	térrea	1.800	162		não consta
376	Manuel Gonçalves Beato	não consta	-	-		não consta
377	Clara de Souza	térrea	7.200	648		não consta
378	João Paulo	térrea	3.600	324	Potenciana Gomes	não consta
379	Manuel Geraldo Moreira	térrea	7.200	648	Manuel Elias	não consta
380	Eugênia Rodrigues	térrea	2.700	243	Manuel da Trindade	não consta
381	Ana Maria do Nascimento	térrea	2.700	243		não consta
382	Quitéria Maria	térrea	900	81		não consta
383	Vicente de Deus	térrea	900	81		não consta
384	Plácida Maria	térrea	900	81	José de Souza Matos	não consta
385	Francisca Constância	térrea	900	81		não consta
386	-	-	-	-		
387	-	-	-	-		
388	-	-	-	-		
389	-	-	-	-		
390	-	-	-	-		
391	-	-	-	-		
392	-	-	-	-		
393	-	-	-	-		
394	-	-	-	-		
395	-	-	-	-		
396	-	-	-	-		
397	-	-	-	-		
398	-	-	-	-		
399	-	-	-	-		
400	Ana Alves Maia	térrea	1.800	162		não consta
401	Luísa Gomes	térrea	3.600	324		não consta
402	Luísa Gomes	térrea	5.400	486	Barbara Fernandes	não consta
403	Maria Marcela	térrea	1.800	162		não consta
404	Maximiana da Costa Ferreira	térrea	1.800	162		não consta
405	Antônio Cardoso da Ferreira	térrea	1.800	162		não consta
406	Jerônimo Luís da	térrea	3.600	324		não consta

	Cunha					
407	Félix José dos Santos Aragão	não consta	-	-		não consta
408	Filipa Moreira de Souza	não consta	-	-		não consta
409	Efigênia Paz	térrea	2.700	243		não consta
410	Domingos Lopes, preto forro	térrea	3.600	324		não consta
411	Teresa Antônia, preta ferra	não consta	-	-		não consta
412	Francisca da Costa Moreira Só	não consta	-	-		não consta
413	Maria de Miranda	térrea	1.800	162		não consta
414	Caetano Guedes	térrea	1.800	162		não consta
415	Inácio de Loiola	térrea	1.800	162		não consta
416	João Dias Correia	térrea	10.800	972	Jacinto Luís Filgueiras	não consta
417	Eugênia Alves Maia	térrea	5.400	486		não consta
418	Caetano José da Cunha	térrea	1.800	162		não consta
419	Ana Maria de Jesus	térrea	5.400	486		não consta
420	Felipe Ferreira de Souza	térrea	2.700	243		não consta
421	Manuel dos Anjos	térrea	7.200	648		não consta
422	Eugênio da Costa	térrea	7.200	648		não consta
423	Eugênio da Costa	assobradada pela parte de trás	10.800	972	Luís dos Santos Soseto	não consta
424	Brás Martins Pacheco	térrea	10.800	972		não consta
425	Maria José de Santana	não consta	7.200	648		não consta
426	[José] Apolinário Gomes	térrea	3.600	324		não consta
427	Brás Martins Pacheco	térrea	10.800	972	José Mendes	não consta
428	Silvério de Pinho Tavares	assobradada pela parte ant[er]ior	18.000	1.620		não consta
429	José da Silva de Oliveira - herdeiros do guarda-mor	assobradada pela parte ant[er]ior	21.600	1.944		não consta
430	Antônia de Moura Pinto	térrea	14.400	1.296		não consta
431	Ana Teresa [de Jesus], dona	térrea	7.200	648		não consta

432	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona	térrea	7.200	648		não consta
433	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona	térrea	4.500	405	Sinando Pereira	não consta
434	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona	térrea	4.500	405	Sinando Pereira	não consta
435	Rancho da Intendência	sobrado de uma frente, e térrea da outra	462.400	41.616		não consta
436	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona	sobrado	48.000	4.320		não consta
437	Caetano Luís de Miranda	térrea na frente e assobradada na parte ant[e]rior	16.800	1.512		não consta
438	Caetano Luís de Miranda	não consta	-	-		não consta
439	Paula Maria de Jesus	térrea	14.400	1.296		não consta
440	José Luís de Souza	térrea	7.200	648	Francisca de Almeida	não consta
441	José Luís de Souza	térrea	7.200	648	Francisca da Silva	não consta
442	José Luís de Souza	térrea; fechada	7.200	648		não consta
443	José Luís de Souza	térrea	7.200	648	Ana Pereira	não consta
444	José Luís de Souza	sobrado	14.400	1.296	Luís Antônio Machado	não consta
445	Manuel Antônio de Abreu	assobradada pela parte ant[e]rior	14.400	1.296		não consta
446	Ana Maria da Lapa	térrea	7.200	648		não consta
447	João Batista da Fonseca	térrea que serão fechadas	14.400	1.296		não consta
448	Miguel Pires	térrea	5.400	486		não consta
449	Francisco Xavier Pacheco	sobrado	14.400	1.296		não consta
450	Manuel de Souza Maia	térrea que serão fechadas	1.800	162		não consta
451	Romana Pinheiro	térrea	2.700	243		não consta
452	Paula Maria Melo	térrea	2.700	243		não consta
453	Lourenço Pinheiro	térrea	2.700	243		não consta
454	Raimundo Correia Lobo	térrea	2.700	243		não consta
455	Ana Maria dos Santos	térrea	3.600	324		não consta

456	Francisco José Leal, capitão	assobradada pela parte "antreiros"	14.400	1.296		não consta
457	Bento José da Silva	térrea	1.800	162		não consta
458	Bento José da Silva	térrea	9.000	810	Manuel Francisco Rodrigues	não consta
459	Bento José da Silva	térrea	14.400	1.296		não consta
460	Maria de Freitas	térrea	1.800	162		não consta
461	Maria de Freitas	térrea	1.800	162		não consta
462	Bento José da Silva	térrea	1.800	162		não consta
463	Bento José da Silva	térrea	1.800	162		não consta
464	Bento José da Silva	não consta	-	-		não consta
465	Francisco José Pimenta, padre	térrea	7.200	648		não consta
466	José Joaquim Perpétuo	térrea	7.200	648		não consta
467	Manuel do Nascimento Leal	térrea	9.600	864		não consta
468	Ana da Costa	não consta	-	-		não consta
469	Joaquim da Cunha [Vale]	não consta	-	-		não consta
470	Manuel da Silva	não consta	-	-		não consta
471	Teresa Maria de Loreto	não consta	-	-		não consta
472	Lucrecia de Almeida	não consta	-	-		não consta
473	Manuel Gonçalves Ramalho	não consta	-	-		não consta
474	Isabel Rosa do Sacramento	não consta	-	-		não consta
475	Inácio Angola	não consta	-	-		não consta
476	Micaela da Conceição	não consta	-	-		não consta
477	Helena Vaz	não consta	-	-		não consta
478	Ana Maria	não consta	-	-		não consta
479	Rita Maria	não consta	-	-		não consta
480	Joaquina Francisca	não consta	-	-		não consta
481	Mariana Teresa	não consta	-	-		não consta
482	Rita Maria	não consta	-	-		não consta
483	Maria da Rocha	não consta	-	-		não consta
484	Teresa da Costa	não consta	-	-		não consta
485	Maria Soares	não consta	-	-		não consta
486	João Congo, [preto]	não consta	-	-		não consta
487	Francisco José de	térrea	5.400	486		não consta

	Carvalho					
488	Antônio José da Silva	térrea	2.700	243		não consta
489	Maria Soares dos Santos	térrea	2.700	243		não consta
490	José Gandra	térrea	1.800	162		não consta
491	Inácia Teresa	térrea	1.800	162		não consta
492	Inácia Teresa	térrea	3.600	324		não consta
493	João Gonçalves Ramos	não consta	-	-		não consta
494	Teodósia Maria	térrea	1.800	162		não consta
495	Maria dos Reis	térrea	1.800	162		não consta
496	Joaquim Lopes de Almeida	térrea	2.700	243		não consta
497	Francisco Antônio de Oliveira Machado	térrea	4.500	405		não consta
498	José de Freitas Cavilhas	térrea	3.600	324		não consta
499	Manuel da Paixão Tavares	térrea	1.800	162		não consta
500	José Francisco Gomes	térrea	5.400	486		não consta
501	João Francisco Guimarães	térrea	900	81		não consta
502	Joaquim Mina, herança	não consta	-	-		não consta
503	Manuel José Pereira Ferroso	térrea	3.600	324		não consta
504	Maria Rosa	térrea	3.600	324		não consta
505	Maria Florência	térrea	1.800	162		não consta
506	Hospício da Terra Santa	térrea	18.000	1.620		não consta
507	Eufrásia de Miranda Aguiar	térrea	7.200	648		não consta
508	João Batista Leite	térrea	9.000	810		não consta
509	Ana Mina	térrea	3.600	324		não consta
510	Antônio Teixeira	térrea	3.600	324		não consta
511	Amaro Soares de Araújo	metade térrea e de outro lado sobrado	25.200	2.268	Arcangelo Gomes Pina	não consta
512	Hospital da Caridade	não consta	-	-		não consta
513	Francisca Gomes	não consta	-	-		não consta
514	Cirília Martins	não consta	-	-		não consta
515	Francisco Duarte	térrea	1.800	162		não consta

516	Caetana Perpétua de Jesus	térrea	3.600	324		não consta
517	Teresa de Jesus Perpétua, dona	térrea, e na frente, uma capela [com] título de Nossa Senhora da Luz	28.800	2.592		no fim do arraial, à entrada do lado esquerdo, estrada real
518	Isabel Pereira	não consta	-	-		não consta
519	Isabel Pereira	não consta	-	-		não consta
520	Florencia da Cunha Saião	não consta	-	-		não consta
521	Domingos Barbosa	não consta	-	-		não consta
522	Domingos Barbosa	não consta	-	-		não consta
523	Francisco Angola	não consta	-	-		não consta
524	Antônio Fernandes	não consta	-	-		não consta
525	João Pereira	não consta	-	-		não consta
526	Isabel de Gouveia	não consta	-	-		não consta
527	Manuel de Seixas Brandão	térrea	3.600	324		não consta
528	Andressa Angola	não consta	-	-		não consta
529	João Tomás	térrea	900	81		não consta
530	Luísa de Jesus	não consta	-	-		não consta
531	Micaela Batista Landim	não consta	-	-		não consta
532	Rosa Tomásia Rubim, dona	não consta	-	-		não consta
533	Romana Teresa da Silva	não consta	-	-		não consta
534	Geraldo Pereira Martins	não consta	-	-		não consta
535	Geraldo Pereira Martins	térrea	2.700	243		não consta
536	Francisco Pinto de Mendonça	térrea	3.600	324		não consta
537	Mateus José Duarte	térrea	3.600	324		não consta
538	Josefa Luísa Filgueiras	não consta	-	-		não consta
539	Joaquim Martins	não consta	-	-		não consta
540	Francisco de Araújo	não consta	-	-		não consta
541	Cipriano de Barros	não consta	-	-		não consta
542	Efigênia Machado	térrea	3.600	324	Arcangelo Gomes Pina	não consta
543	Francisco Antônio de Aguiar	térrea	7.200	648	Tereza Angela de Jesus	não consta

544	Ana Francisca de Jesus	térrea	7.200	648		não consta
545	Prudêncio José Duarte	térrea	7.200	648		não consta
546	Maria Fernandes	térrea	2.700	243		não consta
547	Manuel Francisco dos Santos - herdeiros	não consta	-	-		não consta
548	Maria Martins	térrea	1.800	162		não consta
549	Francisco Martins Castanheira	térrea	1.800	162		não consta
550	Teresa Efigênia	não consta	-	-		não consta
551	Joana Rebola	não consta	-	-		não consta
552	João de Araújo	térrea	2.700	243		não consta
553	Joaquim Teixeira	não consta	-	-		não consta
554	Maria Teresa	térrea	14.400	1.296		não consta
555	Ana Maria da Costa	térrea	3.600	324		não consta
556	Ana Maria da Costa	térrea	7.200	648		não consta
557	Luís Rodrigues França	térrea	3.600	324		não consta
558	José Joaquim Lisboa	térrea	1.800	162		não consta
559	Manuel de Lucena	térrea	1.800	162		não consta
560	Manuel de Lucena	térrea	1.800	162		não consta
561	Joaquim de Lucena	térrea	3.600	324		não consta
562	Manuel da Costa Bruzinga	térrea	3.600	324		não consta
563	Manuel José de Mesquita	térrea	3.600	324		não consta
564	Joana Maria	térrea	6.300	567		não consta
565	José da Silva [de Oliveira], padre	térrea	7.200	648		não consta
566	Francisco Antônio de Aguilar	sobrado	10.800	972		não consta
567	Ordem Terceira de São Francisco	térrea	10.800	972		não consta
568	Ordem Terceira de São Francisco	térrea	10.800	972	D. Ana de S. Antônio	não consta
569	Ordem Terceira de São Francisco	térrea	10.800	972	Floriana Marinha de Castro	não consta
570	Isabel Joaquina de Jesus, [dona]	térrea	10.800	972		não consta
571	Francisco José da Rocha, capitão - herdeiros	térrea	10.800	972		não consta
572	Joana Josefa de	térrea	7.200	648		não consta

	Jesus, dona					
573	Ana Maria	térrea	3.600	324		não consta
574	Carlos da Silva de Oliveira [Rolim], reverendo doutor	térrea	10.800	972		não consta
575	Teresa de Jesus	térrea	5.400	486		não consta
576	Francisco Mina	térrea	5.400	486	Joaquim Paulo	não consta
577	S[enhora] das Dores	térrea	2.700	243	João Mina	não consta
578	Antônia Barbosa	térrea	2.700	243		não consta
579	Domingos Congo	térrea	5.400	486	Balbina de Morais Campos	não consta
580	Antônia Barbosa	não consta	-	-		não consta
581	Micaela da Silva	térrea	4.500	405		não consta
582	Antônio de Souza	térrea	4.500	405		não consta
583	Ana Ferreira	térrea	1.800	162		não consta
584	José Gomes, preto ferro	térrea	1.800	162		não consta
585	Maria Versiani	térrea	900	81		não consta
586	Verônica Maria da Glória	térrea	900	81		não consta
587	Antônia Vieira	térrea	3.600	324		não consta
588	Antônio Barreto	não consta	-	-		não consta
589	Manuel Francisco Pimenta	térrea	1.800	162		não consta
590	Ana Teresa de Jesus, dona	térrea	2.700	243		não consta
591	Isabel Joaquina de Jesus	térrea	1.800	162		não consta
592	Isabel Joaquina de Jesus	térrea	9.000	810		não consta
593	José Borges Simas	térrea	1.800	162		não consta
594	Joana Maria	não consta	-	-		não consta
595	Joaquim do Nascimento Leal	térrea	1.800	162		não consta
596	Inácia Efigênia de Jesus	térrea	7.200	648		não consta
597	José de Lafões de Mendonça	térrea	5.400	486		não consta
598	José Gonçalves [de Morais], capitão-mor	térrea	7.200	648		não consta
599	Bernardo José da Silva	térrea	10.800	972		não consta
600	José da Silva Borges	não consta	-	-		não consta
601	Pedro Paulo Pacheco	térrea	5.400	486		não consta

	- herdeiros					
602	José Pereira da Silva	térrea	9.000	810		não consta
603	Rita Monteiro	não consta	-	-		não consta
604	Manuel Coutinho da Trindade	térrea	1.800	162		não consta
605	José Pereira de Carvalho	térrea	2.700	243		não consta
606	José Borges	térrea	2.700	243		não consta
607	Luís Rodrigues Faria	térrea	3.600	324		não consta
608	José da Silva de Oliveira - herdeiros do guarda-mor	térrea	14.400	1.296		não consta
609	Rosa Francisca de Azeredo	térrea	5.400	486		não consta
610	Ana Maria Barbosa	térrea	3.600	324		não consta
611	Maria Teresa Lisboa	térrea	3.600	324		não consta
612	Inácio Martins	térrea	1.800	162		não consta
613	Rosa Maria Pacheco	térrea	1.800	162		não consta
614	Maria Ferreira da Silva	térrea	1.800	162		não consta
615	José da Cunha Vale, capitão	térrea	10.800	972	Floriana Alves Martins	não consta
616	Francisco da Cunha	térrea	7.200	648		não consta
617	Francisca Luís de Castro	térrea	10.800	972		não consta
618	José Gonçalves Chaves	térrea	3.600	324		não consta
619	Teresa Maria da Silva	térrea	3.600	324		não consta
620	Gertrudes Antônia de Matos	térrea	2.700	243		não consta
621	Francisco José Ferreira, preto forro	térrea	1.800	162		não consta
622	José da Silva Julião	não consta	-	-		não consta
623	Ana de Souza	térrea	9.000	810		não consta
624	José de Freitas	térrea	5.400	486		não consta
625	Ana Teresa de Jesus, dona	térrea	10.800	972		não consta
626	Teodósia Gomes Alves	térrea	5.400	486		não consta
627	Antônio José Pimenta, padre	não consta	-	-		não consta
628	Antônio José Pimenta, padre	térrea	10.800	972		não consta
629	Joaquina Francisca	térrea	7.200	648		não consta

	dos Santos					
630	Ana Maria de Loreto	térrea	5.400	486		não consta
631	Angela Narcisa do Rosário, [dona]	térrea	5.400	486	Manuel da Costa	não consta
632	Angela Narcisa do Rosário, [dona]	térrea	1.800	162	Luciana Maria de Oliveira	não consta
633	Joaquim José de Azevedo Pereira, capitão	térrea	7.200	648	Maria Florencia	não consta
634	Jerônimo Luís da Cunha	térrea	10.800	972		não consta
635	Rita Alves	térrea	7.200	648		não consta
636	Antônia Patornilha	térrea	7.200	648		não consta
637	Joaquim José de Azevedo Pereira, capitão	térrea	2.700	243		não consta
638	Maria Teresa de Jesus	não consta	-	-		não consta
639	João Antônio Maria Versiani, capitão	sobrado	28.800	2.592		não consta
640	Eufrásia de Souza Leal	térrea	10.800	972		não consta
641	Potenciana do Carmo	térrea	7.200	648	Ana da Cunha	não consta
642	Potenciana do Carmo	térrea	3.600	324		não consta
643	Maurício José de Jesus	térrea	9.000	810		não consta
644	Fernando Antônio de Macedo	não consta	10.800	972		não consta
645	José Geraldo de Melo	térrea	9.000	810		não consta
646	Antônio Gomes de Carvalho, tenente	térrea	21.600	1.944		não consta
647	Antônio Gomes de Carvalho, tenente	térrea	18.000	1.620		não consta
648	Filipe Dantas	térrea	3.600	324		não consta
649	Filipe Dantas	térrea	3.600	324		não consta
650	Romualdo Xavier	não consta	-	-		não consta
651	José Marinho	térrea	900	81		não consta
652	Maria Acácia, dona, herdeiros	térrea	21.600	1.944		não consta
653	Isabel Francisca de Almeida	não consta	-	-		não consta
654	Úrsula Maria de França	térrea	3.600	324		não consta
655	Úrsula Maria de França	térrea	3.600	324		não consta

656	Antônia Maria da Conceição	não consta	-	-		não consta
657	Teodósia Maria Rodrigues	térrea	3.600	324		não consta
658	Tomás dos Reis	térrea	1.800	162		não consta
659	Ana Pacheca	não consta	-	-		não consta
660	Maria Alves da Costa	não consta	-	-		não consta
661	Maria Alves da Costa	não consta	-	-		não consta
662	Clemência Maria do Carmo	térrea	1.800	162		não consta
663	Valentim de Barros	térrea	10.800	972		não consta
664	Antônio Mina	térrea	5.400	486		não consta
665	José de Figueiredo	térrea	5.400	486		não consta
666	Inácio Correia Pampolona	térrea	1.800	162		não consta
667	Inácio Correia Pampolona	térrea	1.800	162		não consta
668	Ana de Mascarenhas, dona	térrea	7.200	648		não consta
669	Teotônia [Caetana] de Mascarenhas, dona	térrea	10.800	972	Sebastião da Silva Brandão	não consta
670	Tomás dos Santos Freire	térrea	2.700	243		não consta
671	Tomás dos Santos Freire	térrea	5.400	486		não consta
672	Tomás dos Santos Freire	térrea	5.400	486		não consta
673	Ana Pereira Machado	térrea	12.600	1.134	Floriana Maria da Conceição	não consta
674	Ana Pereira Machado	térrea	10.800	972		não consta
675	Joaquim Atanásio da Veiga	não consta	14.400	1.296		não consta
676	Manuel da Costa Viana - herdeiros do padre	térrea	36.000	3.240		não consta
677	Ana Gomes da Silva	térrea	14.400	1.296		não consta
678	Josefa Vieira	térrea	10.800	972	Ana de Paejo	não consta
679	Ana Maria	térrea	7.200	648		não consta
680	Remígio Ribeiro	térrea	5.400	486		não consta
681	Irmandade das Almas	térrea	7.200	648	Francisco Leonardo	não consta
682	Irmandade das	térrea	10.800	972	Leocadia	não consta

	Almas				Rodrigues	
683	Antônio Pereira Veloso	térrea	7.200	648		não consta
684	Irmadade das Almas	sobrado	10.800	972	Ana Ferreira	não consta
685	Amaro Soares de Araújo	térrea	3.600	324	José da Silva Ribeiro	não consta
686	Maria de Santa Ana	térrea	7.200	648		não consta
687	Ana Quitéria de Melo	térrea	7.200	648		não consta
688	Plácido Gomes da Fonseca	térrea	3.600	324		não consta
689	Quitéria Gomes da Silva	térrea	7.200	648		não consta
690	João Manuel de Ferreira	térrea	9.000	810	Antônia de Amaro	não consta
691	Rosa Rodrigues	térrea	3.600	324		não consta
692	Pedro José Versiani, capitão	térrea	14.400	1.296		não consta
693	Joaquim José de Azevedo, capitão	térrea	18.000	1.620		não consta
694	Raimundo Alves Rainha	assobradada na frente	9.000	810		não consta
695	Tomás de Aquino Torres	térrea	7.200	648		não consta
696	Raimundo Alves Rainha	térrea	7.200	648		não consta
697	Joana Francisca	térrea	1.800	162		não consta
698	Manuel Correia de Lacerda	térrea	5.400	486		não consta
699	Micaela dos Anjos	assobradada na frente	7.200	648	Bernardino José Pinto de Souza	não consta
700	Micaela dos Anjos	assobradada na frente	7.200	648		não consta
701	Luísa da Costa Silva	térrea	5.400	486		não consta
702	Manuel Silvério de Araújo, tenente	térrea	18.000	1.620		não consta
703	Luís Antônio da Silva - herdeiros	térrea	9.000	810		não consta
704	Tomás Francisco de Aquino	térrea	15.600	1.458		não consta
705	Jerônimo Alves da Rocha	térrea	7.200	648		não consta
706	Antônio José Alves Pereira, padre	térrea	14.400	1.296		não consta
707	José Pereira	não consta				não consta

708	Manuel Henriques	térrea	1.800	162		não consta
709	Plácido Machado	térrea	900	81		não consta
710	Tomás Soares	térrea	4.500	405		não consta
711	Eufrásia Mendes	térrea	7.200	648		não consta
712	Eufrásia Mendes	não consta	-	-		não consta
713	Vitoriano Lopes	não consta	-	-		não consta
714	Ana da Silva Feio	não consta	-	-		não consta
715	Valentim Crioulo	não consta	-	-		não consta
716	Fabiana Josefa da Fontoura	não consta	-	-		não consta
717	Antônio Ribeiro de Araújo Freitas	não consta	-	-		não consta
718	Joaquim da Costa	não consta	-	-		não consta
719	Maria Felícia da Costa	térrea	1.800	162		não consta
720	Joaquina Eletéria	não consta	-	-		não consta
721	Ana de Loreto	térrea	3.600	324		não consta
722	Francisco Ribeiro de Araújo	não consta	-	-		não consta
723	Vitória Barbosa de Souza	térrea	3.600	324		não consta
724	João Ribeiro de Araújo	térrea	3.600	324		não consta
725	Maria Pereira	não consta	-	-		não consta
726	Manuel da Cunha	não consta	-	-		não consta
727	Joana de Mascarenhas	não consta	-	-		não consta
728	Sebastiana da Silva Ferreira	não consta	-	-		não consta
729	Sebastiana da Silva Ferreira	não consta	-	-		não consta
730	Ana Maria Criola	não consta	-	-		não consta
731	Antônio Marinho de Castro	térrea	3.600	324		não consta
732	Cláudio Nunes Duarte	térrea	3.600	324		não consta
733	Romão Máximo dos Santos Barros - herdeiros	térrea	3.600	324		não consta
734	Isidora Rosa de Araújo	térrea	10.800	972		não consta
735	Bento Dias Chaves	térrea, vazia	14.400	1.296		não consta
736	Jerônimo Luís Dantas	térrea	7.200	648		não consta

737	Teodósio Pereira Machado	térrea	7.200	648		não consta
738	Francisco Fernandes de Oliveira, padre	não consta	-	-		não consta
739	Joaquim Isidoro de Abreu, padre	térrea	14.400	1.296	Tomás Francisco de Aquino	não consta
740	Luís José Figueiredo	térrea	9.000	810		não consta
741	Sebastião Félix de Godois	térrea	10.800	972		não consta
742	João da Costa Raposo	térrea	3.600	324	Simão Ferreira	não consta
743	Jerônimo da Silva Guimarães	térrea	7.200	648		não consta
744	Ordem Terceira de São Francisco	térrea	10.800	972	João Manuel dos Guimaroens Peixoto	não consta
745	Ordem Terceira de São Francisco	térrea	10.800	972	José Manuel	não consta
746	Felizarda Fernandes, preta forra	térrea	18.000	1.620		não consta
747	Henrique da Costa Silva	térrea	7.200	648		não consta
748	Perpétua Felicidade	térrea	14.400	1.296		não consta
749	Manuel Carneiro da Silva	térrea	18.000	1.620	Veciencia da Silva Peio	não consta
750	Francisco Malheiros - herdeiros	térrea	7.200	648	Ana Maria da Cunha	não consta
751	Francisco José Pereira	térrea	3.600	324		não consta
752	Francisco Malheiros - herdeiros	térrea	7.200	648	Maria Tomásia	não consta
753	Francisco Malheiros - herdeiros	térrea	7.200	648	Leonor Dionísia da Conceição	não consta
754	Francisco Malheiros - herdeiros	térrea	5.400	486	Vitória da Silva	não consta
755	Francisco Malheiros - herdeiros	sobrado	36.000	3.240	alugada ao Desembargador Fiscal Bartolomeu Paulo Alvares da Costa	não consta
756	Ana Perpétua Marcelina, dona	térrea	3.600	324	Sopracia Gomes	não consta
757	Anastácio Alves	térrea	2.700	243	Manuel José Ferreira	não consta
758	Lauriana Maria	térrea	2.700	243		não consta
759	Francisco Anelo	térrea	3.600	324		não consta
760	Manuel Gomes	térrea	3.600	324		não consta

761	Miguel Velho Carvalho	térrea	3.600	324		não consta
762	Vitória de Araújo [da] Silva	térrea	2.700	243		não consta
763	João Machado da Pena	térrea	3.600	324		não consta
764	Dionísia da Costa	térrea	3.600	324		não consta
765	Manuel Simplicio de Andrade	térrea	14.400	1.296		não consta
766	Luis Manuel, padre - testamentaria	térrea	28.800	2.592		não consta
767	Antônio Pereira de Carvalho	não consta	-	-		não consta
768	Jerônimo José Alves	térrea	3.600	324		não consta
769	Manuel José Alves Pereira, capitão	térrea	7.200	648		não consta
770	Gertrudes Joaquina de Jesus	térrea	2.700	243		não consta
771	Ana Joaquina de Santana	térrea	2.700	243		não consta
772	Germana de Almeida	térrea	3.600	324		não consta
773	José Caetano Rodrigues - herdeiros do padre	térrea	3.600	324		não consta
774	Vitória Ribeiro	térrea	7.200	648		não consta
775	Genoveva Honestada	térrea	7.200	648		não consta
776	José da Silva de Oliveira, padre	térrea	1.800	162		não consta
777	Maria Pereira Nazária	térrea	1.800	162		não consta
778	Josefa Maria da Glória - herdeiros	sobrado	72.000	6.480	72.000 réis ao desembargador intendente	não consta

7.3 ANEXO C: DÉCIMA PREDIAL URBANA TRANSCRITA (1831)

#	Nome Proprietário (a)	Tipologia/ Uso /Condição	Valor Rendimento em Réis (do aluguel ou seu equivalente)	Valor Décima em Réis
1	Ana Teresa da Conceição, dona - herdeiros	não consta	6.000	540
2	Maria da Silva Feia	arruinada	0	0
3	José Félix Fernandes - herdeiros	não consta	12.000	1.080
4	Joaquim Ribeiro Nunes	não consta	10.000	900
5	Joaquim Ribeiro Nunes	não consta	0	0
6	Luciana Batista de Oliveira	arruinada	0	0
7	Antônio Pinto dos Santos	arruinada	0	0
8	Maria Luísa dos Santos	arruinada	0	0
9	Maria Justina Gonçalves	não consta	4.000	360
10	Maria Justina Gonçalves	não consta	0	0
11	Maria Justina Gonçalves	não consta	0	0
12	José Antônio de Lima	não consta	20.000	1.800
13	José Antônio de Lima	não consta	0	0
14	Quitéria Maria do Rosário	não consta	2.000	180
15	João Bento de Andrade - herdeiros	não consta	7.200	648
16	Duarte Henrique da Fonseca	não consta	36.000	3.240
17	Manuel José de Carvalho	não consta	10.800	972
18	Floriana Jesuína de Oliveira, dona	alugada	23.040	2.073
19	Daniel Antônio de Aguiar	alugada	96.000	8.640
20	Antônio Fernandes de Azevedo - herdeiros	não consta	7.200	648
21	Manuel Alves Ferreira Prado	não consta	28.800	2.592
22	Manuel Alves Ferreira Prado	não consta	0	0
23	Ana Clara Freire, dona	alugada	96.000	8.640
24	Ana Teresa Vieira, dona - herdeiros	alugada	86.400	7.776
25	Ana Teresa Vieira, dona - herdeiros	não consta	36.000	3.240
26	Ana Teresa Vieira, dona - herdeiros	não consta	0	0
27	Justino Machado Coelho	alugada	57.600	5.184
28	Justino Machado Coelho	alugada	72.000	6.480
29	Justino Machado Coelho	não consta	43.200	3.888
30	Justino Machado Coelho	não consta	0	0

31	Tomás Rolim de Almeida	em concerto	0	0
32	João Batista Farnese	em concerto	0	0
33	Quintiliano Antônio da Silva Campolina	não consta	20.000	1.800
34	Quintiliano Antônio da Silva Campolina	não consta	0	0
35	Manuel Alonso de Verçosa	não consta	8.000	720
36	Antônio José Fernandes	em concerto	0	0
37	Antônio José Fernandes	em concerto	0	0
38	Maria de Araújo Lima - testamentaria	não consta	9.000	810
39	Ana Clara Freire, dona	alugada	61.440	5.529
40	Joaquim Antônio de Abreu	alugada	57.600	5.184
41	Florência Maria dos Anjos	arruinada	0	0
42	Plácido Pires Sardinha	não consta	1.800	162
43	Antônia Patornilha Versiani	não consta	4.800	432
44	Vitoriano Ramos da Cruz	não consta	6.000	540
45	Vicência da Silva Feia	alugada	23.040	2.073
46	Vicência da Silva Feia	alugada	48.000	4.320
47	Ana Quitéria de Melo	não consta	5.000	450
48	Joana da Silva Ribeiro - herdeiros	não consta	7.200	648
49	Manuel Ribeiro de Carvalho - herdeiros	não consta	10.800	972
50	Vicente Ferreira Brasão, padre	não consta	7.200	648
51	Venceslau Antônio Peres	não consta	16.000	1.440
52	Antônio de Souza Porto, padre - testamentaria	alugada	57.600	5.184
53	Maria Barbosa de Oliveira, dona	não consta	9.600	864
54	José Gomes da Costa	não consta	3.000	270
55	Prudêncio Maria Alves	alugada	36.000	3.240
56	Manuel Ribeiro de Carvalho - herdeiros	alugada	57.600	5.184
57	Francisco dos Santos Freire	não consta	10.800	972
58	Antônio Vieira Couto	não consta	10.800	972
59	Antônia Maria de Jesus	arruinada		
60	Leonor Pires da Assunção, dona - herdeiros	não consta	7.200	648
61	Modesto Antônio de Almeida	não consta	10.000	900
62	Bárbara Maria da Glória	arruinada		
63	Manuel Quintino de Araújo	não consta	3.000	270
64	Manuel Pires de Moura - herdeiros	não consta	2.000	180
65	Antônio Pires de Moura - herdeiros	não consta	2.000	180
66	Luís Coelho da Costa - herdeiros	não consta	3.000	270
67	Mariana Rosa da Anunciação	não consta	6.000	540
68	Luísa Inácia da Assunção, dona – testamentaria	não consta	3.000	270

69	Escolástica Bernardina de Jesus, dona	não consta	3.000	270
70	Manuel de Souza Matos - herdeiros	alugada	22.040	1.983
71	Manuel de Souza Matos - herdeiros	alugada	22.040	1.983
72	Manuel de Souza Matos - herdeiros	não consta	2.800	252
73	Antônio Joaquim de Vieira, padre	não consta	3.000	270
74	Manuel Quintino de Araújo	não consta	2.000	180
75	João da Costa Cunha - herdeiros	não consta		
76	José Teixeira da Costa	não consta		
77	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	alugada	30.000	2.700
78	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	alugada	30.000	2.700
79	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	alugada	30.000	2.700
80	Francisco Gonçalves Seixas	alugada	36.000	3.240
81	Maria Cândida de Castro	arruinada		
82	João Teixeira Paes	não consta	5.400	486
83	João Nepomuceno Freire – testamentaria	alugada	120.000	10.800
84	Helena Soares de Jesus	não consta	7.200	648
85	Teodora Peregrina Rosa, dona	não consta	7.200	648
86	Isabel Caetano de Jesus	não consta	7.200	648
87	João Batista Cândido	não consta	19.200	1.728
88	João Batista Cândido	arruinada		
89	João Batista Cândido	alugada	19.200	1.728
90	João Batista Cândido	alugada	19.200	1.728
91	João Batista Cândido	alugada	23.040	2.073
92	Santa Quitéria	arruinada		
93	Antônio de Oliveira Silva	alugada	24.000	2.160
94	Marcela de Mendonça	arruinada		
95	Ana da Silva	arruinada		
96	Maria da Costa	arruinada		
97	Perpétua Felicidade Teodolinda	alugada	23.040	2.073
98	Belisário Moreira Maia	alugada	36.000	3.240
99	Ana Francisca de Jesus	não consta	4.000	360
100	Manuela Querolina de Carvalho, dona	não consta	4.000	360
101	João Alves Ferreira Prado – testamentaria	alugada	60.000	5.400
102	Antônio da Cunha Vale	não consta	8.000	720
103	Antônio da Cunha Vale	não consta	18.000	1.620
104	Antônio da Cunha Vale	não consta	30.120	2.710
105	Januária Pinto de Souza	arruinada	0	0
106	Clara dos Reis Leal	arruinada	0	0
107	Maria Álvares da Silva	arruinada	0	0

108	Josefa Maria da Conceição – testamentaria	não consta	20.000	1.800
109	Joaquim Antônio de Abreu	não consta	3.000	270
110	Luís da Silva Prates	não consta	3.000	270
111	Gervásio Vieira Castro	não consta	3.000	270
112	Silvana Maria de Freitas	não consta	3.000	270
113	Francisco José Lopes	alugada	96.000	8.640
114	Francisco Ribeiro da Silva	arruinada		
115	Claudino de Figueiredo Souza	alugada	23.040	2.073
116	Claudino de Figueiredo Souza	em conserto		
117	Tomásia Valentina Pires	alugada	23.040	2.073
118	Francisco José de Paula - herdeiros	não consta	3.600	324
119	Ana Maria da Conceição	alugada	46.080	4.147
120	Inês Antônia da Silva	arruinada		
121	Joaquim de Souza Pimentel	alugada	19.200	1.728
122	João Fernandes de Oliveira	não consta	1.800	162
123	Antônio José Pimenta, padre	não consta	10.800	972
124	-	-	-	-
125	-	-	-	-
126	-	-	-	-
127	-	-	-	-
128	-	-	-	-
129	-	-	-	-
130	-	-	-	-
131	-	-	-	-
132	-	-	-	-
133	-	-	-	-
134	-	-	-	-
135	-	-	-	-
136	-	-	-	-
137	-	-	-	-
138	-	-	-	-
139	-	-	-	-
140	-	-	-	-
141	-	-	-	-
142	-	-	-	-
143	-	-	-	-
144	-	-	-	-
145	-	-	-	-
146	-	-	-	-

147	Antônio Joaquim de Souza, padre	não consta	16.000	1.440
148	Francisco Gonçalves Seixas	não consta	48.000	4.320
149	Inês Moreira Só	alugada	43.200	3.888
150	Ana Cipriana dos Santos	arruinada		
151	Plácido da Silva de Oliveira, doutor	não consta	12.000	1.080
152	Francisco de Souza Matos	alugada	100.000	9.000
153	Francisco de Souza Matos	alugada	0	0
154	Francisco Joaquim Ferreira Rodrigues	alugada	36.000	3.240
155	Romana Ferraz da Silva	alugada	30.720	2.764
156	Ana Inês de Brito	não consta	8.000	720
157	Antônio de Castro	alugada	29.520	2.656
158	Joana Nepomuceno	alugada	11.520	1.036
159	Francisco José Lopes	demolida	0	0
160	João Joaquim Perpétuo - herdeiros	não consta	14.400	1.296
161	Eugênia Alves Maria	arruinada		
162	Eugênia Alves Maria	arruinada		
163	Justino Machado Coelho	alugada	76.800	6.912
164	Jerônimo da Costa Dantas – herdeiros	alugada	23.040	2.073
165	Sebastião Antônio da Silva	não consta	6.000	540
166	Bento de Araújo Alves, padre	não consta	25.200	2.268
167	Francisco Teixeira da Costa	não consta	12.000	1.080
168	Felício de Figueiredo e Souza, padre	não consta	10.800	972
169	Alberto Bacelar	não consta	10.800	972
170	Alberto Bacelar	não consta	0	0
171	Floriana de Freitas Gouveia	arruinada		
172	Donata Fernandes de Oliveira	não consta	4.000	360
173	Antônia Francisca	não consta		
174	Francisca Teixeira	não consta	7.200	648
175	Antônia Tomásia	não consta	3.000	270
176	José Moreira da Costa	não consta	8.000	720
177	Luís dos Reis Silva, padre	não consta	5.000	450
178	João de Deus Botelho	não consta	3.600	324
179	José Feliz de Araújo	não consta	3.600	324
180	Maria Francisca de Castro	não consta	7.200	648
181	Luciana Albina de Jesus	alugada	14.400	1.296
182	Antônio dos Reis Drago	não consta	4.000	360
183	Maria Pereira da Fonseca	não consta	4.000	360
184	Manuel do Nascimento Leal	alugada	30.720	2.764
185	Irmandade de Nossa Senhora do Amparo	alugada	57.600	5.184

186	Irmandade de Nossa Senhora do Amparo	alugada	96.000	8.640
187	José da Cunha Ferreira	alugada	106.560	9.590
188	Rita Maria de Azevedo	não consta	6.000	540
189	Custódia Maria de Oliveira	não consta		
190	Maximiano da Silva Ramos	não consta		
191	Simão Alves Passos	não consta	5.400	486
192	Maria Isidora do Carmo	em conserto		
193	Ana Maria de Todos os Santos	alugada	38.400	3.456
194	Claudino de Figueiredo	arruinada		
195	Maria Eufrásia dos Santos	alugada	72.000	6.480
196	Ana Teresa da Conceição, dona - herdeiros	não consta	25.200	2.268
197	Ana Teresa da Conceição, dona - herdeiros	alugada	76.800	6.912
198	Emília de São Damião	não consta	5.000	450
199	Raimundo Álvares Rainha	alugada	9.000	810
200	Albino da Cunha Freitas	não consta	2.000	180
201	Manuel Reis de Magalhães	alugada	7.200	648
202	Ana Justiniana de Paula e Joaquim de Souza Matos	alugada	48.000	4.320
203	Inês Moreira Só	alugada	28.800	2.592
204	José da Costa Ferreira	não consta	10.000	900
205	Teodósio Pereira Machado – herdeiros	alugada	60.000	5.400
206	Manuel do Nascimento Leal	não consta	10.000	900
207	Confraria da Nossa Senhora do Terço	alugada	72.000	6.480
208	Antônio Honório Perpétuo	não consta		
209	Antônio Honório Perpétuo	alugada	30.000	2.700
210	João Alves Ferreira Prado Chaves	alugada	156.000	14.040
211	João Álvares Ferreira Prado Chaves	alugada	0	0
212	João Honorato do Nascimento	alugada	60.000	5.400
213	João de Souza Marques	alugada	18.000	1.620
214	João de Souza Marques	em conserto	61.440	5.529
215	João de Souza Marques	em conserto	0	0
216	Manuel do Nascimento Leal	não consta	3.600	324
217	Manuel da Paixão de Azevedo	não consta	9.000	810
218	Antônio Luís Lopes	alugada	102.000	9.180
219	Antônio Luís Lopes	alugada	43.200	3.888
220	Antônio Luís Lopes	alugada	14.400	1.296
221	Luísa Eugênia dos Santos	não consta	7.200	648
222	Francisca Chaves de Melo	não consta	12.000	1.080
223	Vicente Ferreira Saraiva	alugada	23.400	2.106
224	Teresa Simões Rosa	demolida		

225	Senhor do Bonfim	alugada	10.800	972
226	Confraria do Senhor do Bonfim	alugada	18.000	1.620
227	Rita Antônia da Paz	não consta	3.000	270
228	Ana Florentina de Souza	não consta	3.600	324
229	Matilde Correia Lobo	não consta	3.600	324
230	João Damasceno Moreira Só	não consta	3.600	324
231	Francisco Antônio de Souza	não consta	3.000	270
232	José do Bonfim	alugada	47.760	4.298
233	Francisco de Souza Matos	em conserto		
234	Francisca Clara de Jesus	não consta	19.200	1.728
235	Joaquim José da Cunha	não consta	15.360	1.382
236	Joaquim Fernandes de Oliveira	alugada	57.600	5.184
237	Antônio Álvares Ferreira Prado	não consta	14.400	1.296
238	Teresa Simões Rosa	alugada	23.040	2.073
239	Miguel Antônio da Silva	não consta	6.000	540
240	Vicência da Silva Feia	arruinada	0	0
241	Vicência da Silva Feia	arruinada	0	0
242	Tomás Rolim de Almeida	não consta	28.800	2.592
243	Tomás Rolim de Almeida	arruinada	0	0
244	Luís Beltrão da Silva	não consta	14.400	1.296
245	Ana Gomes da Cruz	alugada	15.350	1.382
246	Francisca Clara de Jesus	alugada	86.400	7.776
247	José Ferreira Pacheco	alugada	295.200	26.568
248	Antônio Honório Perpétuo	não consta	14.400	1.296
249	Rosaura Clara Dias	alugada	46.080	4.147
250	Maria Teresa de Jesus	arruinada		
251	Raimundo Álvares Rainha	não consta	7.200	648
252	Raimundo Álvares Rainha	não consta	0	0
253	Maria Tecla	alugada	23.040	2.073
254	Maria Tecla	alugada	0	0
255	Felizarda Gomes	arruinada		
256	Joaquim José Lisboa	não consta	4.000	360
257	Ana Valentina de Machado	não consta	3.600	324
258	Joaquim de Souza Pimentel	alugada	79.200	7.128
259	Brás Martins Pacheco	não consta	86.400	7.776
260	Brás Martins Pacheco	não consta	0	0
261	Brás Martins Pacheco	não consta		
262	João Álvares Chaves	não consta	19.200	1.728
263	João Batista da Fonseca	não consta	14.400	1.296

264	João Batista da Fonseca	não consta	0	0
265	Joaquim José da Fonseca, padre	não consta	17.200	1.548
266	João Batista da Fonseca	não consta	20.000	1.800
267	Manuel Rodrigues Valente	alugada	51.840	4.665
268	José da Cunha Vale	alugada	96.000	8.640
269	Francisco Antônio Ramos – testamentaria	alugada	57.600	5.184
270	João Antônio Lopes	alugada	72.000	6.480
271	Luís Agostinho Gonçalves Seixas	alugada	86.400	7.776
272	Francisco de Barros	alugada	30.720	2.764
273	Francisco de Barros	alugada	57.600	5.184
274	Brás Martins Pacheco	não consta	3.000	270
275	Ana Elísia de São José	não consta	3.000	270
276	Luís José da Silva	alugada	60.000	5.400
277	José da Cunha Vale	não consta	20.000	1.800
278	Ana Claudina da Costa	alugada	43.200	3.888
279	Antônio Pereira da Rocha	não consta	6.000	540
280	Fernando Antônio de Macedo	alugada	24.000	2.160
281	Fernando Antônio de Macedo	alugada	46.080	4.147
282	Fernando Antônio de Macedo	alugada	46.080	4.147
283	Francisco José Lima	arruinada	0	0
284	Francisco José Lima	alugada	23.040	2.073
285	Isabel Joaquina de Jesus, dona	alugada	57.600	5.184
286	Maria Vieira	alugada	30.720	2.764
287	Jacinta Lopes Baracho	alugada	7.670	691
288	José Pereira da Fonseca	alugada	60.000	5.400
289	Manuel Gregório Pereira da Fonseca	não consta	7.200	648
290	Francisco Fernandes de Viveiros	não consta	3.000	270
291	Rosa Maria de Azeredo - herdeiros	arruinada		
292	Francisco Chaves Pacheco	alugada	11.520	1.036
293	Valentim de Barros Couto	não consta	3.600	324
294	Joaquina Maria da Conceição	alugada	36.000	3.240
295	Manuel de Aquino Torres	não consta	8.000	720
296	José da Cunha Pinto	não consta	3.600	324
297	João Paulo Ferreira	arruinada		
298	Teodora Praxedes da Silva	não consta	7.200	648
299	José Luís da Silva	não consta	14.400	1.296
300	José Luís da Silva	não consta	0	0
301	José da Cunha Pinto	não consta	18.000	1.620
302	José da Cunha Pinto	arruinada	0	0

303	José da Cunha Pinto	alugada	60.000	5.400
304	Antônio Gomes de Carvalho	não consta	36.000	3.240
305	Antônio Gomes de Carvalho	não consta	0	0
306	Manuel João de Almeida	alugada	19.200	1.728
307	Francisco de Paula Vieira, doutor	não consta	3.000	270
308	Francisco de Paula Vieira, doutor	arruinada	0	0
309	Helena Joaquina do Nascimento	não consta	14.400	1.296
310	Irmandade do Santíssimo Sacramento	alugada	76.800	6.912
311	Bonifácio José de Oliveira	não consta	3.000	270
312	Ordem Terceira do Carmo	alugada	14.400	1.296
313	Francisco Leandro Pires	não consta	15.000	1.350
314	Francisco Leandro Pires	não consta	0	0
315	Francisca Álvares dos Santos	não consta	15.360	1.382
316	Tomás dos Reis Maria	não consta	11.520	1.036
317	Maria Luciana da Costa	não consta	2.000	180
318	Antônio Teixeira da Costa, doutor	não consta	18.000	1.620
319	Dionísio Pinto Guimarães	não consta	14.400	1.296
320	Dionísio Pinto Guimarães	não consta	7.200	648
321	Teresa Maria Martins	não consta	3.600	324
322	Mateus Chaves de Morais	não consta	3.600	324
323	Joaquina Maria de Jesus – herdeiros	demolida	0	0
324	Joaquina Maria de Jesus – herdeiros	demolida	0	0
325	José da Cunha Ferreira Rabelo	não consta	57.600	5.184
326	Ana Sabina de Lacerda	alugada	15.360	1.382
327	Mariana Prudência de Mascarenhas	arruinada		
328	Arcanjo Gomes Pena Juniés	não consta	8.000	720
329	Irmandade das Mercês	alugada	24.000	2.160
330	João Gomes de Oliveira	alugada	57.600	5.184
331	Simão de Souza Matos	alugada	57.600	5.184
332	Quintiliano dos Santos Reis	não consta	24.000	2.160
333	Maria Vieira da Conceição	alugada	72.000	6.480
334	Inácia Maria da Conceição	não consta		
335	Francisco Teixeira da Costa	alugada	120.000	10.800
336	Isabel Joaquina de Jesus, dona	alugada	132.000	11.880
337	Francisco José Lima	não consta	18.000	1.620
338	Francisco José Lima	arruinada	0	0
339	Manuel do Amaral Proença – testamentaria	alugada	43.200	3.888
340	Ana Perpétua Marcelina, dona	arruinada		
341	Francisco Floriano dos Santos	alugada	23.600	2.124

342	José Joaquim da Silva Guimarães	não consta	5.400	486
343	João Batista da Fonseca	arruinada	0	0
344	João José Soares	parte alugada	105.000	9.450
345	João José Soares	parte alugada	0	0
346	Silvério Romão de Araújo	não consta	14.400	1.296
347	Joaquim Quintiliano	alugada	120.000	10.800
348	João Barbosa da Fonseca	alugada	100.800	9.072
349	Bernardino de Pinho Tavares	alugada	115.200	10.368
350	Manuel Álvares Ferreira Prado	não consta	19.200	1.728
351	Severiano Pinto Álvares Porto	não consta	100.000	9.000
352	José Inácio Teixeira	não consta	8.000	720
353	Manuel Pereira de Andrade, padre	não consta	10.800	972
354	Manuel Ferreira Pinto – testamentaria	alugada	72.000	6.480
355	Teresa Pereira do Sacramento	não consta		
356	Antônio de Almeida Maciel	alugada	15.360	1.382
357	Antônio de Almeida Maciel	alugada		
358	Maria da Rosa de Santana	não consta		
359	Vitória Maria de Jesus	não consta		
360	Brás José Pereira	não consta		
361	Joaquim Álvares Chaves	alugada	57.600	5.184
362	João Paulo Correia	alugada	13.440	1.209
363	Delfina Álvares do Nascimento	não consta	2.000	180
364	Manuel Luís Nunes	não consta	2.000	180
365	Francisco Antônio Ramos – testamentaria	alugada	57.600	5.184
366	Ana Soares	arruinada	0	0
367	Rita Maria da Conceição	alugada	23.040	2.073
368	Rosa Clara de Mendonça	alugada	15.360	1.382
369	Pedro José Rodrigues	não consta	2.000	180
370	Rosa Clara de Mendonça	não consta	2.000	180
371	Ana Delfina	não consta	2.000	180
372	Maria Fernandes	alugada	19.200	1.728
373	Maria Fernandes	alugada		
374	Brás Martins Pacheco	em conserto	0	0
375	Roberto Alves	não consta	2.000	180
376	Valentim de Ramos Couto	não consta	3.600	324
377	Valentim de Ramos Couto	não consta	3.600	324
378	Valentim de Ramos Couto	alugada	15.360	1.382
379	Joaquim de Souza Matos	em conserto	0	0
380	Estanislau Antônio de Miranda	não consta	4.000	360

381	Luísa Perpétua da Conceição	não consta		
382	Quitéria Maria de Jesus - herdeiros	não consta		
383	Vicente de Deus Botelho - herdeiros	não consta		
384	Plácida Maria da Costa	não consta	2.000	180
385	Manuel Martins Pacheco	não consta	2.000	180
386	Vitória Maria do Espírito Santo	não consta		
387	João de Moura - herdeiros	não consta		
388	Francisca Constança da Silva	não consta	4.000	360
389	Francisca Constança da Silva	não consta		
390	Francisca Constança da Silva	não consta		
391	Ana Maria Pinto, e irmãs	não consta	5.400	486
392	Ana Maria Pinto, e irmãs	não consta		
393	João Simões Rosa, padre	não consta	10.800	972
394	Eufrásia Maria de Alves	não consta		
395	Ana Vicência do Nascimento	não consta		
396	Ana Vicência do Nascimento	não consta		
397	Vicente Guedes da Silva	não consta		
398	Vicente Guedes da Silva	não consta		0
399	Juliana Álvares Maria	não consta		
400	Juliana Álvares Maria	não consta		0
401	Alexandre Mendes da Cunha	não consta	2.000	180
402	Alexandre Mendes da Cunha	não consta		
403	Antônio Carvalho da Cunha	não consta	5.400	486
404	Isidora da Silva Freitas	não consta		
405	Custódia de Souza	não consta		
406	João Grisóstimo Correia	não consta		
407	Floriana Ferreira de São Miguel	não consta	3.600	324
408	Felipa de Souza – testamentaria	não consta		
409	José da Costa Ferreira	não consta	3.600	324
410	Domingos Lopes	não consta	3.600	324
411	Teresa Antônia	arruinada	0	0
412	Francisco Antônio Ramos – testamentaria	não consta		
413	Norberta Rosa do Rosário	não consta		
414	Norberta Rosa do Rosário	não consta	0	0
415	Augusta de Souza Ferreira	não consta		
416	Francisco Teixeira da Costa	não consta	10.000	900
417	Fabiano Feliz de Godóis	não consta	4.000	360
418	Mariana Gomes Ferreira	não consta		
419	Ana Maria de Jesus	alugada	36.000	3.240

420	Reginaldo Francisco dos Santos	não consta	2.000	180
421	Manuel dos Anjos	alugada	34.560	3.110
422	Brás Martins Pacheco	não consta	16.000	1.440
423	Brás Martins Pacheco	não consta		
424	Brás Martins Pacheco	não consta		
425	Maria José de Santana	não consta		
426	Brás Martins Pacheco	não consta	15.360	1.382
427	Brás Martins Pacheco	alugada	21.600	1.944
428	Bernardino de Pinho Tavares	não consta	18.000	1.620
429	Antônio Álvares Ferreira	não consta	14.400	1.296
430	Antônia de Moura Pinto	não consta	3.600	324
431	Antônio da Costa Coelho	não consta	3.000	270
432	Teotônia Caetana, dona - herdeiros	alugada	64.800	5.832
433	Teotônia Caetana, dona - herdeiros	alugada	23.040	2.073
434	Teotônia Caetana, dona - herdeiros	alugada		
435	Santo Antônio e Almas	arrendado	933.333	84.000
436	Teotônia Caetana, dona - herdeiros	alugada	122.400	11.016
437	Caetano Luís de Miranda	não consta	14.400	1.296
438	Caetano Luís de Miranda	não consta		
439	Paula Maria de Jesus	não consta	7.200	648
440	José Luís de Souza	demolida	0	0
441	José Luís de Souza	demolida	0	0
442	José Luís de Souza	demolida	0	0
443	Teodósio José Barbosa	não consta	3.000	270
444	Maria José de Souza	alugada	21.600	1.944
445	Manuel Antônio de Abreu - herdeiros	não consta	10.800	972
446	Raimunda Moreira Máxima	não consta	3.000	270
447	João Batista da Fonseca	alugada	36.000	3.240
448	Marcelina Pires	não consta	3.000	270
449	Francisco Chaves Pacheco	não consta	4.000	360
450	Antônia Maria da Silva	alugada	21.600	1.944
451	Antônia Maria da Silva	alugada		
452	Maria da Silva Pinheira	não consta	2.000	180
453	Lourenço Pinheiro da Silva	não consta		
454	Maria Teixeira	arruinada	0	0
455	Bernardino de Pinho Tavares	alugada	23.040	2.073
456	José Álvares de Ferreira Prado – testamentaria	não consta	3.000	270
457	Antônio Monteiro da Silva	arruinada	0	0
458	Antônio Monteiro da Silva	não consta	7.200	648

459	Antônio Monteiro da Silva	não consta	14.400	1.296
460	Antônio Monteiro da Silva	alugada	24.000	2.160
461	Antônio Nunes Pereira	alugada	13.540	1.218
462	Francisca Freire Pereira	arruinada	0	0
463	Floriana de Freitas	alugada	11.520	1.036
464	Floriana de Freitas	alugada		
465	Luís da Encarnação, frei	alugada	48.000	4.320
466	João Alves Ferreira Prado	não consta	10.800	972
467	Manuel Martins Pacheco	não consta	3.000	270
468	Brás Martins Pacheco	arruinada	0	0
469	Joaquim da Cunha	não consta		
470	Manuel da Silva	não consta		
471	Teresa Maria do Loureto	não consta		
472	Jorge da Silva Jácome	não consta		
473	Sebastião Ferreira Castro	não consta		
474	Helena Alves Ferreira	não consta		
475	Inácia Angola	não consta		
476	Maria da Silva	não consta		
477	Helena Vaz	não consta		
478	Ana Maria	não consta		
479	Rosa Maria	não consta		
480	Joaquina Francisca	não consta		
481	Mariana Teresa	não consta		
482	Rita Maria	não consta		
483	Maria da Rocha	não consta		
484	Joaquim Lessa	não consta		
485	Maria Soares	não consta		
486	João Alves Sampaio	não consta		
487	Luís Antônio da Silva	não consta		
488	Jerônimo da Cunha Freitas	alugada	13.440	1.209
489	Joaquim Dias Camargo	não consta	3.000	270
490	José Coimbra	arruinada	0	0
491	Perpétua Felicidade de Andrade	não consta		
492	Maria Teresa Ramos	não consta		
493	Nossa Senhora do Amparo	alugada	23.040	2.073
494	Teodósia Maria da Conceição	não consta		
495	Micaela Maria da Conceição	não consta		
496	Joaquina Lopes de Almeida	não consta		
497	Joana Francisca da Silva	não consta		

498	Constança Arcanja de Almeida	não consta		
499	Ana Maria da Paixão	não consta		
500	José Francisco Gomes	não consta		
501	João Francisco Pires	alugada	19.200	1.728
502	Joaquina Maria	arruinada	0	0
503	João Ferreira Gonçalves	não consta		
504	Paulo Duarte	não consta	3.000	270
505	Maria Florência de Jesus	não consta		
506	Hospício da Terra Santa	não consta		
507	Antônio Neves Pereira	em conserto	0	0
508	Silvéria da Silva Feia	não consta	2.000	180
509	Ana Pereira Fernandes	arruinada	0	0
510	Antônio Teixeira	não consta		
511	Amaro Soares - testamentaria	alugada	76.000	6.912
512	Hospício da Caridade	não consta		
513	Maria do Espírito Santo Goulart	não consta		
514	Sezília Martins - herdeiros	não consta		
515	Serino da Silva Ribeiro	não consta	4.000	360
516	Caetana Perpétua de Jesus	não consta	4.000	360
517	Confraria de São Francisco	não consta		
518	Isabel Pereira	não consta		
519	Isabel Pereira	não consta		
520	Joaquim Camilo	não consta		
521	Domingos Barbosa	não consta		
522	Domingos Barbosa	não consta		
523	Francisco Angola	não consta		
524	Antônio Fernandes	não consta		
525	João Pereira - herdeiros	não consta		
526	Isabel de Gouveia	não consta		
527	Arcanjo Gomes Pina	não consta		
528	Andreza Angélica	não consta		
529	João Tomás	não consta		
530	Luísa de Jesus	não consta		
531	Micaela Batista	não consta		
532	Ana Maria da Silva	não consta		
533	Romana Teresa da Silva	não consta		
534	Joaquim Duarte	não consta		
535	Justina Maria de Jesus	alugada	17.280	1.555
536	Francisca do Amaral	não consta		

537	Cipriano da Silva Ribeiro	alugada	53.760	4.838
538	Ambrósio Pereira do Rosário	não consta	2.000	180
539	Joaquim Martins	não consta		
540	Francisco de Araújo	não consta		
541	Maria Luísa de Mascarenhas	não consta	7.200	648
542	Joaquim Ribeiro Nunes	alugada	19.200	1.728
543	Firmina Perpétua de Jesus	não consta	4.000	360
544	Ana Francisca de Jesus	não consta	4.000	360
545	João Batista da Fonseca	não consta	6.000	540
546	Maria Fernandes de Oliveira	não consta		
547	Pedro Francisco Guimarães	não consta		
548	Francisco José Pintanguí	não consta	2.000	180
549	Bento Manuel de Verçosa	não consta	3.000	270
550	João Pinto Ribeiro	alugada	30.720	2.764
551	João Pinto Ribeiro	não consta	15.360	1.382
552	Maria Gertrudes de Jesus	não consta	2.000	180
553	José da Costa Raposo	demolida	0	0
554	Sebastião Alonso e suas jovens irmãs	não consta	6.000	540
555	Esperidião Rodrigues da Cunha	não consta	4.000	360
556	Esperidião Rodrigues da Cunha	não consta		
557	Francisco Leonardo Ramos	não consta	3.600	324
558	José Reginaldo de Andrada	não consta	2.000	180
559	Joaquim de Deus Ribeiro	não consta	3.000	270
560	Francisca Ramos da Silva	não consta		
561	Francisca Romana da Silva	não consta		
562	João Vasco Antônio	não consta		
563	Rita Inácia de Maria	não consta	2.000	180
564	Lino de Araújo Pereira	não consta	10.000	900
565	Lino de Araújo Pereira	não consta		
566	Francisco Antônio de Aguiar	não consta	6.000	540
567	Helena Maria de Jesus	não consta	2.000	180
568	Modesto Antônio de Almeida	não consta	4.000	360
569	Modesto Antônio de Almeida	não consta		
570	Isabel Joaquina de Jesus, dona	não consta	10.800	972
571	Francisco José da Rocha - herdeiros	não consta	10.800	972
572	Joaquim Ferreira de Oliveira	não consta	6.000	540
573	Bento de Araújo Lima	demolida		
574	Vicente Ferreira Saraiva	não consta	10.000	900
575	João de Castro Bacelas	alugada	96.000	8.640

576	Francisco José da Silva	alugada	15.360	1.382
577	Irmandade das Dores	não consta	15.360	1.382
578	Maria Barbosa	não consta	3.000	270
579	Ana Maria Cláudia	não consta	4.000	360
580	Antônio Manuel	não consta		
581	Micaela da Silva Ribeiro	não consta		
582	Antônio da Silva Porto	não consta	3.000	270
583	Antônio Vieira Couto	não consta		
584	Teresa Rodrigues da Fonseca	não consta	2.000	180
585	Teresa Rodrigues da Fonseca	alugada	6.000	540
586	Tomás Ribeiro	não consta		
587	Antônio da Silva Ribeiro Júnior	não consta	4.000	360
588	Joaquim Pitanguí	não consta		
589	Floriana Ferreira do Prado	não consta		
590	Manuel do Nascimento Leal	não consta	5.400	486
591	Isabel Joaquina de Jesus, dona	não consta	9.000	810
592	João Batista da Fonseca	não consta	9.000	810
593	Francisco Antônio de Souza	alugada	38.400	3.456
594	Ana Maria	não consta		
595	Joaquim do Nascimento Leal - herdeiros	não consta		
596	Mariana Ferrás e suas irmãs	não consta	3.000	270
597	Joaquim Rodrigues Fraga e Joaquim Paulo	não consta	4.000	360
598	José Francisco Guimarães	não consta	3.600	324
599	Patrício Ferreira Batalha	não consta	10.000	900
600	Antônio da Silva Ribeiro	não consta	7.200	648
601	Pedro Paulo Pacheco - herdeiros	não consta	4.000	360
602	Floriana Teixeira da Silva	não consta	3.000	270
603	Rita Monteiro	não consta		
604	Silvério Romão de Araújo	não consta		
605	José Ferreira de Carvalho - herdeiros	não consta		
606	Antônio Laurêncio Justiniano	não consta	8.000	720
607	João Fernandes de Oliveira	alugada	28.800	2.592
608	Pe. José da Silva de Oliveira Rolim	não consta	8.000	720
609	Rosa Francisca de Azevedo	não consta		
610	Ana Maria Barbosa	não consta	3.000	270
611	José Januário Dias	não consta	10.800	972
612	Inácio Martins	não consta	8.000	720
613	Rosa Maria Pacheco	não consta		
614	Maria Teixeira da Silva	não consta		

615	Luís Agostinho Gonçalves Seixas	alugada	72.000	6.480
616	Francisco da Costa Vale	não consta	3.000	270
617	Francisca Luísa de Castro	não consta	6.000	540
618	José Gonçalves Chaves	arruinada	0	0
619	José Gonçalves Chaves	arruinada	0	0
620	Margarida Sabina da Silva	alugada	10.920	982
621	Venceslau Rodrigues Nogueira	não consta	7.200	648
622	Suzana Quitéria da Costa	não consta		
623	Estevão Rodrigues Nogueira	não consta		
624	Francisca Justina	alugada	23.040	2.073
625	Jacinto Gomes da Silva	não consta	3.000	270
626	Jacinto Gomes da Silva	não consta		
627	Antônio Carlos Barbosa	não consta	2.000	180
628	Antônio Carlos Barbosa	não consta		
629	Luís de Alves	não consta	3.000	270
630	João Bonifácio da Costa	não consta	5.400	486
631	Bonifácio Pereira da Fonseca	não consta	3.000	270
632	Bonifácio Pereira da Fonseca	não consta	3.000	270
633	Floriana Alves Martins	não consta	5.000	450
634	Jerônimo Luís da Cunha	não consta	6.000	540
635	Antônio Ribeiro Mourão	não consta	6.000	540
636	Ângela Celestina da Silva	não consta	6.000	540
637	Floriana Alves Martins	não consta		
638	Fidélis Ramos de Andrade	não consta	4.000	360
639	Genoveva Teresa Versiani	não consta	43.200	3.888
640	Eufrásia de Souza Leal - herdeiros	não consta	24.000	2.160
641	Eufrásia de Souza Leal - herdeiros	não consta		
642	Ana Silvéria de Souza Leal	não consta	8.000	720
643	Maria Angélica de Jesus	não consta	6.000	540
644	Fernando Antônio de Macedo	não consta	10.800	972
645	José Geraldo de Melo	não consta	6.000	540
646	Antônio Gomes de Carvalho - herdeiros	não consta	16.000	1.440
647	Antônio Gomes de Carvalho - herdeiros	alugada	18.000	1.620
648	Joaquina Alves Martins	não consta	4.000	360
649	Joaquina Alves Martins	não consta		
650	Raimunda Chaves - herdeiros	não consta		
651	José Marinho	não consta		
652	Luís Antônio Machado	não consta	19.200	1.728
653	Luís Antônio Machado	não consta		

654	Quintiliano Antônio da Silva Campolina	não consta	10.200	918
655	Quintiliano Antônio da Silva Campolina	não consta		
656	Antônia Maria da Conceição	não consta		
657	Teodora Maria Rodrigues	não consta		
658	Tomás dos Reis Maria	alugada	19.200	1.728
659	Ana Pacheco	não consta		
660	Maria Alves	não consta		
661	Maria Alves	não consta		
662	Inácia da Costa	não consta		
663	Joaquim da Mota Alves	não consta	3.600	324
664	Antônio Maria Versiani	não consta	7.200	648
665	Francisco José da Silva	não consta	13.440	1.209
666	Inácio Correia Pampolona	não consta	6.000	540
667	Inácio Correia Pampolona	não consta		
668	Luís José de Figueiredo	alugada	14.400	1.296
669	Luís José de Figueiredo	alugada	28.800	2.592
670	Joaquim de Souza Rocha	não consta	3.000	270
671	Leonarda Maria da Silva	não consta	4.000	360
672	Maria Madalena da Silva – herdeiros	alugada	57.600	5.184
673	Francisco José da Silva	não consta	3.000	270
674	Genoveva Fidélis	não consta	25.200	2.268
675	Francisca Alonso de Verçosa, dona	não consta	6.000	540
676	Joaquim Veloso Soares	alugada	72.000	6.480
677	Ana Gomes Óbidos	não consta	2.000	180
678	Patrício Ferreira Batalha	alugada	23.040	2.073
679	Ana Maria Nunes	alugada	15.360	1.382
680	Angélica Maria da Silva	não consta	2.000	180
681	Angélica Pinto de Souza	alugada	14.400	1.296
682	Antônio Cardoso da Fonseca	não consta	3.000	270
683	Inácia da Costa	não consta		
684	Alexandre de Almeida Silva	não consta		
685	José Pereira da Fonseca	alugada	38.400	3.456
686	Maria de Santana	não consta	1.800	162
687	Custódio José da Silva Lins	não consta	9.000	810
688	Joaquina Pereira da Conceição	não consta	3.000	270
689	João da Fonseca	alugada	27.280	2.455
690	Feliz José da Silva	alugada	23.040	2.073
691	Rosa Rodrigues	não consta		
692	Firmiana Andresa Versiani, dona	não consta	8.000	720

693	Joaquim José de Azevedo - herdeiros	não consta	16.000	1.440
694	Raimundo Alves Rainha	alugada	36.000	3.240
695	Tomás de Aquino Torres	não consta		
696	Raimundo Alves Rainha	não consta	4.000	360
697	Maria Francisca Pinto	alugada	10.800	972
698	Irmandade das Mercês	alugada	19.200	1.728
699	José Joaquim Coitinho	não consta	6.000	540
700	José Joaquim Coitinho	não consta		
701	Luísa da Costa Silva	não consta	4.000	360
702	Silvério Romão de Araújo	alugada	36.000	3.240
703	Manuel Antônio da Silva, padre	não consta	6.000	540
704	Tomás Francisco de Aquino - herdeiros	arruinada	0	0
705	Joaquim de Souza Pimentel	não consta	6.000	540
706	Antônio José Alves Pereira	não consta	12.000	1.080
707	José Pereira	não consta		
708	Manuel Henriques	não consta	2.000	180
709	Eulália Martins Pena	não consta		
710	Tomás Soares	não consta		
711	Luís Ribeiro de Araújo	não consta	3.000	270
712	Joaquim de Araújo	não consta		
713	Vitorino Lopes	não consta		
714	Ana da Silva	não consta		
715	Valentim Crioulo	não consta		
716	Fabiana Josefa	não consta		
717	Antônia Ribeira	não consta		
718	João da Costa	não consta		
719	Antônio Machado da Fonseca	alugada	22.040	1.983
720	Joana Eleutéria do Sacramento	não consta		
721	Fabiana dos Passos	não consta		
722	Francisco Ribeiro	não consta		
723	Francisco Gonçalves Ramos	não consta	8.000	720
724	Francisco Gonçalves Ramos	não consta	7.200	648
725	Maria Pereira	não consta		
726	Manuel da Cunha	não consta		
727	Jorge da Silva Jácome	não consta	2.000	180
728	Sebastião da Silva	não consta		
729	Sebastião da Silva	não consta		
730	Ana Maria Lemos	não consta		
731	Anselmo Ferreira Antunes	alugada	14.400	1.296

732	Cláudio Nunes de Souza - herdeiros	alugada	15.360	1.382
733	João de Barros	alugada	10.920	982
734	Manuel Ribeiro de Araújo	não consta	10.000	900
735	Jacinto Pedro de Alcantra	não consta	6.000	540
736	Pedro Antônio Meireles	não consta	6.000	540
737	Teodósio Pereira Machado – herdeiros	não consta	2.000	180
738	Joaquim Fidélis de Heredia	não consta	12.000	1.080
739	Joaquim Fidélis de Heredia	não consta		
740	Ana Perpétua Marcelina, dona	não consta	7.200	648
741	Francisco de Paula Meireles	não consta	6.000	540
742	Tomás Pereira Versiani	alugada	7.680	691
743	Tomás Pereira Versiani	alugada		
744	Ordem Terceira de São Francisco	alugada	48.000	4.320
745	Ordem Terceira de São Francisco	alugada	14.400	1.296
746	Felizarda Gomes Fernandes	alugada	57.600	5.184
747	Genoveva Angélica de Alves	alugada	29.720	2.674
748	Perpétua Felicidade de Andrade	não consta	2.000	180
749	Luís da Encarnação, frei	alugada	48.000	4.320
750	Luís José de Figueiredo	não consta		
751	Francisco Luís Pereira	não consta	2.000	180
752	Luís José de Figueiredo	não consta		
753	Luís José de Figueiredo	não consta		
754	Ana Perpétua Marcelina, dona	não consta		
755	Luís José de Figueiredo	não consta	24.000	2.160
756	Ana Perpétua Marcelina, dona	não consta		
757	Floriana Constança de Freitas	não consta	4.000	360
758	Frutuoso Gomes da Fonseca	não consta	4.000	360
759	Frutuoso Gomes da Fonseca	não consta		
760	Manuel Gomes Ferreira Duque	não consta		
761	Miguel Velho de Carvalho	não consta	2.000	180
762	Vitória de Araújo Silva	não consta		
763	José Machado Pena - herdeiros	não consta		
764	José de Araújo Ferreira	não consta	6.000	540
765	Manuel Simplício de Andrade	não consta	10.000	900
766	Leandro José da Fonseca	não consta	10.000	900
767	Antônio Pereira - herdeiros	não consta		
768	Maria José da Conceição	não consta	3.000	270
769	Manuel Alves Ferreira Prado	não consta	10.800	972
770	Ana Cândida de Oliveira, dona	não consta	3.000	270

771	José Martins	não consta		
772	Germana de Almeida - herdeiros	alugada	38.400	3.456
773	Ana Joana Damasceno	não consta		
774	Floriana Antônia dos Santos	não consta	4.000	360
775	Genoveva Honestalda	não consta		
776	Clara Maria do Espírito Santo	não consta		
777	Luísa Maria da Conceição	não consta	1.800	162
778	Fazenda Nacional	não consta		
779	Isabel Francisca de Almeida	alugada	10.920	982
780	Firmiana Andressa Versiani	não consta	6.000	540
781	Agostinho José Machado - testamentaria	não consta		
782	João Simões Rosa, padre	não consta	9.000	810
783	Bernardino Gomes da Silva	não consta	7.200	648
784	Patrícia Teixeira da Silva	não consta	7.200	648
785	Luísa dos Santos Lans	não consta	1.800	162
786	Maria Simplícia	não consta		
787	João Pereira Samora	não consta	9.600	864
788	Antônio da Silva Ribeiro	não consta	3.600	324
789	Brás Martins Pacheco	não consta	4.000	360
790	João de Andrade Rosa	não consta	3.000	270
791	Domingos de Oliveira Barros	não consta	3.600	324
792	Antônia Maria	não consta		
793	Rufina Valentina	não consta		
794	Maria Gertrudes de Jesus	não consta		
795	João Pereira Ribeiro	não consta	7.200	648
796	Simplícia da Silva Rosa	não consta		
797	Ana Maria Luísa	não consta		
798	Vicente Guedes da Silva	alugada	15.360	1.382
799	Gertrudes de Souza Leal	alugada	7.200	648
800	Daniel Antônio de Aguiar	alugada	38.400	3.456
801	Joaquim Romualdo	não consta	5.760	518
802	Manuel Vicente Ferreira	em conserto	-	-
803	Vicente Guedes	em conserto	-	-
804	Ana Maria da Conceição	alugada	86.400	7.776
805	Joaquim Conrado	alugada	9.000	810
806	José Januário Dias	alugada	34.560	3.110